

repec

Versão em Português

Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade Journal of Education and Research in Accounting

REPeC, Brasília, v. 17, n. 2, abr./jun. 2023

Disponível online em www.repec.org.br

DOI: <http://dx.doi.org/10.17524/repec.v17i2>

EQUIPE EDITORIAL

CORPO DIRETIVO

Maria Clara Cavalcante Bugarim, Presidente da Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon), Brasil

COMITÊ DE POLÍTICA EDITORIAL

Antonio Carlos Dias Coelho, Doutor, Universidade Federal do Ceará (UFC), CE, Brasil
Carlos Renato Theóphilo, Doutor, Universidade Montes Claros (Unimontes), MG, Brasil
Edgard B. Cornachione Jr., Ph.D., Universidade de São Paulo (USP), SP, Brasil
Emani Ott, Doutor, Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), RS, Brasil
Jacqueline Veneroso Alves da Cunha, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), MG, Brasil
Orleans Silva Martins, Doutor, Universidade Federal da Paraíba (UFPB), PB, Brasil
Patrícia Gonzalez Gonzalez, Doutora, Universidade del Valle (UV), Cali, Colômbia

EDITOR

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América

EDITORES ADJUNTOS

Andson Braga de Aguiar, Doutor, Universidade de São Paulo (USP)
Bruna Camargos Avelino, Doutora, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
Iracema Raimunda Brito das Neves, Doutora, Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)
José Elias Feres de Almeida, Doutor, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Márcia Martins Mendes de Luca, Doutora, Universidade Federal do Ceará (UFC)
Robson Zuccolotto, Doutor, Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
Vinicius Gomes Martins, Doutor, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

COMITÊ CIENTÍFICO INTERNACIONAL

Ervin Black, Oklahoma University, Estados Unidos da América
Gary Hetch, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América
Greg Burton, Brigham Young University, Estados Unidos da América
Lúcia Lima Rodrigues, Universidade do Minho, Portugal

AVALIADORES AD HOC

Lista publicada anualmente no último número da Revista

REVISÃO DE LÍNGUA PORTUGUESA

Elaine Cristina Oliveira, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

REVISÃO DE LÍNGUA INGLESA

Aksent Assessoria Acadêmica

REVISÃO DE NORMALIZAÇÃO

Simone Kuperchmit, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

PREPARAÇÃO/REVISÃO DE METADADOS

Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor, University of Illinois at Urbana-Champaign, Estados Unidos da América

PROJETO GRÁFICO

Thiago Luis Gomes, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

DIAGRAMAÇÃO

Cristian Lisboa, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

BIBLIOTECÁRIA

Lúcia Helena Alves de Figueiredo, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

ASSISTENTE EDITORIAL

Simone Kuperchmit, Conselho Federal de Contabilidade (CFC), Brasil

Esta revista oferece acesso livre imediato ao seu conteúdo, pela internet no sistema SEER, disponibilizando gratuitamente o conhecimento científico ao público com vistas à sua democratização.

A REPeC está utilizando o Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas (SEER) como meio de gerenciamento do periódico.

O Sistema Eletrônico de Editoração (SEER) foi traduzido e adaptado do Open Journal Systems (OJS) pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT). Esse software livre, desenvolvido pela Universidade British Columbia do Canadá, tem como objetivo dar assistência na edição de periódicos científicos em cada uma das etapas do processo, desde a submissão e avaliação dos consultores até a publicação *on-line* e sua indexação.

Disponível em: <http://www.repec.org.br>

© Abracicon – Academia Brasileira de Ciências Contábeis – 2023



Academia Brasileira de Ciências Contábeis (Abracicon)
SAS, Qd. 5, Bl. J, 4º andar, Ed. CFC, CEP: 70070-920, Brasília-DF
E-mail: repec@cfc.org.br

REPeC: Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade [recurso eletrônico] / Academia Brasileira de Ciências Contábeis – v.1, n.1 (jan. 2007/abr. 2007)- -- Brasília: CFC, 2007-.

Trimestral

ISSN: 1981-8610

Modo de acesso: <http://www.repec.org.br>

1. Ciências Contábeis 2. Contabilidade I. Conselho Federal de Contabilidade II. Título.

CDU-657

Ficha Catalográfica elaborada pela Bibliotecária Lúcia Helena Alves de Figueiredo CRB 1/1.401

Palavra do Editor

Caro(a) leitor(a), estamos entregando o segundo número do ano de 2023. Gostaria de aqui informar e parabenizar os artigos que serão publicados nesta edição, além de agradecer a todos os autores que submeteram seus artigos, mas que, infelizmente, não tiveram seus textos aprovados.

O primeiro artigo convidado é escrito por Paulo Henrique Amaral Rody e José Elias Feres de Almeida. Este estudo apresenta uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura relacionada à violação gramatical nas demonstrações contábeis e aos seus efeitos no mercado de capitais. Conforme estudos anteriores, tem-se como base conceitual que a violação de regras gramaticais possui associação com a qualidade das demonstrações contábeis. O estudo discute potenciais rumos na pesquisa contábil sobre o tema, desenvolvido fortemente nos Estados Unidos e ainda pouco explorado no Brasil e em outros países. Por fim, as análises sugerem que a estrutura de disponibilização de dados ao mercado pode ser um fator de restrição para maior aplicação da *proxy*.

Neste número, o segundo artigo é escrito por Renan Silva de Carvalho, Joyce Menezes da Fonseca Tonin e Simone Letícia Rimundini Shanches. O objetivo do artigo é analisar a evolução das pesquisas com a abordagem de análise textual como ferramenta de predição do retorno das ações no mercado de capitais. Os resultados aglutinam evidências de que o sentimento textual é capaz de prever o retorno das ações, sendo capturado em diversas fontes de informação. Na análise, emergiram quatro categorias que correspondem às fontes de informação para a realização da análise textual: notícias financeiras (31), divulgações corporativas (29), mídias sociais (16) e outros documentos (8).

O terceiro artigo é escrito por Mirian Mara Batista da Silva, Luiz Ernani de Carvalho Junior e Eduardo Mendes do Nascimento. A pesquisa verifica se o nível de práticas tributárias altera a probabilidade de ocorrência dos eventos das dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações. Detectou-se que a variável *Generally Accepted Accounting Principles, Effective Tax Rate* (GAAP ETR) altera positiva e significativamente a variável resposta, enquanto *Book-Tax Differences* (BTD) e *Deferred ETR* (DIF ETR) afetam negativamente e significativamente a probabilidade de ocorrência da situação de dificuldade financeira das empresas analisadas, sugerindo que, quanto menor o número de atividades redutoras de tributos em que empresa se engaja, maior a probabilidade de ocorrência do evento de dificuldade financeira.

O quarto artigo é escrito por Rayane Vieira Rodrigues, Gabriela Boechat, Heloisa Coli e Marco Antonio Carvalho Teixeira. Teve como objetivo analisar a transparência ativa dos Ministérios Públicos estaduais e Federal, utilizando, para fins de análise, uma amostra dos sites institucionais e portais da transparência. No resultado, foi possível observar um alto cumprimento de dispositivos da Lei de Acesso à Informação (LAI), relacionados principalmente a questões orçamentárias. No entanto, boa parte das especificações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), como resoluções emitidas por este órgão, não são totalmente respeitadas pelos Ministérios Públicos e, quando são, não estão disponíveis em dados abertos.

O quinto artigo, escrito por João Victor Lucas e Flaviano Costa, tem como objetivo comparar as diferenças na percepção de Justiça Acadêmica e o Maquiavelismo em estudantes do *stricto sensu* da área de Negócios, de acordo com suas características sociodemográficas. O levantamento realizado demonstrou que há diferenças significativas na percepção de Justiça Acadêmica entre os gêneros, indicando uma menor percepção de justiça entre as mulheres. Ao serem analisadas as regiões, nota-se que os cursos pertencentes ao Nordeste, ao Norte e ao Centro-Oeste apresentam uma menor percepção de justiça acadêmica. Observa-se, ainda, que estudantes mais jovens tendem a demonstrar um traço mais elevado de Maquiavelismo, assim como estudantes de contabilidade têm mais desconfiança nos outros, quando comparados com os outros estudantes da área de Negócios.

O sexto artigo é escrito por Laissa Gama Vieira, Bruno Meirelles Salotti e Raquel Wille Sarquis. Este trabalho tem como objetivo analisar a qualidade das notas explicativas de transição para a IFRS 15 no Brasil, ao comparar os efeitos estimados em 2017 com os efetivamente reportados em 2018, além de criar um Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) e descrever os principais impactos observados. Verificou-se que mais da metade das empresas apenas reclassificaram contas contábeis para melhor apresentação, aumentaram a divulgação de notas explicativas ou não tiveram impacto em decorrência da entrada em vigor da IFRS 15. Constatou-se que, apesar de no geral a nova norma não ter gerado impactos significativos para a maioria das empresas, alguns setores foram bastante afetados, como os de utilidade pública, comunicação, consumo não cíclico, bens industriais e construção civil. Por fim, verificou-se que as empresas apresentaram uma boa qualidade das informações divulgadas na nota de transição, dado que 45% da amostra obteve nota máxima no IQNE.

Por fim, ressalto que, conforme mostrado em seus objetivos, a REPeC não é uma publicação apenas ligada à educação, mas a várias áreas quais sejam: financeira, gerencial, pública, tributária, de auditoria, entre outras.

Sem mais, agradeço aos avaliadores, sempre prestativos, e a todos os pesquisadores que submeteram seus artigos à REPeC. Parabéns aos autores que tiveram os artigos aprovados, pois a demanda é bastante alta, e o caminho até a publicação final, bastante árduo.

Muito obrigado, novamente, aos leitores. Espero que desfrutem desta nova edição.

Saudações acadêmicas.

Gerlando Lima, PhD.
Editor-Chefe.

Análise Sistemática e Bibliométrica da Literatura sobre Violação Gramatical nas Demonstrações Contábeis

Paulo Henrique Amaral Rody

<https://orcid.org/0000-0001-9786-8049>

José Elias Feres de Almeida

<https://orcid.org/0000-0001-5220-0598>

Resumo

Objetivo: Este estudo apresenta uma revisão sistemática e bibliométrica da literatura relacionada à violação gramatical nas demonstrações contábeis e aos seus efeitos no mercado de capitais. Conforme estudos anteriores, tem-se como base conceitual que a violação de regras gramaticais possui associação com a qualidade das demonstrações contábeis.

Método: A metodologia adotada utilizou dois caminhos alternativos e complementares: i) revisão sistemática, em que a *proxy* de violação gramatical é apresentada como uma ferramenta *útil*, capaz de medir a qualidade das informações contábeis, por meio da análise textual das notas explicativas das demonstrações contábeis; e ii) análise bibliométrica do tema na base de periódicos listados na *Web of Science*, na Biblioteca *Bibliometrix* do software R.

Resultados e Contribuições: A análise profunda da literatura pela revisão sistemática e, ao mesmo tempo, ampla pela bibliometria permite que este estudo sirva de base conceitual para trabalhos futuros. Ainda se discutem potenciais rumos na pesquisa contábil sobre o tema, desenvolvido fortemente nos Estados Unidos e ainda pouco explorado no Brasil e em outros países. Por fim, as análises sugerem que a estrutura de disponibilização de dados ao mercado pode ser um fator de restrição para maior aplicação da *proxy*.

Palavras-Chave: Violação Gramatical; *Bibliometrix*; Qualidade da Informação Contábil; Compreensibilidade; Bibliometria.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Recebido em 16/3/2023. Aceito em 10/4/2023 por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023.

Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

As demonstrações contábeis fornecem um formato estruturado para as companhias divulgarem informações contábeis, discussões e narrativas sobre números reportados e análises que explicam variações nos resultados e nas contas patrimoniais. A crescente complexidade para aplicação dos princípios de reconhecimento, mensuração e divulgação das normas contábeis e da linguagem textual em torno das demonstrações contábeis levou a questionamentos sobre a capacidade e a qualidade dessas divulgações na comunicação entre a empresa e os seus investidores e credores.

Muitos pesquisadores e usuários das demonstrações contábeis argumentam que a crescente complexidade textual dessas divulgações torna difícil para as companhias trazerem qualquer item à atenção dos investidores. Evidências empíricas sugerem que investidores profissionais e não profissionais não conseguem interpretar adequadamente as informações mais complexas nas demonstrações contábeis e que essa complexidade reduz a eficiência na interpretação das informações contábeis, resultando em aumento de incertezas (Gkikas, Tzafilkou, Theodoridis, Garmpis, Gkikas, 2022).

O ambiente de informações corporativas é afetado pela assimetria de informação e por problemas de agência entre investidores, empreendedores e gestores (Wang et al., 2021; Bourveau & Schoenfeld, 2017; Beyer, Cohen, Lys, Walther, 2010; Haniffa & Cooke, 2005). Essa assimetria de informação é capaz de gerar distorções de interpretação nas demonstrações contábeis. Logo, usuários externos, diante de informações incompletas ou imprecisas, podem incorrer em interpretações equivocadas, o que prejudica a credibilidade quanto à sua fidedignidade, devido à baixa qualidade das informações (Scheld, Stolper, Walter, 2021; Elfeky, 2017). Para Chung, Goh, Ng e Yong (2017), a qualidade das informações financeiras assegura a confiabilidade dos investidores na análise dessas informações. Portanto, torna-se relevante utilizar mecanismos que visem reduzir a assimetria informacional e melhorar a qualidade das informações contábeis.

Embora haja um volume substancial de pesquisas na área de finanças com foco em dados quantitativos, os elementos qualitativos relacionados à divulgação textual receberam menos atenção (Dyer, Lang, Lawrence, 2017). Entre as pesquisas com enfoque na análise textual na área de finanças, Buehlmaier e Whited (2018) apontam que medidas de restrições financeiras usando a análise textual dos resultados anuais são eficientes para capturar o volume de ações e de dívidas das companhias. Nessa mesma linha, para Hoberg e Maksimovic (2015), medidas de restrições baseadas em análise textual afetam companhias com alto nível de fluxo de caixa. Por meio da análise textual das demonstrações contábeis, é possível realizar previsões de fluxos de caixa futuros das companhias (Frankel, Jennings, Lee, 2016). No Brasil, conforme destacado por Borges e Rech (2019), evidências dos estudos sobre análise textual indicam que a qualidade textual das demonstrações contábeis melhora a comunicação entre companhias e investidores. Sendo assim, torna-se relevante investigar mecanismos e novas *proxies* capazes de contribuir para a melhoria da qualidade das informações financeiras brasileiras, gerando benefícios para a sociedade, as companhias e os investidores.

No mercado de capitais, investidores necessitam de informações relevantes, completas e de boa qualidade. A divulgação de informações financeiras que atendam às necessidades desses usuários se torna essencial para um processo de tomada de decisão de investimento eficiente. Portanto, as companhias, enquanto centralizadoras dessas informações, podem ter diversas estratégias de divulgação, que podem aumentar ou reduzir a transparência aos seus usuários. Dado esse ambiente, é esperada a existência de conflitos de interesses, tendo em vista que algumas companhias podem optar por divulgar apenas parte das informações ou evidenciar informações de baixa qualidade aos investidores, prejudicando, dessa forma, o processo de tomada de decisão. Todavia, um ponto pouco explorado e que independe da estratégia da companhia é a qualidade textual do que é divulgado. Essa nova perspectiva pode capturar outro espectro da qualidade das demonstrações contábeis.

Na revisão sistemática deste estudo, a Violação Gramatical (VG) é apresentada como uma *proxy* capaz de medir a qualidade das informações financeiras, por meio da análise textual das demonstrações contábeis padronizadas de cada companhia, e pode ser uma análise específica do relatório de administração, das notas explicativas ou de outro relatório estruturado divulgado pelas companhias que contenha texto. Um baixo nível de VG, por exemplo, sugeriria um alto grau de qualidade das informações financeiras, e isso pode diminuir os riscos de incertezas na tomada de decisão, por meio da interpretação das informações textuais contábeis, o que proporciona aumento da confiança dos investidores em seus investimentos (Gillette & Pundrich, 2020).

Pesquisas com enfoque em análise textual das demonstrações contábeis contribuem com o entendimento da comunicação entre companhias e usuários da informação contábil (Borges & Rech, 2019). Tal afirmativa é confirmada por Li (2008), ao identificar que as características linguísticas das demonstrações contábeis afetam o desempenho das companhias. Essa literatura mostra que existem efeitos e consequências reais no que tange à parte textual das demonstrações contábeis. As evidências da literatura podem ajudar as próprias companhias a aperfeiçoarem seu processo de divulgação.

É nesse cenário que a Violação Gramatical (VG) se insere, originada da área de linguística, a qual se concentra na qualidade do texto – ou seja, quanto menos VG, maior a qualidade e credibilidade das informações prestadas (Gillette & Pundrich, 2020; Campbell, Loumiotis, Moerman, 2019). O artigo de Gillette e Pundrich (2020) pode ser considerado precursor, ao incorporar o tema VG na área de contabilidade financeira. Os autores investigaram se as VG são um sinal oportuno da qualidade e confiabilidade das informações financeiras, lançando luz sobre a relação entre os aspectos qualitativos e quantitativos da comunicação corporativa. Além disso, essa métrica de análise textual se difere de outras, como os índices Fog e Flesch, amplamente utilizados na literatura contábil.

Em um texto, a VG é definida como a presença de incorreções em relação à norma-padrão da língua, como erros de pontuação, sintaxe, ortografia, entre outros, (Gillette & Pundrich, 2020; Hucks, 2015; Ghose & Ipeiritos, 2010). Na literatura brasileira, o tema VG dentro da área de contabilidade e de finanças apresenta uma lacuna e demanda pesquisas que abordem a qualidade da informação contábil, utilizando como *proxy* o nível de VG das informações financeiras em companhias brasileiras. Essa revisão sistemática servirá de base conceitual e suporte teórico para estudos futuros e apresentará rumos na pesquisa contábil sobre este tema, ainda pouco explorado no Brasil e em diversos outros países, pois a maioria das evidências são dos Estados Unidos, devido ao acesso a diversos relatórios e fontes de informações financeiras estruturados, permitindo o processamento automatizado por algoritmos e ferramentas de análise textual.

Assim, este estudo pretende apresentar a literatura por meio de uma revisão sistemática e bibliométrica, para construir uma base teórica que crie caminhos para auxiliar pesquisas futuras que trarão novas evidências para a área de ciências contábeis. Dessa forma, estabelece-se conceitualmente que baixos níveis violação gramatical sugerem maior qualidade das demonstrações contábeis, redução da assimetria de informações e, por consequência, favorecimento à melhor alocação de capital.

Nesse ambiente, para que investidores possam tomar decisões eficientes sobre o potencial aporte de capital em uma companhia, é preciso fazer uso de algum mecanismo capaz de reduzir a assimetria de informações existente entre companhia e investidores. Assim, a *proxy* desenvolvida em estudos anteriores sobre violação gramatical pode ser usada complementar ou adicionalmente às anteriores sobre qualidade do lucro (*earnings quality*), tais como, por exemplo, qualidade dos *accruals*, gerenciamento de resultados, conservadorismo, entre outras. Além disso, essa *proxy* de VG tem efeitos práticos para o mercado, uma vez que as empresas poderiam processar seus relatórios periodicamente para reduzir o risco de divulgação de demonstrações contábeis com erros gramaticais.

Esta revisão da literatura sistemática e bibliométrica sobre a Violação Gramatical (VG) nas demonstrações contábeis sinaliza para companhias, para o mercado de modo geral e, principalmente, para investidores que a qualidade da informação contábil, obtida indiretamente por meio do nível de VG, pode ser utilizada de forma estratégica, como indicador de informações confiáveis e de credibilidade. Esse aspecto, portanto, permite que as decisões sejam tomadas de forma mais segura pelos investidores e constitui mais um meio para a redução de assimetria informacional. Além disso, as próprias companhias abertas podem se beneficiar da tecnologia utilizada nos algoritmos de VG para aprimorar a qualidade dos relatórios contábeis de todos os tipos.

As próximas seções foram divididas com a seguinte estrutura: (2) violação gramatical e qualidade da informação financeira; (3) violação gramatical nas demonstrações contábeis; (4) violação gramatical: revisão sistemática da literatura; (5) violação gramatical: bibliometria da literatura; e (6) considerações finais.

2. Violação gramatical e qualidade da informação financeira

2.1 Análise Textual das Informações Contábeis

As mudanças das normas contábeis geraram impacto no processo de preparação das demonstrações contábeis, aumentando de forma considerável o volume de divulgações exigidas pelas companhias aos usuários externos. Isso tornou mais desafiador para as companhias divulgar informações sobre os seus negócios de forma clara e informativa (Wang, Brabenec, Gao, Tang, 2021). Tal constatação é corroborada por Lehavy, Feng e Merkley (2011). O aumento na quantidade de divulgação exigida, somado à difícil tarefa de evidenciar operações comerciais aos investidores, levou a preocupações sobre a qualidade da divulgação e a capacidade dos usuários externos de tomar decisões corretas com base nessas informações.

A informação contábil desempenha dois papéis essenciais nas economias de mercados. Primeiro, ela permite que os investidores avaliem o potencial de retorno diante de oportunidades de investimento (*ex-ante*). Ela também possibilita que os investidores monitorem o uso de seu capital comprometido (*ex-post*) (Beyer et al., 2010). Isso sugere que a qualidade das informações financeiras afeta a tomada de decisão dos investidores; logo, as informações precisam ser inteligíveis e bem redigidas, para facilitar a compreensão dos usuários. Nesse ambiente, a informação financeira oriunda de textos narrativos é relevante para o mercado de ações, porque é utilizada por investidores no processo de tomada de decisão (Izco, Cabestre, Olalla, 2021). Análise similar, realizada por Silva e Fernandes (2009), indica que as companhias brasileiras estão reportando uma quantidade menor de fatos relevantes sobre desempenho econômico e financeiro, bem como relatórios contábeis de difícil leitura. Nesse contexto, a compreensibilidade é uma qualidade essencial das informações apresentadas nas demonstrações contábeis, para que elas sejam assimiladas instantânea e adequadamente pelos usuários, seja na perspectiva corporativa (Helms, Holscher, Nelde, Schneider, 2021), seja na perspectiva ambiental (Voigt, Machado, Meurer, 2020).

Para as companhias que atuam no mercado de capitais, faz-se relevante que elas divulguem suas informações de maneira mais atrativa e explicativa para os investidores. Nesse sentido, Gao, Lin e Sias (2018) afirmam que o nível de confiabilidade das informações financeiras é um aspecto relevante e de interesse de pesquisadores, companhias e investidores. Dado esse contexto, pesquisas em contabilidade e finanças concentram-se em verificar se os atributos qualitativos da evidenciação corporativa afetam a tomada de decisão dos investidores e intermediários de informações.

Companhias que operam em um mercado acionário global com alta competitividade necessitam adotar estratégias para maximizar desempenho econômico e financeiro, visando obter vantagem competitiva sobre seus concorrentes (Alipour, 2019; Bonsall, Leone, Miller, Rennekamp, 2017). Esse estudo da literatura internacional sugere para o mercado acionário brasileiro que essa competitividade também se aplica ao contexto nacional, pois cada companhia divulga informações financeiras com volume e qualidade de informação diferentes, e, nesse ambiente, a existência de assimetria informacional reduz a confiança e aumenta o risco de aplicação de capital dos investidores (Sethuraman, 2019; Li, 2017).

A seguir, a Tabela 1 descreve os temas que são tendência em artigos sobre análise textual na área de contabilidade, dentro da literatura internacional.

Tabela 1

Tendências em Análise Textual

Tendências em Análise Textual	Autoria
Relação entre aspectos comportamentais da linguagem com o desempenho dos funcionários.	Erickson, Holderness e Thornock, 2022.
Influência das características linguísticas sobre a qualidade e o conteúdo informacional dos relatórios contábeis.	Brown, Crowley e Elliott, 2020.
Análise das características de estilo de divulgação das informações contábeis e sua relação com a interpretação dos investidores.	Grant, Hodge e Sinha, 2018.
Relação entre características textuais e probabilidade de prática de gerenciamento de resultados.	Kim & Zhou, 2017.
Companhias que possuem maior nível de gerenciamento de resultados em um determinado ano e relatórios contábeis com menor grau de legibilidade.	Lo, Ramos e Rogo, 2017.
Tradução de normas internacionais de contabilidade e problemas práticos de equivalência linguística, dentro do contexto institucional do IFRS.	Kettunen, 2017.
Normas internacionais de contabilidade aplicadas em países com idiomas distintos podem provocar inconsistências dialéticas e prejudicar a qualidade da informação contábil.	Doupnik & Richter, 2003.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A Tabela 1 demonstra que, entre os temas abordados nos artigos sobre análise textual das informações contábeis, a violação gramatical na área de contabilidade necessita de estudos que possibilitem o amadurecimento dessa linha de pesquisa.

3. Violação gramatical das demonstrações contábeis

Estudos anteriores que aplicaram análise de conteúdo e análise textual na área contábil deram início a uma nova frente de pesquisas interpretando textos, gráficos, palavras, entre outros fatores extraídos de demonstrações contábeis ou relatórios complementares, principalmente porque essas evidências ainda são incipientes e inconclusivas (Souza & Borba, 2022). Essa parte da literatura processava as análises manualmente ou com pouca automação, até a capacidade de processamento das máquinas crescer e os algoritmos e sistemas permitirem a análise automatizada das narrativas contidas nas demonstrações contábeis (Efretuei, Usoro, Koutra, 2021).

Recentemente, estudos como o de Gkikas et al. (2022) trouxeram evidências de que os textos processados por algoritmos capturam, em alguma medida, informações úteis aos usuários, pois possuem associação com o preço dos ativos negociados em bolsas de valores. Em outras palavras, é possível quantificar, via ferramentas de análises que utilizam *machine learning*, a qualidade do texto divulgado aos usuários externos e, assim, compreender o impacto desse fator para investidores.

O texto pode ser considerado como uma ferramenta relevante de transferência de informações entre os usuários; principalmente em um cenário com elevada assimetria informacional, textos redigidos com maior qualidade podem gerar influência significativa na tomada de decisão dos investidores (Si, Jiang, Fang, Usman, 2020). Diante de um texto escrito com erros gramaticais, a compreensão do erro por parte do leitor está diretamente ligada ao que está sendo lido e ao contexto da informação que se transmite (Williams, 1981). A transmissão de informação por meio da escrita cria uma rede de comunicação eficiente entre o autor e o leitor (Helms et al., 2021).

Para Nascimento e Henz (2021), o processo de construção do conhecimento da linguagem escrita envolve compreender e refletir sobre a produção textual como um elemento constituído por normas. Para produzir um texto, é necessário um conjunto de habilidades, como precisão ortográfica, emprego adequado de ideias, palavras, frases, gramática e pontuação, bem como a realização de avaliação e revisão do texto (Brandenburg, 2015; Galbraith & Stillman, 2006). Tudo isso serve para a geração de um texto que seja capaz de ser totalmente compreendido por parte do leitor. No entanto, nesse processo, podem ocorrer erros que prejudicam a correta interpretação do sentido pretendido do texto escrito.

Entre os principais motivos para justificar a ocorrência de VG de um texto no Brasil, destacam-se fatores como a complexidade do sistema ortográfico, o desconhecimento da norma gramatical, a estagnação do processo de aprendizagem da escrita, a falta de leitura e a desatenção ao escrever. Esses fatores levam a erros de concordância, acentuação e ortografia, o que prejudica a qualidade do texto (Nascimento & Henz, 2021).

O uso de texto com escrita correta (que obedece às normas gramaticais e ortográficas) pode ser um indicativo de características da personalidade e aspectos comportamentais do usuário, o que se torna uma relevante fonte de informação para as companhias. Independentemente de serem causados por falta de conhecimento ou negligência, erros de escrita podem ter reflexos negativos para as companhias (Scott, Sinclair, Short, Bruce, 2014). No contexto da qualidade da informação contábil, a qualidade textual da demonstração contábil pode ser utilizada pelos usuários como parâmetro para avaliar a qualidade das informações financeiras apresentadas pelas companhias. Para Hucks (2015), as características do texto empregadas nos demonstrativos contábeis fornecem um sinal significativo sobre a qualidade da informação gerada. Nesse cenário, o nível de VG das informações financeiras se configura como evidência de grau de qualidade das informações contábeis.

Para Hucks (2015), as violações gramaticais indicam potencial inadimplência futura, maior prazo de financiamento, maior taxa de inadimplência e menores rendimentos para os credores. Nesse contexto, a VG está relacionada à credibilidade do devedor, por meio da avaliação da qualidade textual que ele apresenta ao credor. Portanto, companhias que possuem elevado nível de VG podem incorrer em aumento de custos, devido à baixa qualidade das demonstrações contábeis. Sobretudo no contexto do mercado de capitais, as violações gramaticais são uma fonte relevante de informações para redução de assimetria informacional, o que se torna ainda mais latente quando o nível de assimetria é elevado e as informações confiáveis são limitadas (Shore, Tashchian, Forrester, 2021).

Em um texto, a VG é definida como a presença de violações da norma-padrão da língua, como erros de pontuação, sintaxe, ortografia, concordância, entre outros (Gillette & Pundrich, 2020). Erros gramaticais e ortográficos afetam a forma como os leitores interpretam os textos (Kreiner, Schnakenberg, Green, Costello, Mcclin, 2002); ou seja, dificultam a compreensão do texto e afetam o julgamento de quem os analisa (Shore et al., 2021). Nesse sentido, o nível de educação é um indicador significativo da probabilidade de cometer esses erros. Portanto, aqueles com mais anos de escolaridade são menos propensos a cometerem erros de ortografia do que aqueles que têm menos anos de escolaridade. Essa diferença de grau de instrução impacta as diferenças de comportamento dos emissores de um texto (Hargittai, 2006).

Para Gubala, Larson e Melonçon (2020), a qualidade da escrita tem efeito sobre o ambiente de negócios – textos que obedecem às normas gramaticais e ortográficas possuem maior aceitação entre as companhias. É consistente avaliar a qualidade da informação contábil por meio da *proxy* VG das informações financeiras, porque o nível de VG transmite informações sobre a competência, a consciência e as limitações das informações contidas no texto. Isso é possível de ser estendido para o ambiente de negócios, no sentido de verificar se as violações gramaticais das informações financeiras revelam a confiabilidade desses relatórios e servem como um sinal oportuno para a qualidade das demonstrações contábeis.

O nível de VG pode influenciar o volume de vendas de uma companhia. Maior nível de VG está negativamente associado às vendas, em comparação com menor nível de VG que tende a afetar positivamente o montante de vendas (Ghose & Ipeiritis, 2010). Por isso, a divulgação das demonstrações contábeis deve ser tempestiva e precisa, para permitir uma adequada interpretação e, conseqüentemente, uma tomada de decisão eficiente para os usuários interno e externos (Silva & Fernandes, 2009).

Textos com escrita correta (em que não há VG) são interpretados pelo leitor como mais compreensíveis (Liu, Wei, Gao, 2022). Essa evidência destaca a necessidade de se adotar uma escrita correta nos textos, demonstrando a importância da qualidade textual e o seu papel no comportamento dos usuários (Queen & Boland, 2015). De acordo com Boland e Queen (2016) e Everard e Galletta (2005), erros de ortografia também podem ser usados para formar impressões negativas sobre competência e atenção aos detalhes de quem emite o texto.

Na linha de qualidade gramatical de um texto, Gao et al. (2018) examinaram como o estilo de redação está associado ao comportamento dos credores e constataram que os credores mais agressivos são mais propensos a conceder financiamento, e com taxas mais baixas, para clientes cuja escrita é mais legível. Além disso, os clientes que possuem escrita mais legível são menos propensos a inadimplência, o que facilita a obtenção de financiamentos em função da qualidade da escrita textual desses clientes.

Assim, verificar o nível de VG das demonstrações contábeis permite gerar evidências sobre a precisão das informações financeiras presentes nesses relatórios e serve como um novo método de investigação mais prático para a mensuração da qualidade das informações financeiras (Gillette & Pundrich, 2020). Portanto, conforme definido pelos mesmos autores, o pressuposto é que as violações gramaticais são um sinal da qualidade das demonstrações contábeis, porque estão correlacionadas com tempo, esforço e recursos dedicados na preparação desses relatórios.

4. Violação gramatical: revisão sistemática da literatura

Utilizou-se as ferramentas de Revisão Sistemática da Literatura e Análise Bibliométrica da Literatura para identificar as características das pesquisas da literatura nacional e internacional sobre o tema Violação Gramatical (VG), com o objetivo de complementar os resultados de ambas as ferramentas e ampliar o horizonte de informações desses resultados. Os procedimentos metodológicos das duas ferramentas foram descritos nas seções (4.1 e 5.1, respectivamente), a seguir.

A diferença principal entre as ferramentas é a etapa de parametrização das variáveis. Na Revisão Sistemática da Literatura, é possível que o pesquisador defina, especificamente, quais são as características que se deseja buscar dos artigos selecionados. Já na Análise Bibliométrica, os parâmetros de identificação das características dos artigos selecionados são previamente estabelecidos e não são passíveis de manipulação.

4.1 Procedimentos Metodológicos

Para melhorar a qualidade da fundamentação teórica sobre o tema VG, utilizou-se a Revisão Sistemática da Literatura, que consiste em revisar a literatura de forma planejada, estruturada e controlada, com o intuito de identificar os principais autores, publicações relevantes, tendências ao longo do tempo e evidenciar lacunas de pesquisa (Marioka, Iritani, Ometto, Carvalho, 2018).

Para realizar uma Revisão Sistemática da Literatura, critérios de elegibilidade foram empregados visando adotar um procedimento replicável e transparente (Moher, Liberati, Tetzlaff, Altman, 2009). Os critérios de elegibilidade estabelecidos foram os seguintes:

- 1. Critérios de inclusão:** (a) pesquisas empíricas desenvolvidas com temas sobre o nível de violação gramatical das informações financeiras; (b) trabalhos dentro das áreas de finanças, negócios, linguística e psicologia; e (c) preferencialmente, artigos publicados nos estratos A1, A2, A3, A4 e B1 do Qualis Capes 2016.
- 2. Critérios de exclusão:** (a) pesquisas de áreas fora do escopo de inclusão deste estudo; (b) trabalhos sem semelhança com o tema desta pesquisa; e (c) estudos que não possuem uma estrutura-padrão dos artigos revisados por pares (Introdução, Referencial Teórico, Metodologia, Resultados e Conclusão).
- 3. Identificação e Seleção:** a identificação e a seleção dos trabalhos foram feitas por meio da leitura de títulos, resumos e palavras-chaves.
- 4. Recorte temporal:** para a seleção dos artigos, não foi estabelecido recorte temporal.
- 5. Idioma:** acolheram-se trabalhos em português, inglês e espanhol.
- 6. Status da publicação:** foram selecionados os artigos científicos revisados por pares.
- 7. Critérios de busca:** foram realizadas consultas às bases de dados eletrônicas e, complementarmente, aos estudos citados pelas pesquisas selecionadas.
- 8. Descritores de busca:** as palavras e/ou expressões para busca dos artigos foram definidas com base na consulta de resumos e palavras-chave de artigos relacionados ao tema desta pesquisa. Nesse sentido, foram utilizados sinônimos com o intuito de aumentar a abrangência e qualidade do alcance na procura pelos artigos de interesse por cada assunto.
- 9. Bases de dados:** a busca foi realizada em 4 bases de dados: Portal de Periódicos Capes, *Web of Science*, *Scopus* e ranking dos 50 periódicos utilizados pelo *Financial Times Research*.

4.2 Revisão Sistemática da Literatura

Os resultados da Revisão Sistemática da Literatura sobre o tema VG foram descritos a seguir, separados por base de dados, conforme tabelas 2 a 5, e total geral e total por idioma, conforme tabelas 6 e 7, respectivamente.

4.2.1 Portal de Periódicos Capes

Descritores: violação gramatical; erro gramatical; erro de ortografia; erro ortográfico; erro de escrita; erro escrito; qualidade do texto; qualidade textual e mineração de texto.

Com os filtros “contém” e “no título”.

Tabela 2

Artigos Violação Gramatical - Capes

Descritor	Número de Artigos
Violação gramatical	0
Qualidade textual	0
Erro gramatical	1
Erro de ortografia	1
Erro ortográfico	1
Erro de escrita	1
Erro escrito	0
Mineração de texto	1
Qualidade do texto	3
Total	8

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.2 Web of Science

Descritores: *grammatical violation; grammatical error; spelling errors; spelling mistakes; orthographic error; writing error; text quality; textual quality e text mining.*

Com os filtros “contém”; “no assunto”.

Tabela 3

Artigos Violação Gramatical - Web of Science

Descritor	Número de Artigos
<i>Grammatical violation</i>	2
<i>Grammatical error</i>	7
<i>Spelling errors</i>	1
<i>Spelling mistakes</i>	1
<i>Orthographic error</i>	1
<i>Writing error</i>	0
<i>Text quality</i>	0
<i>Text mining</i>	0
Total	12

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.3 Scopus

Descritores: *grammatical violation; grammatical error; spelling errors, spelling mistakes; orthographic error; writing error; text quality; textual quality e text mining.*

Com os filtros “contém”; “no título”.

Tabela 4
Artigos Violação Gramatical – Scopus

Descritor	Número de Artigos
<i>Grammatical violation</i>	0
<i>Grammatical error</i>	5
<i>Spelling errors</i>	1
<i>Spelling mistakes</i>	0
<i>Orthographic error</i>	0
<i>Writing error</i>	2
<i>Text quality</i>	3
<i>Text mining</i>	2
Total	13

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.4 Ranking dos 50 periódicos utilizados pelo *Financial Times Research*

Descritores: *grammatical violation; grammatical error; spelling errors, spelling mistakes; orthographic error; writing error; text quality; textual quality e text mining.*

Busca aberta – sem parametrização de filtros.

Tabela 5
Artigos Violação Gramatical – Financial Times

Periódico	Número de Artigos
3. <i>Accounting, Organizations and Society</i>	5
4. <i>Administrative Science Quarterly</i>	1
12. <i>Information Systems Research</i>	2
13. <i>Journal of Accounting and Economics</i>	1
14. <i>Journal of Accounting Research</i>	3
43. <i>Review of Accounting Studies</i>	1
46. <i>Review of Financial Studies</i>	1
48. <i>Strategic Entrepreneurship Journal</i>	3
50. <i>The Accounting Review</i>	1
Total	18

Hyperlink: [Link com o ranking completo.](#)

Fonte: Elaborado pelos autores com base nos Journals que possuem estudos sobre o tema no Ranking do Financial Times de consulta por jornalistas.

A Tabela 5 descreveu os periódicos conforme a numeração do ranking. Dos 50 periódicos, apenas 9 apresentaram artigos sobre o tema VG; os demais, ou seja, 82% dos periódicos, não apresentaram artigos sobre o tema VG. O ranking completo dos periódicos pode ser acessado por meio do link que consta ao fim da Tabela 5.

Tabela 6
Artigos Violação Gramatical – Financial Times

Descritor	Número de Artigos
<i>Grammatical violation</i>	6
<i>Grammatical error</i>	12
<i>Spelling errors</i>	0
<i>Spelling mistakes</i>	0
<i>Orthographic error</i>	0
<i>Writing error</i>	0
<i>Text quality</i>	0
<i>Text mining</i>	0
Total	18

Fonte: Elaborado pelos autores.

4.2.5 Resumo da Revisão Sistemática da Literatura

A Tabela 7, a seguir, apresenta o total de artigos geral e por base de dados, e o total de artigos geral e por idioma.

Tabela 7
Artigos Violação Gramatical – Total

Base de Dados	Número de Artigos
Periódicos CAPES	8
Web of Science	12
Scopus	13
Financial Times	18
Português	12
Espanhol	11
Inglês	28
Total	51

Fonte: Elaborado pelos autores.

Baseado nesta Revisão Sistemática da Literatura, o tema VG dentro da área de contabilidade financeira foi localizado em apenas três pesquisas na literatura internacional: Gillette e Pundrich (2020); Hucks (2015); e Ghose e Ipeiritis (2010). Na literatura contábil brasileira, não foi encontrada pesquisa sobre o tema.

4.3 Evolução das Métricas de Análise Textual

Uma das limitações metodológicas mais críticas da pesquisa em análise textual das demonstrações contábeis é a concentração de estudos que se restringem a uma amostra muito pequena. Normalmente, isso ocorre devido à dificuldade de tratamento dos dados que, na maioria das pesquisas, é feito por meio de análise manual. Por exemplo, Tennyson, Ingram e Dugan (1990) examinaram a relação entre restrição financeira e narrativa textual, com uma amostra total de apenas 23 companhias. Por isso, pesquisas em análise textual que realizam a coleta de dados de forma automatizada podem contribuir com a evolução das métricas de análise textual, por possibilitarem a análise de uma amostra extensa.

Entre os artigos encontrados com base na Revisão Sistemática da Literatura, a seção 4.3.1 analisou os 3 estudos sobre o tema VG que estão dentro da área de contabilidade, especificamente na literatura internacional, uma vez que, na literatura contábil brasileira, não houve resultado. Os artigos analisados são os seguintes: Ghose e Ipeiritis (2010); Hucks (2015) e Gillette e Pundrich (2020).

4.3.1 Revisão Textual e Aspectos Econômicos – Ghose e Ipeiritis (2010)

A pesquisa se concentrou no impacto das revisões textuais dos resultados econômicos das vendas de produtos e verificou como diferentes fatores textuais podem interferir nos resultados sociais, como sua utilidade percebida. Vários aspectos do texto, como níveis de subjetividade, medidas de legibilidade, extensão de ortografia e erros gramaticais, foram explorados e utilizados para identificar relevantes aspectos baseados nas análises textuais.

Também foram analisados diversos níveis de características textuais, como a utilidade média de revisões e as medidas de identidade dos textos. A análise econométrica evidenciou que os graus de subjetividade, informatividade, legibilidade e correção linguística dos textos são aspectos relevantes, capazes de afetar o volume de vendas e a percepção de utilidade dos produtos vendidos.

Entre os principais resultados da pesquisa, foi constatado que frases não objetivas e subjetivas são negativamente associadas ao volume dos produtos, em comparação com frases que tendem a ser mais objetivas e menos subjetivas. Ou seja, frases objetivas e não subjetivas são classificadas como mais informativas e úteis pelos usuários.

Por fim, a pesquisa destacou que é possível prever com precisão o impacto das análises textuais no volume de vendas dos produtos e sua utilidade percebida, por meio da análise de importância relativa de três categorias de recursos textuais: recursos do emissor textual, recursos de subjetividade textual e recurso de legibilidade textual. Este artigo foi o primeiro a integrar econometria em análise textual de aspectos gramaticais e ortográficos, para estimar o impacto econômico dos aspectos textuais.

4.3.2 Revisão Textual e Obtenção de Empréstimos – Hucks (2015)

O estudo identificou se as características textuais das informações de solicitações de empréstimos são capazes de revelar aspectos comportamentais do emissor. Foi analisado se a qualidade ortográfica e gramatical de quem solicita um empréstimo bancário (devedor) afeta as decisões das empresas que concedem esses empréstimos (credor). Para os autores, os erros ortográficos provavelmente não representam uma escolha estratégica, e essa deficiência textual pode prejudicar a comunicação entre credor e devedor.

A pesquisa revelou que erros ortográficos afetam as decisões de alocação de capital dos credores de forma direta e negativa, e que tais erros também são preditivos de resultados negativos para os credores, como incidência de elevados índices de inadimplência e redução de taxas de retorno. Consistente com essa constatação, os erros ortográficos presentes nos relatórios de pedidos de empréstimos pelos devedores também são preditivos no resultado da análise de risco do credor. Quanto mais erros ortográficos nos textos, maiores as taxas de juros dos empréstimos concedidos e maior a dificuldade em se obter o empréstimo.

O autor também sinalizou que a presença de erros ortográficos nos pedidos de empréstimos representa um sinal de baixo nível de capacidade financeira dos devedores, e este aspecto é utilizado como fator de decisão dos credores, reduzindo as chances de obtenção de empréstimos para os devedores. Assim, os devedores podem intencionalmente fornecer textos mais legíveis e com menos erros gramaticais para aumentar as chances de obtenção de empréstimos.

Assim, o estudo contribuiu diretamente para a análise textual na divulgação de informações da literatura do mercado de crédito, estabelecendo que as características da linguagem textual fornecem um sinal significativo sobre a qualidade do texto, da capacidade financeira e da possibilidade de obtenção de empréstimos.

4.3.3 Revisão Textual e Qualidade da Informação – Gillette e Pundrich (2020)

O artigo analisou se as violações gramaticais, incluindo o número de erros tipográficos, de sintaxe, pontuação, ortografia e outros erros semelhantes, presentes nas demonstrações contábeis anuais, fornecem um sinal oportuno sobre a qualidade dos relatórios financeiros. Na medida em que as violações gramaticais capturam o tempo, o esforço e os recursos dedicados à preparação de registros financeiros, previu-se que violações gramaticais estão correlacionadas com a qualidade das informações contábeis.

Essa hipótese foi validada por meio de análise das demonstrações contábeis, que constatou que as violações gramaticais estão negativamente correlacionadas com métricas empíricas de qualidade do relacionamento interno da empresa com o ambiente de informação, o tempo que as empresas têm para arquivar suas demonstrações contábeis e a força do monitoramento da empresa sobre o processo de geração desses relatórios contábeis.

Consistente com essa previsão, os autores evidenciaram que as violações gramaticais estão positivamente correlacionadas com a probabilidade de reformulação dos relatórios contábeis. De modo geral, o artigo identificou que as violações gramaticais podem fornecer um sinal oportuno sobre a qualidade das demonstrações contábeis, em seus aspectos qualitativos e quantitativos, melhorando o processo de evidenciação entre empresas e usuários externos.

Os autores afirmam que os usuários das demonstrações contábeis dependem de sinais que possam sugerir a qualidade dos relatórios contábeis em suas decisões de investimentos, empréstimos e contratações de serviços. Consequentemente, pesquisas com foco em análise textual podem contribuir com o avanço da linha de pesquisa sobre qualidade das informações contábeis, sobretudo, levando em consideração a relevância da qualidade dos textos constantes nesses relatórios.

Os resultados sugerem que as violações gramaticais podem ser usadas como um indicador de qualidade dos relatórios contábeis, dentro do contexto das divulgações das informações contábeis. Consequentemente, as violações gramaticais podem fornecer um parâmetro útil de confiabilidade das informações contábeis, em diversas formas de comunicação corporativa, como previsões de gestão e comunicados de imprensa.

Esse artigo, que é o mais recente dessa linha de pesquisa (2020), fez descobertas de relevante interesse para investidores, acadêmicos, reguladores e demais usuários das demonstrações contábeis, e serviu como base para elaboração dessa revisão sistemática da literatura, que tem como objetivo gerar embasamento teórico para construção de futura pesquisa empírica sobre a influência das violações gramaticais nas demonstrações contábeis brasileiras. O artigo também divulgou diversos apêndices sobre os *scripts* em Python, sobre o processo de automatização da coleta de dados.

5. Violação gramatical: bibliometria da literatura

5.1 Procedimentos Metodológicos

Esta seção realizou uma análise bibliométrica, com o objetivo de mapear e quantificar o estado da arte do tema Violação Gramatical na literatura internacional e nacional. A Seção 4 utilizou diversas bases de artigos; já a seção atual fez uma análise bibliométrica na base *Web of Science*, por meio da Biblioteca *Bibliometrix*, executada por um *script* no software R.

A ferramenta *Bibliometrix* possui código aberto e foi desenvolvida por Aria e Cuccurullo (2017) para realizar análises abrangentes de mapeamento científico por meio de análises bibliométricas mais consistentes com o estado da arte. Como é programado pelo software R, o *Bibliometrix* é flexível e pode ser rapidamente atualizado e integrado a outros pacotes estatísticos do software R.

A técnica de análise bibliométrica é o estudo das características de produção, disseminação e uso da informação registrada; para isso, são utilizados mecanismos com emprego de métodos estatísticos e matemáticos que objetivam a mensuração da produção científica de revistas, autores e demais informações da literatura estudada (Macias-Chapula, 1998). Araújo (2006) compartilha desse entendimento, declarando que a bibliometria é um recurso que faz uso de estatística e matemática para mapear os índices de produção, os aspectos da literatura e a difusão do conhecimento.

Constituem critérios de seleção dos artigos, na base *Web of Science*, os seguintes descritores: violação gramatical (2 artigos) e *grammatical violation* (344 artigos); campos (todos); *área* de conhecimento (todas) e ano (todos).

5.2 Análise Bibliométrica da Literatura

Com base nessa amostra de artigos, realizou-se a análise bibliométrica apresentada a seguir.

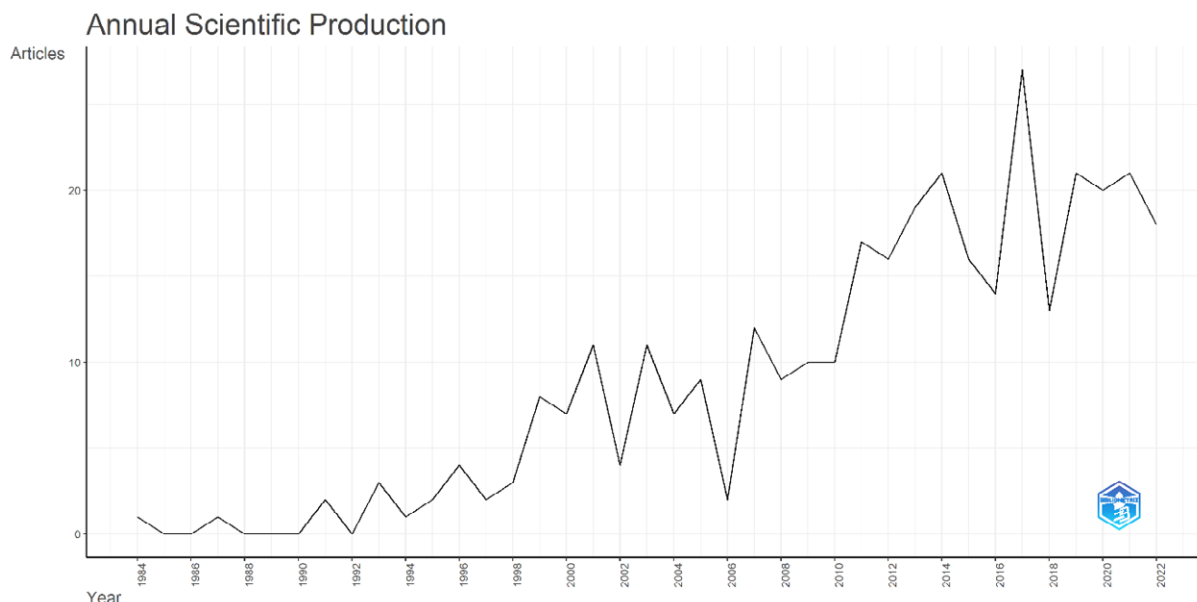


Figura 1. Total de Artigos ao longo dos anos

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 1 apresenta o total de artigos por ano. A amplitude temporal dos artigos foi de 1984 a 2022, com um total de 346 artigos e 789 autores. O ano de 2017 teve o maior volume de artigos, e nota-se uma tendência de intensificação da produtividade sobre o tema nos últimos 6 anos, conforme o comportamento do gráfico.

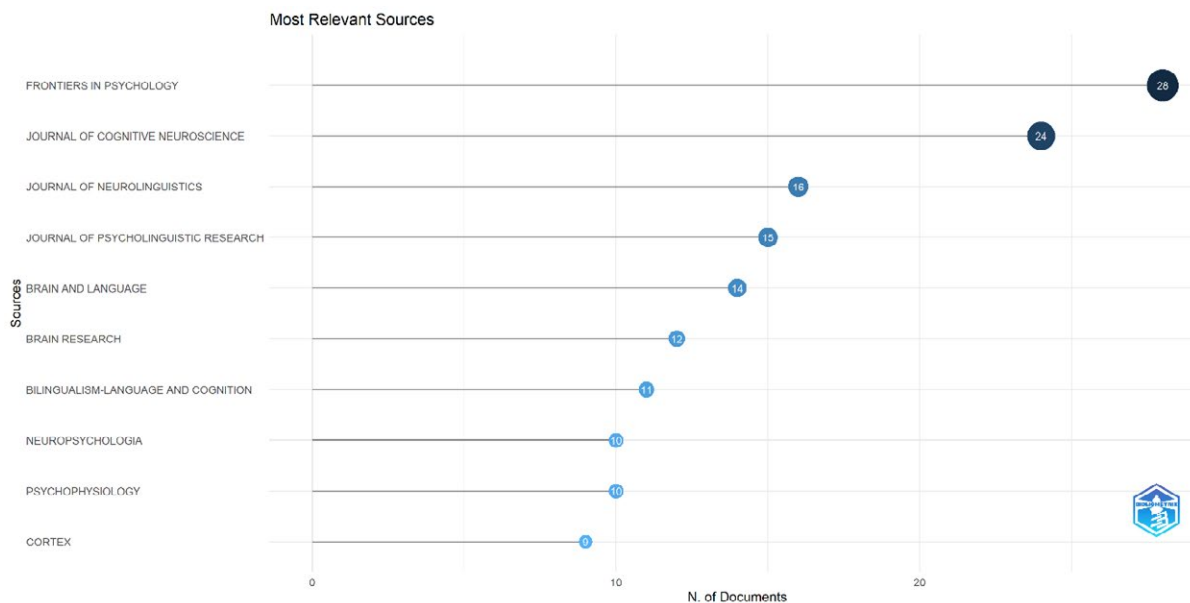


Figura 2. Total de Revistas

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 2 apresenta o total de revistas. Ao todo, foram analisadas 97 revistas; as 3 revistas mais produtivas foram: *Frontier In Psychology* (28 artigos), *Journal of Cognitive Neuroscience* (24 artigos) e *Journal of Neurolinguistics* (16 artigos). As demais revistas mais produtivas foram das áreas de linguística, Psicologia e Computação. A área de contabilidade financeira não obteve resultado.

As Figuras 1 e 2 reforçam o argumento de que, com o aumento da capacidade de processamento de dados de computadores e servidores e novas ferramentas de processamento textual e *machine learning*, a área começou a se desenvolver mais intensamente e com muita oportunidade de pesquisa e aplicação na área contábil.

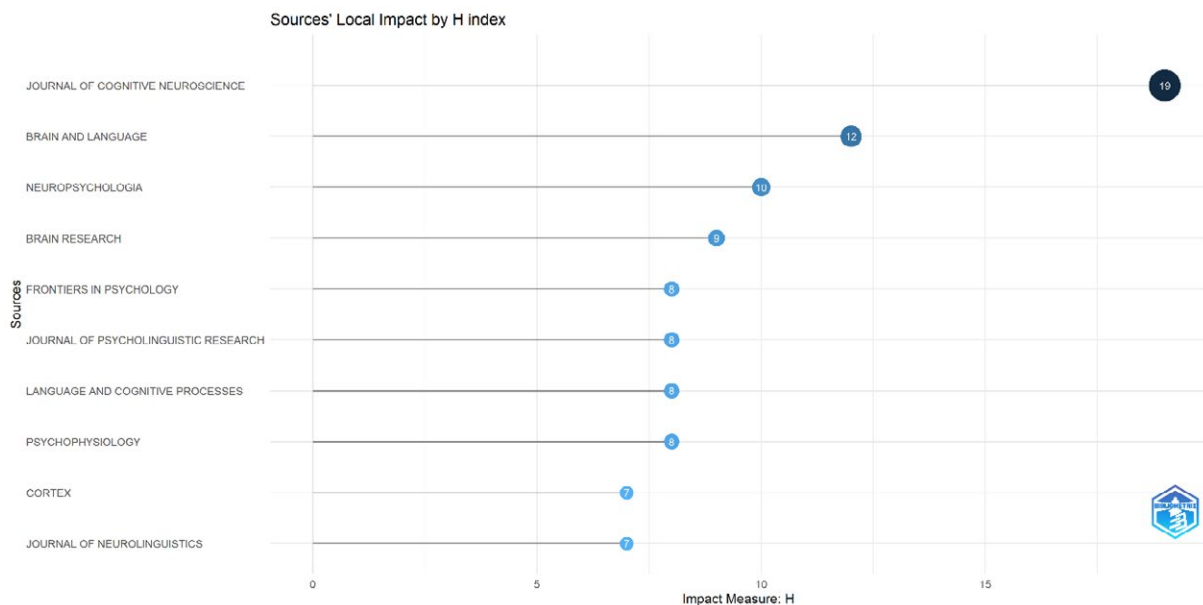


Figura 3. Fator de Impacto das Revistas

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 3 apresenta o fator de impacto (H-index) das revistas; a publicação de maior grau de impacto foi *Journal of Cognitive Neuroscience*.

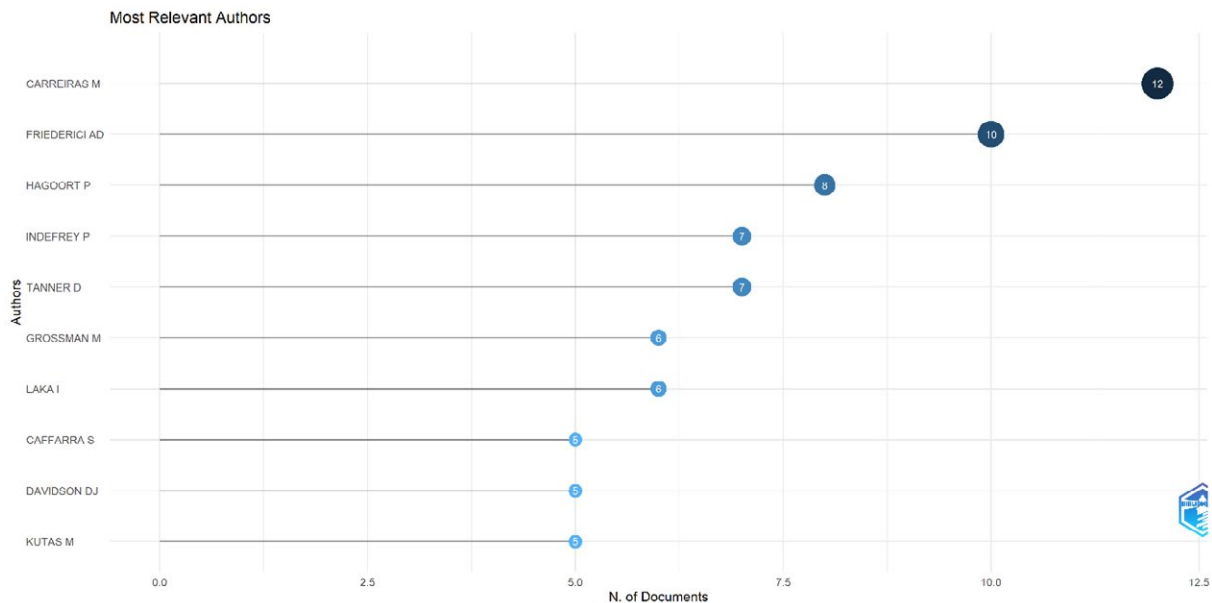


Figura 4. Autores mais relevantes

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 4 apresenta os autores mais relevantes. Destacam-se os 3 autores mais produtivos: Carreiras (12 artigos), Fredereci (10 artigos) e Hagdort (8 artigos).

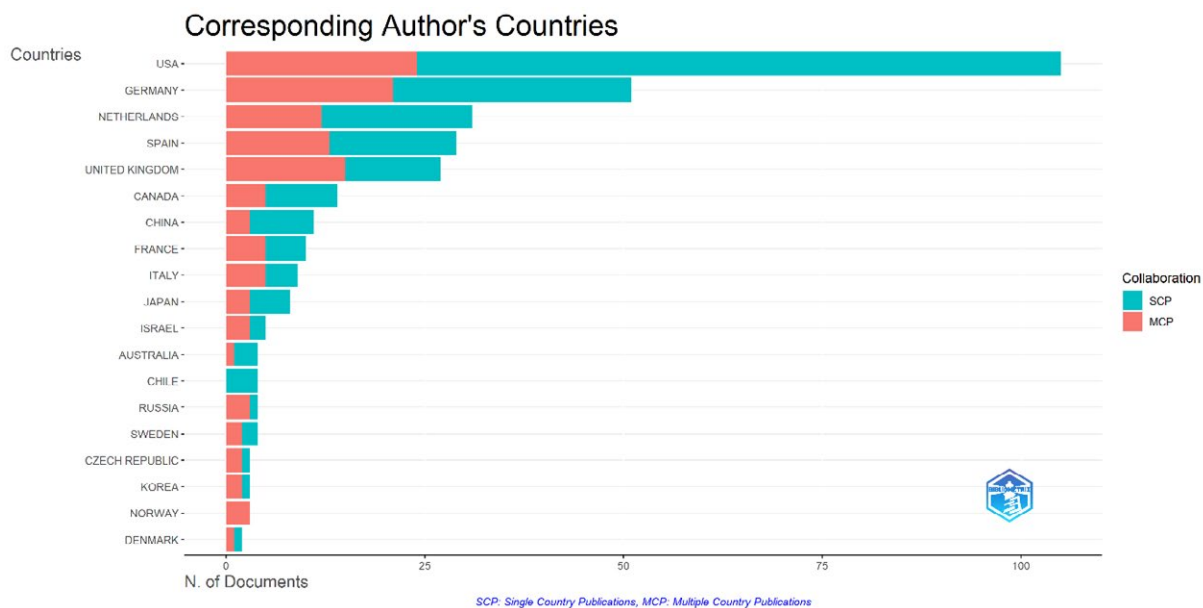


Figura 5. Gráfico de países mais produtivos

Fonte: Bibliometrix.

Country Scientific Production

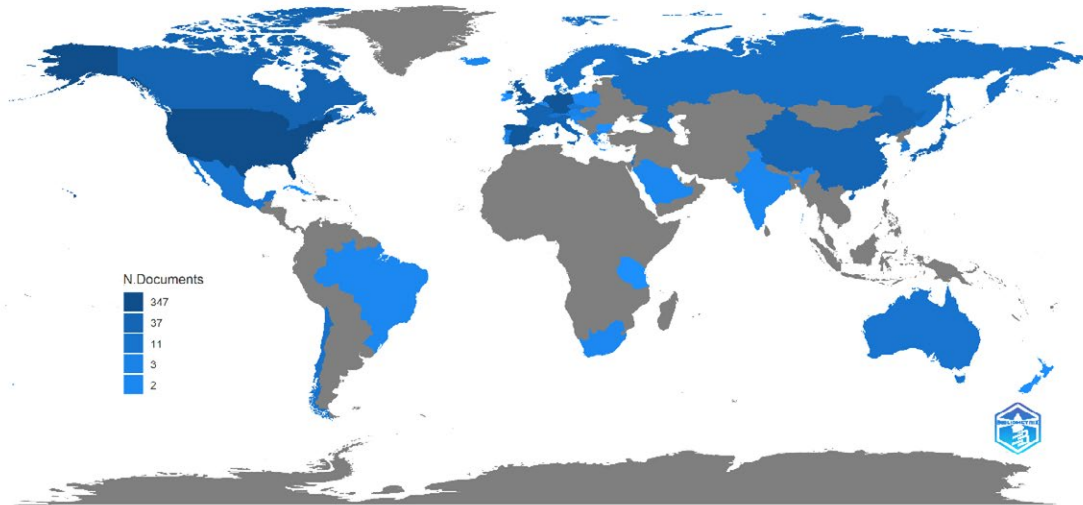


Figura 6. Mapa de países mais produtivos

Fonte: Bibliometrix.

As Figura 5 e 6 apresentam os países mais produtivos. Destaque para os Estados Unidos da América como mais produtivo, com 105 artigos ao todo. A Figura 6 descreve os países com alta produtividade (cor azul escuro), baixa produtividade (cor azul claro) e nula produtividade (cor cinza). Nota-se que o Brasil, segundo o mapa, apresenta baixa produtividade, com apenas 2 artigos, ambos na *área* de linguística.

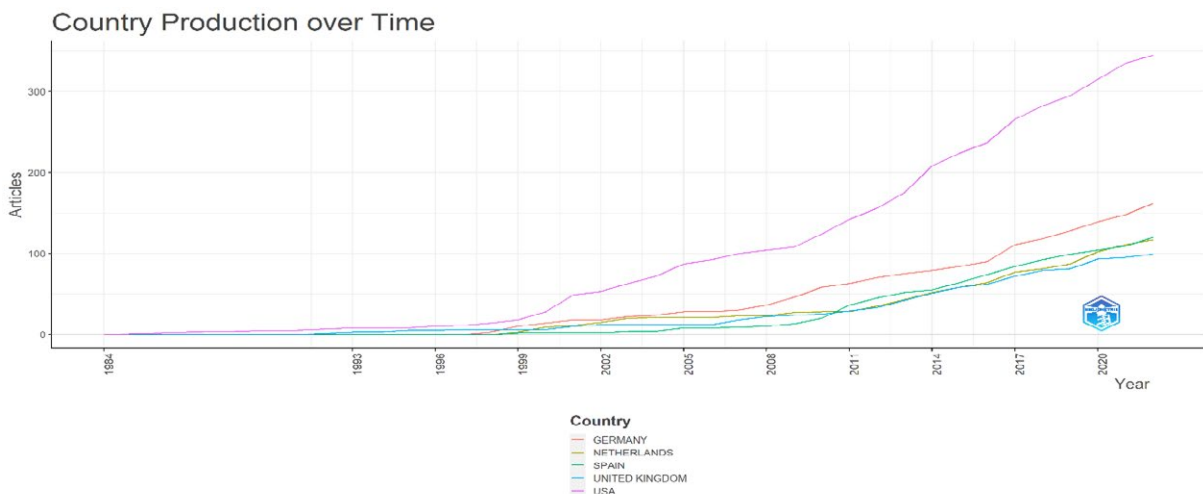


Figura 7. Produção de artigos por ano, em cada país

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 7 apresenta os artigos, por ano, em cada país. De acordo com a análise da produção nos países, no período de 1984 a 2022, observa-se que o tema Violação Gramatical, na literatura internacional, está em alta e crescendo ao longo dos *últimos* 6 anos.

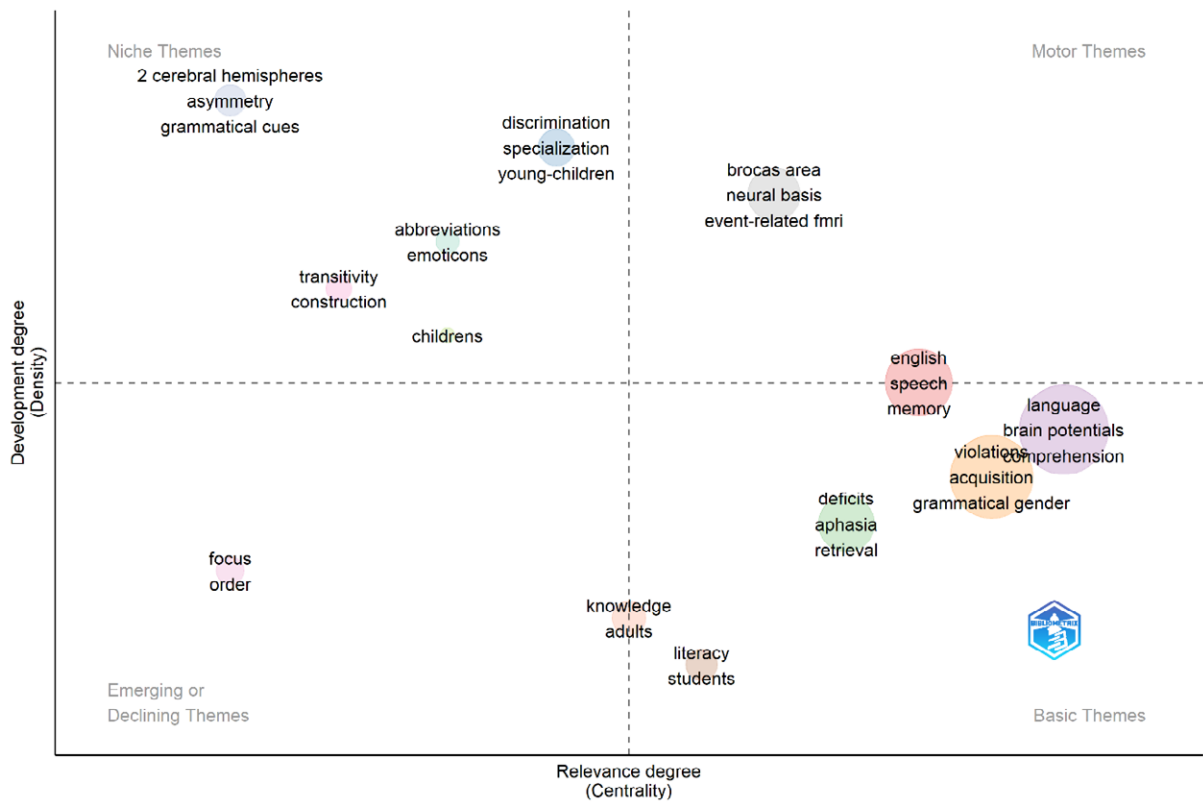


Figura 8. Temas mais adotados

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 8 apresenta os temas mais adotados nos artigos, quais sejam: compreensão linguística e crescimento de vocabulário gramatical.

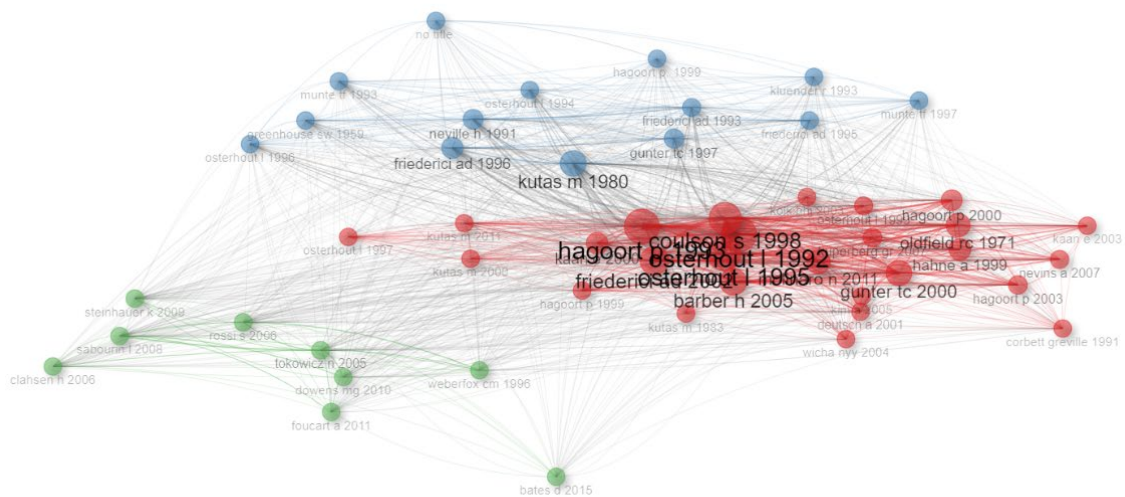


Figura 9. Rede de Cocitação

Fonte: Bibliometrix.

A Figura 9 descreve a rede de cocitação entre os autores dos artigos sobre o tema Violação Gramatical. Os cinco autores mais expressivos em termos de cocitação foram: Osterhout (1992), Hagoort (1993), Osterhout (1995), Coulson (1998) e Friederici (2002). Ao todo, foram destacados os 50 autores mais relevantes da *área*, classificados em três grupos: forte rede de citação entre autores (cor vermelha no gráfico); média rede de citação entre autores (cor azul no gráfico); e baixa rede de citação entre autores (cor verde no gráfico).

Verificou-se, por meio dos resultados de Revisão Sistemática e Análise Bibliométrica da Literatura, que o tema Violação Gramatical na *área* de contabilidade necessita de atenção e desenvolvimento por parte dos pesquisadores. Portanto, futuras evidências empíricas terão potencial para preencher a lacuna na literatura sobre esse tema; tal iniciativa poderia explorar a qualidade da informação contábil, por meio do nível das Violações Gramaticais das companhias, mesmo que de forma indireta, a fim de gerar dados empíricos, ainda incipientes, colaborar com a evolução do tema e criar, também, outras oportunidades de pesquisas futuras.

6. Considerações finais

Neste estudo, a Violação Gramatical (VG) foi apresentada como uma *proxy* capaz de medir indiretamente a qualidade das informações financeiras, reduzir a assimetria de informações e minimizar conflitos de interesses entre companhias e investidores. Nesse contexto, baixos níveis de violação gramatical sugerem um elevado grau de qualidade das informações financeiras, o que pode favorecer a redução de assimetria informacional.

Na linha de contabilidade financeira, diversas pesquisas se concentram em analisar o papel das variáveis quantitativas, como índices contábeis, financeiros e econômicos, enquanto os aspectos qualitativos recebem baixa atenção. Isso evidencia uma lacuna de pesquisa a ser preenchida na literatura internacional, que vem crescendo, e nacional. Existem poucos trabalhos com foco nos atributos qualitativos das informações financeiras; por isso, investigar mecanismos capazes de mensurar qualidade da informação financeira, por meio de aspectos qualitativos textuais das demonstrações contábeis, torna-se uma importante contribuição para a linha de contabilidade financeira.

Por isso, este estudo pode ser útil, ao abordar, dentro da linha de contabilidade financeira, uma variável de análise textual originada da área de linguística, destacando que menos VG sinaliza que uma companhia possui elevado nível de qualidade das informações financeiras, e isso eleva a credibilidade dessas informações.

Esta pesquisa também sinaliza para companhias, para o mercado de modo geral e, principalmente, para os investidores que a qualidade da informação contábil, obtida por meio do nível de VG das informações financeiras, pode ser utilizada de forma estratégica, como indicador de informações confiáveis e de credibilidade, para que as decisões possam ser tomadas de forma mais segura pelos investidores, em função da redução de assimetria informacional, capaz de ser obtida por meio dessa *proxy*. Dessa forma, para as companhias abertas, passa a ser um ponto de atenção relevante e uma forma de validação interna da qualidade das demonstrações contábeis pelos departamentos de relação com investidores, que são responsáveis pela comunicação com o mercado.

Esta Revisão Sistemática e Análise Bibliométrica da Literatura servirão como base teórica para a criação de uma *proxy* para VG para a linha de contabilidade no Brasil. Nesse cenário, serão analisados quais os fatores econômicos e financeiros afetam o nível de violação gramatical das informações financeiras das companhias brasileiras. Como se trata de um estudo pioneiro no Brasil, sugere-se que pesquisas futuras abordem o tema violação gramatical das informações financeiras, para contribuir com evidências empíricas deste tema ainda incipiente na literatura internacional e, em especial, na literatura brasileira.

Referências

- Alipour, M., Ghanbari, M., Jamshidinavid, B., & Taherabadi, A. (2019). The relationship between environmental disclosure quality and earnings quality: a panel study of an emerging market. *Journal of Asia Business Studies*, 13(2), 326-347. <https://doi.org/10.1108/JABS-03-2018-0084>
- Araújo, C. A. (2006). Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. *Em questão*, 12(1), 11-32. <https://seer.ufrgs.br/index.php/EmQuestao/article/view/16>
- Aria, M., & Cuccurullo, C. (2017). bibliometrix: An R-tool for comprehensive science mapping analysis. *Journal of informetrics*, 11(4), 959-975. <https://doi.org/10.1016/j.joi.2017.08.007>
- Beyer, A., Cohen, D. A., Lys, T. Z., & Walther, B. R. (2010). The financial reporting environment: Review of the recent literature. *Journal of accounting and economics*, 50(2-3), 296-343. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.10.003>
- Boland, J. E., & Queen, R. (2016). If you're house is still available, send me an email: Personality influences reactions to written errors in email messages. *PloS one*, 11(3), 1-17. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0149885>
- Bonsall, S. B., Leone, A. J., Miller, B. P., & Rennekamp, K. (2017). A plain English measure of financial reporting readability. *Journal of Accounting and Economics*, 63(2-3), 329-357. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.03.002>
- Borges, G., & Rech, I. J. (2019). Determinantes da legibilidade das notas explicativas de companhias brasileiras. *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, 9(3), 31-51. <https://doi.org/10.18028/rgfc.v9i3.7522>
- Bourveau, T., & Schoenfeld, J. (2017). Shareholder activism and voluntary disclosure. *Review of Accounting Studies*, 22(3), 1307-1339. <https://doi.org/10.1007/s11142-017-9408-0>
- Brandenburg, L. C. (2015). Testing the recognition and perception of errors in context. *Business and Professional Communication Quarterly*, 78(1), 74-93. <https://doi.org/10.1177/2329490614563570>
- Brown, N. C., Crowley, R. M., & Elliott, W. B. (2020). What are you saying? Using topic to detect financial misreporting. *Journal of Accounting Research*, 58(1), 237-291. <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12294>
- Buehlmaier, M. M., & Whited, T. M. (2018). Are financial constraints priced? Evidence from textual analysis. *The Review of Financial Studies*, 31(7), 2693-2728. <https://www.jstor.org/stable/48615517>
- Campbell, D., Loumioti, M., & Wittenberg-Moerman, R. (2019). Making sense of soft information: Interpretation bias and loan quality. *Journal of Accounting and Economics*, 68(2-3), 18-110. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2019.101240>
- Chung, S. G., Goh, B. W., Ng, J., & Yong, K. O. (2017). Voluntary fair value disclosures beyond SFAS 157's three-level estimates. *Review of accounting studies*, 22(1), 430-468. <https://doi.org/10.1007/s11142-016-9384-9>
- Doupnik, T. S., & Richter, M. (2003). Interpretation of uncertainty expressions: a cross-national study. *Accounting, Organizations and Society*, 28(1), 15-35. [https://doi.org/10.1016/S0361-3682\(02\)00010-7](https://doi.org/10.1016/S0361-3682(02)00010-7)
- Dyer, T., Lang, M., & Stice-Lawrence, L. (2017). The evolution of 10-K textual disclosure: Evidence from Latent Dirichlet Allocation. *Journal of Accounting and Economics*, 64(2-3), 221-245. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.07.002>
- Elfeky, M. I. (2017). The extent of voluntary disclosure and its determinants in emerging markets: Evidence from Egypt. *The Journal of Finance and Data Science*, 3(1-4), 45-59. <https://doi.org/10.1016/j.jfids.2017.09.005>

- Erickson, D., Holderness Jr, D. K., Olsen, K. J., & Thornock, T. A. (2022). Feedback with feeling? How emotional language in feedback affects individual performance. *Accounting, Organizations and Society*, 99, 101329. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2021.101329>
- Everard, A., & Galletta, D. F. (2005). How presentation flaws affect perceived site quality, trust, and intention to purchase from an online store. *Journal of Management Information Systems*, 22(3), 56-95. <https://doi.org/10.2753/MIS0742-1222220303>
- Frankel, R., Jennings, J., & Lee, J. (2016). Using unstructured and qualitative disclosures to explain accruals. *Journal of Accounting and Economics*, 62(2-3), 209-227. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2016.07.003>
- Galbraith, P., & Stillman, G. (2006). A framework for identifying student blockages during transitions in the modelling process. *ZDM*, 38(2), 143-162. <https://doi.org/10.1007/BF02655886>
- Gao, Q., Lin, M., & Sias, R. W. (2018). Words matter: The role of texts in online credit markets. *Journal of Financial and Quantitative Analysis, forthcoming*, 01-58. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2446114>
- Ghose, A., & Ipeirotis, P. G. (2010). Estimating the helpfulness and economic impact of product reviews: Mining text and reviewer characteristics. *IEEE transactions on knowledge and data engineering*, 23(10), 1498-1512. <https://doi.org/10.1109/TKDE.2010.188>
- Gillette, J., & Pundrich, G. (2020). Grammatical Violations and Financial Reporting Quality. Available at SSRN 3496434. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3496434>
- Gomes, A. C., de Macedo, H. C., & da Costa Marques, J. A. V. (2018). Efeitos da estrutura de capital sobre o gerenciamento de resultados contábeis no mercado brasileiro de capitais. *Sistemas & Gestão*, 13(4), 469-481. <https://doi.org/10.20985/1980-5160.2018.v13n4.1411>
- Gkikas, D. C., Tzafilkou, K., Theodoridis, P. K., Garmpis, A., & Gkikas, M. C. (2022). How do text characteristics impact user engagement in social media posts: Modeling content readability, length, and hashtags number in Facebook. *International Journal of Information Management Data Insights*, 2(1), 1-9. <https://doi.org/10.1016/j.jjime.2022.100067>
- Grant, S. M., Hodge, F. D., & Sinha, R. K. (2018). How disclosure medium affects investor reactions to CEO bragging, modesty, and humblebragging. *Accounting, Organizations and Society*, 68, 118-134. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2018.03.006>
- Gubala, C., Larson, K., & Melonçon, L. (2020). Do writing errors bother professionals? An analysis of the most bothersome errors and how the writer's ethos is affected. *Journal of Business and Technical Communication*, 34(3), 250-286. <https://doi.org/10.1177/1050651920910205>
- Haniffa, R. M., & Cooke, T. E. (2005). The impact of culture and governance on corporate social reporting. *Journal of Accounting and Public Policy*, 24(5), 391-430. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2005.06.001>
- Hargittai, E. (2006). Hurdles to information seeking: Spelling and typographical mistakes during users' online behavior. *Journal of the Association for Information Systems*, 7(1), 1-16. <https://doi.org/10.17705/1jais.00076>
- Helms, N., Hölscher, R., Nelde, M., & Schneider, J. (2021). The quality of risk reports: Integrating requirement levels of standard setters into text analysis. *Journal of Corporate Accounting & Finance*, 32(3), 7-23. <https://doi.org/10.1002/jcaf.22494>
- Hoberg, G., & Maksimovic, V. (2015). Redefining financial constraints: A text-based analysis. *The Review of Financial Studies*, 28(5), 1312-1352. <https://doi.org/10.1093/rfs/hhu089>
- Hucks, R. J. (2015). *Voluntary Involuntary Disclosure*. Unpublished Doctoral Thesis, Doctor of Philosophy (Business Administration), Universidade de Michigan. Ann Arbor, Estados Unidos da América.

- Izco, M. Á., Cabestre, R. F. J., & Olalla, R. C. (2021). Readability in management reports: extension and good governance practices: La legibilidad en los informes de gestión: extensión y buenas prácticas de gobierno corporativo. *Revista de Contabilidad-Spanish Accounting Review*, 24(1), 19-30. <https://doi.org/10.6018/rcsar.363171>
- Kettunen, J. (2017). Interlingual translation of the International Financial Reporting Standards as institutional work. *Accounting, Organizations and Society*, 56, 38-54. <https://doi.org/10.1016/j.aos.2016.10.001>
- Kim, J., Kim, Y., & Zhou, J. (2017). Languages and earnings management. *Journal of Accounting and Economics*, 63(2-3), 288-306. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2017.04.001>
- Kreiner, D. S., Schnakenberg, S. D., Green, A. G., Costello, M. J., & McClain, A. F. (2002). Effects of spelling errors on the perception of writers. *The Journal of general psychology*, 129(1), 5-17. <https://doi.org/10.1080/00221300209602029>
- Lehavy, R., Li, F., & Merkley, K. (2011). The effect of annual report readability on analyst following and the properties of their earnings forecasts. *The Accounting Review*, 86(3), 1087-1115. <https://doi.org/10.2308/accr.00000043>
- Li, F. (2008). Annual report readability, current earnings, and earnings persistence. *Journal of Accounting and Economics*, 45(2-3), 221-247. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2008.02.003>
- Li, Y. (2017). Voluntary disclosure and investment in environmental technology. *Journal of Economic Behavior & Organization*, 133, 331-341. <https://doi.org/10.1016/j.jebo.2016.11.002>
- Liu, S., Wei, K., & Gao, B. (2022). Power of information transparency: How online reviews change the effect of agglomeration density on firm revenue. *Decision Support Systems*, 153, 1-13. <https://doi.org/10.1016/j.dss.2021.113681>
- Lo, K., Ramos, F., & Rogo, R. (2017). Earnings management and annual report readability. *Journal of Accounting and Economics*, 63(1), 1-25. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2016.09.002>
- Macias-Chapula, C. A. (1998). O papel da informetria e da cienciometria e sua perspectiva nacional e internacional. *Ciência da informação*, 27(2), 134-140. <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v27i2.794>
- Morioka, S. N., Iritani, D. R., Ometto, A. R., & Carvalho, M. M. D. (2018). Revisão sistemática da literatura sobre medição de desempenho de sustentabilidade corporativa: uma discussão sobre contribuições e lacunas. *Gestão & Produção*, 25, 284-303. <https://doi.org/10.1590/0104-530X2720-18>
- Moher, D., Liberati, A., Tetslaff, J., & Altman, D. G. (2009). Preferred reporting items for systematic reviews and meta-analyses: The PRISMA Statement. *Annals of Internal Medicine*, 151(4), 264-269. <https://doi.org/10.1136/bmj.b2535>
- Nascimento, J. F., & Henz, R. R. (2021). A ortografia e os níveis de escrita: o erro em textos de sujeitos escolarizados. *Confluência: Revista do Instituto de Língua Portuguesa*, (61), 226-248. <https://doi.org/10.18364/rc.2021n61.399>
- Queen, R., & Boland, J. E. (2015). I think your going to like me: Exploring the role of errors in email messages on assessments of potential housemates. *Linguistics Vanguard*, 1(1), 283-293. <https://doi.org/10.1515/lingvan-2015-0011>
- Scheld, D., Stolper, O., & Walter, A. (2021). Double Dutch finally fixed? A large-scale investigation into the readability of mandatory financial product information. *Journal of Consumer Policy*, 44(2), 151-178. <https://doi.org/10.1007/s10603-021-09486-0>
- Sethuraman, M. (2019). The effect of reputation shocks to rating agencies on corporate disclosures. *The Accounting Review*, 94(1), 299-326. <https://doi.org/10.2308/accr-52114>

- Scott, G. G., Sinclair, J., Short, E., & Bruce, G. (2014). It's not what you say, it's how you say it: language use on Facebook impacts employability but not attractiveness. *Cyberpsychology, Behavior, and Social Networking*, 17(8), 562-566. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1089/cyber.2013.0584>
- Si, H., Jiang, S., Fang, Y., & Usman, M. (2020). Can readability of loan description affect loan success rate and loan cost?: A textual analysis of P2P loan description. *Engineering Economics*, 31(3), 302-313. <http://dx.doi.org/10.5755/j01.ee.31.3.25760>
- Silva, C. A. T., & Fernandes, J. L. T. (2009). Legibilidade dos fatos relevantes no Brasil. *Revista de Administração Contemporânea-RAC Electronica*, 3(1), 142-159. <https://doi.org/10.58969/25947125.1.1.2017.16>
- Shore, T., Tashchian, A., & Forrester, W. R. (2021). The influence of resume quality and ethnicity cues on employment decisions. *Journal of Business Economics and Management*, 22(1), 61-76. <https://doi.org/10.3846/jbem.2020.13670>
- Tennyson, B. M., Ingram, R. W., & Dugan, M. T. (1990). Assessing the information content of narrative disclosures in explaining bankruptcy. *Journal of Business Finance & Accounting*, 17(3), 391-410. <https://doi.org/10.1111/j.1468-5957.1990.tb01193.x>
- Voigt, F. H., Machado, J. V., & Meurer, A. M. (2020). Nível de evidenciação de custos e investimentos ambientais e legibilidade dos relatórios da administração de empresas do setor de papel e celulose. *Revista Mineira de Contabilidade*, 21(3), 51-62. <https://doi.org/10.51320/rmc.v21i3.1171>
- Wang, C., Brabenec, T., Gao, P., & Tang, Z. (2021). The Business Strategy, Competitive Advantage and Financial Strategy: A Perspective from Corporate Maturity Mismatched Investment. *Journal of Competitiveness*, 13(1), 164-181. <https://doi.org/10.7441/joc.2021.01.10>
- Williams, J. M. (1981). The phenomenology of error. *College composition and communication*, 32(2), 152-168. <https://doi.org/10.2307/356689>

Previsibilidade do Retorno das Ações pela Análise do Sentimento Textual: uma revisão

Renan Silva de Carvalho

<https://orcid.org/0000-0001-5475-3233>

Joyce Menezes da Fonseca Tonin

<https://orcid.org/0000-0003-1371-1314>

Simone Leticia Raimundini Sanches

<https://orcid.org/0000-0002-7363-2573>

Resumo

Objetivo: Analisar a evolução das pesquisas com a abordagem de análise textual como ferramenta de predição do retorno das ações no mercado de capitais.

Método: Revisão sistemática auxiliada pelo software VosViewer, em que foram analisados 78 artigos empíricos da temática, publicados em inglês e indexados na Web of Science.

Resultados: Os resultados aglutinam evidências de que o sentimento textual é capaz de prever o retorno das ações, sendo capturado em diversas fontes de informação. Na análise, emergiram quatro categorias que correspondem às fontes de informação para a análise textual: notícias financeiras (31), divulgações corporativas (29), mídias sociais (16) e outros documentos (8).

Contribuições: Este trabalho contribui com a academia ao demonstrar os principais achados de pesquisas elaboradas sobre o assunto, além de sugerir tópicos para trabalhos futuros. No âmbito prático, as evidências transmitem aos investidores que informações textuais acerca das empresas também podem gerar reações no mercado.

Palavras-Chave: Análise Textual; Sentimento Textual; Retorno das Ações; Revisão Sistemática.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 25/5/2022. Pedido de revisão em 22/11/2022. Rodada 2: Resubmetido em 21/12/2022. Pedido de revisão em 3/2/2023. Rodada 3: Resubmetido em 4/3/2023. Aceito em 1/5/2023 por Vinicius Gomes Martins, Doutor (Editor assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

A Hipótese de Mercado Eficiente (HME) prevê que os preços dos ativos financeiros refletem todo o conteúdo de informações relevantes divulgadas (Fama, 1970). Apesar das críticas existentes acerca desta teoria, como nos trabalhos de Kahneman (1994) e Lo (2004), assume-se que o mercado é, no mínimo, parcialmente eficiente (Markiel, 2003). Uma das possíveis razões para essa parcialidade é o grande volume de informações que são divulgadas nos relatórios corporativos, em comunicados à imprensa e em notícias, o que dificulta a análise manual e minuciosa dessas informações (Xing, 2017).

Nesse sentido, é do interesse dos investidores buscar formas de automatizar esse processo de análise de informação, considerando que eles não são capazes de absorver todas as informações relevantes, visto que a racionalidade é limitada (Kahneman, 1994) e, com a automatização desse processo, eles poderiam adquirir algum nível de vantagem competitiva. No entanto, várias das informações divulgadas são qualitativas, o que, em um primeiro momento, dificultaria uma análise feita sem que exigisse uma atenção individual do investidor. Nesse sentido, surge a análise textual que, conforme indicam Loughran e McDonald (2016), permite extrair o sentimento das informações divulgadas, transformando-o em dados quantitativos para tratá-los com o objetivo de, dentre outros, prever as variações nos preços das ações.

Pesquisas que buscaram traçar a relação entre o sentimento ou tom textual e o retorno das ações encontraram evidências de que: uma mudança no tom textual, em relatórios anuais, altera significativamente as variações nos preços das ações em uma janela de evento de dois dias depois da divulgação (Feldman, Govindaraj, Livnat, & Segal, 2010); o tom linguístico em teleconferências de resultado é um indicador significativo de retornos anormais e volume de negócios posteriores (Price, Doran, Peterson, & Bliss, 2012); e altos níveis de incerteza nos textos de formulários registrados na *Securities and Exchange Commission* (SEC) antes do processo de Oferta Pública Inicial, ou *Initial Public Offering* (IPO), têm retornos mais elevados no primeiro dia de negociação na bolsa de valores (Loughran & McDonald, 2013).

Além de divulgações financeiras realizadas pelas companhias, encontram-se na literatura análises textuais desenvolvidas para capturar o sentimento de notícias e mídias sociais. Os achados da pesquisa de Tetlock (2007) revelaram que altos níveis de palavras pessimistas na coluna do *Wall Street Journal* proporcionam retornos mais baixos no mercado no dia seguinte. Da mesma forma, Chen, De, Hu e Hwang (2014) demonstraram que uma análise textual de opiniões dos investidores transmitidas por meio das mídias sociais é capaz de prever o retorno das ações das empresas, bem como surpresas de lucro, que ocorrem quando uma empresa relata lucros que são significativamente maiores ou menores do que o que era esperado.

Diante da ampla possibilidade de aplicação da análise textual em finanças e contabilidade, a mudança da forma como os textos são analisados com os avanços da tecnologia suscita a necessidade de revisitar a literatura e organizar as principais contribuições de estudos e lacunas deixadas, que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Nesse sentido, Kearney e Liu (2014), Xing (2017) e Loughran e McDonald (2020) realizaram revisões acerca da temática; os últimos autores se concentram no uso de análise textual em mídia social, preconceito político e detecção de fraude.

No entanto, diferentemente dos estudos citados, o presente estudo explora, especificamente, a análise textual como forma de prever o retorno das ações. Isso posto, o objetivo deste artigo é analisar a evolução das pesquisas com a abordagem de análise textual como ferramenta de predição do retorno das ações no mercado de capitais. Foi realizada uma revisão sistemática da literatura, auxiliada pelo software VosViewer, em que foram analisados 78 artigos empíricos da temática, publicados em inglês e indexados na base de dados *Web of Science*. A pesquisa não teve recorte temporal de início da janela e limitou-se aos artigos publicados até o fim de 2021.

A revisão possibilitou a identificação de quatro principais fontes de informação para a análise textual: notícias financeiras (31), divulgações corporativas (29), mídias sociais (16) e a quarta fonte, que representa outros documentos (8). A pesquisa contribui com a literatura ao compilar as principais evidências encontradas em cada uma dessas categorias, além de auxiliar novas pesquisas, indicando possíveis direções futuras. Além disso, há contribuições no âmbito prático, ao demonstrar aos *stakeholders* como as informações qualitativas sobre as empresas podem afetar os preços praticados no mercado.

Este artigo apresenta, além desta introdução ao tema de estudo, quatro outras seções: na segunda seção, é apresentada a revisão de literatura, contemplando a hipótese de mercado eficiente, suas críticas e o surgimento da análise textual em finanças; na terceira seção, são apresentados os aspectos metodológicos; na quarta seção, são evidenciados os resultados da pesquisa; e, na quinta e última seção, estão as considerações finais do trabalho.

2. Referencial teórico

2.1 Hipótese de Mercado Eficiente, Hipótese de Mercados Adaptativos e Análise Textual

A eficiência de mercado é um ponto-chave na literatura de finanças, pois a aceitação ou não dessa eficiência é decisiva na elaboração de modelos financeiros em pesquisas na área de mercado de capitais. A discussão acerca da eficiência de mercado surge com Fama (1970), que apresenta a Hipótese de Mercado Eficiente (HME), na qual se assume que os preços dos ativos financeiros refletem todo o conteúdo de informações relevantes divulgadas.

O autor separa a eficiência de mercado em três tipos: eficiência fraca, eficiência semiforte e eficiência forte, nas quais, posteriormente, Fama (1991) realiza uma mudança em suas nomenclaturas para os testes: I) teste de previsibilidade de retorno; II) teste para estudos de evento; e III) teste de informações privadas, respectivamente. A alteração na nomenclatura não alterou a essência de cada um dos testes; houve apenas uma mudança na forma fraca, que passou a incorporar a previsão dos retornos.

O mercado eficiente, na sua forma fraca, prevê que o preço das ações reflete completamente todas as informações passadas, em especial aquelas referentes às cotações dos ativos e, a partir do estudo de Fama (1991), o rendimento de dividendos e a relação preço/lucro. Um mercado eficiente semiforte presume que os preços se ajustam de forma instantânea a outras informações públicas como relatórios anuais e desdobramento de ações, por exemplo. Os testes para eficiência forte preocupam-se com o fato de os investidores individuais, ou em grupo, terem acesso a informações privilegiadas, as quais são relevantes para a formação de preços, e como essas informações estão incorporadas aos preços.

Após a publicação do estudo de Fama (1970), pesquisadores têm contestado a HME, apresentando evidências contrárias a essa teoria, demonstrando algumas anomalias de mercado e questionando a existência de um mercado eficiente. Entre as evidências contrárias, tem-se, por exemplo, o efeito janeiro, em que os retornos nos meses de janeiro são superiores aos obtidos nos outros meses do ano (Rozeff & Kinney, 1976); o efeito índice Preço/Lucro (P/L), no qual ações com menor P/L trariam retornos superiores ao mercado (Ball, 1992); a obtenção de retornos anormais por meio da aplicação de médias móveis (Brock, Lakonishok, & Lebaron, 1992), dentre outros.

Além das anomalias, surgiram também outras teorias buscando explicar o funcionamento do mercado de capitais. Contrariamente a uma das principais premissas da HME, que é a racionalidade dos investidores, as finanças comportamentais surgem tendo Kahneman e Tversky (1979) como precursores. Os autores defendem que os investidores são irracionais e que as emoções interferem em sua tomada de decisão. Nesse mesmo sentido, a Hipótese de Mercados Adaptativos (HMA) também contrapõe a HME e defende que o mercado funciona de forma cíclica e, em alguns momentos, fatores institucionais e aspectos comportamentais mudam as condições do mercado (Lo, 2004).

Dessa forma, Lo (2004), explica que a HMA se baseia em uma abordagem que visa conciliar a estrutura neoclássica das interações econômicas da HME com os fatores psicológicos dos investidores que, por vezes, resultam em um comportamento irracional que, conseqüentemente, afeta o mercado. Sob a HMA, no mercado existem tendências que podem gerar bolhas, pânico e ciclos de alta ou baixa, que são fenômenos rotineiramente testemunhados em ecologias naturais de mercado (Lo, 2004).

Uma implicação prática da HMA é que o uso de estratégias de investimentos para obter retornos acima do mercado pode funcionar durante determinadas épocas, mas, a partir do momento em que o ciclo de mercado se altera, a estratégia pode não ter o desempenho esperado e retornar quando as condições se tornarem mais propícias (Lo, 2004).

Assim, mesmo em um mercado de capitais competitivo, oportunidades de arbitragem surgem de vez em quando em um “Mercado Adaptável”. Isso porque, conforme apontam Grossman e Stiglitz (1980), sem essas oportunidades, não haveria incentivo para a coleta e a análise de informações, e o aspecto de descoberta de oportunidades dos mercados financeiros não existiria, fazendo assim com que este entrasse em colapso.

Uma das premissas da HMA é que a velocidade na qual as informações são absorvidas pelos participantes do mercado é diferente (Xing, 2017). Isso causa certos desvios de eficiência que podem persistir por curtos períodos, possibilitando ganhos adicionais, se identificados antecipadamente (Markiel, 2003).

Considerando a HMA, e diante de tantas informações disponíveis sobre as empresas e sobre o mercado, os investidores interessam-se em agilizar o processo de análise das informações de modo a sair na frente em sua tomada de decisão e, conseqüentemente, obter retornos acima do mercado. Dessa forma, surge a análise textual, permitindo realizar estudos empíricos que buscam, dentre outras possibilidades, verificar se o sentimento textual de informações públicas sobre o mercado de capitais é capaz de prever as variações nos preços das ações (Loughran & McDonald, 2016).

As notícias financeiras transmitidas pelas mídias tradicionais (textos jornalísticos) é um dos principais objetos da análise textual na literatura de finanças, que tem o trabalho seminal de Tetlock (2007) como um dos precursores. Nessa mesma perspectiva, a popularidade crescente das mídias sociais fez com que surgissem espaços para que investidores compartilhassem suas opiniões acerca de empresas de capital aberto e suas visões de mercado. Assim, tornou-se um campo promissor para capturar o sentimento do investidor por meio de suas publicações e relacioná-lo com o retorno das ações.

Divulgações corporativas realizadas pelas companhias também podem conter informações que permitam identificar quais as perspectivas futuras para a empresa, e essas expectativas sobre o desempenho futuro são de grande interesse dos investidores, que sempre buscam se antecipar aos acontecimentos. As divulgações que podem ter seu conteúdo textual analisado vão desde documentos fornecidos ao órgão regulador, antes mesmo da abertura de capital, passando por outras divulgações obrigatórias, como relatórios anuais, até as divulgações voluntárias, como as teleconferências de resultado.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa trata-se de uma revisão sistemática da literatura. A realização da revisão se deu por se tratar de uma forma de pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura, buscando sintetizar e relatar as evidências acerca de uma temática, com o emprego de técnicas de busca e organização de dados de forma sistematizada, com o intuito de diminuir o viés da pesquisa. O método selecionado, portanto, está em conformidade com o objetivo proposto.

A pesquisa possui uma abordagem qualitativa e descritiva, devido à descrição das características de uma amostra e à sua base teórica estabelecida. Por sua vez, classifica-se como documental, pois a coleta de dados ocorreu na própria literatura, a partir da seleção de artigos em base de dados (Creswell, 2010).

Para a coleta de dados, foram realizadas buscas de artigos, no *Google Scholar*, para identificar terminologias comumente utilizadas nos estudos sobre esta temática, de modo a auxiliar na definição dos termos pesquisados. Nessa busca preliminar, foram utilizadas as palavras-chave das pesquisas de Price et al. (2012) e de Jiang, Lee, Martin e Zhou (2019).

A partir dos resultados do *Google Scholar* sobre as palavras-chave dos artigos citados, foram selecionadas as que obtiveram o maior número de ocorrências – uma associada à análise textual e outra às reações de mercado. Com isso, definiram-se os termos: *Textual Analysis* e *Stock Return*, de modo que se selecion os artigos que continham ambos os termos em seu título, resumo ou palavras-chave.

Com os termos definidos, para realização das buscas, optou-se por utilizar a base de dados *Web of Science*, como forma de certificar de que as publicações foram analisadas por pares (Ahmad & Omar, 2016), e por ser uma base de dados multidisciplinar considerada relevante (Wang & Waltman, 2016).

A busca retornou 114 resultados na *Web of Science*, considerando os artigos publicados até o fim de 2021 e sem recorte temporal de início da janela. Do total de 114 artigos encontrados, realizou-se a leitura dos resumos dos artigos, para selecionar quais fizeram, de alguma forma, a associação entre a análise textual e o retorno das ações empiricamente. Nesta fase foram excluídos 36 artigos que não atendiam a esse critério. As fases da revisão sistemática estão resumidas na Figura 1:

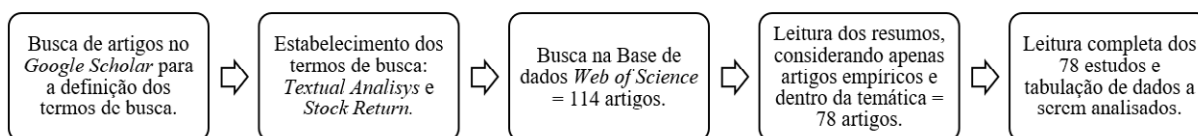


Figura 1. Fases para a revisão sistemática

Fonte: elaborado pelo autor, 2022.

Após o processo de filtragem, a amostra final foi composta por 78 artigos, os quais estão expostos na Figura 2, em que está demonstrada a evolução do número de publicações da temática no decorrer dos anos.



Figura 2. Número de artigos publicados por ano

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Antes mesmo de iniciar o processo de análise dos artigos, com a tabulação dos estudos, é possível observar que, no ano de 2016, houve um crescimento expressivo na quantidade de publicações que relacionam o sentimento textual com o retorno das ações, e, a partir desse ano, um crescimento contínuo até 2020. No ano de 2021, novamente há um salto no número de artigos publicados na temática.

Os artigos foram analisados inicialmente por meio do software VosViewer[®]. Este *software* possibilitou a visualização de um mapa com as palavras-chave mais utilizadas nos estudos e como estas se conectam, e também auxiliou na divisão em categorias, que representam as fontes de informação para a análise textual. Para a completa divisão em categorias, foi necessária a leitura dos artigos, para a identificação do documento em que foi realizada a análise textual, isto é, a fonte de informação.

4. Resultados e discussões

Esta seção está dividida em dois principais tópicos. No primeiro, são apresentados dados como: visão geral dos artigos, em quais periódicos foram publicados, quais países foram investigados, como as pesquisas evoluíram no decorrer dos anos e quais os principais métodos adotados. O tópico seguinte dispõe sobre as principais contribuições dos estudos, além de lacunas de pesquisa identificadas nas análises. Cada um dos subtópicos representa os documentos que foram objeto da análise textual nos artigos da amostra.

4.1 Visão Geral dos Artigos Analisados

A primeira parte da investigação identificou os periódicos em que os artigos da amostra estavam publicados e o fator de impacto de cada um. Observa-se, na Tabela 1, uma notável variedade de publicações sobre o tema, totalizando 50 periódicos para os 78 artigos da amostra, na área de contabilidade, finanças, administração e tecnologia da informação.

Tabela 1

Periódicos com artigos analisados

Periódico	Fator de impacto	Quant. de artigos	Periódico	Fator de impacto	Quant. de artigos
Journal of Banking and Finance	3,539	5	ACM Transactions on Information Systems	4,657	1
Journal of Behavioral Finance	1,798	5	Decision Sciences	4,551	1
Review of Financial Studies	8,414	4	Journal of Financial and Quantitative Analysis	4,337	1
Pacific-Basin Finance Journal	3,239	4	The Quarterly Review of Economics and Finance	4,324	1
Management Science	6,172	3	Journal of Corporate Finance	4,249	1
Review of Accounting Studies	4,011	3	Accounting, organizations and society	4,114	1
Applied Economics	1,916	3	Journal of Financial Markets	3,095	1
Journal of Financial Economics	8,238	2	Journal of Financial Research	2,811	1
International Review of Financial Analysis	8,235	2	Journal of Business Finance & Accounting	2,709	1
Knowledge-Based Systems	8,139	2	Multimedia Tools and Applications	2,577	1
Decision Support Systems	6,969	2	Accounting & Finance	2,473	1
International Review of Economics & Finance	3,399	2	Kybernetes	2,352	1
European Financial Management	2,295	2	Financial Analysts Journal	2,345	1

Periódico	Fator de impacto	Quant. de artigos	Periódico	Fator de impacto	Quant. de artigos
Computational Economics	1,741	2	Amfiteatru Economic	2,304	1
Journal of Intelligent & Fuzzy Systems	1,737	2	A Journal of Accounting, Finance, and Business Studies	2,060	1
The Quarterly Journal of Economics	15,563	1	Discrete Dynamics in Nature and Society	1,457	1
International Journal of Production Economics	11,251	1	Applied Economics Letters	1,287	1
Finance Research Letters	9,846	1	Revista de Administração de Empresas	1,100	1
Expert Systems with Applications	8,665	1	Lecture Notes in Computer Science	0,402	1
The Journal of Finance	7,870	1	Review of Behavioral Finance	N/A	1
Information Processing & Management	7,466	1	Intelligent Systems in Accounting, Finance and Management	N/A	1
Journal of Business Ethics	6,331	1	Global Business Review	N/A	1
Neural Computing and Applications	5,102	1	Journal of Advanced Computational Intelligence and Intelligent Informatics	N/A	1
Review of Finance	5,059	1	Qualitative Research in Financial Markets	N/A	1
Emerging Markets Finance and Trade	4,859	1	Review of Quantitative Finance and Accounting	N/A	1

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

A Tabela 2 identifica em quais ambientes as pesquisas foram desenvolvidas e demonstra os mercados investigados nos estudos analisados.

Tabela 2
Mercados investigados nos artigos

Mercado investigado	Quant. de artigos	Percentual (%)
Estados Unidos	45	57,7
China	13	16,7
Mundo	8	10,3
Taiwan	3	3,8
Alemanha	2	2,6
Brasil	2	2,6
Índia	2	2,6
Inglaterra	1	1,3
Irã	1	1,3
Japão	1	1,3
Total	78	100

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

É possível observar a predominância dos Estados Unidos como mercado investigado nos estudos analisados, representando cerca de 58% dos artigos da amostra; em seguida, consta a China, com 17%. Observa-se, ainda, que as pesquisas que envolvem mercados emergentes representam uma pequena parcela dos artigos analisados, demonstrando a possibilidade de replicação dos estudos realizados nos EUA nos mercados emergentes, para fins de comparação.

Oito estudos foram classificados como “Mundo”, pois se referem a estudos que utilizaram o mercado de vários países, sob critérios diferentes. Glasserman e Mamayski (2019), por exemplo, investigaram os 50 principais bancos, seguradoras e imobiliárias globais por capitalização de mercado, dessa forma, abrangendo vários países do mundo. Já Maragoudakis e Serpanos (2016) analisaram os principais mercados de ações europeus, asiáticos e americanos. E a pesquisa de Anand, Basu, Pathak e Thampy (2021) teve como foco os índices de ações de países da União Europeia.

Na próxima etapa da pesquisa, foi criado no software VosViewer® um mapa com as palavras-chave mais utilizadas nos 78 estudos que fizeram parte da amostra (Figura 3), o que auxilia na análise preliminar dos artigos, identificando como se dividem os assuntos dentro dessa temática e como os assuntos foram evoluindo no decorrer dos anos. Para sua elaboração, foram consideradas as palavras-chave que apareceram em mais de dez estudos.

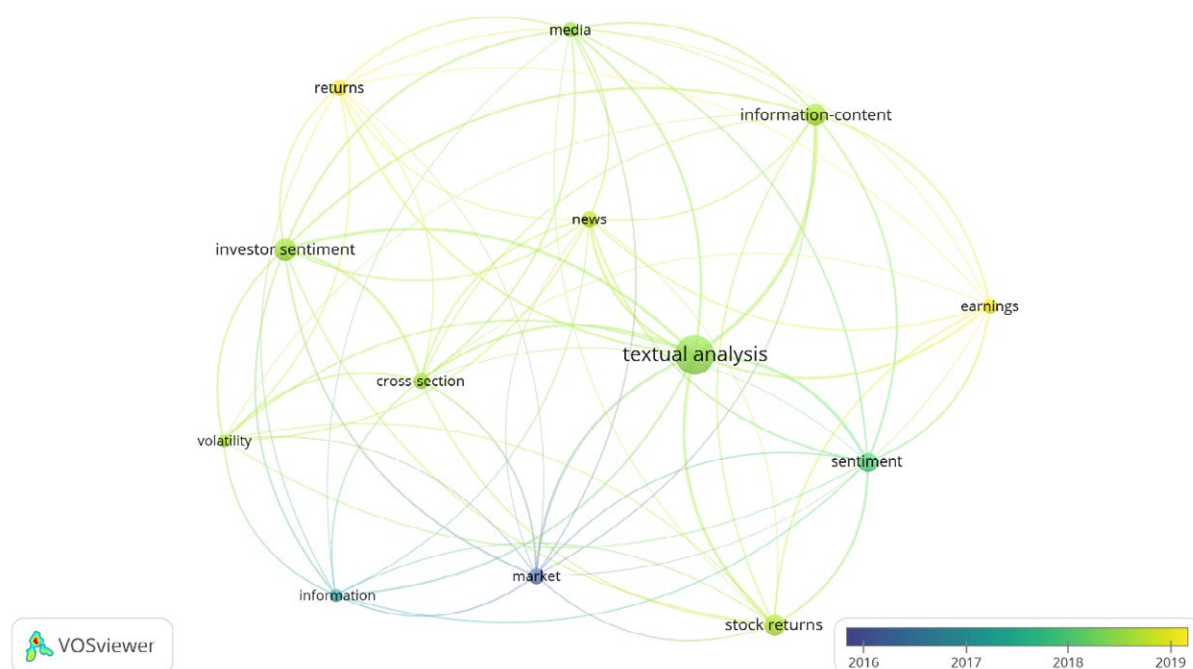


Figura 3. Evolução das palavras-chave dos artigos

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Conforme observado na Figura 3, o termo “*Textual analysis*” está próximo ao centro do mapa, sendo a palavra-chave encontrada com maior frequência nos artigos, com 45 ocorrências, além de possuir conexão com todas as demais palavras. É possível observar outras palavras-chave que também buscam demonstrar o foco do artigo em capturar o sentimento de informações textuais, como “*Sentiment*”, “*Information-content*” e “*Investor sentiment*”, além da presença de “*Returns*”, que se refere à parte do retorno das ações.

Nota-se, ainda, algumas palavras-chave relacionadas ao objeto da análise textual: “*Media*”, “*News*”, “*Earnings*”; a última se refere ao sentimento na divulgação dos resultados realizado pela companhia. No entanto, tais palavras demonstram as diferentes possibilidades de aplicação da análise textual, de modo que a previsão do retorno das ações não se restringe apenas a documentos corporativos divulgados pela companhia, mas também abrangem as notícias financeiras; logo, o sentimento dos investidores pelas mídias sociais pode ter valor preditivo.

Quanto à evolução das palavras-chave no tempo, verifica-se que a maior parte das palavras encontra-se em tons de verde, o que representa que estão bem distribuídas ao decorrer dos anos em que foram publicadas. Ao analisar as palavras que se referem às pesquisas mais recentes, destaca-se a palavra “*Earnings*”, que pode significar que as pesquisas publicadas a partir de 2018 se voltaram para analisar o sentimento na divulgação dos resultados. Vale destacar que a legenda com a descrição dos anos foi formada automaticamente pelo software, de forma que é possível perceber que as pesquisas nessa temática começam a ganhar forma a partir de 2016.

Posteriormente, foi realizada a leitura dos artigos, para identificar quais eram os documentos abrangidos pela análise textual. Além dos que puderam ser observados na Figura 3, destaca-se a teleconferência de resultado, que foi o objeto de análise em 10 artigos. Os documentos utilizados para análise textual, bem como a frequência de seu uso nos artigos da amostra, podem ser visualizados na Tabela 3.

Tabela 3

Objetos da análise textual

Objeto de análise	Quantidade de artigos
Notícias financeiras	31
Divulgações corporativas	29
Mídias sociais	16
Outros documentos	8

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

Vale ressaltar que a soma dos números da Tabela 3 não resulta nos 78 artigos que compuseram a amostra. Isso se deve ao fato de que alguns estudos tiveram múltiplas fontes de dados, analisando as notícias financeiras em conjunto com as mídias sociais (Sun, Najand & Shen, 2016; Maragoudakis, 2016; Li, Wang, Wang, Li, Liu, & Chen, 2017; Griffith, Najand, & Shen, 2019; Gan, Alexeev, Bird, & Yeung, 2020), ou as notícias financeiras junto às divulgações corporativas (Eachempati & Srivastava, 2021).

Para capturar o sentimento textual dos documentos, na maioria dos artigos, optou-se pela utilização de um dicionário, classificando as palavras em tom positivo, negativo ou outras categorias preestabelecidas. O dicionário mais utilizado foi o de Loughran e McDonald (2011), aplicado em 36 dos 78 artigos analisados. A justificativa pelo seu uso é descrita como sendo preferível o uso de um dicionário criado especificamente para capturar o sentimento no âmbito financeiro (Myšková, Hájek, & Olej, 2018).

Nesse sentido, pesquisas que usaram a classificação do tom mediante o dicionário de Loughran e McDonald (2011) e o dicionário de Harvard evidenciaram que a obra criada para uso específico em finanças é mais precisa do que a publicação de Harvard (Price et al., 2012; Ferris, Hao, & Liao, 2013; Li, Wu, & Wang, 2020).

Dentre os pesquisadores que optaram por não utilizar o dicionário de Loughran e McDonald (2011), alguns criaram a própria lista de palavras e fizeram a classificação do tom ou sentimento de cada uma, adaptando-a para seu objetivo. Brau, Cicon e McQueen (2016), por exemplo, argumentam que criaram sua própria lista de palavras, devido à especificidade do objetivo, que foi analisar o tom estratégico em documentos de registro de IPOs.

Outros pesquisadores não usaram lista de palavras. É o caso de Ibriyomova, Kogan, Salganik-Shoshan e Stolin (2017), que utilizaram a impressão digital semântica para medir a similaridade entre as empresas, com base em suas descrições, e demonstrar que o grau de similaridade auxilia na previsão da correlação dos retornos das ações dessas empresas. Na amostra, também foram encontrados métodos mais sofisticados para analisar o sentimento textual, a exemplo de Schumaker e Chen (2009), que constroem um sistema para prever as variações de mercado aplicando três técnicas de análise textual por meio da aprendizagem de máquina: I) saco de palavras; II) sintagmas nominais; e III) entidades nomeadas. Destaca-se também a pesquisa de Zhang, Wang, Zhu, Wang e Ghei (2019), que propõe um modelo de rede neural híbrida para classificação e computação dos sentimentos.

Em relação à *proxy* para medir o retorno das ações, é predominante o uso do retorno bruto para a “empresa x” no ano/mês/dia/hora t após determinado evento. Destaca-se também o uso de outras medidas como o *Cumulative Abnormal Return* (CAR), considerando a diferença entre o retorno bruto da ação e o retorno de um índice de mercado (Kiesel, 2021), o *Buy-and-Hold Return* (Jiang, Lee, Martin & Zhou, 2019) e o retorno anormal estimado pelo modelo de mercado (Campbell, Cecchini, Cianci, Ehinger, & Werner, 2019; Wu & Lin, 2017).

Foram encontrados, também, estudos que utilizaram o excesso de retorno obtido por meio do modelo de fatores de risco de Carhart (1997), como a pesquisa de Hillert, Jacobs e Müller (2018), ou pelos três fatores de risco de Fama e French (1993) e cinco fatores de risco de Fama e French (2015), nas pesquisas de Houlihan e Creamer (2017) e Buehlmaier e Whited (2018), respectivamente. A abordagem utilizada na pesquisa de Doukas, Guo, Lam e Xiao (2016) foi o retorno anormal ajustado pelo mercado para análise de curto prazo e o *Buy-and-Hold Abnormal Return* (BHAR) para o longo prazo; isso porque, com o BHAR, é possível calcular o retorno anormal de ações com volatilidade diferente e menor viés no longo prazo do que o CAR (Yan, Xiong, Meng, & Zou, 2019).

4.2 Principais Contribuições e Possibilidades de Pesquisa

4.2.1 Notícias Financeiras

As notícias financeiras foram a principal fonte de dados para a análise textual nos estudos. O artigo mais antigo da amostra é o de Schumaker e Chen (2009) que, por meio de uma pesquisa experimental, usando um sistema baseado em aprendizagem de máquina para analisar as notícias, mostra a correlação entre os preços futuros das ações de companhias e as notícias relacionadas a essas companhias.

Outras pesquisas utilizaram algoritmo de previsão, com o auxílio de redes neurais, para conectar o sentimento textual das notícias obtido pela análise textual a um modelo predominantemente numérico, baseado em indicadores de análise técnica, para prever o retorno das ações intradiário (Geva & Zahavi, 2014; Li et al., 2020). Os resultados demonstraram que a integração de dados de mercado com dados textuais aumenta o poder preditivo dos modelos, conforme testes realizados com 72 empresas do S&P 500 (Geva & Zahavi, 2014) e também na Bolsa de Valores de Hong Kong (Li et al., 2020).

Ahmad, Han, Hutson, Kearney e Liu (2016) analisaram as notícias sobre 20 grandes empresas dos Estados Unidos da América (EUA) publicadas em um período de 10 anos, utilizando o dicionário de Loughran e McDonald (2011) com as palavras que são tipicamente negativas em contextos de finanças. Os autores estimaram um modelo com vetores autorregressivos e constataram que o tom negativo extraído das notícias tem efeito contraproducente sobre o retorno – que, quando significativo, tende a perdurar por longos períodos, em vez de reverter no curto prazo.

Em artigos mais recentes, Glasserman e Mamayski (2019) demonstraram que notícias consideradas “incomuns” e com sentimento negativo aumentam a volatilidade no mercado de ações; já notícias “incomuns” com sentimento positivo preveem uma menor volatilidade. Na mesma perspectiva, Gan et al. (2020) revelaram que a ligação entre volatilidade e sentimento das notícias é mais persistente do que entre retornos e sentimento. Os autores também encontraram evidências de que, a partir de 2016, o sentimento textual das redes sociais passou a ser um melhor preditor das variações do mercado do que as notícias.

A pesquisa de Debata, Ghatge e Renganathan (2021) analisou o sentimento no cenário da pandemia de Covid-19, especificamente no ano de 2020. Os autores constaram que um índice baseado na intensidade do volume de pesquisa do Google é uma *proxy* mais representativa do sentimento público do que um índice baseado em manchetes de jornal. No entanto, esse artigo foi o único da amostra a estudar o cenário de pandemia e tem como principal limitação o estudo apenas do mercado indiano – deixando, assim, lacunas de pesquisa significativas no que se refere à relação entre o sentimento pandêmico e o mercado de ações.

No geral, as pesquisas que capturam o sentimento textual das notícias financeiras possuem uma grande variedade, não apenas de métodos, como o emprego de dicionários, redes neurais e aprendizagem de máquina, como também no foco dado em cada pesquisa. É consenso na literatura que as notícias podem afetar os preços praticados no mercado de ações e constituem a fonte de informações em que mais se aplica a análise textual em finanças.

4.2.2 Divulgações corporativas

As divulgações corporativas correspondem aos documentos textuais que são elaborados e divulgados pelas próprias companhias. Neste tópico, as divulgações corporativas são divididas em 3 categorias: Relatórios 10-K e 8-K (14), Teleconferências de Resultado (11) e Documentos pré-IPO (6). Novamente, a soma dos artigos não resulta nos 29 artigos que trataram de divulgações corporativas, visto que alguns deles investigaram mais de um tipo de documento.

Ao analisar individualmente as *proxies* de retorno utilizadas quando a análise textual foi empregada nesses documentos, verificou-se que a medida predominante é o CAR, seguida pelo *Buy-and-Hold Return*, que, juntos, compreendem a parcela de 59% dos artigos. Um possível motivo desse resultado é que diversos artigos que focaram notícias financeiras e mídias sociais foram publicados em periódicos da área de tecnologia da informação (TI), especificamente na captura do sentimento textual com o uso da tecnologia; já as pesquisas que utilizam as divulgações corporativas se concentram na área de contabilidade e finanças, na qual há maior familiaridade com medidas de retorno mais sofisticadas.

Os documentos 8-K tratam de eventos específicos e fornecem detalhes e exposições sobre o que vem ocorrendo com a empresa e é registrado na SEC. As pesquisas de Feuerriegel & Prölloch (2021) e de Filip, Lobo, Paugam e Stolowy (2021) investigaram como os preços das ações variam em resposta à divulgação de fusões e aquisições – o primeiro, com uma abordagem de mineração de dados, mais especificamente a *Latent Dirichlet allocation (LDA)*; e o segundo, com uma lista própria de palavras. Evidências empíricas encontradas em ambos os estudos demonstraram um efeito negativo e estatisticamente significativo no retorno anormal em resposta à divulgação de fusões e aquisições em intervalos de 1 e 3 dias após a divulgação.

Os efeitos gerados pela divulgação dos relatórios não se limitam às reações no curto prazo. Cohen, Malloy e Nguyen (2020) revelaram, em seu estudo, que as mudanças na linguagem e na construção de relatórios financeiros têm fortes implicações para retornos e operações futuras das empresas. Tais mudanças são gradualmente incorporadas aos preços dos ativos, no período de 12 a 18 meses após a alteração do relatório, e não têm efeitos a curto prazo depois do anúncio.

Sobre as teleconferências de resultado, Price et al. (2012) realizaram uma pesquisa com o objetivo de capturar o tom das chamadas, dividindo a parte de apresentação realizada pela administração e a parte de perguntas e respostas. Os achados revelaram que a parte de perguntas e respostas da chamada tem capacidade preditiva significativa para o CAR de reação inicial, e apresenta poder explicativo durante os 60 dias de negociação após a teleconferência. Resultados adicionais demonstraram, ainda, que o tom passa a ter mais relevância em empresas que não pagam dividendos.

O sentimento do gerente analisado nas teleconferências de resultado é considerado complementar ao sentimento do investidor na previsão dos retornos das ações, o que implica que o sentimento do gerente tem um impacto diferente na avaliação em relação ao sentimento do investidor (Jiang et al., 2019). Esse achado possibilita a interação de ambos os sentimentos, obtidos por meio de diferentes fontes textuais para aumentar o poder preditivo de retornos anormais com base em sentimentos, o que não foi encontrado nos estudos analisados nesta revisão.

Os elogios feitos por analistas durante as chamadas também demonstraram possuir poder explicativo dos retornos das ações. A pesquisa de Milian e Smith (2017) examinou 16.609 teleconferências de empresas S&P 500 e constatou que o número de elogios, como “ótimo ano” e “bom trimestre” prevê retornos anormais das ações no trimestre seguinte. O tom de analistas e de representantes das empresas pode ser mais explorado na literatura, investigando se são complementares ou se possuem poder explicativo próximo.

Informações divulgadas ao órgão regulador, caso da SEC nos EUA, antes da abertura de capital de uma empresa possibilitam a análise textual como ferramenta para prever retornos pós-IPO. A pesquisa de Loughran e McDonald (2013) demonstrou que o tom do primeiro registro na SEC no processo de IPO é capaz de prever retornos no primeiro dia de negociação do ativo. Os achados demonstraram que altos níveis de texto incerto têm retornos mais elevados no primeiro dia de negociação.

No mesmo sentido, Ferris, Hao e Liao (2013) revelaram que o elemento do conservadorismo no texto de prospectos de IPO de empresas que não são da área de tecnologia está inversamente relacionado ao retorno anormal das ações da empresa pós-IPO. Esses resultados demonstram que tanto o tom do relatório S-1 utilizado na pesquisa de Loughran e McDonald (2013) quanto das informações prospectivas têm poder explicativo no retorno das ações pós-IPO.

É notável que as pesquisas que envolvem divulgações corporativas, sejam elas por meio dos relatórios 10-K e 8-K, teleconferências de resultado e os documentos pré-IPO, não possuem uma literatura evoluída como a análise textual nas mídias tradicionais e sociais, de modo que não há uma variedade nos métodos, no mercado investigados e nos objetivos propostos. Isso possibilita um leque de oportunidades de pesquisa nessa temática, investigando o mercado de capitais de outros países, com diferentes recortes temporais e objetivos.

Especificamente sobre as pesquisas que envolvem as teleconferências de resultado, existem evidências de que os investidores estão atentos, também, às divulgações voluntárias realizadas pelas empresas, considerada a influência que esse evento corporativo causa no mercado. Por representar uma área em expansão na literatura, é possível identificar lacunas de pesquisa nos aspectos metodológicos, principalmente na medição do sentimento textual, que pode ser quantificado de formas distintas às já documentadas nas pesquisas que investigam as teleconferências de resultado.

4.2.3 Mídias Sociais

Uma forma de captar o sentimento e as opiniões dos investidores é por meio das mídias sociais, em que investidores, analistas e demais interessados no mercado de capitais podem compartilhar suas análises de investimento e/ou comentar as opiniões de outros investidores. Além disso, as opiniões do investidor transmitidas nas mídias sociais podem se referir a um ativo específico, como também ser uma opinião mais ampla acerca da direção do mercado. Isto é, tanto as opiniões específicas de empresas quanto as mais amplas de mercado são capazes de prever as variações nos preços em uma janela de cinco minutos, conforme constatado por Broadstock e Zhang (2019).

Chen et al. (2014), por meio do dicionário de palavras de Loughran e McDonald (2011), buscaram entender se as opiniões compartilhadas por investidores eram capazes de prever as variações no mercado de capitais. Os resultados demonstraram que a fração de palavras negativas em artigos e comentários em uma rede social popular entre investidores nos Estados Unidos é capaz de prever negativamente os retornos das ações nos três meses seguintes, mesmo controlando os efeitos de recomendações de analistas e mídias de notícias tradicionais.

A linguagem adotada em mídias sociais é, por vezes, diferente da usual formalidade dos relatórios corporativos emitidos pelas empresas e das notícias publicadas pelas mídias tradicionais. Isso ocorre devido ao fato de que publicações e comentários nas mídias sociais são realizados pelos mais diversos tipos de usuários, em linguagem informal; enquanto isso, nas mídias tradicionais, as notícias são publicadas por jornalistas que apenas comunicam os fatos com formalidade. Diante disso, Renault (2017) construiu um léxico de palavras comumente usadas por investidores nas mídias sociais. Esse léxico teve poder preditivo significativamente superior aos dicionários mais utilizados pela literatura. O autor acrescentou algoritmos de aprendizagem de máquina mais complexos, e os resultados encontrados continuaram competitivos.

Já na pesquisa de Xu, Pang e Han (2021), os autores optaram por uma alternativa diferente da lista de palavras para medir o sentimento textual. O estudo utilizou um índice derivado de postagens do Twitter por meio de análise textual como *proxy* do sentimento on-line, que é o *Daily Happiness Index (DHS)*. Os achados revelaram que existe uma relação de correlação cruzada de lei de potência entre o mercado financeiro e o sentimento on-line em alguns países desenvolvidos e em todos os países em desenvolvimento analisados na amostra, que foi representado pelo Brasil e pela Índia.

As mídias sociais nas quais o sentimento dos usuários foi capturado estão expostas na Tabela 4, a seguir. Alguns estudos optaram por selecionar apenas uma das mídias (Broadstock & Zhang, 2019; Chen et al., 2014), outros utilizaram mais de uma (Griffith Najand & Shen, 2020; Gan et al., 2020); a escolha da mídia se justifica por se tratar das mais populares entre os investidores nos EUA.

Tabela 4
Mídias Sociais utilizadas

Mídia Social	
Seeking Alpha	Yahoo!Finance
StockTwits	Sina
Twitter	EastMoney

Fonte: dados da pesquisa, 2022.

As pesquisas que buscam analisar o sentimento dos investidores expresso nas mídias sociais são mais recentes em comparação àquelas que têm como fonte de informações as mídias tradicionais. Apesar de as pesquisas com as mídias sociais representarem cerca de 21% dos artigos analisados nesta revisão, é preciso considerar a crescente expansão deste tipo de comunicação, o que proporciona novas oportunidades de pesquisa, analisando, por exemplo, outras mídias utilizadas pelos investidores.

4.2.4 Outros Documentos

Dentre as pesquisas que investigaram outros documentos, destacam-se os discursos do Banco Central, que foram objeto de pesquisa em dois artigos de Anand, Basu, Pathak e Thampy (2021) e no artigo de Möller e Reichmann (2021). Foi examinada a linguagem usada pelos funcionários do Banco Central em conferências de imprensa públicas e como esse fator influencia os retornos das ações na área do euro, utilizando o dicionário de Loughran e McDonald (2011). Os resultados mostraram que o sentimento de incerteza tem um efeito positivo significativo nos retornos intradiários do índice das 50 principais empresas da zona do euro antes da crise financeira global, ou seja, a incerteza é interpretada como um sinal de acomodação política futura, fazendo com que o mercado reaja positivamente (Möller & Reichmann, 2021).

O tom textual das informações qualitativas dos relatórios de analistas também demonstrou poder explicativo sobre os retornos anormais de 12 meses, evidenciado na pesquisa de Caylor, Cecchini e Winchel (2017). Da mesma forma, a divulgação de informações qualitativas de risco de empresas que são clientes pode afetar negativamente o retorno das ações das empresas que são os fornecedores em estudo realizado mercado chinês (Li, He, Chan, 2021), corroborando com a ideia de que há influência do sentimento textual no retorno das ações em documentos externos à empresa.

Outro documento cujo tom textual pode interferir nas variações nos preços das ações são os relatórios de *rating* de crédito. Agarwal, Chen e Zhang (2016) identificaram que o tom linguístico líquido (tom negativo menos o tom positivo) nos relatórios está significativa e negativamente relacionado a retornos anormais das ações, além de ser capaz de prever mudanças futuras no *rating*. Por outro lado, a evidência empírica encontrada na pesquisa de Kiesel (2021), que foi realizada com empresas listadas nos Estados Unidos e na Europa, não traz conclusões claras sobre se as atualizações de *rating* realmente são capazes de afetar o retorno das ações.

Dessa forma, no que se refere aos relatórios de *rating* de crédito, novas pesquisas poderiam explorar a medição do sentimento textual de formas alternativas, buscando resolver esse impasse sobre a possível influência do tom deste relatório nos preços das ações. Além disso, todas as pesquisas que investigaram os relatórios de *rating* de crédito, os relatórios de analistas e os discursos do Banco Central estão concentradas no mercado norte-americano ou europeu. Isso faz com que pesquisas futuras possam obter evidências empíricas sobre a relação entre o tom textual e o retorno das ações nos documentos citados em mercados emergentes, para fins de comparação.

5. Considerações finais

Esta pesquisa de revisão sistemática fornece uma visão geral da evolução das pesquisas sobre a abordagem de análise textual como ferramenta de predição do retorno das ações no mercado de capitais. Para tanto, 78 estudos da temática publicados em inglês, divididos em 50 periódicos, foram analisados por meio do software VosViewer® e classificados em categorias que representam os documentos nos quais a análise textual foi aplicada.

Por meio da classificação, identificaram-se quatro principais fontes de informação para a realização da análise textual: notícias financeiras (31), divulgações corporativas (29), mídias sociais (16) e a quarta fonte, que representa outros documentos (8). A partir das categorias, foram compiladas as principais evidências encontradas em cada uma delas, e indicadas possíveis direções futuras a serem seguidas em novas pesquisas.

Ao analisar a amostra, constatou-se que, para capturar o sentimento textual dos documentos, a maioria dos artigos optou pela utilização de um dicionário classificando as palavras de acordo com o tom; o dicionário de Loughran e McDonald (2011) foi preponderante, encontrado em 36 dos 78 artigos analisados. Em se tratando da *proxy* aplicada para capturar as reações do mercado, a mais utilizada foi o retorno bruto da ação. Os estudos incluídos nesta revisão foram realizados principalmente no mercado de capitais norte-americano, representando cerca de 58% dos artigos analisados.

As pesquisas que se encontram classificadas em notícias financeiras e mídias sociais são as que possuem maior representatividade na amostra (47 artigos) e ainda apresentam maior variedade de métodos, amostras e particularidades, quando comparadas às demais categorias. Dessa forma, as notícias financeiras juntamente com as mídias sociais representam as principais fontes de informações para a aplicação da análise textual em finanças, quando o interesse é associar o tom textual com as reações do mercado.

Quanto às demais categorias, há os documentos que envolvem as divulgações realizadas pelas próprias companhias, podendo ser voluntárias (teleconferências de resultado), ou obrigatórias (relatórios 10-K, 8-K e documentos pré-IPO). Nestes casos, é visível algumas diferenças desses estudos, demonstrando que mais pesquisas são necessárias para explorar as diversas lacunas deixadas. Além disso, investigar países em desenvolvimento é uma oportunidade para estudos futuros, bem como estudos comparativos entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Há, ainda, as pesquisas que foram classificadas em outros documentos (8), que se referem a documentos que não foram divulgados pelas próprias companhias e nem se referem às notícias financeiras e mídias sociais. Nessa categoria, destaca-se o sentimento dos discursos do Banco Central, que se mostrou relacionado com o retorno das ações. No entanto, apenas 3 pesquisas foram realizadas, todas no ambiente europeu, deixando a possibilidade de investigações adicionais acerca da relação dessa divulgação com o preço das ações.

As evidências encontradas nos artigos analisados demonstram que, no geral, o sentimento textual é capaz de prever o retorno das ações, sendo capturado das mais diversas fontes de informação. Diante disso, a HME não é capaz de explicar tais resultados, considerando que esta teoria tem como premissa a racionalidade dos investidores. No entanto, a HME ainda pode ser testada em condições diferentes às utilizadas nos estudos da amostra.

Esta pesquisa contribui para a disseminação da técnica de revisão sistemática em pesquisas desenvolvidas na área de finanças e contabilidade, pois, embora exista um crescimento das publicações, a aplicação da técnica não é disseminada nesta área do conhecimento. No âmbito acadêmico, a pesquisa contribui para sistematizar o estado da arte na temática e pode ser útil àqueles que pretendem realizar estudos semelhantes futuramente. Como implicações para a prática, investidores podem se informar sobre como o sentimento textual pode afetar seus investimentos em ações.

Como limitações desta pesquisa, em primeiro lugar, destaca-se o uso de artigos publicados na língua inglesa; sendo assim, não foram inclusos estudos em outros idiomas. Em segundo lugar, o uso exclusivo da *Web of Science* como base de dados pode ter omitido alguma pesquisa relevante que não tenha sido indexada nessa plataforma. Consequentemente, recomenda-se a realização de pesquisas adicionais para investigar outras bases de dados e contemplar também publicações em outro idioma. Além disso, novos estudos poderiam explorar esta temática realizando a categorização das pesquisas, considerando as regiões geográficas, o que poderia trazer novos *insights* e enriquecer o debate sobre a influência do sentimento textual no retorno das ações em diferentes contextos regionais.

Referências

- Agarwal, S., Chen, V. Y. S., & Zhang, W. (2016). The information value of credit rating action reports: a textual analysis. *Management Science*, 62(8), 2218-2240. Recuperado de <https://doi.org/10.1287/mnsc.2015.2243>
- Ahmad, K., Han, J., Hutson, E., Kearney, C., & Liu, S. (2016). Media-expressed negative tone and firm-level stock returns. *Journal of Corporate Finance*, 37, 152-172. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2015.12.014>
- Ahmad, S., & Omar, R. (2016). Basic corporate governance models: a systematic review. *International Journal of Law and Management*, 58(1), 73-107. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/ijlma-10-2014-0057>
- Anand, A., Basu, S., Pathak, J., & Thampy, A. (2021). The impact of sentiment on emerging stock markets. *International Review of Economics & Finance*, 75(1), 161-177. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.iref.2021.04.005>
- Anand, A., Basu, S., Pathak, J., & Thampy, A. (2021). Whose speeches impact European markets: ECB's or the national central banks? *European Financial Management*, 28(5), 1413-1476. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/eufm.12334>
- Ball, R. (1992). The earnings-price anomaly. *Journal of Accounting and Economics*, 15(2-3), 319-345. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/0165-4101\(92\)90023-u](https://doi.org/10.1016/0165-4101(92)90023-u)
- Bian, S., Jia, D., Li, R., Sun, W., Yan, Z., & Zheng, Y. (2021). Can management tone predict IPO performance? – Evidence from mandatory online roadshows in China. *Pacific-Basin Finance Journal*, 68(1), 101588. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2021.101588>
- Boudoukh, J., Feldman, R., Kogan, S., & Richardson, M. (2018). Information, trading, and volatility: evidence from firm-specific news. *The Review of Financial Studies*, 32(3), 992-1033. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/rfs/hhy083>
- Box, T. (2018). Qualitative similarity and stock price comovement. *Journal of Banking & Finance*, 91, 49-69. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2018.04.010>
- Brau, J. C., Cicon, J., & McQueen, G. (2016). Soft strategic information and IPO underpricing. *Journal of Behavioral Finance*, 17(1), 1-17. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15427560.2016.1133619>
- Broadstock, D. C., & Zhang, D. (2019). Social-media and intraday stock returns: the pricing power of sentiment. *Finance Research Letters*, 30, 116-123. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.frl.2019.03.030>
- Brochet, F., Kolev, K., & Lerman, A. (2018). Information transfer and conference calls. *Review of Accounting Studies*, 23(3), 907-957. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11142-018-9444-4>
- Brock, W., Lakonishok, J., & Lebaron, B. (1992). Simple technical trading rules and the stochastic properties of stock returns. *The Journal of Finance*, 47(5), 1731-1764. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1992.tb04681.x>
- Brockman, P., Li, X., & Price, S. M. (2017). Conference Call tone and stock returns: evidence from the stock exchange of Hong Kong. *Asia-Pacific Journal of Financial Studies*, 46(5), 667-685. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/ajfs.12186>
- Buehlmaier, M. M. M., & Whited, T. M. (2018). Are financial constraints priced? Evidence from textual analysis. *The Review of Financial Studies*, 31(7), 2693-2728. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/rfs/hhy007>

- Campbell, J. L., Cecchini, M., Cianci, A. M., Ehinger, A. C., & Werner, E. M. (2018). Tax-related mandatory risk factor disclosures, future profitability, and stock returns. *Review of Accounting Studies*, 24(1), 264-308. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11142-018-9474-y>
- Carhart, M. M. (1997). On persistence in mutual fund performance. *The Journal of Finance*, 52(1), 57-82. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1997.tb03808.x>
- Carlini, F., Cucinelli, D., Previtali, D., & Soana, M. G. (2020). Don't talk too bad! stock market reactions to bank corporate governance news. *Journal of Banking & Finance* (Vol. 121, p. 105962). Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2020.105962>
- Caylor, M., Cecchini, M., & Winchel, J. (2017). Analysts' qualitative statements and the profitability of favorable investment recommendations. *Accounting, organizations and society*, 57, 33-51. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.aos.2017.03.005>
- Chen, H., De, P., Hu, Y. (Jeffrey), & Hwang, B.-H. (2014). Wisdom of crowds: the value of stock opinions transmitted through social media. *Review of Financial Studies*, 27(5), 1367-1403. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/rfs/hhu001>
- Chen, J., Demers, E., & Lev, B. (2018). Oh what a beautiful morning! Diurnal influences on executives and analysts: evidence from conference calls. *Management Science*, 64(12), 5899-5924. Recuperado de <https://doi.org/10.1287/mnsc.2017.2888>
- Chen, S., Liu, T., Peng, Q., & Zhao, Y. (2021). Manager Sentiment Bias and Stock Returns: Evidence from China. *Emerging Markets Finance and Trade*, 58(3), 823-836. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/1540496x.2021.1918543>
- Cohen, L., Malloy, C., & Nguyen, Q. (2020). Lazy Prices. *The Journal of Finance*, 75(3), 1371-1415. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/jofi.12885>
- Debata, B., Ghate, K., & Renganathan, J. (2021). COVID-19 pandemic sentiment and stock market behavior: evidence from an emerging market. *Review of Behavioral Finance*. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/rbf-05-2021-008>
- Doukas, A. J., Guo, J. M., Lam, H. Y. T., & Xiao, S. H. (2014). Media endorsements of new product announcements: a new marketing strategy. *European Financial Management*, 22(3), 394-426. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/eufm.12057>
- Eachempati, P., & Srivastava, P. R. (2021). Accounting for investor sentiment in news and disclosures. *Qualitative Research in Financial Markets*, 14(1), 53-75. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/qrfm-01-2020-0006>
- Fama, E. F. (1970). Efficient capital markets: a review of theory and empirical work. *The Journal of Finance*, 25(2), 383-417. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.1970.tb00518.x>
- Fama, E. F., & French, K. R. (1993). Common risk factors in the returns on stocks and bonds. *Journal of Financial Economics*, 33(1), 3-56. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/0304-405x\(93\)90023-5](https://doi.org/10.1016/0304-405x(93)90023-5)
- Fama, E. F., & French, K. R. (2015). A five-factor asset pricing model. *Journal of Financial Economics*, 116(1), 1-22. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2014.10.01>
- Feldman, R., Govindaraj, S., Livnat, J., & Segal, B. (2009). Management's tone change, post earnings announcement drift and accruals. *Review of Accounting Studies*, 15(4), 915-953. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11142-009-9111-x>
- Ferris, S. P., Hao, (Grace) Qing, & Liao, (Stella) Min-Yu. (2012). The effect of issuer conservatism on IPO pricing and performance. *Review of Finance*, 17(3), 993-1027. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/rof/rfs018>

- Feuerriegel, S., & Prendinger, H. (2016). News-based trading strategies. *Decision Support Systems*, 90, 65–74. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.dss.2016.06.020>
- Feuerriegel, S., & Pröllochs, N. (2018). Investor Reaction to Financial Disclosures across Topics: An Application of Latent Dirichlet Allocation. *Decision Sciences*, 52(3), 608–628. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/dec.12346>
- Filip, A., Lobo, G. J., Paugam, L., & Stolowy, H. (2021). Disclosures About Key Value Drivers in M&A Announcement Press Releases: An Exploratory Study. *Abacus*, 58(1), 62–104. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/abac.12234>
- Galdi, F. C., & Gonçalves, A. M. (2018). Pessimism and uncertainty of the news and investor's behavior in Brazil. *Revista de Administração de Empresas*, 58(2), 130-148. Recuperado de <https://doi.org/10.1590/s0034-759020180203>
- Gan, B., Alexeev, V., Bird, R., & Yeung, D. (2020). Sensitivity to sentiment: news vs social media. *International Review of Financial Analysis*, 67, 101390. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2019.101390>
- Garcia-Lopez, F. J., Batyrshin, I., & Gelbukh, A. (2018). Analysis of relationships between tweets and stock market trends [JB]. *Journal of Intelligent & Fuzzy Systems*, 34(5), 3337-3347. Recuperado de <https://doi.org/10.3233/JIFS-169515>
- Geva, T., & Zahavi, J. (2014). Empirical evaluation of an automated intraday stock recommendation system incorporating both market data and textual news. *Decision Support Systems*, 57, 212–223. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.dss.2013.09.013>
- Glasserman, P., & Mamaysky, H. (2019). Does Unusual news forecast market stress? *Journal of Financial and Quantitative Analysis*, 54(5), 1937-1974. Recuperado de <https://doi.org/10.1017/s0022109019000127>
- Griffith, J., Najand, M., & Shen, J. (2019). Emotions in the stock market. *Journal of Behavioral Finance*, 21(1), 42-56. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15427560.2019.1588275>
- Gu, W., Zhang, L., Xi, H., & Zheng, S. (2021). Stock Prediction Based on News Text Analysis. *Journal of Advanced Computational Intelligence and Intelligent Informatics*, 25(5), 581–591. Recuperado de <https://doi.org/10.20965/jaciii.2021.p058>
- Hájek, P. (2017). Combining bag-of-words and sentiment features of annual reports to predict abnormal stock returns. *Neural Computing and Applications*, 29(7), 343-358. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s00521-017-3194-2>
- Hassan, T. A., Hollander, S., van Lent, L., & Tahoun, A. (2019). Firm-level political risk: measurement and effects. *The Quarterly Journal of Economics*, 134(4), 2135-2202. Recuperado de <https://doi.org/10.1093/qje/qjz021>
- Hatefi Ghahfarrokhi, A., & Shamsfard, M. (2020). Tehran stock exchange prediction using sentiment analysis of online textual opinions. *Intelligent Systems in Accounting, Finance and Management*, 27(1), 22-37. Recuperado de <https://doi.org/10.1002/isaf.1465>
- He, Y., Qu, L., Wei, R., & Zhao, X. (2021). Media-based investor sentiment and stock returns: a textual analysis based on newspapers. *Applied Economics*, 54(7), 774–792. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/00036846.2021.1966369>
- Hendricks, B. E., Lang, M., & Merkley, K. (2021). Through the eyes of the founder: CEO characteristics and firms' regulatory filings. *Journal of Business Finance & Accounting*, 49(3–4), 383–422. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/jbfa.12572>
- Hillert, A., Jacobs, H., & Müller, S. (2018). Journalist disagreement. *Journal of Financial Markets*, 41, 57-76. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.finmar.2018.09.002>

- Houlihan, P., & Creamer, G. G. (2017). Can sentiment analysis and options volume anticipate future returns? *Computational Economics*, 50(4), 669-685. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10614-017-9694-4>
- Huang, A. G., Tan, H., & Wermers, R. (2020). Institutional Trading around Corporate News: Evidence from Textual Analysis. *The Review of Financial*, 33(10), 4627-4675). Recuperado de <https://doi.org/10.1093/rfs/hhz136>
- Ibriyamova, F., Kogan, S., Salganik-Shoshan, G., & Stolin, D. (2016). Using semantic fingerprinting in finance. *Applied Economics*, 49(28), 2719-2735. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/00036846.2016.1245844>
- Ibriyamova, F., Kogan, S., Salganik-Shoshan, G., & Stolin, D. (2018). Predicting stock return correlations with brief company descriptions. *Applied Economics*, 51(1), 88-102. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/00036846.2018.1494377>
- Jiang, F., Lee, J., Martin, X., & Zhou, G. (2019). Manager sentiment and stock returns. *Journal of Financial Economics*, 132(1), 126-149. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2018.10.001>
- Kahneman, D. (1994). New Challenges to the Rationality Assumption. *Journal of Institutional and Theoretical Economics (JITE)*, 150(1), 18-36. Recuperado de <http://www.jstor.org/stable/40753012>
- Kearney, C., & Liu, S. (2014). Textual sentiment in finance: a survey of methods and models. *International Review of Financial Analysis*, 33, 171-185. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2014.02.006>
- Kiesel, F. (2021). It's the tone, stupid! Soft information in credit rating reports and financial markets. *Journal of Financial Research*, 44(3), 553-585. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/jfir.12250>
- Li, J., Li, J., & Zhu, X. (2020). Risk dependence between energy corporations: a text-based measurement approach. *International Review of Economics & Finance*, 68, 33-46. Recuperado de [10.1016/j.iref.2020.02.009](https://doi.org/10.1016/j.iref.2020.02.009)
- Li, Q., Wang, J., Wang, F., Li, P., Liu, L., & Chen, Y. (2016). The role of social sentiment in stock markets: a view from joint effects of multiple information sources. *Multimedia Tools and Applications*, 76(10), 12315-12345. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11042-016-3643-4>
- Li, S., Ning, K., & Zhang, T. (2021). Sentiment-aware jump forecasting. *Knowledge-Based Systems*, 228, 107292. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.knosys.2021.107292>
- Li, X., Wu, P., & Wang, W. (2020). Incorporating stock prices and news sentiments for stock market prediction: a case of Hong Kong. *Information Processing & Management*, 57(5), 102212. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ipm.2020.102212>
- Li, X., Xie, H., Chen, L., Wang, J., & Deng, X. (2014). News impact on stock price return via sentiment analysis. *Knowledge-Based Systems*, 69, 14-23. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.knosys.2014.04.022>
- Li, Y., He, J., & Chan, K. C. (2021). Information transmission along supply chains: Stock price reaction of suppliers upon a customer's release of qualitative risk information. *International Journal of Production Economics*, 239, 108189. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.ijpe.2021.108189>
- Liu, S., & Han, J. (2020). Media tone and expected stock returns. *International Review of Financial Analysis*, 70, 101522. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2020.101522>
- Lo, A. W. (2004). The adaptive markets hypothesis. *The Journal of Portfolio Management*, 30(5), 15-29. Recuperado de <https://doi.org/10.3905/jpm.2004.442611>
- Loughran, T., & McDonald, B. (2011). When is a liability not a liability? Textual analysis, dictionaries, and 10-Ks. *The Journal of Finance*, 66(1), 35-65. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/j.1540-6261.2010.01625.x>

- Loughran, T., & McDonald, B. (2011b). Barron's Red Flags: Do They Actually Work? *Journal of Behavioral Finance*, 12(2), 90-97. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15427560.2011.575971>
- Loughran, T., & McDonald, B. (2013). IPO first-day returns, offer price revisions, volatility, and form S-1 language. *Journal of Financial Economics*, 109(2), 307-326. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2013.02.017>
- Loughran, T., & McDonald, B. (2020). Textual Analysis in Finance. *Annual Review of Financial Economics*, 12(1), 357-375. Recuperado de <https://doi.org/10.1146/annurev-financial-012820-032249>
- Lutz, B., Pröllochs, N., & Neumann, D. (2020). Predicting sentence-level polarity labels of financial news using abnormal stock returns. *Expert Systems with Applications*, 148, 113223. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.eswa.2020.113223>
- Ly, Y., Piao, J., Li, B., & Yang, M. (2021). Does online investor sentiment impact stock returns? Evidence from the Chinese stock market. *Applied Economics Letters*, 29(15), 1434-1438. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/13504851.2021.1937490>
- Malaquias, R. F., & Júnior, D. M. B. (2021). Positive Tone in Management Reports and Volatility of Stock Returns. *Global Business Review*, 097215092110542. Recuperado de <https://doi.org/10.1177/09721509211054279>
- Mangee, N. (2018). Stock Returns and the Tone of Marketplace Information: does Context matter? *Journal of Behavioral Finance*, 19(4), 396-406. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15427560.2018.1405268>
- Maragoudakis, M., & Serpanos, D. (2015). Exploiting financial news and social media opinions for stock market analysis using MCMC Bayesian Inference. *Computational Economics*, 47(4), 589-622. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10614-015-9492-9>
- Marquez-Illescas, G., Zebedee, A. A., & Zhou, L. (2018). Hear Me Write: does CEO narcissism affect disclosure? *Journal of Business Ethics*, 159(2), 401-417. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s10551-018-3796-3>
- Milian, J. A., & Smith, A. L. (2017). An investigation of analysts' praise of management during earnings conference calls. *Journal of Behavioral Finance*, 18(1), 65-77. Recuperado de <https://doi.org/10.1080/15427560.2017.1276068>
- Möller, R., & Reichmann, D. (2021). ECB language and stock returns – A textual analysis of ECB press conferences. *The Quarterly Review of Economics and Finance*, 80, 590-604. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.qref.2021.04.003>
- Myšková, R., & Hájek, P. The effect of managerial sentiment on market to-book ratio. *Transformations in Business & Economics*, 15(2A), 498-513. Recuperado de <https://dk.upce.cz/handle/10195/67653>
- Myšková, R., Hájek, P., & Olej, V. (2017) Predicting abnormal stock return volatility using textual analysis of news – A meta-learning approach. *Amfiteatru Economic*, 20(47), 185-201. Recuperado de <https://www.ceeol.com/search/article-detail?id=678584>
- Price, S. M., Doran, J. S., Peterson, D. R., & Bliss, B. A. (2012). Earnings conference calls and stock returns: the incremental informativeness of textual tone. *Journal of Banking & Finance*, 36(4), 992-1011. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2011.10.013>
- Renault, T. (2017). Intraday online investor sentiment and return patterns in the U.S. stock market. *Journal of Banking & Finance*, 84, 25-40. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2017.07.002>
- Rozeff, M. S., & Kinney, W. R., Jr. (1976). Capital market seasonality: the case of stock returns. *Journal of Financial Economics*, 3(4), 379-402. Recuperado de [https://doi.org/10.1016/0304-405x\(76\)90028-3](https://doi.org/10.1016/0304-405x(76)90028-3)

- Sampaio, R.F., & Mancini, M.C. (2007). Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. *Revista Brasileira de Fisioterapia*, 11(1),83-89. Recuperado de <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=2350/235016477013>
- Sampath, V. S., O'Connor, A. J., & Legister, C. (2021). Moral leadership and investor attention: An empirical assessment of the potus's tweets on firms' market returns. *Review of Quantitative Finance and Accounting*, 58(3), 881–910. Recuperado de <https://doi.org/10.1007/s11156-021-01012-0>
- Schumaker, R. P., & Chen, H. (2009). Textual analysis of stock market prediction using breaking financial news. *ACM Transactions on Information Systems*, 27(2), 1-19. Recuperado de <https://doi.org/10.1145/1462198.1462204>
- Seng, J.-L., & Yang, H.-F. (2017). The association between stock price volatility and financial news – a sentiment analysis approach. *Kybernetes*, 46(8), 1341-1365. Recuperado de <https://doi.org/10.1108/k-11-2016-0307>
- Sun, L., Najand, M., & Shen, J. (2016). Stock return predictability and investor sentiment: a high-frequency perspective. *Journal of Banking & Finance*, 73, 147–164. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.jbankfin.2016.09.010>
- Suslava, K. (2021). “Stiff Business Headwinds and Uncharted Economic Waters”: The Use of Euphemisms in Earnings Conference Calls. *Management Science*, 67(11), 7184–7213. Recuperado de <https://doi.org/10.1287/mnsc.2020.3826>
- Takahashi, S., Takahashi, M., Takahashi, H., & Tsuda, K. (2006, october). Analysis of stock price return using textual data and numerical data through text mining. In *Lecture Notes in Computer Science*. Recuperado de https://doi.org/10.1007/11893004_40
- Wang, Q., & Waltman, L. (2016). Large-scale analysis of the accuracy of the journal classification systems of Web of science and scopus. *Journal of Informetrics*, 10(2), 347-364. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.joi.2016.02.003>
- Wu, C.-H., & Lin, C.-J. (2017). The impact of media coverage on investor trading behavior and stock returns. *Pacific-Basin Finance Journal*, 43, 151-172. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2017.04.001>
- Xu, K., Pang, Y., & Han, J. (2021). Dynamic Cross-Correlation between Online Sentiment and Stock Market Performance: A Global View. *Discrete Dynamics in Nature and Society*, 2021, 1–11. Recuperado de <https://doi.org/10.1155/2021/6674379>
- Yan, Y., Xiong, X., Meng, J. G., & Zou, G. (2019). Uncertainty and IPO initial returns: evidence from the tone analysis of China's IPO prospectuses. *Pacific-Basin Finance Journal*, 57, 101075. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2018.10.004>
- Yang, A. S. (2020). Misinformation corrections of corporate news: corporate clarification announcements. *Pacific-Basin Finance Journal*, 61, 101315. Recuperado de <https://doi.org/10.1016/j.pacfin.2020.101315>
- Zhang, W., Wang, M., Zhu, Y., Wang, J., & Ghei, N. (2019). A hybrid neural network approach for fine-grained emotion classification and computing [JB]. *Journal of Intelligent & Fuzzy Systems*, 37(3), 3081-3091. Recuperado de <https://doi.org/10.3233/JIFS-179111>
- Zhao, W., Zhang, W., Xiong, X., & Zou, G. (2019). Share pledges, tone of earnings communication conferences, and market reaction: evidence from China. *Accounting & Finance*, 59(5), 2817-2853. Recuperado de <https://doi.org/10.1111/acfi.12585>

A Influência das Práticas Tributárias na Probabilidade da Dificuldade Financeira das Empresas Não Financeiras da B3

Mirian Mara Batista da Silva

<https://orcid.org/0000-0003-1669-2964>

Luiz Ernani de Carvalho Junior

<https://orcid.org/0000-0002-2855-2611>

Eduardo Mendes Nascimento

<https://orcid.org/0000-0002-2188-9748>

Resumo

Objetivo: a presente pesquisa objetivou verificar se o nível de práticas tributárias altera a probabilidade de ocorrência dos eventos das dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações.

Método: visando atingir os objetivos deste estudo, foram extraídas informações financeiras pela plataforma *Refinitiv Thomson Reuters* das empresas não financeiras listadas na B3, no período de 2010 a 2020. Esses dados foram utilizados para mensurar a dificuldade financeira (DF) quando o lucro antes dos juros e impostos, depreciação e amortização (EBITDA, na sigla em inglês) é menor que as despesas financeiras e há queda no valor de mercado em dois períodos consecutivos e as práticas tributárias, por meio das *proxies Generally Accepted Accounting Principles, Effective Tax Rate (GAAP ETR), Book-Tax Differences (BTD), CURRENT ETR e Deferred ETR (DIF ETR)*. Na presente pesquisa, a avaliação da relação entre dificuldade financeira e práticas tributárias das empresas que integram a amostra estudada foi obtida a partir da abordagem econométrica de regressão logística.

Resultados: detectou-se que a variável *Generally Accepted Accounting Principles, Effective Tax Rate (GAAP ETR)* altera positiva e significativamente a variável resposta, enquanto *Book-Tax Differences (BTD)* e *Deferred ETR (DIF ETR)* afetam de forma negativa e significativa a probabilidade de ocorrência da situação de dificuldade financeira das empresas analisadas, sugerindo que, quanto menor o número de atividades redutoras de tributos em empresa se engaja, maior a probabilidade de ocorrência do evento de dificuldade financeira.

Contribuições teóricas/metodológicas/práticas: a pesquisa sugere que não utilizar ou se envolver em poucas estratégias tributárias pode ser determinante para dificuldades financeiras, uma vez que as empresas deixam de empregar recursos obtidos de forma lícita na manutenção de suas atividades.

Palavras-chave: Dificuldade Financeira; Práticas Tributárias; Insolvência; Falência.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 15/6/2022. Pedido de revisão em 1/2/2023. Rodada 2: Resubmetido em 24/3/2023. Aceito em 17/4/2023 por Vinicius Gomes Martins, Doutor (Editor assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

Estimar com eficiência o início de dificuldades financeiras corporativas antes de as empresas entrarem em insolvência, ou até falência (*ex ante*), independentemente de suas consequências jurídicas, assumiu ampla utilidade e aplicabilidade no ambiente corporativo (Konstantaras & Siriopoulos, 2011; Pindado et al., 2008). Isso possibilita que as empresas tenham condições de implantarem medidas para evitar a insolvência, principalmente nos períodos de crises, quando as corporações se tornam mais vulneráveis em âmbito econômico e financeiro.

Os riscos de insolvência aumentam em períodos de crise. Nesse sentido, é público e notório que o cenário empresarial corporativo mundial tem sido impactado econômica e financeiramente pelas crises de âmbito internacional nas últimas décadas, sobretudo a de 2008, de 2014 e a ocasionada pela Covid-19. Segundo Rezende et al. (2017), no cenário brasileiro, as crises internas e mundiais aumentaram a probabilidade da ocorrência de insolvência de empresas; nessa conjuntura, faz-se relevante identificar uma etapa anterior a esse fenômeno, a fim de viabilizar um tempo maior para o planejamento e a implementação de ações preventivas e, assim, aumentar as chances de a empresa reverter essa situação.

Essa correta sinalização prévia de dificuldade financeira também contribui para melhor divulgação de informações aos investidores, uma vez que a informação preliminar possibilita uma análise mais eficiente por parte de gestores, investidores e agências de *rating*, e traz uma maior segurança ao mundo corporativo (Konstantaras & Siriopoulos, 2011; Pindado et al., 2008). Nesse sentido, pode-se evitar problemas de interpretação das informações financeiras, como os ocorridos na crise de agosto de 2007, que acabaram resultando em aumento do custo de capital (Pindado et al., 2008).

Entre as opções de estratégias para reduzir a probabilidade de dificuldades financeiras, pode-se citar o planejamento tributário. Trata-se de uma forma de se obter recursos financeiros internamente e, de acordo com Myers (1984), pela *Pecking Order Theory*, os recursos internos são os primeiros utilizados pelas empresas para financiarem suas atividades. Esta vinculação do planejamento tributário à condição financeira das entidades é evidenciada nas pesquisas. Chiachio & Martinez (2019) constataram que o nível de agressividade fiscal se altera conforme a estrutura financeira da entidade – empresas com melhor situação financeira apresentam menores níveis de agressividade tributária. Enfatiza-se que os incentivos fiscais foram identificados por Rezende et al. (2018) como fonte de financiamento das empresas juntamente com o próprio lucro, contribuindo para geração de margens e valor adicionado das empresas e, em contraponto, apresentando uma relação negativa com o fluxo de caixa de financiamento e com o índice de endividamento.

Embasando esses argumentos, Richardson et al. (2015) salientaram que, devido à degradação das situações econômicas e financeiras, as empresas que experimentam um elevado risco de falência podem eleger o planejamento tributário como opção, uma vez que os custos de práticas como penalidades e danos à reputação poderiam ser considerados mínimos, em comparação com os ganhos potenciais. Assim, esses autores ressaltam que pesquisas anteriores destacaram que, como os custos de falência são potencialmente altos, as corporações tendem a utilizar estratégias mais agressivas do ponto de vista tributário, a despeito do risco de serem auditadas pelo Fisco.

Acrescenta-se a esses achados na pesquisa o fato destacado por Desai & Dharmapala (2006), sobre os tributos representarem um custo significativo nas organizações e serem fortemente considerados nas decisões gerenciais relacionadas às finanças das entidades, o que pode ser evidenciado por práticas de planejamento tributário, cada vez mais presentes no contexto corporativo. Segundo Chen et al. (2010), o planejamento tributário, ao reduzir o valor desembolsado com tributos, pode ser entendido como uma forma de aumentar o fluxo de caixa da entidade, dos acionistas e dos executivos, e guarda uma relação com as questões financeiras e econômicas das entidades, podendo impactar e ser impactado pelas decisões das empresas com dificuldades financeiras, insolventes e falidas.

Dentro dos estudos relacionados ao planejamento tributário, enfatiza-se que algumas terminologias, tais como *tax avoidance*, planejamento tributário e agressividade fiscal, são utilizadas nas pesquisas tributárias a fim de referenciar o esforço das organizações na redução ou eliminação dos tributos. Hanlon e Heitzman (2010) afirmam que não existem conceitos ou constructos globalmente aceitos para o *tax avoidance*, mas o definem como uma escala de atividades de planejamento tributário, em que, de um lado, localizam-se as práticas consideradas lícitas e, no outro extremo, as operações relacionadas à não conformidade, agressividade ou evasão.

Também é importante destacar que as pesquisas buscam evidenciar os fatores que determinam o envolvimento das empresas em planejamento tributário. Para Richardson, Taylor e Lanis (2013), alguns aspectos – como ser auditada por Big Four, implementar um sistema de gerenciamento de riscos e controles internos eficientes, auditor externo e comitê de auditoria interna independentes – são relevantes na determinação do grau de agressividade tributária das empresas. Martinez e Ramalho (2017) argumentam que, quando a companhia está preocupada com a sustentabilidade social, tende a ser menos agressiva do ponto de vista tributário.

Além dos motivos que afetam na escolha da empresa adotar ou não estratégias fiscais, a literatura também destaca os impactos causados pela busca da minimização ou eliminação de tributos no ambiente corporativo. Como exemplo, Richard et al. (2019) examinaram o efeito do planejamento tributário corporativo no desempenho financeiro das empresas manufatureiras listadas na Nigéria. Os autores identificaram que as organizações industriais nigerianas não têm sido capazes de capitalizar e tirar vantagens das lacunas consagradas nas leis tributárias locais, uma vez que uma mudança no *Effective Tax Rate* (ETR) leva a uma diminuição de 9,3% do Retorno sobre o Ativo Total (ROA).

Embora proporcione economias fiscais esperadas, o planejamento tributário pode aumentar simultaneamente a complexidade financeira da organização. Na medida em que essa maior complexidade financeira não pode ser adequadamente esclarecida por meio de comunicações com terceiros, como investidores e analistas, podem surgir problemas de transparência, como erros dos analistas e impacto negativo na qualidade dos lucros. Isso sugere que o planejamento tributário agressivo está associado à menor transparência corporativa, o que pode impactar o aumento do custo de capital (Balakrishnan et al., 2018).

Nesse contexto, o planejamento tributário também foi relacionado à falência e às dificuldades financeiras. Dhawan, Ma e Kim (2020) documentam que, à medida que aumenta o emprego de práticas de planejamento tributário, eleva-se a probabilidade de falência. Os autores afirmaram que tal relação alinha-se a pesquisas anteriores que pontuam que o planejamento tributário aumenta o custo da dívida e a possibilidade de diminuição das classificações de títulos. Sendo assim, Dhawan, Ma e Kim (2020) sugerem que essas avaliações negativas de bancos e agências de classificação de risco para as firmas que se envolvem em planejamento tributário não se referem apenas às preferências idiossincráticas de risco dessas instituições, e, sim, à maior probabilidade de falência das empresas que se engajam em práticas de planejamento tributário.

E, por fim, considerando o entendimento de Rezende et al. (2017) de que, na literatura que trata de insolvência, os modelos utilizados evidenciam a previsão da situação quando a empresa não consegue mais implantar estratégias para reverter tal condição, esta pesquisa pretende responder à seguinte questão: Qual o impacto do nível de práticas tributárias na probabilidade de existência de dificuldade financeira (entendida como indício do processo de falência) das empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3)? Logo, o objetivo é verificar se o nível de práticas tributárias altera a probabilidade de ocorrência dos eventos das dificuldades financeiras enfrentadas pelas organizações.

A literatura sobre planejamento tributário, no decorrer dos anos, dedicou-se a pesquisar determinantes, formas de mensuração, motivos que fazem com que os gestores se interessem por práticas tributárias e consequências dessas práticas nas empresas. Entretanto, ainda são incipientes, no Brasil e no cenário internacional, trabalhos que investiguem a relação entre as estratégias tributárias e as dificuldades financeiras corporativas.

Assim, este trabalho se justifica pela investigação da interferência positiva ou negativa do patamar de práticas tributárias na situação que, segundo Rezende et al. (2017), antecede a situação de falência. Considerando a ausência de definições universalmente aceitas na literatura sobre planejamento tributário, esta pesquisa conceitua quaisquer estratégias para redução de tributos como práticas tributárias.

As evidências encontradas no trabalho sugerem que as práticas tributárias influenciam o evento de dificuldade financeira das empresas, uma vez que se documentou que, quanto menor o envolvimento da organização em estratégias que minimizam o desembolso com tributos, maior a probabilidade de ser acometida por dificuldades financeiras.

2. Embasamento Teórico

2.1 Práticas Tributárias

Ao analisar as pesquisas sobre o tema, infere-se que o ambiente corporativo tributário alcançou uma abrangência multinacional. A evolução tecnológica e a globalização fizeram com que as empresas modificassem a forma como atuam no mercado, propiciando uma integração econômica, política e social em escala global (Moraes et al., 2021). Segundo De Simone (2016), entidades multinacionais encontram incentivos fiscais para transferir a receita tributável de jurisdições com tributação elevada para jurisdições com baixa tributação; para tanto, avaliam estrategicamente as transações entre empresas, a fim de reduzir custos tributários em seu ambiente corporativo.

Beck et al. (2014) afirmam que o planejamento tributário é um fenômeno que ocorre em todo o mundo e constitui um fator importante em crises sociais, como o caso da dívida soberana que estava em curso. Moraes et al. (2021) pontuam que a reestruturação organizacional e a migração de firmas para outros contextos econômicos podem ser utilizadas como atividades de planejamento tributário, visando à redução da carga tributária resultante das novas relações globalizadas de mercado.

Moraes et al. (2021), em seu estudo, objetivaram analisar o efeito da agressividade fiscal sobre a transparência corporativa nas companhias brasileiras de capital aberto, e detectaram, em seus resultados, que a agressividade fiscal influencia negativamente a transparência corporativa; e que os setores de indústria e comércio, o tamanho da companhia, o nível de alavancagem e a rentabilidade influenciam positivamente a divulgação informacional. Fato é que, segundo Balakrishnan et al. (2018), a agressividade fiscal pode afetar a transparência informacional corporativa, tornando-a mais complexa. Isso pode impactar negativamente o valor da empresa, o custo da dívida, a possibilidade de diminuição da classificação de títulos, aumentando, assim, a probabilidade de a empresa se encontrar em situação de dificuldade financeira e até falência (Balakrishnan et al., 2018; Dhawan, Ma e Kim, 2020).

Em contrapartida, um ambiente composto por inovações financeiras, integração de mercados e uma malha normativa tributária complexa abre precedentes para as entidades realizarem planejamentos tributários mais bem elaborados. Dentro desse contexto, é relevante entender como estas variáveis interagem com as decisões corporativas influenciando os resultados das entidades e, por consequência, a vida de seus acionistas. Nesse ponto, afirma-se que os níveis de governança das entidades influenciam a relação entre os incentivos e os planejamentos tributários considerados agressivos (*tax sheltering*), o que leva a busca do papel tanto dos gestores, quanto dos preparadores das informações tributárias nesse ambiente corporativo tributário (Desai & Dharmapala, 2006).

Nesse sentido, os estudos evidenciam que empresas com elevados níveis de comprometimento com a responsabilidade social corporativa (RSC) apresentam altos dispêndios tributários oriundos de suas atividades e, conseqüentemente, baixos níveis de agressividade fiscal (Melo et al., 2020). Segundo esses autores, constata-se uma relação positiva com a *proxy* da agressividade fiscal ETR, sugerindo que adotar mais ou melhores práticas de responsabilidade social está relacionado a uma menor agressividade fiscal nas empresas analisadas. Com base nesse resultado, Melo et al. (2020) alegam que empresas que consideram todas as partes interessadas na organização geram seus recursos de forma sustentável ambientalmente, preocupam-se com os recursos humanos e a comunidade, e tendem a pagar a parte justa dos tributos devidos.

A potencial relação entre a liquidez acionária e a agressividade fiscal foi investigada no mercado de capitais brasileiro, avaliando os efeitos longitudinais da liquidez acionária sobre o *book tax difference*. Como resultado desta pesquisa, foi identificada uma relação estatisticamente significativa e economicamente positiva entre a *proxy* de agressividade fiscal e a liquidez acionária. Esses achados sugerem que empresas com ações menos voláteis, com maiores participações relativas em negócios da B3 e menor custo de negociação, tendem a adotar um planejamento tributário mais agressivo. Além disso, em um mercado de capitais emergente, como o brasileiro, os investidores tendem a menosprezar com parcimônia aumentos pontuais dos lucros por práticas tributárias mais agressivas, desde que possam resultar em prejuízos futuros (Prímola et al., 2021).

Apesar da tendência multinacional de elaboração de práticas tributárias, seu relacionamento com as empresas em dificuldade financeira, insolvência e falência demanda pesquisas. Conforme indicado por Dhawan, Ma e Kim (2020), à medida que aumenta o emprego de práticas de planejamento tributário, eleva-se a probabilidade de falência. Por outro lado, com base em Richardson, Taylor e Lanis (2015), pode-se concluir que as empresas que experimentam um elevado risco de falência podem optar pelo planejamento tributário como forma de aumento de ganho, uma vez que os custos de tais práticas como penalidades e danos à reputação se tornam menos relevantes.

Nesse contexto, é importante entender a tratativa dada às dificuldades financeiras pela literatura, para verificar a possibilidade de as práticas tributárias terem algum tipo de impacto em tais eventos.

2.2 Dificuldade Financeira

A temática de dificuldade financeira tem sido pesquisada ao longo dos anos e se mostrado relevante para vários *players* no contexto empresarial. Para Geng, Bose e Chen (2015), se a organização se envolver na elaboração de uma previsão de dificuldades financeiras confiável, os gestores podem, de forma preventiva, implantar estratégias para evitar graves efeitos da crise, e os acionistas têm condições de avaliar a situação da lucratividade e adequar seus portfólios de investimento visando minimizar as perdas referentes ao investimento antecipado.

Não necessariamente as empresas em dificuldades financeiras terminarão falindo, porém, uma redução significativa e contínua no desempenho financeiro pode determinar a falência, fazendo com que acionistas e credores incorram em consideráveis perdas de recursos. Sendo assim, para que possam proteger seus interesses, os *stakeholders* devem conhecer os fatores capazes de indicar a condição de dificuldades financeiras (Habib, Costa, Huang, Bhuiyan & Sun, 2020).

Em linha com a celeridade imprescindível das ações gerenciais na reestruturação financeira das empresas em dificuldades, Rezende et al. (2017) pontuam que o conhecimento de tal situação vista como reversível é importante, mas se trata de um evento normal, considerando que algumas companhias solventes, em algum momento no decorrer do tempo, se enquadraram nessa condição.

Koh, Durand, Dai e Chang (2015) argumentam que, quando a firma se enquadra em dificuldades financeiras, precisa agir imediatamente no controle de custos e na elevação da eficiência. De acordo com os autores, alterações nas políticas de dividendos ou na estrutura de capital da empresa são ações que normalmente se relacionam à reestruturação financeira. Além dessas práticas, o planejamento tributário também é apontado como opção de reerguimento da empresa. Richardson, Taylor e Lanis (2015) destacam que as organizações, ao enfrentarem dificuldades financeiras, são incentivadas a se envolverem em planejamentos tributários mais agressivos, uma vez que os benefícios das atividades fiscais superam os custos.

Corroborando com os argumentos anteriores, Martinez e da Silva (2018) ressaltaram que, em momentos de restrições financeiras, com o aumento da dificuldade de acesso a fontes tradicionais de financiamento, as empresas podem utilizar o planejamento tributário como alternativa para tais necessidades. Logo, os autores concluíram que as organizações em dificuldades financeiras têm se engajado em estratégias fiscais para se restabelecerem com o caixa adicional gerado.

2.3 Crises

Segundo Barbosa (2017) a queda da capacidade financeira do governo brasileiro provocou redução relevante no consumo e investimento nos anos de 2015 e 2016. Nesse período, pode-se observar crescimento do risco do país, da taxa de juros, além da incerteza. Complementando tais informações, Paula e Pires (2017, p.125) afirmaram que a economia do Brasil, após ter taxa de crescimento média de 4% ao ano no período de 2004 a 2013, retraiu “abruptamente a partir de 2014, vindo a sofrer uma forte e prolongada recessão em 2015-2016, com uma taxa de crescimento do PIB média negativa em 3,7%, acompanhado de uma piora em vários indicadores sociais”.

Outro momento de incerteza na economia ocorreu com a pandemia. Na China, no fim de 2019, várias pessoas começaram a ser internadas com pneumonia; após pesquisas, descobriu-se se tratar de um novo vírus, denominado COV (2019-nCoV), que, segundo Zhu et al. (2020), é o sétimo tipo desse vírus que pode contagiar seres humanos.

O isolamento social foi uma das principais estratégias utilizadas no combate à circulação do vírus, o que impactou consideravelmente a economia mundial. Por conseguinte, verificou-se queda nas vendas e na lucratividade das empresas brasileiras nesse período (Amorim et al., 2022).

As situações de instabilidade na economia relacionam-se, na literatura, com práticas tributárias. Habib, Costa, Huang, Bhuiyan e Sun (2020) enfatizaram que, quando as empresas estão em dificuldades financeiras em momentos de crise, apresentam a propensão de empregar estratégias agressivas de planejamento tributário para financiar suas atividades com os valores economizados.

Em linha com esse entendimento, Richardson, Taylor e Lanis (2015) documentaram, em um estudo empírico, que o nível de envolvimento em práticas tributárias visando à redução do pagamento de tributos foi impactado positivamente pelas dificuldades financeiras e pela crise global de 2008.

3. Metodologia

3.1 Classificação e amostra da pesquisa

Esta pesquisa, quanto aos objetivos, enquadra-se como descritiva, pois se propõe a descrever a relação entre práticas tributárias e dificuldades financeiras das empresas brasileiras não financeiras listadas na B3, além de seguir uma abordagem quantitativa (Martins & Theóphilo, 2009).

Visando atingir os objetivos deste estudo, foram analisados dados de empresas não financeiras listadas na B3, no período de 2010 a 2020, por meio do software Stata. Conforme evidenciado na Tabela 1, as entidades financeiras foram excluídas devido às diferenças na forma como são publicados os seus relatórios financeiros, além de essas entidades terem uma diferenciação em seus aspectos tributários (Freitas et al., 2020; Konstantaras & Siriopoulos, 2011; Martinez & da Silva, 2018; Martinez & Dalfior, 2015; Pindado et al., 2008; Theiss & Beuren, 2017). A escolha do período de 2010 a 2020 justifica-se devido ao fator pós-adoção das normas internacionais de contabilidade (Martinez, 2017). Foram excluídas da amostra empresas com patrimônio líquido negativo e com observações faltantes, pois esses aspectos comprometeriam a análise estatística dos dados.

Tabela 1

Composição da Amostra

Amostra	Inicial	Exclusões	Final
Empresas listadas na base Thomson Reuters	573		
Financeiras, fundos e outros		254	
Empresas com patrimônio líquido negativo ou que não possuíam dados em todas as variáveis em pelo menos um ano		164	
Total			155

Fonte: elaboração própria.

3.2 Abordagem econométrica

3.2.1 Teste de diferenças de médias para as variáveis analisadas no estudo

Neste estudo, faz-se relevante verificar a existência de diferenças estatisticamente significativas entre as variáveis que integram a amostra do estudo [BTD, GAAPETR, CURRENTETR, DIFETR, capital de giro líquido (CG), giro do ativo (GIRO) e razão entre o patrimônio líquido e o passivo total (PLPT)], segregadas em relação à existência, ou não, de dificuldade financeira. A existência de diferenças estatisticamente significativas entre as empresas que se classificam com ou sem dificuldade financeira se faz necessária por permitir a comparação estatística entre esses dois grupos de variáveis, o que auxilia no processo de aplicação da estatística inferencial.

A correta aplicação do teste de diferenças de médias requer a verificação de adequabilidade dos dados em relação a pressupostos requeridos pela análise (Siegel & Castellan Jr, 2006). Nesse sentido, faz-se necessária a verificação de normalidade dos dados e detecção do pareamento ou não dos dados amostrados (dependência ou independência) (Siegel & Castellan Jr, 2006).

A ausência de normalidade determina a utilização de teste não paramétrico; caso se verifique a distribuição gaussiana, tem-se a necessidade de utilização de teste paramétrico para tratamento dos dados em análise (Levine, Berenson & Stephan, 2005). No que se refere à dependência ou não dos dados, verifica-se que a existência de independência determina a utilização de teste para dados não pareados; diferentemente da existência de dependência, que determina a utilização de teste para dados pareados (Levine, Berenson & Stephan, 2005).

Neste estudo, verifica-se a necessidade de utilização de teste para dados não pareados ou independentes, o que se deve ao fato de que as empresas amostradas são segregadas em relação à existência, ou não, de dificuldade financeira; tal aspecto determina a segregação em grupos distintos de empresas e a consequente independência dos dados em análise. A literatura estatística apresenta como testes de diferenças de médias para dados não pareados os testes t-Student e o teste de Mann-Whitney: o primeiro constitui um teste paramétrico, e o segundo, um teste não-paramétrico (Siegel & Castellan Jr, 2006). Ambos os referidos testes evidenciam, em sua hipótese nula, a suposição de igualdade entre os valores médios/medianos dos grupos em análise (Siegel & Castellan Jr, 2006).

3.2.2 Procedimentos econométricos – Modelo de regressão logística

Na presente pesquisa, a avaliação do impacto das práticas tributárias na probabilidade de haver dificuldade financeira pelas empresas que integram a amostra estudada é obtida a partir da abordagem econométrica de regressão logística. A utilização da referida metodologia se faz necessária devido ao fato de a variável resposta dificuldade financeira evidenciar natureza particular. A variável em questão é representada por uma variável dicotômica *dummy*, que aponta se uma determinada empresa apresenta, ou não, a característica de evidenciar dificuldade financeira.

O modelo de regressão logística corresponde a uma abordagem econométrica que evidencia a probabilidade de ocorrência de determinado evento analisado por meio de um conjunto de regressores que pode, ou não, ser dicotômico. O modelo de regressão logística tem como característica o fato de que sua variável resposta é categórica (dicotômica), ou seja, assume 1 (um) se ocorre o evento de interesse, e 0 (zero) caso contrário (Greene, 2003).

De forma distinta do modelo de regressão linear múltipla, no qual os estimadores são obtidos mediante o método de estimação de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO), a regressão logística tem método de estimação obtido por meio do Método da Máxima Verossimilhança (Wooldridge, 2010).

Importante ressaltar que, caso haja variação no tempo e no espaço em relação aos dados em análise, deve-se utilizar a abordagem de regressão logística para dados em painel. Nesse tipo de análise, a literatura econométrica aponta três abordagens possíveis: logit *Pooled*, Efeitos Fixos e Efeitos Aleatórios (Baltagi, 2005).

A verificação da viabilidade de utilização das referidas abordagens está vinculada à utilização de testes estatísticos específicos. Assim, em conformidade como Wooldridge (2010), os seguintes testes devem ser verificados para que o modelo de regressão logística possa ser utilizado na análise dos dados:

i) o ajuste global do modelo de regressão logística é evidenciado pela proporção total de classificações corretas feitas pelo modelo logit proposto. É importante ressaltar que o *Pseudo R²*, que integra o modelo de regressão logística, não é considerado uma medida de ajuste adequada para embasar a adequabilidade do modelo logit proposto;

ii) a significância global do modelo de regressão logística é dada pelo teste LR, que, em H_0 , pressupõe a insignificância global dos parâmetros obtidos pelo modelo de regressão logit proposto;

iii) a sensibilidade e a especificidade evidenciam, respectivamente, a proporção de classificações corretas feitas pelo modelo em relação ao evento de interesse (empresas que apresentam dificuldade financeira) e a proporção de classificações corretas feitas em relação ao grupo classificado como 0 (zero) (empresas que não apresentam dificuldade financeira);

iv) a curva de ROC (*Receiver Operating Characteristic*) evidencia uma medida de ajuste do modelo de regressão logística, a qual utiliza o valor da área abaixo da curva que deve evidenciar valores próximos de 1 (um) para que se consiga um melhor ajuste do modelo de regressão logística proposto (Wooldridge, 2010).

Uma vez que, no presente estudo, os dados analisados estão dispostos no tempo e no espaço, faz-se necessária a verificação de adequabilidade dos modelos *Pooled*, Efeitos Fixos e Efeito Aleatório. A verificação entre as abordagens é feita por meio do teste de Hausman, que tem como hipótese nula a pressuposição de viabilidade da abordagem Logit Efeitos Aleatórios.

Nesse contexto, o seguinte modelo de regressão logística é proposto para responder ao problema de pesquisa evidenciado neste estudo:

$$DIF_{it} = \beta_1 GAAPETR_{it} + \beta_2 BTD_{it} + \beta_3 CURRENTETR_{it} + \beta_4 DIFETR_{it} + \beta_5 CG_{it} + \beta_6 GIRO_{it} + \beta_7 PLPT_{it} + \beta_8 CRISE_{it} + v_{it} + u_i$$

em que:

- DIF_{it} : dificuldade financeira;
- $GAAPETR_{it}$, BTD_{it} , $CURRENTETR_{it}$ e $DIFETR_{it}$: variáveis de interesse – *proxies* de práticas tributárias;
- CG_{it} : capital de giro líquido – calculado pela diferença entre ativo circulante e passivo circulante dividido pelo ativo total;
- $GIRO_{it}$: giro do ativo – calculado pela razão entre a receita líquida e o ativo total;
- $PLPT_{it}$: razão entre o patrimônio líquido e o passivo total;
- $CRISE$: *dummy* que recebe 1 (um) para os anos de 2015, 2016 e 2020 e 0 (zero) caso contrário;
- v_{it} : termo de erro do modelo; e
- u_i : heterogeneidade não observada.

3.2.3 Definição das variáveis

3.2.3.1 Variável Dependente

Mediante a observação de pesquisas nacionais e internacionais, foram selecionadas as variáveis utilizadas neste trabalho por estarem relacionadas à dificuldade financeira.

A variável dependente Dificuldade Financeira (DF) é uma *dummy* que, de acordo com Pindado et al. (2008), recebe 1 (um) quando o lucro antes dos juros e impostos, depreciação e amortização (EBITDA, na sigla em inglês) é menor que as despesas financeiras e há queda no valor de mercado em dois períodos consecutivos e 0, nos demais casos, conforme demonstrado na Figura 1.

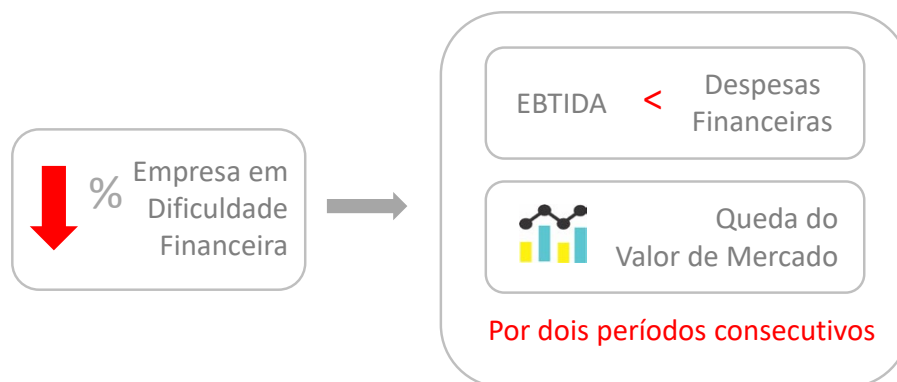


Figura 1. Empresa em Dificuldade Financeira

Fonte: adaptado de Pindado et al. (2008) e Rezende et al. (2017).

3.2.3.2 Variável de Interesse

As *proxies* de práticas tributárias (Tabela 2) foram inseridas na presente pesquisa devido à constatação da influência do planejamento tributário nos aspectos financeiros/econômicos das entidades nas pesquisas anteriores como as de Richard et al. (2019), Balakrishnan et al. (2018); Dhawan, Ma e Kim (2020) e Richardson, Taylor e Lanis (2015).

Tabela 2

Variáveis de Interesse

Métrica	Operacionalização	Relação esperada	Autores
GAAP ETR (Taxa efetiva dos tributos sobre o lucro)	$\frac{\text{Despesa total com tributos sobre o lucro}}{\text{Lucro antes dos tributos}}$	Quanto mais agressiva a empresa, menor é a GAAP ETR.	Hanlon e Heitzman (2010); Martinez (2017); (Baderscher et al., 2013); Beladi et al. (2018); Cen et al. (2017); (Cen et al., 2019)
BTD	$\frac{\text{Lucro antes dos tributos} - (\text{Despesa total com tributos sobre o lucro}/0,34)}{\text{Ativo total}}$	Quanto mais agressiva a empresa, maior é a BTD.	Cabello et. al. (2019)
CURRENT ETR	$\frac{\text{Despesa corrente com tributos sobre o lucro}}{\text{Lucro antes dos tributos}}$	Quanto mais agressiva a empresa, menor é a CURRENT ETR.	Chiachio & Martinez (2019)
DIFETR	$\frac{\text{Despesa deferida com tributos sobre o lucro}}{\text{Lucro antes dos tributos}}$	Quanto mais agressiva a empresa, menor é a DIFETR.	Chiachio & Martinez (2019)

Fonte: dados da pesquisa, 2020.

3.2.3.3 Variáveis independentes

As *proxies* presentes na Tabela 3 foram destacadas na literatura como variáveis financeiras que impactam a situação de dificuldade financeira.

A variável Capital de Giro Líquido (CG) foi utilizada nas pesquisas de Altman et al. (1979) e Sanvicente & Minardi (1998).

A variável Giro do Ativo (GIRO) foi utilizada nos trabalhos de Altman et al. (1979) e Rezende et al. (2017). Foram identificados efeitos negativos nas pesquisas de Altman et al. (1979), Sanvicente & Minardi (1998) e Rezende et al. (2017).

A variável Patrimônio Líquido sobre Passivo Total (PLPT) foi utilizada nos trabalhos de Altman et al. (1979), Rezende et al. (2017) e Sanvicente & Minardi (1998). Foi identificado efeito positivo da variável no modelo de Sanvicente e Minardi (1998), e efeito negativo na pesquisa de Rezende et al. (2017).

Como variável de controle, foi incluída a *proxy* de crise, uma vez que, segundo Rezende et al. (2017), no cenário brasileiro, as crises internas e mundiais aumentaram a probabilidade da ocorrência de insolvência de empresas. Trata-se de uma variável *Dummy* que assume 1 nos anos de 2015, 2016 e 2020, e 0, nos casos contrários.

Tabela 3

Métricas e Operacionalização

Métrica	Operacionalização	Relação esperada	Autores
Capital de giro líquido (CG)	$CG = \frac{(AC-PC)}{Ativo\ total}$	(-)	Altman et al. (1979); Sanvicente e Minardi (1998); Rezende et al. (2017)
Giro do ativo	$GIRO = \frac{Receita\ líquida}{Ativo\ total}$	(-)	Rezende et al. (2017) Altman et al. (1979).
Patrimônio líquido sobre o passivo total (PLPT)	$PLPT = \frac{Patrimônio\ líquido}{Passivo\ total}$	(-)	Altman et al. (1979); Sanvicente e Minardi (1998); Rezende et al. (2017)
Crise	Período da Crise 2014 Considerando seus efeitos em 2015/2016: Variável <i>dummy</i> sendo "0" para o período fora da crise e "1" para o período da crise Covid-19, sendo "1" em 2020	(+)	(Andreoli, 2018; Barbosa, 2017; Richardson et al., 2015; Simão, 2017)

4. Análise e discussão dos resultados

Esta parte da pesquisa apresenta os resultados encontrados por meio da aplicação dos procedimentos metodológicos anteriormente descritos.

4.1 Estatística descritiva dos dados que integram a amostra

Neste estudo, o tratamento de *outliers* evidencia-se por meio da técnica de *winsorização* dos dados amostrados. A Figura 2 apresenta os gráficos *box-plot* dos dados em análise.

Box-plot das variáveis analisadas

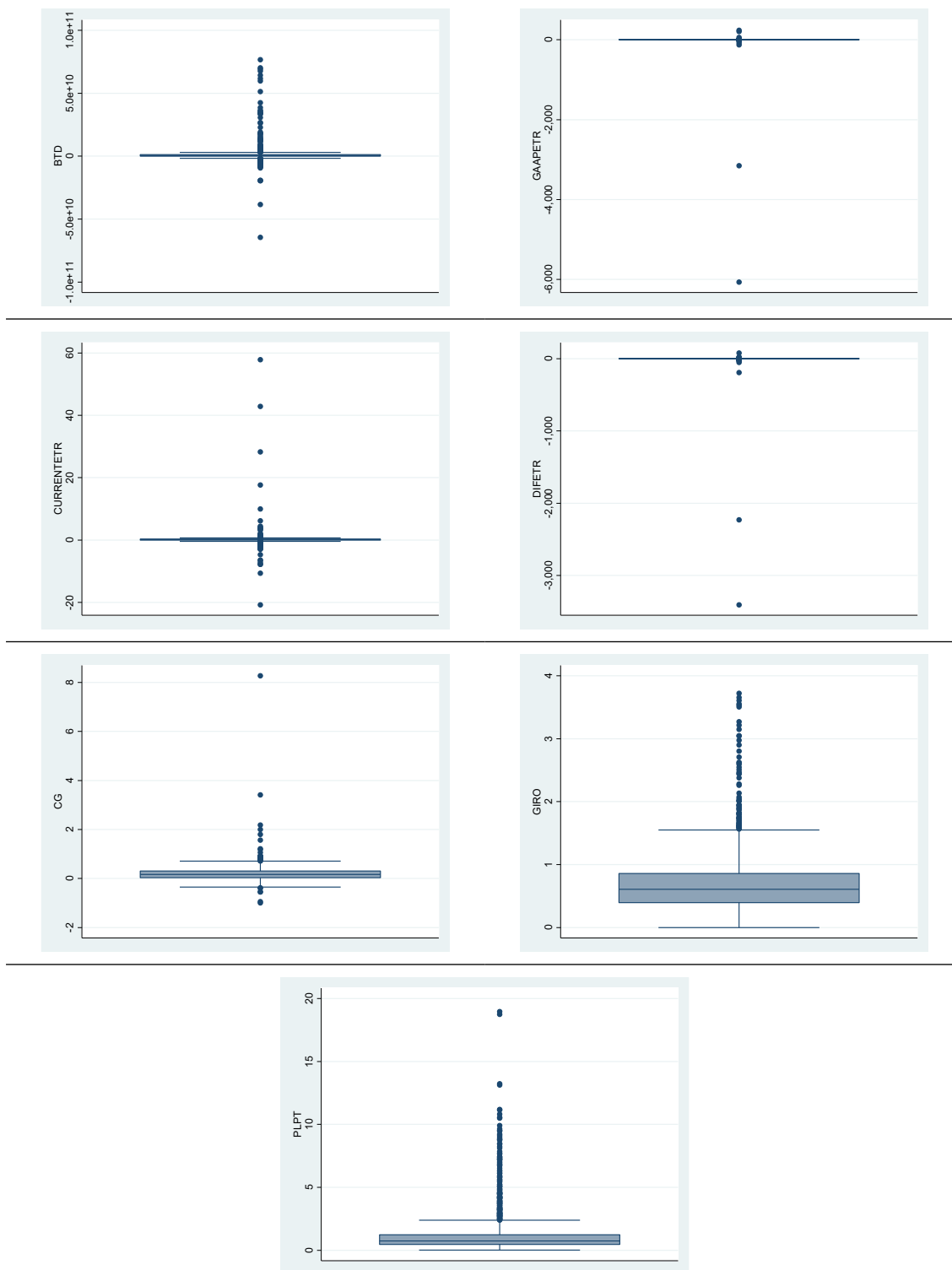


Figura 2. Gráficos box-plots dos regressores utilizados na pesquisa.

Fonte: dados da pesquisa.

A observação dos gráficos *box-plot* apresentados anteriormente evidencia a presença de observações atípicas; os dados não são provenientes de erros de mensuração amostral, por isso não foram considerados como *outliers*. Nesse sentido, existe a necessidade de tratamento dos dados em análise, devido à presença de observações discrepantes que podem prejudicar a estimação dos parâmetros do modelo econométrico proposto.

A Tabela 4 mostra as estatísticas descritivas dos dados em análise.

Tabela 4

Estatística descritiva

Grupo de empresas com dificuldade financeira							
ESTATÍSTICA	BTD	GAAPETR	CURRENTETR	DIFETR	CG	GIRO	PLPT
Mediana	-3344118	0,06	0,00	0,02	0,18	0,46	0,54
Média	-699000000	-1,24	0,40	-2,16	0,26	0,65	1,24
Desvio-padrão	6960000000	13,08	4,33	19,37	0,86	0,64	1,93
Mínimo	-64500000000	-131,12	-7,83	-192,87	-0,94	0,00	0,003
Máximo	18000000000	11,51	42,86	8,46	8,28	3,61	13,22
CV	996,24%	1051,18%	1089,83%	898,06%	326,13%	98,01%	154,88%
N.º de obs	102	102	102	102	102	102	102
Grupo de empresas sem dificuldade financeira							
ESTATÍSTICA	BTD	GAAPETR	CURRENTETR	DIFETR	CG	GIRO	PLPT
Mediana	360000000	0,23	0,15	0,01	0,16	0,62	0,74
Média	1690000000	-7,40	0,21	-4,77	0,19	0,70	1,27
Desvio-padrão	6850000000	200,68	2,19	119,44	0,24	0,48	1,79
Mínimo	-38400000000	-6063,52	-20,77	-3406,01	-0,99	0,00	0,02
Máximo	76700000000	236,45	57,85	78,28	3,42	3,72	18,95
CV	405,46%	2712,47%	1027,46%	2502,58%	126,21%	68,84%	140,88%
N.º de obs	1162	1162	1162	1162	1162	1162	1162
Teste de diferenças de médias de Mann Whitney							
Estatística Z	7,0750***	5,0070***	5,1260***	-0,5840	-0,6350	2,9160***	2,9040**

Notas: As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Fonte: dados da pesquisa.

A observação da Tabela 4 evidencia altos valores referentes à variabilidade dos dados em relação aos valores médios das variáveis estudadas, o que pode ser explicado pela característica heterogênea da amostra em análise.

A Tabela 4 apresenta o teste de diferenças de médias de Mann-Whitney para as variáveis que integram a pesquisa segregadas em relação a existência ou não de dificuldade financeira. A utilização do referido teste se deve à ausência de normalidade dos dados em análise.

Além disso, pode-se confirmar as diferenças estatisticamente significativas, apresentadas pela descrição dos dados, em relação aos valores medianos. Nesse sentido, verifica-se que são estatisticamente diferentes – no que se refere à existência, ou não, de dificuldade financeira – as variáveis: BTD, GAAPETR, CURRENTER, GIRO e PLPT.

Os resultados permitem confirmar estatisticamente que as variáveis das empresas com dificuldade financeira evidenciam menores valores em relação aos indicadores BTD, GAAPETR, CURRENTER, GIRO e PLPT comparativamente às empresas que não apresentam dificuldade financeira. Em relação às variáveis de interesse GAAPETR e CURRENTER, percebe-se um alinhamento com a pesquisa de Chiachio & Martinez (2019), que indica que empresas em melhor situação financeira apresentam menores níveis de agressividade tributária. Assim, esse resultado está em linha com Richardson, Taylor e Lanis (2015), que destacam que as corporações com dificuldades financeiras tendem a se envolver em práticas tributárias mais agressivas.

4.2 Modelo de regressão logística estimado para tratamento dos dados

A Tabela 5 evidencia os modelos logit *Pooled* e logit Efeitos Aleatórios estimados para os dados em análise. Para o modelo logit *Pooled* proposto, é possível verificar a significância global evidenciada pelo teste LR, que apresentou a rejeição de sua hipótese nula de insignificância dos parâmetros do modelo. O teste de *Goodness* evidencia a adequabilidade do ajuste do modelo e a curva de ROC que mostra a área sobre a curva igual a 67,44%. Por fim, a sensibilidade e especificidade atreladas ao modelo logit *Pooled* são respectivamente iguais a 1,96% e 99,74%. O ajuste geral do modelo logit *Pooled* é igual a 91,85%. Entretanto, a validação do modelo logit Efeitos Aleatórios é feita por meio da estatística Rho que mostra a importância do logit painel para tratamento dos dados em análise. A verificação de adequabilidade entre as abordagens logit Efeitos Fixos e logit Efeitos Aleatórios é feita por meio do teste de Hausman, que aponta a não rejeição de sua hipótese nula que assume a viabilidade do logit Efeitos Aleatórios.

Tabela 5

Modelo de regressão logística para dados em painel – Efeitos Aleatórios

Modelo de Regressão Logística				
Variáveis	Logit <i>Pooled</i>		Logit Efeitos Aleatórios	
	Efeito Marginal	P-valor	Coef.	P-valor
BTD	-1,0x10e-10***	0,0010	-1,18x10e-11***	0,0040
GAAPETR	0,0117	0,1750	0,0307**	0,0280
CURRENTETR	0,0071	0,8220	-0,0249	0,4740
DIFETR	-0,0165	0,1780	-0,0441**	0,0270
CG	0,4196**	0,0420	0,1819	0,5320
GIRO	-0,2433	0,3100	-0,1303	0,7640
PLPT	-0,0270	0,6550	-0,0044	0,9670
CRISE	0,1877	0,4310	0,4002	0,1590
CONS	-2,3272***	0,0000	-4,2444****	0,0000
Estatísticas de validação do modelo Logit				
Número de Observações	1264		1264	
R ² de McFadden	3,61%		-	
Sensibilidade	1,96%		-	
Especificidade	99,74%		-	
Ajuste geral do modelo	91,85%%		-	
Área under ROC curve	67,44%		-	
Teste LR	25,57***		-	
Teste de Goodness	1177,67		-	
Rho	104,77 ***		-	
Hausman	-		7,48	

Notas: As significâncias estatísticas dos testes são representadas por meio da seguinte simbologia: *10%; **5%; ***1%.

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados evidenciados pelo modelo logit painel Efeitos Aleatórios indicam relação negativa da BTD e DIFETR e positiva do GAAPETR com o evento de dificuldade financeira inerentes às empresas amostradas. Logo, nota-se que, quanto menor o engajamento com práticas tributárias, maior a probabilidade de dificuldades financeiras.

Da análise dos resultados, de plano, infere-se que o presente trabalho detectou uma associação contrária entre a probabilidade de ocorrência da situação de dificuldade financeira das empresas analisadas e as práticas tributárias, indo de encontro com as evidências trazidas por Chiachio e Martinez (2019) e Richardson, Taylor e Lanis (2015). Tais trabalhos sugeriram que, quanto mais agressiva é a empresa, maior a probabilidade da organização entrar ou estar em dificuldade financeira.

5. Considerações finais

Indiscutível a importância de se estimar antecipadamente os riscos de falência da entidade; nesse contexto, a dificuldade financeira constitui uma oportunidade para identificar o início de dificuldades financeiras corporativas antes de as empresas entrarem em insolvência, ou até falência (*ex ante*) (Konstantaras & Siriopoulos, 2011; Pindado et al., 2008). A grande vantagem é permitir que as empresas realizem ações de forma preventiva, antes de ingressarem em insolvência ou falência, aumentando a probabilidade de reverterem a situação.

Outro ponto destacado nas pesquisas é que o planejamento tributário tem o potencial de afetar negativamente a situação financeira e econômica das entidades, pois, apesar de proporcionar uma economia das despesas de tributos, pode aumentar simultaneamente a complexidade financeira da organização, elevar a probabilidade de falência, aumentar o custo da dívida e a possibilidade de diminuição das classificações de títulos, conforme destacam Balakrishnan et al. (2018). Também é indicado pelas pesquisas que empresas em situações financeiras e econômicas desfavoráveis podem se propor a realizar atividades relacionadas ao planejamento tributário agressivo como opção, uma vez que os custos de tais práticas como penalidades e danos à reputação poderiam ser considerados mínimos, ao serem comparados com os ganhos potenciais.

Considerando que o objetivo da presente pesquisa foi verificar se o nível de práticas tributárias influencia a probabilidade de existência de dificuldade financeira (entendida como indício do processo de falência) das empresas não financeiras listadas na Brasil, Bolsa, Balcão (B3), percebe-se que a pesquisa atingiu seu objetivo principal.

A tendência apontada na literatura – de que o planejamento tributário agressivo altera a probabilidade de a entidade vivenciar uma situação de dificuldade financeira – foi constatada na presente pesquisa, uma vez que foi identificada uma influência negativa estatisticamente significativa na relação entre a BTD e CURRENTETR e positiva entre GAAPETR e a probabilidade de a empresa se encontrar em dificuldade financeira. Estes resultados vão ao encontro dos apontamentos das pesquisas anteriores como as de Balakrishnan et al. (2018), Richard et al. (2019), e Richardson et al. (2015).

Este achado sugere que as entidades devem sempre avaliar de forma responsável a implantação de atividades relacionadas às práticas tributárias, pois a economia gerada é vista como fonte de recursos internos, ainda mais quando as empresas estão passando por dificuldades financeiras, levando em consideração que os custos atrelados a tais estratégias podem potencializar as restrições financeiras dessas companhias.

Um achado interessante na pesquisa é ter identificado que a crise de 2014/2015 e a pandemia não afetaram significativamente a probabilidade da ocorrência do evento de dificuldade financeira das entidades analisadas. Este resultado pode ter sido ocasionado pelas diferentes formas com que a crise afetou as entidades analisadas, devidos às suas idiossincrasias.

Último ponto a se destacar é que foi constatado que o índice PLPT não influenciou significativamente a probabilidade de ocorrência do evento de dificuldade financeira das entidades analisadas. Mencionado fato pode ser justificado pelos efeitos dos componentes dos itens que compõem o próprio índice, como o nível de custo de capital próprio e capital de terceiros, a estrutura do passivo como a composição dos prazos (curto e longo prazo) e as características das origens do capital de terceiros (bancos comerciais x bancos de fomento).

Uma possível limitação da pesquisa é o fato de que outros impostos que podem compor os resultados das empresas brasileiras, em nível federal, estadual e municipal, não são percebidos pelas medidas de práticas tributárias aplicadas na presente pesquisa.

Como sugestão para futuras pesquisas, indica-se avaliar outros aspectos que podem ter influenciado as mudanças dos resultados encontrados, como: outros elementos de governança corporativa, características dos Executivos e componentes macroeconômicos.

Referências

- Altman, E. I., Baidya, T. K. N., & Dias, L. M. R. (1979). Previsão de problemas financeiros em empresas. *Revista de Administração de Empresas*, 19, 17–28. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901979000100002>
- Amorim, J. Q., Sales, G. A., & Grecco, M. C. P. (2022). Covid-19 e os impactos nas políticas de financiamento e investimento. *RAM. Revista de Administração Mackenzie*, 23 (2). <https://doi.org/10.1590/1678-6971/eRAMF220225.pt>
- Andreoli, P. H. (2018). Nível de transparência da remuneração executiva e comportamento da remuneração variável em períodos de estabilidade e crise econômica. <http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/24595>
- Baderscher, B. A., Katz, S. P., & Rego, S. O. (2013). The separation of ownership and control and corporate tax avoidance. *Journal of Accounting and Economics*, 56(2–3), 228–250. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2013.08.005>
- Balakrishnan, K., Blouin, J. L., & Guay, W. R. (2018). Tax Aggressiveness and Corporate Transparency. *The Accounting Review*, 94(1), 45–69. <https://doi.org/10.2308/accr-52130>.
- Baltagi, B. H. (2005). *Econometric Analysis of Panel Data*. 3 ed. New York: John Wiley & Sons.
- Barbosa, F. de H. (2017). A crise econômica de 2014/2017. *Estudos Avançados*, 31, 51–60. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890006>
- Beck, T., Lin, C., & Ma, Y. (2014). Why Do Firms Evade Taxes? The Role of Information Sharing and Financial Sector Outreach. *The Journal of Finance*, 69(2), 763–817. <https://doi.org/10.1111/jofi.12123>
- Beladi, Hamid, Chao, C. C., & Hu, M. (2018). Does tax avoidance behavior affect bank loan contracts for Chinese listed firms? *International Review of Financial Analysis*, 58, 104–116. <https://doi.org/10.1016/j.irfa.2018.03.016>
- Cabello, O. G., Gaio, L. E., & Watrin, C. (2019). Tax avoidance in management-owned firms: evidence from Brazil. *International Journal of Managerial Finance*, 15 (4), 580-592. <https://doi.org/10.1108/IJMF-04-2018-0117>
- Cen, L., Maydew, E. L., Zhang, L., & Zuo, L. (2017). Customer–supplier relationships and corporate tax avoidance. *Journal of Financial Economics*, 123(2), 377–394. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2016.09.009>
- Cen, L., Maydew, E., Zhang, L., & Zuo, L. (2019). Tax planning diffusion, real effects, and sharing of benefits. 41.
- Chen, S., Chen, X., Cheng, Q., & Shevlin, T. (2010). Are family firms more tax aggressive than non-family firms? *Journal of Financial Economics*, 95(1), 41-61.

- Chiachio, V. F. de O., & Martinez, A. L. (2019). Efeitos do Modelo de Fleuriet e Índices de Liquidez na Agressividade Tributária. *Revista de Administração Contemporânea*, 23, 160–181. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac2019180234>
- De Simone, L. (2016). Does a common set of accounting standards affect tax-motivated income shifting for multinational firms? *Journal of Accounting and Economics*, 61(1), 145–165. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2015.06.002>
- Desai, M. A., & Dharmapala, D. (2006). Corporate tax avoidance and high-powered incentives. *Journal of Financial Economics*, 79(1), 145–179. <https://doi.org/10.1016/j.jfineco.2005.02.002>
- Dhawan, A., Ma, L., & Kim, M. H. (2020). Effect of corporate tax avoidance activities on firm bankruptcy risk. *Journal of Contemporary Accounting & Economics*, 16(2), 100187.
- Freitas, M. R. D. O., Pereira, G. M., Vasconcelos, A. C. D., & Luca, M. M. M. D. (2020). Concentração Acionária, Conselho de Administração e Remuneração de Executivos. *Revista de Administração de Empresas*, 60, 322–335. <https://doi.org/10.1590/S0034-759020200503>
- Geng, R., Bose, I., & Chen, X. (2015). Prediction of financial distress: An empirical study of listed Chinese companies using data mining. *European Journal of Operational Research*, 241(1), 236–247.
- Greene, W. H. (2003). *Econometric analysis*. Pearson Education India.
- Habib, A., Costa, M. D., Huang, H. J., Bhuiyan, M. B. U., & Sun, L. (2020). Determinants and consequences of financial distress: review of the empirical literature. *Accounting & Finance*, 60, 1023–1075.
- Hanlon, M., & Heitzman, S. (2010). A review of tax research. *Journal of Accounting and Economics*, 50(2–3), 127–178. <https://doi.org/10.1016/j.jacceco.2010.09.002>
- Koh, S., Durand, R. B., Dai, L., & Chang, M. (2015). Financial distress: Lifecycle and corporate restructuring. *Journal of Corporate Finance*, 33, 19–33. <https://doi.org/10.1016/j.jcorpfin.2015.04.004>
- Konstantaras, K., & Siriopoulos, C. (2011). Estimating financial distress with a dynamic model: Evidence from family owned enterprises in a small open economy. *Journal of Multinational Financial Management*, 21(4), 239–255. <https://doi.org/10.1016/j.mulfin.2011.04.001>
- Levine, D. M., Berenson, M. L., & Stephan, D. (2005). *Estatística: teoria e aplicações-usando Microsoft Excel português*. Ltc.
- Martinez, A. L. (2017). Agressividade Tributária: Um Survey da Literatura. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 11(0), 106–124. <https://doi.org/10.17524/repec.v11i0.1724>
- Martinez, A. L., & Dalfior, M. D. (2015). Agressividade Fiscal entre Companhias Controladoras e Controladas. 20.
- Martinez, A., & da Silva, R. (2018). Restrição financeira e agressividade fiscal nas empresas brasileiras de capital aberto. *Advances in Scientific and Applied Accounting*, 11(3), 448–463. <https://doi.org/10.14392/ASAA.2018110305>
- Martinez, A. L., & Ramalho, V. P. (2017). Agressividade tributária e sustentabilidade empresarial no Brasil. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 16(49).
- Martins, G. de A., & Theóphilo, C. R. (2009). *Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas*. Atlas.
- Melo, L. Q. de, Moraes, G. S. de C., Souza, R. M. de, & Nascimento, E. M. (2020). A responsabilidade social corporativa afeta a agressividade fiscal das firmas? Evidências do mercado acionário brasileiro. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 19. <https://doi.org/10.16930/2237-766220203019>

- Moraes, G. S. de C., Nascimento, E. M., Soares, S. V., & Prímola, B. F. L. (2021). Agressividade fiscal e evidência tributária: Um estudo das companhias brasileiras de capital aberto. *Contextus – Revista Contemporânea de Economia e Gestão*, 19, 197–216. <https://doi.org/10.19094/contextus.2021.61612>.
- Myers, S. C. (1984). The Capital Structure Puzzle. *The Journal of Finance*, 39, (3), 575-592.
- Paula, L. F. D., & Pires, M. (2017). Crise e perspectivas para a economia brasileira. *Estudos avançados*, 31(89), 125-144. <https://doi.org/10.1590/s0103-40142017.31890013>
- Pindado, J., Rodrigues, L., & La Torre, C. de. (2008). Estimating financial distress likelihood. *Journal of Business Research*, 61(9), 995–1003. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2007.10.006>
- Prímola, B. F. L., Nascimento, E. M., & Campos, O. V. (2021). Liquidez acionária e agressividade fiscal no mercado de capitais brasileiro. *Revista Catarinense da Ciência Contábil*, 20, e3188–e3188. <https://doi.org/10.16930/2237-766220213188>
- Rezende, A. J., Dalmácio, F. Z., & Rathke, A. A. T. (2018). Avaliação do Impacto dos Incentivos Fiscais sobre os Retornos e as Políticas de Investimento e Financiamento das Empresas. *Revista Universo Contábil*, 14 (4). <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2018426>
- Rezende, F. F., Montezano, R. M. D. S., Oliveira, F. N. D., & Lameira, V. D. J. (2017). Previsão de dificuldade financeira em empresas de capital aberto. *Revista Contabilidade & Finanças*, 28(75), 390-406.
- Richard, D., Monday, E., & Ude, B., Emmanuel. (2019). The Impact of Corporate Tax Planning on Financial Performance of Listed Industrial Firms in Nigeria. 5(4), 12.
- Richardson, G., Taylor, G., & Lanis, R. (2013). The impact of board of director oversight characteristics on corporate tax aggressiveness: An empirical analysis. *Journal of Accounting and Public Policy*, 32(3), 68-88. <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2013.02.004>
- Richardson, G., Taylor, G., & Lanis, R. (2015). The impact of financial distress on corporate tax avoidance spanning the global financial crisis: Evidence from Australia. *Economic Modelling*, 44, 44-53. <https://doi.org/10.1016/j.econmod.2014.09.015>
- Sanvicente, A. Z., & Minardi, A. M. A. F. (1998). Identificação de indicadores contábeis significativos para previsão de concordata de empresas. Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Working Paper12.
- Siegel, S., & Castellan Jr, N. J. (2006). Estatística não-paramétrica para ciências do comportamento. Artmed Editora.
- Simão, M. F. (2017). Práticas de remuneração em período de crise econômica: Um estudo com empresas automotivas do Brasil. <https://app.uff.br/riuff/handle/1/6414>
- Theiss, V., & Beuren, I. M. (2017). Estrutura de Propriedade e Remuneração dos Executivos. *Revista de Administração da Universidade Federal de Santa Maria*, 10(3), 533–550.
- Wooldridge, J. M. (2010). *Econometric analysis of cross section and panel data*. MIT press.
- Zhu, N., Zhang, D., Wang, W., Li, X., Yang, B., Song, J., ... & Tan, W. (2020). A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019. *New England journal of medicine*.

Transparência ativa do Ministério Público: sob a ótica da qualidade e disponibilidade da informação

Rayane Vieira Rodrigues

<https://orcid.org/0000-0003-4641-990X>

Gabriela Boechat

<https://orcid.org/0000-0003-1348-7260>

Heloisa Coli

<https://orcid.org/0000-0001-9812-5335>

Marco Antonio Carvalho Teixeira

<https://orcid.org/0000-0003-3298-8183>

Resumo

Objetivo: Este trabalho teve como objetivo analisar a transparência ativa dos Ministérios Públicos estaduais e Federal, utilizando, para fins de análise, uma amostra dos sites institucionais e portais da transparência.

Método: Foi realizada pesquisa qualitativa e construído um instrumento de análise que considerou disposições da Lei de Acesso à Informação (LAI), resoluções e recomendações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), aspectos estruturais do Ministério Público e aspectos de qualidade na disponibilização de informações.

Resultados: Foi possível observar um alto cumprimento de dispositivos da LAI, relacionados principalmente a questões orçamentárias. No entanto, boa parte das especificações do próprio CNMP, como resoluções emitidas por este órgão, não são totalmente respeitadas pelos Ministérios Públicos e, quando são, não estão disponíveis em dados abertos.

Contribuições: A principal contribuição consiste na construção do instrumento de análise que poderá ser utilizado para identificação do nível de transparência do Ministério Público brasileiro. Ademais, o trabalho realiza uma série de constatações acerca de mudanças que podem ser incorporadas pelo CNMP e pelos Ministérios Públicos para melhorar os níveis de transparência.

Palavras-chave: *Accountability* Administrativa. Controle. Lei de Acesso à Informação. Ministério Público.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 12/1/2023. Pedido de revisão em 16/2/2023. Rodada 2: Resubmetido em 16/3/2023. Pedido de revisão em 11/4/2023. Rodada 3: Resubmetido em 12/4/2023. Aceito em 14/4/2023 por Robson Zuccolotto, Doutor (Editor assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

A *accountability* requer que agentes públicos prestem informações e justifiquem suas ações diante de um fórum que tenha o poder de interrogá-los, avaliá-los e, se necessário, impor sanções. Nesse contexto, a transparência é um elemento crucial para o exercício adequado da *accountability*, pois implica a obrigação dos agentes públicos de fornecer informações e registros sobre suas ações (Bovens, 2006; Schedler, 1999). O ponto de vista usualmente analisado pela literatura é a *accountability* vertical ou social, isto é, o controle exercido por membros da sociedade civil, como cidadãos comuns, grupos de interesse, organizações de caridade ou outras entidades interessadas, sobre as ações do Estado (Bovens, 2006; O'Donnell, 1998). Todavia, a transparência também é essencial para o exercício de *accountability* horizontal e administrativa – ou seja, quando o controle é exercido por instituições estatais sobre outros agentes ou por instituições e órgãos estatais independentes e externos à organização controlada (Bovens, 2006; O'Donnell, 1998) –, que é cada vez mais necessária em um contexto de alta burocratização do Estado. Dessa forma, este trabalho busca ampliar as análises sobre transparência a partir dessa perspectiva, com enfoque em organizações em que os membros não são eleitos de forma direta.

No Brasil, a Lei de Acesso à Informação – LAI (Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011) é o principal marco jurídico de transparência e regulamenta o acesso à informação, definido como direito fundamental pela Constituição. Estão subordinados à LAI órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo, incluindo as Cortes de Contas; do Judiciário; e do Ministério Público. No entanto, boa parte da literatura foca suas análises em órgãos do Poder Executivo. Partimos da compreensão que transparência é um elemento crucial para a realização de *accountability* social e administrativa sobre instituições democráticas como os Ministérios Públicos, objeto de análise deste estudo, e que também deve ser objeto de controle, como as organizações representativas. Em outras palavras, apesar de o Ministério Público não ser composto por representantes eleitos, também deve estar submetido ao controle social e administrativo. O primeiro será realizado pela sociedade; já o segundo é realizado, principalmente, pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Nesses dois casos, transparência é essencial para que ambos possam ser efetivamente implementados.

Com foco na transparência ativa, que compreende a difusão periódica e sistematizada de informações, analisamos uma amostra dos sites institucionais e de transparência dos Ministérios Públicos de diferentes regiões do Brasil. Visamos contribuir não somente com a análise do cumprimento da LAI pela instituição, mas também com a elaboração de um instrumento de coleta das informações que leva em consideração as resoluções emitidas pelo CNMP, a própria estrutura dos Ministérios Públicos e o que deve ser considerado relevante na disponibilização de informações sobre a sua atuação por meio eletrônico.

Para a análise, foram selecionados casos-padrão, entre aqueles que apresentam capacidade institucional parecida e próxima da média, quando se trata do valor de membros por cada 100 mil habitantes, sendo um Ministério Público por região e o Ministério Público Federal. Foram selecionados o Ministério Público do Amazonas, o Ministério Público de Goiás, o Ministério Público do Rio de Janeiro, o Ministério Público do Rio Grande do Sul e o Ministério Público de Sergipe.

Foi possível constatar que, quando se trata de aspectos mais consolidados de transparência, como orçamento, gestão de pessoas e determinadas disposições da LAI, os Ministérios Públicos analisados alcançam altos índices. No entanto, quando se trata de resoluções do CNMP e questões relacionadas aos órgãos de controle interno e acervos de processos judiciais e extrajudiciais, não só o atendimento é baixo, como a qualidade¹ da disponibilização dos dados também é baixa. Ainda que o CNMP apresente esforços de uniformização da transparência ativa dos Ministérios Públicos, alguns pontos não foram atendidos nos casos analisados. Foi identificado que o próprio instrumento de avaliação do Conselho, o Transparentômetro, não avalia todas as resoluções emitidas. Ressaltamos a importância de o CNMP considerar aspectos relacionados à abertura de dados, bem como inserir em seus critérios a disponibilização de informações acerca dos órgãos de controle interno e da distribuição de processos.

Além desta introdução, o artigo apresenta discussão sobre transparência e *accountability* e a importância de ampliar as análises sobre a transparência de instituições com membros não eleitos de forma direta; na segunda parte, apresentamos as classificações dicotômicas de transparência e aspectos de qualidade que devem ser considerados na disponibilização de dados e informações no setor público; a metodologia adotada e como foi construída a proposta de índice considerada nesse artigo; na penúltima parte, sistematização de resultados; e, por fim, as considerações finais.

2. Transparência e accountability

O termo “transparência” tem sua origem no princípio da publicidade – conceito este utilizado pelos clássicos do pensamento liberal para nominar o que consideram uma característica normativa do Estado liberal-democrático. Para Kant (2008), normas, políticas e decisões que precisem do segredo para se tornarem efetivas não podem ser consideradas morais. Bentham (2011), por sua vez, compreende a publicidade como um mecanismo para se evitar o abuso do poder político por parte de autoridades. A publicidade, portanto, estabelece-se como mecanismo de contenção de arbitrariedades que favorece o controle por parte dos cidadãos, configurando uma interface entre aqueles que tomam decisões e a população em geral.

A literatura atual distingue as noções de transparência e publicidade. Enquanto a primeira captura a noção de transparência como a acessibilidade da informação, a segunda indica que as informações estão sendo comunicadas e recebidas pela população (Lindstedt & Naurin, 2010). Em outras palavras, não basta divulgar a informação; uma instituição transparente permite que atores externos e internos possam formar sua própria opinião sobre o que foi observado a partir das informações sobre ações e processos disponibilizados (Lindstedt & Naurin, 2010). A transparência, portanto, permite que a organização se torne cristalina, do ponto de vista de quem recebe a informação.

O direito de acesso à informação é considerado um direito humano previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos desde 1948, de forma atrelada à liberdade de expressão. A partir de 1990, o acesso à informação passou a ser reconhecido por diversos países e organizações intergovernamentais como um direito fundamental e instrumento para o fortalecimento da democracia (Mendel, 2009). Nesse mesmo período, Mendel (2009) aponta que a divulgação de informações passou a integrar tratados de organismos internacionais e recomendações de bancos de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais. Nesse sentido, trata-se de um fator com capacidade para viabilizar melhores escolhas dos representantes políticos e decisões públicas, mantendo acesa a ideia de cidadania ativa, presente em Tocqueville (1977).

¹ Consideramos como aspectos de qualidade o quanto os dados são acessíveis e utilizáveis, isto é, a estrutura que a informação disponibilizada garante e que permitam compreensão sobre a atividade que o órgão desempenha.

Na ciência política e administração pública, a noção de transparência está intimamente relacionada ao conceito de *accountability*, e constitui um aspecto necessário, ainda que não suficiente, para a efetivação do último (Bovens, 2006). De acordo com Bovens (2006), o conceito de *accountability* se refere à associação entre um ator e um fórum, no qual o agente tem a obrigação de prestar contas e justificar seu comportamento, enquanto o fórum pode interrogá-lo e avaliá-lo, resultando em consequências para o ator. Conforme Schedler (1999), a *accountability* possui dois aspectos cruciais: *answerability*, que exige que os agentes públicos prestem informações e justifiquem suas ações; e *enforcement*, que permite que os órgãos fiscalizadores imponham sanções aos detentores do poder que tenham violado seus deveres públicos. Com base nessas duas definições, fica evidente que a transparência é um componente crucial para a *accountability*, pois é imprescindível que os agentes prestem informações e apresentem registros sobre os resultados e processos de suas ações, a fim de que estas possam ser avaliadas (Bovens, 2006; Schedler, 1999).

A transparência dos atos do governo também é um conceito próprio aos governos democráticos e republicanos, em que o poder deve ser exercido “sem máscaras” (Bobbio, 2017; Sadek, 2010). Sob o ponto de vista do aperfeiçoamento institucional, para aumentar os níveis de transparência, é necessário que se tenha qualidade nas informações disponibilizadas (Michener & Bersch, 2013), mecanismos que permitam o controle interno (Sadek, 2010) e possibilidade de responsabilização, quando necessário (Loureiro, Teixeira & Prado, 2008). Como resultado, qualifica-se a democracia e fortalecem-se as interações entre Estado e sociedade (Cunha, 2019). É uma estratégia eficiente para deter a corrupção (Zuccolotto & Teixeira, 2019) e melhorar a performance em políticas públicas (Rocha, 2011).

Conforme apontado por Bovens (2006), os mecanismos de transparência são fundamentais para o exercício de diferentes tipos de *accountability*. Dentre eles, três se destacam como particularmente relevantes para a análise em questão: a *accountability* horizontal, que é o controle exercido por instituições estatais sobre outros agentes; a *accountability* vertical ou social, que se refere ao controle exercido pelo povo, grupos de interesse, instituições de caridade ou outras partes interessadas sobre o Estado (Bovens, 2006; O’Donnell, 1998); e a *accountability* administrativa, que consiste em supervisão e controle administrativo e financeiro realizado por instituições ou órgãos independentes e externos (Bovens, 2006).

É importante ressaltar que mesmo as instituições responsáveis pela *accountability* horizontal devem ser objeto de controle e obrigadas a publicizar seus atos e o uso do orçamento público. Embora a literatura sobre transparência tenha como foco principal o Poder Executivo, essa responsabilidade deve ser assumida por todos os órgãos públicos e pelos seus diversos agentes. No que se refere ao segundo e ao terceiro pontos, destaca-se a importância de órgãos internos e externos de controle que fiscalizem o cumprimento da transparência de dados e possam até mesmo punir as instituições que se recusam a ser transparentes. Neste estudo, é enfatizada a importância do CNMP na promoção da *accountability* administrativa e da importância da instituição no controle sobre a transparência ativa dos Ministérios Públicos.

Essas questões se fazem ainda mais importantes em um contexto de alta burocratização do Estado, condição necessária para a modernização da sociedade (Abrucio & Loureiro, 2018), mas também um risco para a democracia, já que parte das decisões de políticas públicas passam a ser responsabilidade de burocratas não eleitos pelo povo (Weber, 2015). A garantia para que burocratas não eleitos não coloquem em risco a democracia estaria no exercício da sua função com base em critérios técnicos e apartidários. No entanto, o que se observa a partir da segunda metade do século XX é a expansão da conexão entre a administração pública e o mundo político (Abrucio & Loureiro, 2018), isto é, um processo de politização da burocracia. Partindo do reconhecimento que “a burocracia em seus vários estratos defende interesses para além das decisões meramente técnicas” (Abrucio & Loureiro, 2018, p. 30) e de que a burocracia decide, de fato, o rumo e desenho de políticas públicas, é possível defender a transparência como instrumento de *accountability* também em instituições formadas por membros não eleitos, como o caso das instituições do sistema de Justiça.

A literatura sobre transparência esteve, por muito tempo, relacionada apenas à transparência orçamentária e, ainda, no controle que se realiza sobre políticos eleitos. No entanto, como demonstram Zuccolotto, Teixeira e Riccio (2015), são diversas as perspectivas analíticas que podem ser adotadas ao tratar do tema. Todavia, propõe-se, neste trabalho, alteração do foco de análise, de forma que inclua não apenas instituições representativas ou agentes eleitos de forma direta, mas também: Judiciário, Ministério Público, autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista. Essas instituições muitas vezes se encontram subrepresentadas nas análises em torno do tema no Brasil, mas que também estão subordinadas à LAI. Em outras palavras, trataremos a transparência como disponibilização de informações de instituições públicas ou qualquer instituição que faça uso de recursos públicos, para atores internos e externos (Grigorescu, 2003), de forma ativa.

No Brasil, a Constituição Federal de 1988 – instrumento do processo de redemocratização – inaugurou o compromisso com as políticas de transparência e acesso à informação, ao prever, entre direitos e garantias fundamentais do cidadão, o *direito de receber dos órgãos públicos as informações de seus interesses particulares, coletivos ou gerais no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, exceto as informações que comprometem a segurança da sociedade e do Estado* (art. 5º, inciso XXXIII, da CF), além das disposições do art. 37, § 3º, inciso II, e do art. 216, § 2º, ambos da CF. Desde então, marcos legais importantes foram publicados, como a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000), que se propõe a regular as contas públicas (Sacramento & Pinho, 2008), e a LAI, que tem como objetivo impor a prestação de contas e transparência da gestão fiscal aos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, aos tribunais de Contas, aos órgãos da administração direta, bem como aos Ministérios Públicos, perseguindo os princípios de planejamento, controle, responsabilização e transparência (Motta, 2008).

Mais de 20 anos depois da Constituição Federal, houve a sanção da LAI, principal marco jurídico da transparência que regulamentou esse direito fundamental no país. Além de reconhecer o acesso como regra e o sigilo como exceção, estabelecer prazo para resposta dos pedidos de acesso à informação e prever um rol mínimo de informações que devem ser disponibilizadas de forma proativa (Bairral, Silva & Alves, 2015), a LAI se impôs a todos os órgãos governamentais, inclusive os do sistema de Justiça, como o Ministério Público.

Apesar de a abrangência atingir igualmente os três Poderes do Pacto Republicano, os órgãos do sistema de Justiça apresentam resistência ao avanço da transparência. Ainda que a Emenda Constitucional n.º 45, de 2004, tenha sido aprovada em um contexto de percepção da necessidade de criar mecanismos de controle interno e externo sobre as instituições do sistema de Justiça, uma série de monitoramentos realizada pelo artigo 19, nos anos de 2013 e 2014 (Artigo 19, 2014; Artigo 19, 2015), demonstram como os órgãos dos Ministérios Públicos analisados (Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e CNMP) estavam entre aqueles com o pior desempenho quanto à implementação da LAI, no fornecimento de informações de forma ativa como passiva, em comparação a outros órgãos. Moncau et al. (2015) também demonstram um baixo nível de atendimento às solicitações de informação por parte do Ministério Público brasileiro.

Pesquisa realizada por Cruz e Zuccolotto (2020) demonstra como os tribunais de Justiça investigados apresentam déficits relevantes nas obrigações de transparência previstas por Resoluções do Conselho Nacional de Justiça, e falta de abertura dos dados. Destacam também a importância de “uma efetiva transformação de instituições historicamente burocráticas em instituições democráticas” (p. 19).

Apesar disso, os Conselhos Nacionais da Justiça e do Ministério Público vêm expedindo resoluções e recomendações, cujo intuito é garantir um maior nível de transparência nas unidades federais e estaduais. Assim, faz-se necessário verificar o cumprimento não apenas da LAI, mas também de disposições internas ao sistema de Justiça, que visam coordenar e garantir alguma uniformização na abertura das informações, principalmente nos sites institucionais e portais da transparência. Significa, portanto, analisar e verificar um tipo específico de transparência, qual seja, a transparência ativa. Na próxima seção, apresentamos as classificações de transparência e a importância da qualidade de dados e informações disponibilizados.

3. Classificações dicotômicas de transparência

Conforme exposto anteriormente, a transparência está vinculada ao conceito de *accountability*. Para além dessa ligação, Stiglitz (2002) afirma que a transparência pública é um mecanismo fundamental para o pleno exercício da democracia, uma vez que permite o acesso e o uso livre dos dados públicos pelos cidadãos, o que fomenta e potencializa a participação e o controle social sobre as ações do Estado.

Quanto maior a possibilidade de acessar as informações, melhor será o monitoramento das funções governamentais pela sociedade, o que possibilita exigir a responsabilização do Estado e encorajar o governo a melhorar a qualidade dos gastos e dos serviços públicos prestados (Zuccolotto & Teixeira, 2019). Assim, a capacidade e a disposição dos aparatos burocráticos em disseminar dados relevantes sobre as políticas, incluindo decisões, resultados e processos, são essenciais para o exercício do controle social (Hollyer, Rosendorff & Vreeland, 2011).

Nesse sentido, a literatura apresenta algumas classificações dicotômicas a respeito do conceito de transparência, tais como: transparência geral ou específica, direta ou indireta, ativa ou passiva (Oliveira, 2020). Hood (2007) define o conceito de transparência nesses primeiros quatro tipos distintos: transparência geral ou específica e direta ou indireta. A transparência geral diz respeito a uma sociedade em que ninguém pode ser anônimo, e na qual a privacidade é impraticável. No entanto, na transparência específica, há uma divisão entre vida pública e privada; a transparência se aplica apenas à primeira, ou seja, a governos, organizações e servidores públicos.

Esta análise se insere dentro do conceito de transparência específica, que pode também ser fragmentada em direta e indireta (Hood, 2007). A transparência específica direta relaciona-se às ações ou aos resultados em que é possível a observação pelo público geral. Assim, os burocratas e agentes políticos são observados pela sociedade no que diz respeito às atividades públicas – seja por meio de reuniões públicas, disponibilização de informações nos portais de transparência, documentos públicos e outros (Oliveira, 2020; Hood, 2007).

Por outro lado, a transparência específica indireta refere-se aos mecanismos de informação ou relatórios que demonstram ações ou resultados apenas para agentes ou especialistas técnicos (Oliveira, 2020; Hood, 2007). Dessa forma, o foco se encontra em métodos de governança, procedimentos e processos institucionais e regras de tomada de decisão. Esse conceito dispõe sobre a obrigação dos gestores públicos em fornecer informações técnicas a departamentos centrais ou organismos de auditoria, inspeção e classificação (Hood, 2007).

Ainda nas classificações do conceito de transparência, há a dicotomia ativa e passiva. A transparência ativa consiste na difusão periódica e sistematizada de informações sobre a gestão estatal. Assim, resulta de ações voluntárias dos gestores públicos ou de obrigações legais impostas aos **órgãos** do Estado, determinando que sejam publicadas informações necessárias e suficientes para que a sociedade possa avaliar o desempenho governamental (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015).

Por sua vez, a transparência passiva refere-se à obrigação do Estado de conceder a todos os cidadãos que requeiram o acesso tempestivo aos documentos oficiais, salvo aqueles que estiverem legalmente protegidos por motivo de segurança nacional, investigação pública, direito de terceiros, etc. (Zuccolotto, Teixeira & Riccio, 2015). Dessa forma, ambos os conceitos de ativa e passiva referem-se ao acesso à informação, seja por oferta ou demanda. Abaixo, encontra-se um quadro-síntese das classificações de transparência mobilizadas até o momento.

Classificação	Descrição	Referência teórica
Transparência geral ou específica	<p>Geral: a privacidade é impraticável para todos os cidadãos;</p> <p>Específica: há divisão entre vida pública e privada, em que a transparência só se aplica a governos, organizações e servidores públicos;</p> <p>- Direta: ações ou resultados observáveis pelos cidadãos (reuniões abertas, informações disponibilizadas no portal da transparência, etc.);</p> <p>- Indireta: relatórios de atividades e mecanismos de informação técnicos para auditoria, inspeção e classificação.</p>	Hood (2007)
Transparência ativa ou passiva	<p>Ativa: difusão periódica e sistemática de informações, de maneira voluntária ou por meio de obrigações legais impostas;</p> <p>Passiva: concessão de informações aos cidadãos mediante requerimento.</p>	Zuccolotto, Teixeira & Riccio (2015)

Figura 1. Classificações dicotômicas de Transparência

Fonte: elaborado pelos autores.

Diante do exposto, os conceitos de transparência específica direta, transparência específica indireta e transparência ativa serão a orientação para a análise das informações disponibilizadas eletronicamente pelos Ministérios Públicos. O acesso às informações da máquina burocrática transformou-se com a ampla disseminação e o uso das tecnologias da informação incorporadas na Administração Pública; dessa forma, o governo eletrônico tornou-se um dos principais meios de promoção da transparência pública (Abdala & Torres, 2016). Sendo assim, a disponibilização das informações públicas de forma ativa nos sítios eletrônicos institucionais e portais da transparência permite o acompanhamento do emprego dos recursos públicos, bem como a atuação dos representantes políticos e burocratas (Ceolin, Almeida & Alves, 2016).

No entanto, Gama e Rodrigues (2016) afirmam que somente a produção e publicação das informações não é o suficiente para a efetivação da transparência. Em complemento, Vieira (2015) ressalta que a quantidade de informações disponíveis não representa necessariamente a qualidade da informação. Para tal, a informação publicada deve agregar valor e gerar conhecimento. À vista disso, para a promoção efetiva da transparência, as informações disponíveis devem ser acessíveis, utilizáveis e compreensíveis pelos cidadãos, comunicando o real sentido que expressam (Cruz, Silva & Santos, 2010). Portanto, para este trabalho, consideramos o quanto as informações disponibilizadas nos sites institucionais e portais da transparência dos Ministérios Públicos são acessíveis e utilizáveis.

4. Transparência ativa e o Conselho Nacional do Ministério Público

O CNMP expede resoluções e recomendações sobre como devem estar organizados os portais da transparência dos Ministérios Públicos. Por meio da Comissão de Controle Administrativo e Financeiro (CCAF) verifica o cumprimento da LAI nos portais da transparência de todos os Ministérios Públicos. Os resultados são divulgados periodicamente pelo programa Transparentômetro, no site do Conselho Nacional. Essa plataforma analisa aspectos de transparência relacionados a: i) execução orçamentária e financeira; ii) licitações, contratos e convênios; iii) gestão de pessoas; iv) planejamento estratégico; v) contracheque; vi) atividade-fim; vii) contato de órgãos e membros; e viii) relatórios de transparência passiva.

As principais resoluções do CNMP que tratam sobre a transparência ativa nos Ministérios Públicos brasileiros são: a Resolução n.º 86, de 21 de março de 2012, que institui o Portal da Transparência do Ministério Público e dá outras providências; a Resolução n.º 110, de 9 de junho de 2014, que dispõe sobre a obrigatoriedade da divulgação da lista de processos distribuídos a cada membro do Ministério Público e órgãos da instituição; a determinação de divulgação das decisões proferidas pelos órgãos colegiados no controle da atuação extrajudicial, dada pela Resolução n.º 173, de 4 de julho de 2017; e a Resolução n.º 200, de 10 de julho de 2019, que determina a estrutura pela qual devem ser disponibilizadas informações acerca detalhamento dos rendimentos de membros e servidores.

No entanto, diferentemente da LAI, essas resoluções não consideram, de forma mais ampla, questões de qualidade e abertura dos dados. Além disso, embora o Transparentômetro seja um importante mecanismo implementado pelo CNMP para verificação e coordenação referentes à transparência, não leva em consideração questões importantes apontadas na proposta de índice apresentada neste trabalho para cálculo da transparência ativa. Esses pontos dizem respeito, principalmente, aos seguintes itens: acervo de processos judiciais, abertura dos dados de processos extrajudiciais e judiciais, divulgação de justificativa de arquivamento de processos, eventuais súmulas ou entendimentos consolidados pelos Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores ou Câmaras de Coordenação e Revisão dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro, divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição e informações relevantes sobre ouvidorias e corregedorias.

Importante considerar, inclusive, que, com exceção das questões relacionadas a órgãos de controle interno, todos os outros pontos citados constam em resoluções do próprio CNMP, mas não são avaliados pela CCAF, que está muito mais focada em questões estruturais do que em informações acerca da própria atividade do Ministério Público. O índice de transparência sobre órgãos de controle interno, órgãos colegiados, corregedorias e ouvidorias evidencia a falta de informações acerca dos principais cargos da instituição e o pouco controle da sociedade sobre a atuação do órgão. Como veremos, a proposta de índice apresentada neste artigo considera, para além das disposições da LAI e resoluções do CNMP, aspectos próprios da estrutura institucional dos Ministérios Públicos e que são de extrema relevância para que se realize controle sobre a instituição.

5. Métodos

Foram analisados os portais institucionais e os portais da transparência dos Ministérios Públicos, considerando as variáveis a partir de aspectos definidos pela LAI, resoluções do CNMP, aspectos institucionais de estrutura e atuação dos Ministérios Públicos e aspectos de qualidade na disponibilização de informações. Importante notar que os portais da transparência são como repositório de informações que não necessariamente se encontram disponíveis no portal institucional, por isso a diferenciação entre ambos. No entanto, optamos por não nos restringir apenas aos portais da transparência, já que os portais institucionais também podem conter informações acerca das variáveis analisadas.

Ademais, optou-se por não utilizar metodologias anteriores de análise da transparência ativa, pois os índices de avaliação de transparência não são pensados para a estrutura das instituições do sistema de Justiça. O Ministério Público detém um desenho próprio e funções específicas, sendo necessário, portanto, analisar os portais à luz do contexto da sua estrutura institucional. Também não foram utilizados dados já disponibilizados pelo portal do CNMP, do projeto Transparentômetro; apesar de ter alguns aspectos em comum, o instrumento utilizado acrescenta fatores relevantes, que merecem maior atenção. Em contrapartida, o trabalho técnico elaborado pela ONG Artigo 19 foi considerado como importante referência para elaboração do instrumento de coleta de dados.

A seguir, é possível observar quais itens foram considerados para a análise da transparência ativa nos portais do Ministério Público e a justificativa de inclusão para cada um deles.

Dimensões analisadas	Justificativa
Acervo de processos extrajudiciais	Resolução CNMP n.º 173, de 4 de julho de 2017
Acervo de processos judiciais	Art. 16 da Recomendação CNMP n.º 58, de 5 de julho de 2017
Eventuais súmulas ou entendimentos consolidados pelos Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores ou Câmaras de Coordenação e Revisão dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro	Resolução CNMP n.º 173, de 4 de julho de 2017
Divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição, conforme os critérios das resoluções	Resolução CNMP n.º 110, de 9 de junho de 2014
Orçamento	Art. 8º, § 1º, incisos II, III e IV, da LAI
Gestão de Pessoas	Resolução CNMP n.º 200, de 10 de julho de 2019
Órgãos de Controle Interno	Com base no desenho institucional do Ministério Público, na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993) e na Emenda Constitucional (EC) n.º 45/2004
Programas e Projetos	Art. 8º, § 1º, inciso V, da LAI
Disponibilizado o rol de informações desclassificadas nos últimos 12 meses	Art. 30, inciso III, da LAI
Disponibilizado rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	Art. 30, inciso III, da LAI
Informações institucionais	Art. 8º, § 1º, inciso I, da LAI

Figura 2. Itens analisados e justificativa para inclusão

Fonte: elaboração própria.

Como aspecto de qualidade, considerou-se o quanto os dados são acessíveis e utilizáveis, isto é, se a informação disponibilizada garante estrutura e permite compreensão sobre a atividade que o órgão desempenha. A partir desta concepção, as dimensões de qualidade apontadas foram: i) a possibilidade de identificar os todos os processos disponíveis, sem a necessidade de realizar uma busca específica; ii) a disponibilidade para realizar a busca de procedimentos por unidade, membro, inquéritos policiais, por recomendações expedidas ou por termos de ajustamento de conduta; iii) as informações sobre procedimentos extrajudiciais, a disponibilidade de procedimentos e ações em dados abertos; iv) a possibilidade de fazer download de uma base de dados que contenha decisões e/ou procedimentos e ações judiciais; v) a disponibilidade da execução orçamentária em dados abertos; vi) a disponibilização em formato aberto dos dados estatísticos sobre a sua atuação e se é possível fazer inferências dos dados disponíveis; e vii) facilidade de acesso de informações como endereços, telefones e horários de atendimento.

Foram definidos valores 0 (zero), 5 (cinco) e 10 (dez) para os casos em que, respectivamente, os aspectos considerados foram cumpridos, foram cumpridos parcialmente e foram totalmente cumpridos ou apenas 0 (zero) e 10 (dez), a depender do item (ver anexo A). Ainda, o mesmo peso foi considerado para cada item e subitem. Na próxima seção, apresentamos a sistematização e discussão dos resultados.

As dimensões de qualidade foram inseridas, pois a própria LAI incorpora princípios de dados abertos, em seu art. 8º, § 3º, incisos II e III. Ainda que importantes, essa não é a única forma de medir qualidade, uma vez que é preciso considerar a acessibilidade dos dados e se são utilizáveis ou compreensíveis.

Sobre a dimensão Órgãos de Controle Interno, foram analisadas informações sobre a Corregedoria-Geral do Ministério Público, cujas funções são previstas pela Lei Orgânica do Ministério Público (Lei n.º 8.625, de 12 de fevereiro de 1993), e as Ouvidorias, previstas pela Emenda Constitucional (EC) n.º 45/2004. As corregedorias exercem importantes funções de orientação e fiscalização das atividades funcionais e da conduta dos membros do Ministério Público. Já as Ouvidorias têm como competência receber reclamações e denúncia contra membros ou órgãos do Ministério Público. Isto é, são órgãos essenciais para o controle administrativo do Ministério Público, para a representação do CNMP nos estados e, por conseguinte, para o controle interno e administrativo; por isso, essencial que haja transparência de informações.

Para a análise dos casos, selecionou-se um Ministério Público por região, com base na quantidade de membros a cada 100 mil habitantes. Essa medida foi considerada como um *proxy* de capacidade estatal. Aqui entendemos capacidade estatal como estruturas organizacionais essenciais para que governos cumpram suas tarefas (Evans, Rueschmeyer & Skocpol, 1985) e o domínio de atributos técnicos e administrativos mobilizados para a ação estatal (Grin, Demarco & Abrucio, 2021). Dessa forma, a quantidade de membros serve como espelho de capacidade administrativa do Ministério Público – isto é, seus membros, além de deterem conhecimento técnico, são os responsáveis por exercer parte importante das atribuições dessas organizações. Ainda, a quantidade de membros por habitante é uma forma de medir a capacidade de atendimento à população e de lidar com as demandas sociais. Com base em dados disponíveis pelo CNMP, selecionamos os Ministérios Públicos que apresentavam um valor de membros por cada 100 mil habitantes mais próximos da média geral (CNMP, 2022). Adicionalmente, foi incluído o Ministério Público Federal (MPF).

Dessa forma, selecionamos casos típicos, com base na tipologia de estudos de caso elaborada por Gerring (2008), ou seja, exemplos próximos entre si, em termos de capacidade estatal, tornando possível uma análise preliminar mais representativa do nível de transparência dos MPs. Assim, foram selecionados, para além do MPF, o Ministério Público do Amazonas (MPAM), o Ministério Público de Goiás (MPGO), o Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS) e o Ministério Público de Sergipe (MPSE).

6. Sistematização de Resultados

Os resultados da análise da transparência ativa nos sites institucionais e nos portais da transparência dos Ministérios Públicos estaduais e MPF apontam para a heterogeneidade desse aspecto na instituição, mesmo entre unidades que apresentam condições administrativas semelhantes e, também, grandes diferenças entre os itens analisados. Partindo da transparência no acervo de processos judiciais e extrajudiciais e divulgação obrigatória, foi possível observar uma grande discrepância. Como é possível observar na tabela a seguir:

Tabela 1

Índice de transparência dos portais²

Item	MPAM	MPGO	MPRJ	MPRS	MPSE	MPF	Média
Acervo de processos extrajudiciais	6,1	5,6	5	6,7	5,6	5,6	5,7
Acervo de processos judiciais	0	0	0	2,5	0	7,5	1,7
Eventuais súmulas ou entendimentos consolidados pelos Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores ou Câmaras de Coordenação e Revisão dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro	0	10	10	10	0	0	5
Divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição	0	0	0	10	0	0	1,7
Orçamento	10	10	10	10	10	10	10
Gestão de Pessoas	10	10	10	10	5	10	9,2
Órgãos de Controle Interno	4	4	4	2	4	2	3,3
Programas e projetos	6,7	6,7	6,7	3,3	10	10	7,2
Disponibilizado o rol de informações desclassificadas nos últimos 12 meses	10	10	10	10	10	10	10
Disponibilizado rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	10	10	10	10	10	10	10
Informações institucionais	10	10	7,5	10	5	10	8,8
Qualidade	3,3	3,8	2,9	3,3	4,6	6,3	4
Média Geral	6,1	6,9	6,7	7,7	5,4	6,8	6,6

Fonte: elaboração própria.

A respeito da atuação extrajudicial, a maior dificuldade de acesso encontra-se em processos arquivados com justificativa pelo arquivamento. Em relação à qualidade dos dados, a ausência de bases de dados abertos dificulta análises mais amplas sobre a atuação da instituição. Acerca da atuação judicial, os dados em geral não estão disponíveis no site da instituição e, quando estão, a informação está incompleta ou não disponibilizada em dados abertos. Alguns sites direcionam a busca pelos procedimentos judiciais para sites dos tribunais, no entanto, não consideramos essa solução como satisfatória, uma vez que a Resolução CNMP n.º 58, de 5 de julho de 2017, é bastante clara:

Art. 16. Ressalvadas as hipóteses de sigilo, todas as decisões judiciais concedidas e ações movidas pelo Ministério Público devem ser divulgadas, esclarecendo se são liminares, passíveis de recurso ou definitivas.

Ainda, o MPRJ e o MPF foram os únicos a apresentar acervo de processos judiciais, ainda que o primeiro não tenha cumprido qualquer critério de qualidade. A completude e a qualidade da informação são essenciais para a compreensão do contexto e da extensão da atuação da organização – que, por sua vez, é indispensável para o *accountability* horizontal e vertical, visto que instrumentos extrajudiciais e judiciais são de grande importância na atuação do Ministério Público, principalmente no controle que realiza da administração pública (Rodrigues & Oliveira, 2022).

A publicação de súmulas e outros entendimentos consolidados, cuja obrigatoriedade está prevista na Resolução do CNMP n.º 173, de 4 de julho de 2017, é cumprida apenas por três órgãos analisados (MPGO, MPRJ e MPRS), enquanto a divulgação dos processos distribuídos para cada membro do Ministério Público, prevista na Resolução do CNMP n.º 110, de 9 de junho de 2014, é feita apenas por uma instituição (MPRS).

² No Anexo B é possível visualizar os valores por subitem analisado.

A divulgação do orçamento é destaque e obteve o índice máximo em todos os Ministérios Públicos analisados, tanto nas dimensões obrigatórias quanto na dimensão da qualidade. Uma hipótese para esse alcance está no destaque do tema e na mobilização da opinião pública quando se trata da alocação de recursos. Este tópico relaciona-se justamente com a primeira fase da consolidação da relevância da transparência a partir da Lei Complementar n.º 131/2009, que se concentra nas questões orçamentárias. Acerca da gestão de pessoas, também houve um alto atendimento dos itens considerados na análise.

O índice de transparência sobre órgãos de controle interno, órgãos colegiados, corregedorias e ouvidorias evidencia a falta de disponibilização de informações sobre os principais cargos da instituição e o pouco controle da sociedade quanto à atuação do órgão. Tal conjuntura contrasta com o tema de programas e projetos, sobre o qual há uma abertura controlada das informações disponíveis, ainda que com a fragilidade na qualidade dos dados.

No que tange à disponibilização das informações desclassificadas e das informações classificadas, previstas pelo art. 30, inciso III, da LAI, os dados são publicados de forma atualizada por todas as instituições, evidenciando um ótimo cumprimento deste dispositivo. A disponibilidade das informações institucionais, previstas no art. 8º, § 1º, inciso I, da LAI também é realizada com qualidade pela maioria das instituições.

Nota-se que todos os itens acima de 7 e todos os que obtiveram o índice mais alto eram previstos, ou seja, os itens mais bem avaliados na transparência ativa são derivados dos dispositivos da LAI, com exceção para o item de gestão de pessoas, que obteve 9,2. Essa qualificação se contrapõe aos temas regulados pelo CNMP, como a disponibilização dos processos judiciais realizados pela instituição e a divulgação dos processos distribuídos por membros, que chegam a obter, em ambos os casos, o índice de 1,7.

É perceptível, portanto, a assimetria de transparência entre os itens relacionados às exigências previstas pela LAI e as normas do CNMP. Isso pode estar associado à ineficácia dos instrumentos de controle exercidos pelo próprio Conselho e à dificuldade no exercício da *accountability* administrativa. Foram identificadas deficiências no Transparentômetro, que não considera dimensões essenciais para medir a transparência dos Ministérios Públicos, passando uma sensação apenas aparente de um alto nível de qualidade da transparência ativa. A dificuldade de o CNMP exercer controle externo e instrumentos de *enforcement* sobre os Ministérios Públicos não é novidade na literatura, conforme já ressaltado por Kerche, Oliveira e Couto (2020), o desenho institucional do Conselho favorece mais a independência dos Ministérios Públicos do que a *accountability*.

7. Considerações Finais

O presente trabalho teve como objetivo avaliar os portais institucionais e de transparência do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos do Amazonas, de Goiás, do Rio de Janeiro, do Rio Grande do Sul e de Sergipe. Futuras pesquisas podem ampliar as análises para todas as unidades do Ministério Público Federal e dos Ministérios Públicos estaduais.

Ao comparar os nossos resultados com os divulgados pelo CNMP por meio do Transparentômetro, é possível observar disparidades significativas. Os itens observados pela análise do Conselho estão relacionados, principalmente, a questões orçamentárias, gestão de pessoas, processos e procedimentos, no entanto, não consideram a abertura de dados ou a existência de acervo de processos judiciais.

Os piores resultados do índice apresentado se devem ao fato de as instituições não adotarem a abertura dos dados, ou adotarem-na pouco; com essa disponibilização, o material seria mais acessível e utilizável. Apesar de não ter sido considerada a dimensão de compreensão dos dados por parte dos cidadãos, com exceção do item 11.3³, a qualidade dos dados deve ser considerada em qualquer análise de transparência ativa ou passiva, já que a mera disponibilização da informação não é suficiente para garantir transparência.

3 Informações como endereços, telefone e horários de atendimento se encontram de fácil acesso?

Importante notar também que, embora sigam o *layout* definido pelo CNMP para os portais da transparência, os Ministérios Públicos analisados não seguem totalmente outras resoluções que definem a disponibilização de acervo de processos extrajudiciais e judiciais, súmulas e entendimentos consolidados pelos órgãos de controle interno, e lista de distribuição dos processos. Quando tais normas são cumpridas, os dados não são abertos e não apresentam qualidade de disponibilização, conforme os critérios definidos no instrumento de coleta.

Constatamos que, apesar de o CNMP apresentar algum interesse de coordenação da transparência ativa nos sites dos Ministérios Públicos, é possível afirmar que, entre os casos analisados, isso não foi efetivo em todos os pontos. Ademais, embora haja resoluções sobre o tema, o órgão não considera dimensões de qualidade e abertura dos dados; tal questão merece mais atenção do CNMP e dos Ministérios Públicos analisados. Destaca-se a falta de informações relacionadas aos órgãos de controle interno e à distribuição de processos. Essas informações apresentam alta relevância para realização do controle sobre o Ministério Público, mas vêm sendo divulgadas de forma incompleta.

Como sugestão de estudos futuros, embora não tenha sido foco deste trabalho, a análise sobre uso de outros meios de comunicação também é importante para compreensão de como os Ministérios Públicos fazem uso, por exemplo, das redes sociais para disponibilização de informações ao público. Viegas et al. (2022) realizaram essa análise para o caso do Ministério Público Federal e identificaram que, apesar do uso intenso das redes sociais como forma de comunicação, a maior participação nos meios digitais não conferiu uma maior responsabilização pública ou mesmo transparência organizacional. Como vimos, o uso de meios digitais não garante maior qualidade da transparência ativa dos sites institucionais dos Ministérios Públicos analisados.

Por fim, ressaltamos a importância de avançar em pesquisas que examinem o nível de compreensibilidade das informações publicadas, não só para o caso dos Ministérios Públicos, como também visando à contribuição geral para a literatura sobre transparência. Além disso, futuras pesquisas podem aprofundar a análise qualitativa das informações que são disponibilizadas, expandir os casos analisados para todos os Ministérios Públicos e integrar o índice proposto com aquele já elaborado pelo CNMP e sua capacidade de realizar *accountability*. Também é relevante realizar pesquisas que busquem identificar os motivos dos diferentes níveis de transparência nos Ministérios Públicos estaduais.

Referências

- Abdala, P. R. Z., & Oliveira, C. M. S. (2016). A Transparência como Espetáculo: uma análise dos portais de transparência de estados brasileiros. *Administração Pública e Gestão Social*, 1(3), 147-158. <https://doi.org/10.21118/apgs.v1i3.4900>
- Abrucio, F. L., & Loureiro, M. R. (2018). Burocracia e ordem democrática: desafios contemporâneos e experiência brasileira. In: R. Pires, G.Lotta e V. E. Oliveira (ORGsrg.). *Burocracia e políticas públicas no Brasil*, Brasília, DF: IPEA/ENAP.
- Artigo 19 (2016). *Caminhos da Transparência* [livro eletrônico]: a Lei de acesso à informação e os tribunais de justiça / [supervisora Paula Martins]. - São Paulo: Artigo 19 Brasil.
- Artigo 19 (2015). Relatório de monitoramento sobre implementação da LAI em 2014. São Paulo: Artigo 19 Brasil. Recuperado de: <http://artigo19.org/wp-content/uploads/2015/05/Monitoramento-da-Lei-de-Acesso-%C3%80-Informa%C3%A7%C3%A3o-P%C3%BAblica-em-2014.pdf>
- Artigo 19 (2014). Relatório de monitoramento sobre implementação da LAI em 2013. São Paulo: Artigo 19 Brasil, 2014. Recuperado de: <http://artigo19.org/wp-content/blogs.dir/24/files/2014/05/Relat%C3%B3rio-Monitoramento-LAI-2013.pdf>

- Bairral, M. A. da C., Silva, A. H. C. e ., & Alves, F. J. dos S.. (2015). Transparência no setor público: uma análise dos relatórios de gestão anuais de entidades públicas federais no ano de 2010. *Revista De Administração Pública*, 49(Rev. Adm. Pública, 2015 49(3)), 643–675. <https://doi.org/10.1590/0034-7612125158>
- Bentham, J. (2011). Da publicidade. *Revista Brasileira De Ciência Política*, (6), 277–294. Recuperado de <https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1886>
- Bobbio, N. (2017). *O futuro da democracia; uma defesa das regras do jogo*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bovens, M. (2007). Analysing and assessing accountability: A conceptual framework 1. *European Law Journal*, 13(4), 447-468. <https://doi.org/10.1111/j.1468-0386.2007.00378.x>
- Brasil. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*.
- Brasil. [Constituição (1988)]. *Lei complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000*. Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências.
- Brasil. [Constituição (1988)]. *Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011*. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei n.º 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei n.º 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei n.º 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências.
- Ceolin, A. C., Almeida, J. A. C., & Alves, M. D. C. M. (2016). Portal da Transparência e o acesso à informação: um estudo do portal da transparência e o controle social em três municípios do estado de Pernambuco. *Desenvolvimento Socioeconômico em Debate*, 1(2), 42-59. <https://doi.org/10.18616/rdsd.v1i2.2396>
- CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) (2022). *Ministério Público: um retrato*. Recuperado de: <https://cnmp.mp.br/portal/relatoriosbi/mp-um-retrato-2020>
- 2017). *Recomendação n.º 58, de 5 de julho de 2017*. Estabelece a Política Nacional de Comunicação Social do Ministério Público brasileiro.
- CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) (2014). *Resolução n.º 110, de 09 de junho de 2014*. Dispõe sobre a divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição.
- CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) (2017). *Resolução n.º 173, de 4 de julho de 2017*. Dispõe sobre a publicação das decisões proferidas pelos **órgãos** colegiados do Ministério Público atribuídos do controle da atuação extrajudicial finalística.
- CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) (2019). *Resolução n.º 200, de 10 de julho de 2019*. Altera o Anexo I da Resolução CNMP n.º 89, de 28 de agosto de 2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação (Lei n.º 12.527, de 18 de novembro de 2011) no âmbito do Ministério Público da União e dos Estados e dá outras providências.
- CNMP (Conselho Nacional do Ministério Público) (2016). *Manual do Portal da Transparência do Ministério Público/ Conselho Nacional do Ministério Público*. 4. ed. Brasília, DF: CNMP.
- Cruz, C. F., Silva, L. M., & Santos, R. (2010). Transparência da gestão fiscal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios do Estado do Rio de Janeiro. *Contabilidade Gestão e Governança*, 12(3). Recuperado de <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/86>
- Cruz, G. J. L., & Zuccolotto, R. (2020). Transparência ativa no Judiciário: um estudo dos portais eletrônicos dos Tribunais de Justiça. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, 25(82). <https://doi.org/10.12660/cgpc.v25n82.80149>

- Cunha, M. C., Filho (2019). A construção da transparência no Brasil: análise da elaboração e implementação da Lei de Acesso a Informação no Executivo Federal (2003-2019). (Tese de Doutorado) Universidade de Brasília, Distrito Federal, Brasil.
- Evans, P. B., Rueschemeyer, D. & Skocpol, T. (1985) "On the road toward a more adequate understanding of the state". In Evans, Peter B., Rueschemeyer, Dietrich & Skocpol, Theda. *Bringing the State Back In*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gama, J. R., & Rodrigues, G. M. (2016). Perspectivas e Desafios na Transparência das Contas Públicas: um estudo numa Instituição de Ensino Superior brasileira. *Encontros Bibli: Revista Eletrônica de Biblioteconomia e Ciência da Informação*, 21(45), 2-20. <https://doi.org/10.5007/1518-2924.2016v21n45p2>.
- Gerring, J. (2008). Case selection for case-study analysis: Qualitative and quantitative techniques. In: J. M. Box-Steffensmeier, H. E. Brady & D. Collier (eds) *The Oxford Handbook of Political Methodology*. Oxford: Oxford University Press.
- Grin, E. J., Demarco, D. J., & Abrucio, F. L. (2021). *Capacidades estatais municipais: o universo desconhecido no federalismo brasileiro* [recurso eletrônico] / organizadores Eduardo José Grin, Diogo Joel Demarco [e] Fernando Luiz Abrucio. – Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2021. 714 p.: pdf
- Grigorescu, A. (2003). International organizations and government transparency: Linking the international and domestic realms. *International Studies Quarterly*, 47(4), 643-667. <http://www.jstor.org/stable/3693639>
- Hollyer, J. R., Rosendorff, B. P., & Vreeland, J. R. (2011). Democracy and transparency. *The Journal of Politics*, 73(4), 1191-1205. Hollyer, J. R., Rosendorff, B. P., & Vreeland, J. R. (2011). Democracy and transparency. *Journal of Politics*, 73(4), 1191-1205. <https://doi.org/10.1017/S0022381611000880>
- Hood, C. (2007). What happens when transparency meets blame-avoidance?. *Public Management Review*, 9(2), 191-210. <https://doi.org/10.1080/14719030701340275>
- Kant, I. (2008). *A Paz perpétua*. Tradução de Marco Zingano. Porto Alegre: L&PM.
- Kerche, F., Oliveira, V. E. de, & Couto, C. G. (2020). Os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público no Brasil: instrumentos de accountability?. *Revista De Administração Pública*, 54(5), 1334–1360. Recuperado de <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/82214>
- Lindstedt, C., & Naurin, D. (2010). Transparency is not enough: Making transparency effective in reducing corruption. *International Political Science Review*, 31(3), 301-322. <http://www.jstor.org/stable/25703868>
- Loureiro, M. R., Teixeira, M. A. C., & Prado, O. (2008). Construção de instituições democráticas no Brasil contemporâneo: transparência das contas públicas. *Organizações & Sociedade*, 15(47), 107-119. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302008000400006>
- Mendel, T. (2009). *Liberdade de Informação: Um Estudo de Direito Comparado* (2ª ed.). Brasília: UNESCO.
- Michener, G., & Bersch, K. (2013). Identifying transparency. *Information Polity*, 18(3), 233-242 DOI: 10.3233/IP-130299
- Moncau, L., Michener, G., Barros, M., & Velasco, R. B. (2015). *Avaliação de transparência do Ministério Público*. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getulio Vargas.
- Motta, F. (2008). Notas sobre publicidade e transparência na lei de responsabilidade fiscal. *Revista Eletrônica de Direito do Estado*, 7(30). <http://dx.doi.org/10.21056/aec.v7i30.638>
- O'Donnell, G. (1998). Accountability horizontal e novas poliarquias. *Lua nova: Revista de Cultura e Política* (44), 27-54. <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200003>

- Oliveira, D. J. S. (2020). *Governo Aberto: Análise de Políticas Públicas sob os princípios de transparência, participação e colaboração*. (Tese de doutorado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.
- Rocha, A. C. (2011). Accountability na administração pública: modelos teóricos e abordagens. *Contabilidade Gestão e Governança*, 14(2). Recuperado de <https://revistacgg.org/index.php/contabil/article/view/314>
- Rodrigues, R. V., & Oliveira, V. E. D. (2022). Ministério Público, judicialização e atuação extrajudicial em saúde. *Revista Direito GV*, 18(3). <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/revdireitogv/article/view/88400>
- Sacramento, A. R. S., & Pinho, J. A. G. (2008). Transparência na Administração Pública: O que mudou depois da Lei de Responsabilidade Fiscal? Um Estudo Exploratório em Seis Municípios da Região Metropolitana de Salvador. *Revista De Contabilidade Da UFBA*, 1(1), 48–61. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v1i1.2579>
- Sadek, M.T., org. (2010). *Reforma do judiciário [online]*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 164 p. ISBN: 978-85-7982-033-5.
- Stiglitz, J. (2002). *Transparency in Government*. In: R. Islam (Ed.). *The Right to Tell: The Role of the Mass Media in Economic Development*. Washington: World Bank Institute.
- Schedler, A. (1999). Conceptualizing accountability. In: A. Schedler, L. Diamond, & M. F. Plattner (Eds.). *The self-restraining state. Power and accountability in new democracies*. London: Lynne Rienner Pub
- Tocqueville, A. (1977). *A democracia na América*. Belo Horizonte: Itatiaia.
- Viegas, R. R., Abrucio, F. L., Loureiro, M. R. G., Teixeira, M. A. C., & Borali, N. (2022). A comunicação dos Tribunais de Contas e Ministérios Públicos nas redes sociais: os desafios da accountability na democracia digital. *Revista de Administração Pública*, 56(3), 324-348. <https://doi.org/10.1590/0034-761220210320>
- Vieira, P. R. (2015). *Avaliação da qualidade da informação em sistemas de informações estratégicas voltados ao judiciário brasileiro* (Dissertação de Mestrado.) Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil.
- Weber, M. (2015). *Ciência e política: duas vocações*. São Paulo: Martin Claret.
- Zuccolotto, R., & Teixeira, M. A. C. (2019). *Transparência: aspectos conceituais e avanços no contexto brasileiro*. Brasília: Enap.
- Zuccolotto, R., Teixeira, M. A. C., & Riccio, E. L. (2015). Transparência: reposicionando o debate. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 12(25), 137-158. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2015v12n25p137>

Anexos

ANEXO A

Instrumento de coleta dos dados

Código	Tema	Valores
1	Acervo de processos extrajudiciais	
1.1	É possível realizar busca de procedimentos por aqueles que não estão envolvidos no processo?	0 - NÃO 1 - SIM
1.2	É possível olhar todos os processos disponíveis sem realizar busca específica (ex.: por protocolo)?*	0 - NÃO 1 - SIM
1.3	É possível fazer a busca por unidade, membro, inquéritos policiais, recomendações expedidas ou termos de ajustamento de conduta? *	0 - NÃO 0.5 - PARCIALMENTE 1 - SIM
1.4	É possível acessar os processos arquivados (com a justificativa para o arquivamento)?	0 - NÃO 1 - SIM
1.5	É possível acessar o inteiro teor dos pareceres?	0 - NÃO 0.5 - PARCIALMENTE 1 - SIM
1.6	Há outras informações disponíveis, como tema, partes, íntegra de decisões e procedimentos, membro e cargo do responsável do processo?*	0 - NÃO 0.5 - PARCIALMENTE 1 - SIM
1.7	São publicadas as decisões proferidas pelos órgãos colegiados do Ministério Público atribuídos ao controle da atuação extrajudicial finalística?	0 - NÃO 1 - SIM
1.8	Procedimentos e decisões estão disponíveis em formato aberto?*	0 - NÃO 1 - SIM
1.9	É possível fazer download de uma base de dados que contenha decisões e/ou procedimentos? *	0 - NÃO 1 - SIM
2	Acervo de processos judiciais	
2.1	As decisões judiciais movidas pelo Ministério Público estão divulgadas no site?	0 - NÃO 1 - SIM
2.2	Há outras informações disponíveis, como tema, partes, íntegra de decisões e procedimentos, membro e cargo do responsável do processo? *	0 - NÃO 1 - SIM
2.3	As ações movidas pelo Ministério Público estão disponíveis em formato aberto? *	0 - NÃO 1 - SIM
2.4	É possível fazer download de uma base de dados que contenha as ações? *	0 - NÃO 1 - SIM
3	Eventuais súmulas ou entendimentos consolidados pelos Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores ou Câmaras de Coordenação e Revisão dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro também são publicadas?	0 - NÃO 1 - SIM
4	Divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição, conforme os critérios das resoluções.	0 - NÃO 1 - SIM
5	Orçamento	
5.1	Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros	0 - NÃO 1 - SIM
5.2	Registros das despesas	0 - NÃO 1 - SIM
5.3	Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	0 - NÃO 1 - SIM
5.4	A execução orçamentária do Ministério Público está disponível em dados abertos?*	0 - NÃO 1 - SIM
6	Gestão de Pessoas	

Código	Tema	Valores
6.1	Remuneração de membros e servidores	0 - NÃO 1 - SIM
6.2	Está disponível a informação sobre os integrantes de Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores, Câmaras de Coordenação e Revisão?	0 - NÃO 1 - SIM
7	Órgãos de Controle Interno	
7.1	Informações sobre a Corregedoria	
7.1.1	Possibilidade de acompanhamento de processos concluídos da Corregedoria disponível ao público, incluindo teor das decisões	0 - NÃO 1 - SIM
7.1.2	Relatórios de atividade	0 - NÃO 1 - SIM
7.1.3	Relatórios de correições e inspeções	0 - NÃO 1 - SIM
7.2	Informações sobre a Ouvidoria	
7.2.1	Relatórios de atividade	0 - NÃO 1 - SIM
7.2.2	Possibilidade de acompanhamento de processos concluídos da Ouvidoria disponível ao público, incluindo teor das decisões	0 - NÃO 1 - SIM
8	Programas e projetos	
8.1	Divulgado o planejamento estratégico	0 - NÃO 1 - SIM
8.2	Disponibilizados os estudos e levantamentos estatísticos sobre sua atuação	0 - NÃO 1 - SIM
8.3	Dados estatísticos sobre a atuação estão disponíveis em dados abertos? É possível fazer inferências dos dados disponíveis?*	0 - NÃO 1 - SIM
9	Disponibilizado o rol de informações desclassificadas nos últimos 12 meses	0 - NÃO 1 - SIM
10	Disponibilizado rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	0 - NÃO 1 - SIM
11	Informações institucionais	
11.1	Registro das competências e estrutura organizacional	0 - NÃO 1 - SIM
11.2	Endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público	0 - NÃO 1 - SIM
11.3	Informações como endereços, telefones e horários de atendimento se encontram de fácil acesso?*	0 - NÃO 1 - SIM
11.4	Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	0 - NÃO 1 - SIM

* Dimensão de Qualidade

Fonte: elaboração própria.

ANEXO B

Resultados por Ministério Público e subitem

Código	Dimensão	MPAM	MPGO	MPRJ	MPRS	MPSE	MPF
1	Acervo de processos extrajudiciais						
1.1	É possível realizar busca de procedimentos por aqueles que não estão envolvidos no processo?	1	1	1	1	1	1
1.2	É possível olhar todos os processos disponíveis sem realizar busca específica (ex.: por protocolo)?	1	1	1	0	1	1
1.3	É possível fazer a busca por unidade, membro, inquéritos policiais, recomendações expedidas ou termos de ajustamento de conduta?	0,5	1	1	1	1	1
1.4	É possível acessar os processos arquivados (com a justificativa para o arquivamento)?	1	0	0	1	0	0
1.5	É possível acessar o inteiro teor dos pareceres?	0,5	0,5	0	1	0,5	0,5
1.6	Há outras informações disponíveis, como tema, partes, íntegra de decisões e procedimentos, membro e cargo do responsável do processo?	0,5	0,5	0,5	1	0,5	0,5
1.7	São publicadas as decisões proferidas pelos órgãos colegiados do Ministério Público atribuídos ao controle da atuação extrajudicial finalística?	1	1	1	1	1	1
1.8	Procedimentos e decisões estão disponíveis em formato aberto?	0	0	0	0	0	0
1.9	É possível fazer download de uma base de dados que contenha decisões e/ou procedimentos?	0	0	0	0	0	0
2	Acervo de processos judiciais						
2.1	As decisões judiciais movidas pelo Ministério Público estão divulgadas no site?	0	0	0	1	0	1
2.2	Há outras informações disponíveis, como tema, partes, íntegra de decisões e procedimentos, membro e cargo do responsável do processo?	0	0	0	0	0	0
2.3	As ações movidas pelo Ministério Público estão disponíveis em formato aberto?	0	0	0	0	0	1
2.4	É possível fazer download de uma base de dados que contenha as ações?	0	0	0	0	0	1
3	Eventuais súmulas ou entendimentos consolidados por Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores ou Câmaras de Coordenação e Revisão dos diversos ramos do Ministério Público brasileiro também deverão ser publicadas	0	1	1	1	0	0
4	Divulgação obrigatória das listas com os processos distribuídos a cada membro do Ministério Público ou órgão da instituição, conforme os critérios das resoluções	0	0	0	1	0	0
5	Orçamento						
5.1	Registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros	1	1	1	1	1	1
5.2	Registros das despesas	1	1	1	1	1	1
5.3	Informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados	1	1	1	1	1	1
5.4	Está disponível a execução orçamentária do Ministério Público em dados abertos?	1	1	1	1	1	1
6	Gestão de Pessoas						

Código	Dimensão	MPAM	MPGO	MPRJ	MPRS	MPSE	MPF
6.1	Remuneração de membros e servidores	1	1	1	1	0	1
6.2	Tem disponível os integrantes dos Conselhos Superiores, Colégios de Procuradores, as Câmaras de Coordenação e Revisão?	1	1	1	1	1	1
7	Órgãos de Controle Interno						
7.1	Informações sobre a Corregedoria						
7.1.1	Possibilidade de acompanhamento de processos concluídos da Corregedoria disponível ao público, incluindo teor das decisões	0	0	0	0	0	0
7.1.2	Relatórios de atividade	1	1	1	0	0	0
7.1.3	Relatórios de correições e inspeções	0	0	0	0	1	0
7.2	Informações sobre a Ouvidoria						
7.2.1	Relatórios de atividade	1	1	1	1	1	1
7.2.2	Possibilidade de acompanhamento de processos concluídos da Ouvidoria disponível ao público, incluindo teor das decisões	0	0	0	0	0	0
8	Programas e Projetos						
8.1	Divulgado o Planejamento estratégico	1	1	1	1	1	1
8.2	Disponibilizados os estudos e levantamentos estatísticos sobre sua atuação	1	1	1	0	1	1
8.3	Informações estatísticas sobre a atuação estão disponíveis em dados abertos? É possível fazer inferências a partir desse conteúdo?	0	0	0	0	1	1
9	Disponibilizado o rol de informações desclassificadas nos últimos 12 meses	1	1	1	1	1	1
10	Disponibilizado rol de documentos classificados em cada grau de sigilo, com identificação para referência futura	1	1	1	1	1	1
11	Informações Institucionais						
11.1	Registro das competências e da estrutura organizacional	1	1	1	1	0	1
11.2	Endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público	1	1	1	1	1	1
11.3	Informações como endereços, telefones e horários de atendimentos se encontram de fácil acesso (na página inicial)?	1	1	0	1	1	1
11.4	Respostas a perguntas mais frequentes da sociedade	1	1	1	1	0	1

Fonte: elaboração própria.

Características Sociodemográficas e suas diferenças no Maquiavelismo e na Justiça percebida em estudantes do *stricto sensu* na área de Negócios

João Victor Lucas

<https://orcid.org/0000-0001-6135-5874>

Flaviano Costa

<https://orcid.org/0000-0002-4694-618X>

Resumo

Objetivo: Este estudo busca comparar as diferenças na percepção de Justiça Acadêmica e o Maquiavelismo em estudantes do *stricto sensu* da área de Negócios, de acordo com suas características sociodemográficas.

Método: Realizou-se um levantamento tipo *survey*, que contou com 334 respostas válidas entre os estudantes de pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, aplicando as versões em língua portuguesa das escalas validadas *Revised Classroom Justice Scale* (RCJS) e *Machiavellian Personality Scale* (MPS). A análise dos dados foi realizada por meio de procedimentos de Estatística Descritiva, Análise da Confiabilidade da Escala e Normalidade e, posteriormente, Kruskal-Wallis de Amostras Independentes.

Resultados: O levantamento realizado demonstrou que há diferenças significativas na percepção de Justiça Acadêmica entre os gêneros, indicando uma menor percepção de justiça entre as mulheres. Ao ser analisada a região, percebe-se que os cursos pertencentes às regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste possuem uma menor percepção de justiça acadêmica. Quando analisados os traços do Maquiavelismo, percebe-se que estudantes mais jovens tendem a possuir um traço mais elevado de Maquiavelismo, assim como estudantes de contabilidade possuem mais desconfiança nos outros, quando comparados com os outros estudantes da área de Negócios.

Contribuições: Esta pesquisa incrementa a literatura da educação contábil, na medida em que indica que as características pessoais e sociodemográficas podem ser um instrumento específico de análise individual e comportamental dos estudantes, e aponta possíveis especificidades em políticas e ações a serem aplicadas aos diferentes tipos de estudantes, ao se depararem com atitudes de injustiça no ambiente da pós-graduação.

Palavras-chave: Justiça Acadêmica. Maquiavelismo. Características Sociodemográficas. *Stricto Sensu*. Área de Negócios.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 17/1/2023. Pedido de revisão em 21/3/2023. Rodada 2: Resubmetido em 21/4/2023. Aceito em 22/4/2023 por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

A percepção de justiça em diferentes âmbitos não é um valor simples e objetivo, pois envolve diversos fatores que explicam por que algo é percebido como justo ou injusto (Tyler, Boeckmann, Smith & Huo, 1997). Choory-Assad (2002) aplicou a base teórica do ambiente organizacional para estudar como a percepção de justiça é alinhada na configuração acadêmica. Embora a justiça seja classificada em diferentes dimensões no ambiente universitário e organizacional, é importante lembrar que as pessoas não a percebem da mesma maneira, o que leva a diferentes perspectivas sobre a justiça social (Törnroos et al., 2019).

Diferentes condições podem influenciar a ideia sobre a justiça de alguma ação, inclusive questões situacionais e pessoais, como disposições pessoais e sociais (Major & Deaux, 1982; Greenberg, 2001). Nessa linha, ao recorrer à literatura atual, observa-se a existência de uma relação entre percepções de justiça organizacional e traços de personalidade, sustentando que os traços de personalidade podem auxiliar na compreensão de como é construída a percepção de justiça (Shi et al., 2010; Törnroos et al., 2019; Wang, Hackett, Zhang & Cui, 2019).

Considerando a aderência prévia aos objetivos e estruturas esperadas da área de Negócios, este estudo trata de maneira essencial o traço de personalidade do Maquiavelismo. Isso ocorre, pois, o Maquiavelismo destaca características essenciais para o desenvolvimento de algumas competências proveitosas à área de Negócios. Tais como a disposição para elaboração de estratégias, a inclinação para utilização de procedimentos políticos e comportamentos voltados ao poder e controle (Dahling, Whitaker & Levy, 2009).

Ao serem relacionados a uma configuração acadêmica, como a sala de aula, os elementos do Maquiavelismo podem gerar percepções distorcidas de injustiça social. Tal fato ocorre devido à relação evidenciada na literatura entre o alto grau de percepção de justiça com o cumprimento das regras de classe e à satisfação com a nota (Colquitt, 2001).

Portanto, estudar características sociodemográficas relacionadas à Justiça Acadêmica na área de Negócios e o traço do Maquiavelismo em estudantes de pós-graduação é importante para entender questões centrais referentes à atuação profissional e acadêmica desses indivíduos. O Maquiavelismo está associado a habilidades ligadas ao engajamento político e elaboração de estratégias, que são fatores importantes na área de Negócios. Investigar a percepção de justiça nesses estudantes é fundamental para pensar em como utilizar de forma eficiente a experiência acadêmica desses indivíduos.

Para o entendimento das características destacadas acima, investigando de forma conjunta a Justiça Acadêmica e o Maquiavelismo em estudantes da área de Negócios, é necessário levar em conta fatores contextuais e sociodemográficos, tais como: identificação de gênero, etnia, faixa-etária e informações sobre o programa de pós-graduação, como tipo de instituição de ensino, região do país e área do curso de pós-graduação. Essas variáveis são importantes para análise psicológica do comportamento humano e são incluídas neste estudo como potenciais preditoras (Hambrick & Mason, 1984).

Com base nos questionamentos elucidados anteriormente, em uma perspectiva de intersecção entre os dois constructos, desenvolvendo como as características em comum podem se realçar os comportamentos típicos dos pós-graduandos, sabe-se as questões individuais e a sociabilidade humana são sinais latentes no entendimento do que pode ser considerado percepção de Justiça Acadêmica e o Maquiavelismo, logo, esta pesquisa levanta o seguinte questionamento: *quais as diferenças na Justiça Acadêmica percebida e no Traço de Maquiavelismo dos estudantes do stricto sensu da área de Negócios, considerando suas características sociodemográficas?*

O questionamento apresentado acima postula como objetivo comparar as diferenças na percepção de Justiça Acadêmica e o traço do Maquiavelismo em estudantes do *stricto sensu* da área de Negócios, de acordo com suas características sociodemográficas.

A investigação contribui com a literatura atual ao oferecer conteúdo empírico ao entendimento de diferenças individuais que se relacionam aos aspectos práticos e comportamentais e o entendimento de suas diferentes características pessoais e sociais no ambiente da pós-graduação, visto que, a personalidade pode ajudar a explicar as diferenças individuais nas percepções de justiça (Törnroos et al., 2012).

Em congruência ao citado, o estudo acerca da percepção de justiça e suas distribuições em diferentes grupos nas universidades pode ser útil para coordenadores de cursos da área de Negócios em suas práticas gerenciais. Isso se dá, em especial, pela possibilidade de direcionar ações que estimulem as dimensões da eficácia que um bom relacionamento entre alunos e professores pode trazer ao aprendizado e desempenho acadêmico.

Sobre os traços estudados, aplica-se a esta pesquisa o maquiavelismo, por se tratar de um construto com implicações importantes para os critérios organizacionais e acadêmicos, utilizando elementos voltados a poder, estratégia e disposições políticas (Dahling, Whitaker & Levy, 2009). Ressalta-se que essas disposições estratégicas para relacionamentos interpessoais podem ser aplicadas seguindo as mesmas predisposições de personalidade em diversos ambientes organizados e com interação social, como organizações e academia.

O estudo de características individuais, como os traços de personalidade e a percepção de Justiça Acadêmica, quando atreladas às diferenças entre os grupos caracterizadores, geram a possibilidade de tomada de decisão voltada às políticas de equidade e diversidade no ambiente educacional, consideradas as diferenças pertencentes aos grupos de pós-graduandos. Logo, este estudo busca, também, adicionar à literatura questões relacionadas às particularidades de cada grupo, sendo, assim, um sinalizador de como diferentes estudantes enxergam a pós-graduação, além de identificar o que pode alterar essa visão.

Considerar elementos sociodemográficos em políticas universitárias de pós-graduação é importante, porque tais aspectos afetam a diversidade e a inclusão no ambiente acadêmico. Isso pode abranger fatores como as necessidades de estudantes de minorias étnicas e socioeconômicas, bem como de discentes com necessidades especiais. Além disso, considerar elementos sociodemográficos pode ajudar a garantir que as políticas universitárias sejam equitativas e justas para todos os estudantes, abrangendo aqueles que apresentam diferentes disposições de personalidade e comportamentos (Darnell & Darnell, 2019).

Enfatizando o contexto da pesquisa, outro diferencial de sua realização é também o entendimento da readaptação da relação aluno-professor durante o período pandêmico, toda adaptação necessária para a continuidade dos programas de pós-graduação e como isso refletiu na atuação docente e, conseqüentemente na percepção de justiça dos estudantes.

No ambiente acadêmico, é relevante a compreensão de fatores que envolvem docentes e instituições de ensino quanto aos comportamentos que de fato são geradores de sentimentos de justiça ou injustiça; este último pode acarretar diversas reações, tais como: agressividade, frustração, desmotivação, perda de confiança no corpo docente, baixo desempenho acadêmico, agressão ao professor e comportamentos desonestos (Santos et al., 2020).

2. Referencial teórico

2.1 Justiça Acadêmica

A educação possui uma distinta esfera de justiça, visto que, a todo momento, ocorrem processos de distribuição, recompensas, avaliações e relacionamentos, e essas ações podem ser vistas como justas ou não (Res & Sabbagh, 2016). Assim, gera-se a oportunidade de uma especificidade de pesquisas que consideram o ambiente acadêmico como uma diferente linha de pesquisa, sendo essa a Justiça Acadêmica. Justiça Acadêmica, originalmente tratada como *classroom justice* (justiça de sala de aula), pode ser definida como “percepções de justiça em relação aos resultados ou processos que ocorrem no contexto educacional” (Chorry-Assad & Paulsel, 2004, p. 254).

As primeiras pesquisas envolvendo as percepções de justiça, com base na teoria da justiça organizacional, baseavam-se em uma única dimensão de justiça para entender os fenômenos relacionados aos julgamentos realizados em diferentes situações, podendo agir de diferentes maneiras mediante o que é considerado justo ou injusto, sendo essa a dimensão distributiva da justiça (Sanches, 2016). Esses estudos tiveram como fundamento inicial a Teoria da Troca Social, desenvolvido por Homans (1961), na qual ele defendia que, em uma relação de troca entre indivíduos, espera-se que haja proporcionalidade entre recompensas e investimentos – que, quando atingida, gera uma percepção de Justiça Distributiva no agente envolvido.

A justiça distributiva observa quais resultados são distribuídos; a justiça processual considera a maneira em que ocorre a divisão dos resultados; já a justiça interacional conceitua a justiça em termos de como os indivíduos são tratados (respeito e polidez) e como eles recebem informações (adequação e veracidade). Combinadas, essas dimensões fornecem uma descrição mais abrangente sobre a percepção de justiça ou injustiça (Rasooli, Zandi & DeLuca, 2019).

A justiça distributiva centra-se na percepção de que a distribuição das condições e bens que afetam o bem-estar individual, grupal ou comunitário, incluindo o bem-estar psicológico, aspectos físicos, fisiológicos, econômicos e sociais, é considerada justa (Deutsch, 1985; Chory & Paulsel, 2004). No ambiente acadêmico, as questões de justiça distributiva surgem em relação, por exemplo, quando relacionada à nota atribuída por um professor como resultado da disciplina (Chory & Paulsel, 2004).

Enquanto a justiça distributiva vincula-se com percepções de justiça dos resultados recebidos, a dimensão processual envolve percepções de justiça dos procedimentos utilizados na tomada de decisões de distribuição de recursos (Cropanzano & Greenberg, 1997). A justiça processual tem relação com os componentes do processo do sistema social que regulam a distribuição dos recursos, e seu foco está na avaliação do indivíduo e dos eventos que precedem esta distribuição (Leventhal, 1980).

Quando analisada com base no ambiente acadêmico, a dimensão de justiça processual refere-se à percepção de justiça relacionada aos processos utilizados na sala de aula para atribuição de resultados, visto que os estudantes podem considerar como justos ou injustos os procedimentos e critérios estabelecidos pelos professores para a avaliação e atribuição de notas, considerando que, no ambiente instrucional, os critérios de avaliação podem ser previamente apresentados aos estudantes (Berti, Molinari & Speltini, 2010).

Ressalta-se que, quando a justiça processual é alta, a distribuição dos resultados, mesmo que injusta, é considerada sem importância, porque a distribuição será razoavelmente reconfigurada no longo prazo. Em contraposição, quando esta dimensão é considerada baixa, as necessidades imediatas de autoestima e autoidentidade dos indivíduos são frustradas, sugerindo que futuras interações também serão insatisfatórias (Chory, 2004).

Finalmente, a justiça interacional diz respeito à percepção do que é considerado justo ou não na relação interpessoal, originalmente referente às relações de organizações empresariais (Bies & Moag, 1986). Nessa dimensão da justiça, percebe-se a necessidade de discutir aspectos de tratamento nas relações interpessoais entre os agentes (Tyler & Blader, 2003). No âmbito da sala de aula, a justiça interacional ocupa local de protagonismo, considerando que a forma como professores e alunos interagem tem um grande impacto na formação do ambiente de aprendizagem e na promoção do comportamento positivo e da motivação dos alunos (Wubbels & Brekelmans, 2005).

Em suma, a segregação de dimensões utilizada considera as relações interpessoais como elemento integrante da percepção de justiça, sem realizar a divisão em dimensões opostas, devido à semelhança em sua origem. É considerada também nesse modelo a qualidade do tratamento recebido pelas pessoas no desenvolvimento dos processos acadêmicos e organizacionais das instituições de ensino (Simil, 2016). Em suma, as dimensões de justiça acadêmica trabalhadas neste estudo são a justiça distributiva, a processual e a interacional.

Quando analisadas as questões sociodemográficas discentes, em comparação à justiça acadêmica, as percepções dos estudantes sobre a Justiça divergem significativamente de acordo com o gênero, o tipo de programa e o tipo de escolaridade. Constatou-se que os alunos mais novos na universidade têm uma percepção mais justa sobre o ambiente de aprendizagem e, à medida que permanecem por mais tempo e alteram vínculos, diminuem as percepções de justiça. Assim, conclui-se que a percepção de justiça é diferente entre os grupos de estudantes. Em relação ao gênero, nota-se uma percepção mais significativa de justiça de gênero masculino, demonstrando que as relações das pessoas do gênero feminino são vistas como mais injustas, quando comparadas com as percepções masculinas (Çaglar, 2013).

Ainda sobre as características sociodemográficas dos alunos do *stricto sensu*, percebeu-se que as estudantes do gênero feminino percebem um valor de justiça menor, quando comparadas aos estudantes do gênero masculino (Berti, Molinari & Speltini, 2010; Simil, 2016; Sabino, Cunha, Colauto & Francisco, 2019). Quanto à idade, há uma relação positiva desta variável com outras dependentes do estudo, ou seja, quanto maior a idade do discente, maior sua percepção de justiça distributiva, procedimental e interacional. Chory (2007), por exemplo, identificou em seu trabalho que os alunos mais jovens – com menos de 21 anos – tendem a ter menores percepções de justiça distributiva e procedimental. A investigação de relações semelhantes a essa irá contribuir para que se possa traçar um panorama da percepção de justiça relativamente às características do indivíduo.

Além das questões trazidas, conforme defendido neste trabalho, há de considerar que estudantes do gênero feminino de um determinado país ou região podem tender a perceber a justiça em menor grau. Em contrapartida, alunas oriundas de outra região podem ter o efeito inverso. Portanto, há que se relativizar as análises e as possíveis generalizações nesse sentido (Simil, 2016). De maneira a incrementar a literatura sobre o tema, esta pesquisa coloca em voga as questões de acadêmica em um contexto de pós-graduação com diferentes inter-relações e formas de se conectar com os agentes envolvidos na trajetória da pós-graduação, visando também identificar se as mudanças temporais e de modalidades educacionais geraram mudanças significativas na justiça percebida pelos pós-graduandos.

2.2 Maquiavelismo

Os traços de personalidade são influenciados por preocupações humanas em sentidos ocupacionais, educacionais, de relacionamento, de comportamento pessoal e antissocial. Nesse sentido, entende-se que o comportamento educacional se insere como um dos aspectos vinculados às características de personalidade (Furnham et al., 2013).

Um importante traço de personalidade desbravado pela literatura é o Maquiavelismo, que se caracteriza como traço não patológico, como disposição de personalidade ou como estratégia de conduta social referente à manipulação de indivíduos para obter ganhos pessoais (Christie & Geis, 1970). O Maquiavelismo tem origem nas ideias políticas de Nicolau Maquiavel (1469-1527).

Ao serem aplicados em níveis moderados, o Maquiavelismo considera que o indivíduo poderá ser um bom líder, apresentando melhores resultados de comportamento no quesito direitos e deveres no âmbito organizacional, em razão da avaliação do custo e do benefício. O líder tentará controlar e coordenar seus funcionários ou empregados da melhor forma possível, sempre observando seus próprios interesses (Zettler & Solga, 2013).

Assim como outros constructos considerados pela literatura, o Maquiavelismo apresenta uma estrutura multidimensional, englobando motivações subjacentes (desejo de controle e desejo de *status*) e fatores comportamentais (desconfiança em relação ao próximo e manipulação amoral) (Dahling et al., 2009). Conseqüentemente, o Maquiavelismo costuma possuir quatro dimensões de principal aderência: (i) descrença nos outros; (ii) manipulação amoral; (iii) desejo de controle; (iv) desejo de *status* (Dahling, Whitaker & Levy, 2009; Grohmann & Battistella, 2012).

O perfil maquiavelista pode estar associado a cálculo estratégico, liderança, desejo de *status*, manipulação amoral e desonestidade (Alves, Costa, Nascimento & Cunha, 2019). Os traços típicos do Maquiavelismo podem ser confundidos com traços de psicopatia. A utilização de planejamento estratégico pode ser algo que auxilia na diferenciação. Enquanto os maquiavélicos planejam com antecedência, constroem alianças e fazem o melhor para manter uma reputação positiva, psicopatas agem impulsivamente, abandonam amigos e família, e prestam pouca atenção às suas reputações (Jones & Paulhus, 2011).

Na busca de definir as principais diferenças entre os grupos em sua amostra e o traço de personalidade do Maquiavelismo, Collison, South, Vize, Miller e Lynam (2019) identificaram que indivíduos do sexo masculino possuem traço mais elevado de Maquiavelismo. Os achados do estudo dão suporte à noção de que as diferenças de nível médio no Maquiavelismo entre os gêneros não são artefatos de viés de medição.

Na mesma perspectiva, a pesquisa de D'Souza e Lima (2018) gerou evidências sobre o Maquiavelismo e as características sociodemográficas dos estudantes de graduação em Ciências Contábeis, concluindo que os homens possuem um maior traço de personalidade maquiavélica que as mulheres. Além disso, os traços do Maquiavelismo também se diferenciaram na presença da faixa etária – são preponderantes em estudantes mais jovens, que apresentam maior predisposição para a manipulação e estratégia.

No que tange às variáveis sociodemográficas do Maquiavelismo, D'Souza (2020) destacou que a faixa etária é um possível preditivo para apresentação do traço do Maquiavelismo. Em sua pesquisa, a autora destaca que respondentes entre 18 e 25 anos possuem uma maior disposição para traços maquiavélicos, o que vem ao encontro da pesquisa de D'Souza e Lima (2018), a qual indica que estudantes de 17 a 25 anos apresentam maior predisposição à manipulação e estratégia.

No contexto educacional, o Maquiavelismo destacou-se ao ser relacionado com valores culturais em estudantes de Ciências Contábeis, indicando maior concordância dos estudantes para as assertivas “não é prudente contar meus segredos” e “existem coisas que eu escondo de outras pessoas, porque elas não precisam saber”. O estudo apontou preponderância das características que remetem ao Maquiavelismo e maior inclinação dos estudantes para o individualismo (D'Souza & Lima, 2019).

Alves et al. (2019) buscaram relacionar o Maquiavelismo com atividades contraproducentes dos estudantes de Ciências Contábeis. Os principais achados da pesquisa direcionam para a identificação de que não há evidências empíricas para defender a afirmação de que o Maquiavelismo esteja relacionado ao comportamento contraproducente. Ao relacionar o traço com o gênero dos estudantes, percebeu-se que esse traço de personalidade é mais evidente nos indivíduos identificados com o gênero masculino.

Considerando as evidências teóricas e empíricas apresentadas, há indícios de que as questões sociodemográficas como gênero, faixa etária, regionalidades e área do curso de pós-graduação implicam diferenças significativas estatisticamente entre seus atores. Além disso, a experiência acadêmica na pós-graduação de indivíduos com diferentes traços do Maquiavelismo pode ser influenciada pela sua percepção de justiça ou injustiça na pós-graduação, o que pode alterar na sua atuação profissional, quando esperados comportamentos relacionados ao Maquiavelismo, como a predisposição política e o desenvolvimento de estratégias na atuação acadêmica e profissional.

3. Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa descritiva (Sampieri, Collado & Lucio, 2013) possui abordagem prioritariamente quantitativa e utilizou-se de levantamento para coleta dos dados, por meio de questionário estruturado (Cooper & Schindler, 2016). A coleta de dados foi realizada por meio de um questionário instrumentalizado na plataforma on-line *Survey Monkey* e divulgado entre novembro e dezembro de 2021, via e-mail, às coordenações dos programas de pós-graduação de Administração, Ciências Contábeis e Economia do Brasil, a fim de auxiliar na divulgação do instrumento aos discentes.

Este estudo utilizou uma população de estudantes matriculados em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Administração, Contabilidade e Economia, incluindo mestrado e doutorado acadêmico e profissional cadastrados na Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). A área de Negócios compreende 257 programas de pós-graduação, entre os quais constam 65 de mestrado acadêmico e 3 de doutorado acadêmico e 93 programas com essas duas modalidades. Além disso, há nove programas de mestrado e doutorado profissional e 93 programas contendo apenas mestrado profissional. Em todo o Brasil, há 158 cursos de mestrado acadêmico, 96 de doutorado acadêmico, 96 de mestrado profissional e 9 de doutorado profissional.

O estudo utilizou uma amostra não probabilística por conveniência, considerando que a probabilidade de um pós-graduando específico ser incluído na amostra não é igual à de todos os outros estudantes. Portanto, os resultados não podem ser generalizados além dos participantes do estudo, já que não foi possível acessar todo o grupo de investigação em questão (Fávero & Belfiore, 2017).

O questionário utilizado na pesquisa é composto por quatro blocos; o primeiro deles refere-se à identificação do nível educacional do respondente, filtrando a adequação do indivíduo ao objeto da pesquisa, qual seja, pós-graduandos do *stricto sensu* da área de Negócios. Caso a resposta assinalada fosse graduação, especialização, MBA, ou pós-doutorado, o questionário era encerrado por não fazer parte do escopo da pesquisa.

O segundo bloco consiste na tradução do questionário *Revised Classroom Justice Scale* (RCJS), escala de 34 itens, tipo Likert de 5 pontos (no qual o ponto 1 representa uma percepção de Extrema Injustiça, enquanto o ponto 5 representa a Extrema Justiça Acadêmica). Inicialmente construído por Chory-Assad (2002) e atualizado por Chory (2007), o instrumento foi traduzido ao português, na pós-graduação *stricto sensu* por Simil (2016) e possui em seus fatores a Justiça Distributiva, Processual e Interacional.

Posteriormente, inserem-se no instrumento as questões do *Machiavellian Personality Scale* – MPS (Dahling, Whitaker & Levy, 2009), escala de 18 assertivas tipo Likert de 5 pontos, no qual o ponto 1 representa “Discordo Totalmente”, enquanto o ponto 5 “Concordo Totalmente” com as assertivas relacionadas ao Maquiavelismo, visando à mensuração relacionada ao Maquiavelismo. O MPS foi desenvolvido inicialmente por Dahling, Whitaker e Levy (2009), traduzido e adaptado à língua portuguesa por Grohmann e Battistella (2011) e é subdividido entre as dimensões: Amoralidade, Descrença nos Outros, Desejo de Controle e Desejo de *Status*.

O último bloco do questionário objetivou identificar características pessoais dos participantes e informações sobre o programa de pós-graduação *stricto sensu* cursado, a fim de traçar o perfil sociodemográfico dos respondentes. As características que foram priorizadas são idade, identificação de gênero, raça ou etnia, tipo de instituição de ensino e curso de pós-graduação *stricto sensu*, conforme a literatura atual.

Os dados obtidos por meio da plataforma *Survey Monkey* foram organizados no software Microsoft Office Excel e analisados por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS), versão 22. Na Figura 1, apresentam-se as etapas seguidas para a análise dos dados.

Etapa	Procedimento	Medidas	Objetivo	Critérios
1	Estatística Descritiva	Frequência	Descrever o conjunto de dados	-
2	Análise da Confiabilidade da Escala	Alpha de Cronbach	Verificar a consistência interna da escala	0,70 é o limite inferior aceito
3	Normalidade	Kolmogorov-Smirnov	Verificar a normalidade do conjunto de dados	p-value > 0,05
4	Kruskal-Wallis de Amostras Independentes	<i>Qui-quadrado</i> de Kruskal-Wallis	Verificar se há diferenças estatisticamente significativas entre as características Sociodemográficas dos Respondentes	Diferenças significativas: Sign.< 0,05

Figura 1. Protocolo de Análise dos Dados

Fonte: Hair et al. (2009).

Inicialmente, foram utilizadas técnicas de frequência para a organização e descrição do conjunto de dados quantitativos, permitindo descrever e sintetizar as principais características dos dados coletados, viabilizando uma melhor compreensão da amostra estudada (Fávero & Belfiore, 2017). A fim de inferir sobre a avaliação de confiabilidade e consistência das escalas utilizadas, RCJS e MPS, utilizou-se o coeficiente Alfa de Cronbach (Fávero & Belfiore, 2017). De acordo com Hair Jr. et al. (2009), o Alfa de Cronbach mensura a confiabilidade de um constructo, numa escala de 0 a 1, sendo 0,7 o valor mínimo aceitável para validar um questionário.

Ao abordar a Escala Revisada de Justiça Organizacional (RCJS) em português (Simil, 2016) e a Escala de Personalidade Maquiavélica (MPS), não foi necessário confirmar a estrutura entre certas variáveis, pois elas já haviam sido desenvolvidas e revisadas por pesquisadores como Chorry-Assad (2002), Chory e Paulsel (2004), Chory (2007) e Dahling, Whitaker e Levy (2009), respectivamente. Esses estudos verificaram os fatores formados pela literatura até o momento, que incluem percepções de Justiça Acadêmica Distributiva, Processual e Interacional como fatores da Justiça Acadêmica e Amoralidade, Descrença nos Outros, Desejo de Controle e Desejo de *Status* como fatores do Maquiavelismo. Considerando as questões éticas inerentes a pesquisas com seres humanos, a pesquisa foi aprovada em avaliação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Paraná, registrada sob o número 51403221.0.0000.0102, sem nenhuma restrição.

4. Análise e discussão dos resultados

4.1 Caracterização dos Respondentes

Ao término do período destinado à coleta de dados, 551 indivíduos preencheram o instrumento utilizado na pesquisa. Desse universo, 23 questionários foram descartados, pelo fato de seus respondentes terem indicado que não estavam efetivamente matriculados em algum curso de pós-graduação *stricto sensu*. Das 528 respostas restantes, 194 estavam incompletas, as quais também foram excluídas da amostra. As 334 respostas restantes foram consideradas válidas para serem analisadas, representando 60,62% das participações coletadas.

As informações sobre as características pessoais dos estudantes são elencadas na Tabela 1 e são utilizadas para delinear o perfil dos respondentes desta pesquisa.

Tabela 1

Perfil dos respondentes – Características pessoais

Faixa Etária*	Masculino		Feminino		Outros**	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
22 até 28 anos	44	27,33%	53	31,18%	0	0,00%
29 até 32 anos	33	20,50%	43	25,29%	1	33,33%
33 até 40 anos	42	26,09%	37	21,76%	0	0,00%
41 até 65 anos	42	26,09%	37	21,76%	2	66,67%

Raça/Etnia	Masculino		Feminino		Outros**	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Amarela	3	1,86%	3	1,76%	0	0,00%
Branca	92	57,14%	123	72,35%	2	66,67%
Indígena	1	0,62%	1	0,59%	0	0,00%
Parda	56	34,78%	33	19,41%	1	33,33%
Preta	9	5,59%	10	5,88%	0	0,00%
Total	161	100,0%	170	100,0%	3	100%

Notas: * Partes calculadas por quartil inclusivo. ** Respondentes identificados como Não Binários ou que optaram por não informar o gênero.

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Conforme demonstrado na Tabela 1, entre os 334 discentes que compõem a amostra final da pesquisa, 50,9% se identificam com o gênero feminino. Nota-se que os discentes estão distribuídos em faixas etárias que formam o intervalo total entre 22 e 65 anos. A faixa entre 22 e 28 anos concentra a maior proporção dos discentes (29,04%), sendo que, um pouco mais da metade dos respondentes (52,10%) encontra-se no intervalo de idade entre 22 e 32 anos. Em relação à cor ou etnia, a maior parte dos componentes da amostra se autodeclararam brancos (65,0%), seguido dos pardos (26,9%), pretos (5,7%), amarelos (1,8%) e indígenas (0,6%). No que tange aos dados relacionados às características acadêmicas dos respondentes, observam-se as informações demonstradas na Tabela 2.

Tabela 2

Perfil dos respondentes – Características Acadêmicas

Área da Pós-Graduação	Masculino		Feminino		Outros*	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Administração	64	39,75%	72	42,35%	1	33,33%
Contabilidade	56	34,78%	83	48,82%	2	66,67%
Economia	41	25,47%	15	8,82%	0	0,00%
Modalidade do Curso	Masculino		Feminino		Outros	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Mestrado Acadêmico	87	54,04%	86	50,59%	3	100,00%
Doutorado Acadêmico	58	36,02%	65	38,24%	0	0,00%
Mestrado Profissional	14	8,70%	17	10,00%	0	0,00%
Doutorado Profissional	2	1,24%	2	1,18%	0	0,00%
Região da IES	Masculino		Feminino		Outros	
	Frequência	%	Frequência	%	Frequência	%
Centro-Oeste	14	8,70%	16	9,41%	0	0,00%
Nordeste	37	22,98%	32	18,82%	0	0,00%
Norte	4	2,48%	1	0,59%	0	0,00%
Sudeste	43	26,71%	27	15,88%	2	66,67%
Sul	63	39,13%	94	55,29%	1	33,33%
Total	161	170	100,0%	100%	3	100%

Nota. IES: Instituição de Ensino Superior. * Respondentes identificados como Não Binários ou que optaram por não informar o gênero.

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Com relação às características acadêmicas dos respondentes, pode-se observar que ocorreu uma participação equânime entre alunos dos cursos de pós-graduação das áreas de Contabilidade (42,2%) e Administração (41,0%), majoritariamente cursando mestrado acadêmico (52,7%), seguido de doutorado acadêmico (36,8%). A maior parte dos participantes desta pesquisa estuda em instituições de ensino da Região Sul do Brasil (47,3%), acompanhadas da Região Sudeste (21,6%) e Nordeste (20,7%) e, para finalizar as características acadêmicas, aproximadamente 84% dos respondentes estudam em universidades públicas.

4.2 Estatísticas Descritivas

Realizada a caracterização da amostra, que propicia a identificação do perfil dos respondentes, analisa-se a seguir, de forma descritiva, as assertivas das escalas para mensuração das percepções de Justiça Acadêmica e do Traço de Maquiavelismo. Para tal, inicialmente, buscou-se medir a confiabilidade dos constructos utilizados por meio do teste estatístico Alfa de Cronbach, medindo a correlação entre respostas em um questionário por meio da análise das respostas. O coeficiente varia de 0 a 1, sendo aceitáveis valores a partir de 0,7 (Hair Jr. et al., 2009). Na pesquisa atual, o valor correspondente ao Alfa de Cronbach foi de 0,914, resultando em uma alta confiabilidade nos constructos utilizados.

A fim de detalhar as percepções dos respondentes em relação a assertivas pertencentes à Justiça Distributiva, de acordo com a RCJS. Para isso, a Tabela 3 traz as assertivas com maiores discordâncias e concordâncias (pontos 1 e 5) e analisa a porcentagem dos principais dados respondidos. Conforme previsto pelo instrumento, o ponto 1 representa uma percepção de Extrema Injustiça em Sala de Aula, enquanto o ponto 5 representa a Extrema Justiça Acadêmica, na opinião dos estudantes.

Tabela 3

Revised Classroom Justice Scale – Estatística Descritiva

Item RCJS – Justiça Distributiva	1	2	3	4	5	TOTAL
De uma maneira geral, as suas notas nas provas e avaliações que já realizou durante seu atual curso...						
...em comparação às notas dos outros alunos foram: (Q1)	0,9	3	14,7	46,4	35,0	100
...em comparação ao esforço empregado em estudar para as avaliações foram: (Q4)	4,2	6,9	18,6	43,7	26,6	100
Item RCJS – Justiça Processual	1	2	3	4	5	TOTAL
De acordo com sua experiência na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , avalie as assertivas a seguir com valores de 1 a 5, sendo 1 Extremamente injusto(a) e 5 Extremamente justo(a)						
As políticas de comparecimento / frequência nas disciplinas são: (Q11)	1,8	8,7	16,8	39,2	33,5	100
A quantidade de tempo que você precisar dedicar ao curso para receber boas notas é: (Q25)	12,9	18,9	24,3	26,6	17,4	100
Item RCJS – Justiça Interacional	1	2	3	4	5	TOTAL
De acordo com sua experiência na pós-graduação <i>stricto sensu</i> , avalie as assertivas a seguir com valores de 1 a 5, sendo 1 Extremamente injusto(a) e 5 Extremamente justo(a)						
A forma como os professores tratam os alunos é: (Q27)	5,4	10,5	21	30,2	32,9	100
Como os professores lidam com os alunos que discordam deles: (Q34)	10,8	12,9	29,6	25,1	21,6	100

Notas: Valores em Porcentagem; 1: Extremamente Injusto; 5: Extremamente Justo

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

Analisando individualmente as assertivas que representam a percepção dos alunos em relação à justiça distributiva na pós-graduação, percebe-se que a assertiva com maior frequência no apontamento que representa a opção “Extremamente Justo” é a “Q1 – De uma maneira geral, as suas notas nas provas e avaliações que já realizou durante seu atual curso em comparação às notas dos outros alunos foram.”, demonstrando uma tendência entre os estudantes em acreditar que a justiça entre os resultados distribuídos pelos professores não é diferenciada entre os estudantes, mantendo resultados próximos em relação aos dos colegas.

Em contrapartida, a opção com o maior apontamento como Extremamente Injusta é representada pela assertiva “Q4 – Em comparação ao esforço empregado em estudar para as avaliações foram.”. Esse resultado traz indícios sobre quão reconhecidos os estudantes percebem ser, com base no esforço realizado para suas avaliações, evidenciando uma insatisfação dos estudantes ao analisar seus resultados obtidos, sabendo do esforço despendido para tal atividade avaliativa.

Segundo Chorry-Assad (2002), a insatisfação dos estudantes com os resultados distribuídos está relacionada aos processos e às políticas de avaliação utilizados pelos professores e pela instituição de ensino. A Justiça Processual, que se refere aos processos adotados pelos professores, é a dimensão percebida como menos justa no ambiente acadêmico, corroborando trabalhos anteriores (Chorry-Assad, 2002; Paulsel & Chory, 2004).

A pergunta Q11 da Justiça Processual relacionada à política de frequência nas disciplinas é percebida pelos alunos como muito justa (ponto 5 na escala), indicando que os docentes estão preocupados em estabelecer regras justas em relação à assiduidade dos estudantes. Há uma tendência dos alunos em comparar notas e processos dos professores com o esforço e o tempo dedicado ao curso, o que leva a uma expectativa por melhores resultados (Justiça Distributiva) e à insatisfação com a quantidade de tempo exigida na pós-graduação (Justiça Processual), conforme evidenciado pelos dados da pesquisa.

Ao interpretar os resultados envolvendo a Justiça Interacional, gerando conexões com a literatura já existente sobre o tema, percebe-se uma tendência de bom tratamento dos professores para com os alunos, tratando-os com cordialidade e respeito durante o desenvolvimento das atividades acadêmicas. Apesar disso, os estudantes apontaram uma tendência de percepção de injustiça quando se considera a não aceitação de discordâncias e a dificuldade de abertura para novas ideias vindas dos alunos; já a baixa percepção de justiça é associada à falta de possibilidade de ouvir os discentes (Chory; 2007; Simil, 2016).

A outra etapa desta seção apresenta os resultados descritivos da escala *Machiavellian Personality Scale* (MPS). A seguir, consta a frequência de opção dos respondentes em cada uma das assertivas. Analisando de maneira detalhada, a Tabela 4 traz as assertivas com maiores discordâncias e concordâncias (pontos 1 e 5) e veicula o resumo com estatísticas descritivas das respostas dos estudantes para a Escala MPS, com as informações segregadas por dimensão, demonstrando, assim, as concordâncias dos estudantes de pós-graduação da área de Negócios quanto aos traços do Maquiavelismo.

Ressalta-se que as assertivas “Q1 – Não há desculpas para enganar outra pessoa”, “Q8 – Eu gosto de dividir meus planos e ideias com outras pessoas” e “Q18 – O desenvolvimento das pessoas é um dos meus objetivos mais importantes” foram tratadas de maneira invertida na análise de dados, por se tratarem de assertivas propositalmente opostas ao constructo.

Tabela 4

Machiavellian Personality Scale – Estatística Descritiva

	Item MPS	1	2	3	4	5	TOTAL
Atribua valores de 1 a 5, de acordo com sua concordância, sendo 1 Discordo Totalmente e 5 Concordo Totalmente:	Amoralidade						
	Não há desculpas para enganar outra pessoa (Q1)	56,9	25,1	9,0	4,8	4,2	100,0
	Eu estou disposto a não ser ético se isso me ajudar a ter sucesso (Q4)	78,4	12,0	3,3	3,6	2,7	100,0
	Descrença nos Outros						
	As pessoas são motivadas por objetivos pessoais (Q6)	1,2	6,0	19,8	42,5	30,5	100,0
	Se eu mostrar alguma fraqueza no trabalho, os outros irão tirar vantagem disso (Q10)	24,3	26,6	24,3	17,1	7,8	100,0
	Desejo de Controle						
	Eu acho que medo e ameaças são coisas necessárias para motivar as pessoas a fazerem o que eu quero (Q11)	68,3	15,9	9,6	4,2	2,1	100,0
	Eu gosto de ter habilidade de controlar a situação (Q14)	4,8	10,2	24,3	40,7	20,1	100,0
	Desejo de Status						
	Eu acredito que a maioria das pessoas gosta de exibir seu próprio sucesso (Q16)	2,7	8,1	20,7	42,5	26,0	100,0
	O desenvolvimento das pessoas é um dos meus objetivos mais importantes (Q18)	29,6	36,2	21,0	9,9	3,3	100,0

Notas: Valores em Porcentagem; 1: Discordo Totalmente; 5: Concordo Totalmente

Fonte: elaborada pelo autor com base nos dados da pesquisa.

A Tabela 4 evidencia descritivamente uma maior disposição dos estudantes a apresentarem uma discordância ao traço de personalidade do Maquiavelismo ao comparar com a justiça acadêmica percebida durante a pós-graduação. Essa observância do traço de personalidade do Maquiavelismo em um nível moderado em estudantes da área de Negócios se alinha com estudos anteriores, que, ao buscarem captar o traço em estudantes, concluíram que os alunos tendem a possuir características maquiavélicas de forma moderada (Jones & Paulhus, 2014; D’Souza et al., 2018; Mendonça, Silva, & Silva Filho, 2018; Alves et al., 2019).

A despeito disso, destaca-se que, quando as características de personalidade maquiavélica estão em nível moderado, considera-se que o indivíduo poderá ser um bom líder, apresentando melhores resultados de comportamento no quesito direitos e deveres no âmbito organizacional, em razão da avaliação do custo e do benefício. O líder tentará controlar e coordenar seus funcionários ou empregados da melhor forma possível, sempre observando seus próprios interesses (Zettler & Solga, 2013).

Considerando que o Maquiavelismo pode também gerar conclusões por suas dimensões separadamente, dentre os elementos comportamentais que compõe o Maquiavelismo, percebe-se uma frequência de menor concordância com questões relacionadas a comportamentos amorais, enquanto o desejo de *Status* se mostra como a característica mais apontada pelos estudantes dentre as dimensões do Maquiavelismo. Os resultados desta pesquisa se alinham com a pesquisa de Spurk et al. (2016) em executivos de indústrias, em que o *Status* se relacionou positivamente com o Maquiavelismo.

Dentre as assertivas constantes na MPS, percebe-se uma tendência a baixas concordância relacionada à Amoralidade. Em meio às frequências de maior discordância do constructo está a assertiva “Q4 – Eu estou disposto a não ser ético se isso me ajudar a ter sucesso”. O distanciamento dos alunos sobre as assertivas da dimensão de amoralidade corrobora com estudos anteriores (Alves et al., 2019; Raifur-Kos & Raifur-Kos, 2021), evidenciando que os pós-graduandos reconhecem também outros benefícios vindos das relações interpessoais, não valorizando exclusivamente o recebimento de informações benéficas.

A outra assertiva do Maquiavelismo com menor concordância entre os estudantes (Q4 – Eu estou disposto a não ser ético se isso me ajudar a ter sucesso) demonstra que apesar de apontarem maiores resultados em outras características do Maquiavelismo, os pós-graduandos da área de Negócios tendem a manter a ética ao buscar seus resultados que envolvem o desenvolvimento acadêmico. Os resultados descritos vão ao encontro de resultados de pesquisas anteriores, apontando um alto comportamento ético de profissionais contábeis (D’Souza, 2020) e uma predisposição a um comportamento cidadão entre estudantes de Ciências Contábeis (Alves et al., 2019).

Outro destaque por sua baixa concordância na escala de personalidade maquiavélica entre os pós-graduandos na área de Negócios é a assertiva “Q11 – Eu acho que medo e ameaças são coisas necessárias para motivar as pessoas a fazerem o que eu quero”. O resultado trazido pela pesquisa nessa assertiva corrobora com elementos pesquisados anteriormente, com destaque a questões que envolvem o sucesso na liderança obtido por maquiavélicos. Indica-se que a criação de uma estratégia de sucesso maquiavélica compreende carisma e busca para suporte (Delunga, 2001). Além disso, os indivíduos da área de Negócios tendem a apresentar algumas ações repercutem positivamente no ambiente interacional, tais como capacidade de formular estratégia e flexibilidade (D’Souza & Jones, 2017).

Observa-se na Tabela 4 que o Desejo de *Status* representa a característica do Maquiavelismo com maior concordância entre os pós-graduandos na área de Negócios, sendo a assertiva com maior frequência concordância a “Q16 – Eu acredito que a maioria das pessoas gosta de exibir seu próprio sucesso”. Esses achados se alinham com a busca de *Status* advinda da escolha de carreira acadêmica (Souza, Lopes, Costa & Colauto, 2021), referência para os estudantes curso *stricto sensu*, objeto deste trabalho.

Ainda tratando os dados pertencentes ao traço de personalidade do Maquiavelismo, percebe-se que a assertiva com maior concordância entre os pós-graduandos foi a “Q6 – As pessoas são motivadas por objetivos pessoais”, a qual evidencia a percepção a intenção de pessoas ao seu redor. Essa perspectiva destaca o comportamento voltado à Descrença nos Outros, vendo sua característica pessoal como objetivos de outrem, sendo a principal característica pertencente ao traço em pós-graduandos da área de Negócios.

4.3 Diferenças entre os Grupos

Para analisar diferenças entre valores de acordo com variáveis sociodemográficas, foi necessário realizar um teste de normalidade para identificar a técnica estatística adequada. O teste Kolmogorov-Smirnov mostrou que os dados não eram normalmente distribuídos, então optou-se por usar o teste não paramétrico de Kruskal-Wallis, já que os dados tinham natureza categórica e não atendiam às suposições dos testes paramétricos.

O teste de Kruskal-Wallis foi usado para verificar se há diferenças entre os valores de justiça e Maquiavelismo dos participantes da pesquisa e as variáveis sociodemográficas. Cada dimensão da Justiça Acadêmica e Maquiavelismo foi testada separadamente em relação às variáveis sociodemográficas, incluindo gênero, faixa etária, região do país e área de conhecimento da pós-graduação, conforme a literatura aplicável aos constructos.

A Tabela 5 apresenta os resultados do teste de Kruskal-Wallis para verificar se existem diferenças significativas entre os grupos formados com base nas características sociodemográficas dos respondentes, como gênero e faixa etária.

Tabela 5

Teste de Kruskal-Wallis – Características Pessoais

Constructo / Dimensão	Gênero					
	Sig. Kruskal-Wallis	Pontos Masc.	Pontos Fem.	Pontos PNR	Pontos NB	
JA	Justiça Acadêmica	0,000* – Sim	187,03	148,16	13,50	272,75
	Justiça Distributiva	0,083 – Não	178,34	157,67	14,50	206,25
	Justiça Processual	0,006* – Sim	184,85	150,93	15,15	255,50
	Justiça Interacional	0,001* – Sim	187,23	148,00	51,00	295,00
MACH	Maquiavelismo	0,704 – Não	167,58	168,00	28,25	187,25
	Amoralidade	0,251 – Não	178,81	156,69	146,00	187,25
	Descrença nos Outros	0,339 – Não	163,91	172,41	58,50	93,75
	Desejo de Controle	0,329 – Não	172,31	163,23	210,50	32,50
Desejo de Status	0,370 – Não	162,86	171,30	255,25	92,00	

Constructo / Dimensão	Faixa Etária					
	Sig. Kruskal-Wallis	Pontos 22-28	Pontos 29-32	Pontos 33-40	Pontos 41-65	
JA	Justiça Acadêmica	0,449 – Não	173,73	153,42	165,39	175,61
	Justiça Distributiva	0,650 – Não	176,10	163,34	158,69	169,88
	Justiça Processual	0,355 – Não	172,20	150,86	168,71	176,61
	Justiça Interacional	0,563 – Não	166,95	156,34	168,11	178,30
MACH	Maquiavelismo	0,000* – Sim	187,24	182,18	171,33	125,61
	Amoralidade	0,009* – Sim	189,03	177,19	165,16	139,25
	Descrença nos Outros	0,000* – Sim	186,51	184,92	156,29	126,99
	Desejo de Controle	0,768 – Não	169,74	170,05	172,17	157,66
Desejo de Status	0,002* – Sim	178,99	185,08	170,96	133,18	

Nota. * p-value < 0,05; JA: Pertencente ao Constructo Justiça Acadêmica (RCJS); MACH: Pertencente ao Constructo Maquiavelismo (MPS).

Pontos: Pontuação obtida em cada uma das variáveis no Teste Kruskal-Wallis

Fonte: dados da pesquisa.

Os resultados apresentados na Tabela 5 demonstram que ambos os elementos pessoais possuem significativas diferenças na percepção de Justiça Acadêmica, considerando o gênero dos respondentes e as diferenças no traço de Maquiavelismo e comparando a faixa etária dos respondentes.

Quando desmembradas as diferenças encontradas, percebe-se que há uma diferença significativa entre os gêneros masculino e feminino, para a Justiça Acadêmica dos estudantes, além das duas dimensões que houve diferença significativa: a Justiça Processual e a Justiça Interacional. Comparando a pontuação de justiça percebida entre os gêneros masculino e feminino, percebeu-se que os homens demonstraram uma percepção de justiça superior à das mulheres, na Justiça Acadêmica e na Processual e Interacional.

Esse resultado converge com estudos anteriores no ambiente acadêmico (Berti, Molinari & Speltini, 2010; Simil, 2016; Sabino, Cunha, Colauto & Francisco, 2019) e demonstra que as mulheres percebem o ambiente acadêmico como mais injusto que os homens, principalmente no que tange às políticas e aos procedimentos adotados pelos professores e na comunicação e disponibilização de informação dos professoras, tornando, de acordo com os dados da pesquisa, a pós-graduação como um ambiente que se demonstra mais justo para os estudantes do gênero masculino.

No que tange às diferenças entre gênero e traço de personalidade do Maquiavelismo, esta pesquisa diverge de achados anteriores sobre o tema. Isso porque não foram encontradas diferenças significativas estatisticamente entre o gênero e o traço. De acordo com os dados da pesquisa, essa divergência à literatura pode ser explicada ao se verificar o baixo traço do Maquiavelismo nos pós-graduandos da área de Negócios, corroborando com as pesquisas prévias sobre o tópico (D'Souza, 2016; Alves et al., 2019).

Apesar disso, o Maquiavelismo apresentou diferenças significativas entre as faixas etárias dos pós-graduandos. As dimensões Amoralidade, Descrença nos Outros e Desejo de *Status*, bem como o constructo geral, apresentaram diferenças significativas entre os grupos. Os respondentes de 22 a 28 anos apresentaram um alto traço de Maquiavelismo em comparação com aqueles de 41 a 65 anos, que tiveram uma menor prevalência do traço. De acordo com a literatura, a diferença na faixa etária segue uma tendência esperada de maior presença de Maquiavelismo em pessoas mais jovens. (D'Souza & Lima, 2018; D'Souza, 2021).

As diferenças encontradas entre as faixas etárias sugerem a possibilidade de discutir as características estratégicas do Maquiavelismo e sua visão de futuro, que é mais comum em pessoas mais jovens. No entanto, não houve diferença significativa em relação ao desejo de controle; tal resultado pode ser explicado pelo fato de que pessoas mais velhas historicamente têm a necessidade de manter o controle, em vez de buscar um futuro controle.

Além das características sociodemográficas individuais dos respondentes, esta pesquisa se propôs a identificar diferenças nos dados acadêmicos nos respondentes – que, conforme sugere a literatura, foram representados por dados como área do curso de pós-graduação, modalidade do curso, região em que fica localizada a IES em que o respondente está vinculado e tipo da instituição de ensino. Tais informações foram analisadas por meio do teste de Kruskal-Wallis e estão apresentadas na Tabela 6.

Tabela 6

Teste de Kruskal-Wallis – Características Acadêmicas

Constructo / Dimensão	Área		Modalidade		Região		
	Kruskal-Wallis	Dif. Sig?	Kruskal-Wallis	Dif. Sig?	Kruskal-Wallis	Dif. Sig?	
JA	Justiça Acadêmica	0,253	Não	0,12	Não	0,005*	Sim
	Justiça Distributiva	0,143	Não	0,444	Não	0,365	Não
	Justiça Processual	0,446	Não	0,279	Não	0,026*	Sim
	Justiça Interacional	0,710	Não	0,007*	Sim	0,000*	Sim
MACH	Maquiavelismo	0,292	Não	0,140	Não	0,357	Não
	Amoralidade	0,594	Não	0,35	Não	0,390	Não
	Descrença nos Outros	0,010*	Sim	0,394	Não	0,298	Não
	Desejo de Controle	0,698	Não	0,014*	Sim	0,941	Não
	Desejo de Status	0,919	Não	0,11	Não	0,136	Não

Nota. * p-value < 0,05; JA: Pertencente ao Constructo Justiça Acadêmica (RCJS); MACH: Pertencente ao Constructo Maquiavelismo (MPS). KW: Significância encontrada no Teste Kruskal-Wallis.

Fonte: dados da pesquisa.

O primeiro teste compara as características acadêmicas dos respondentes, de acordo com os grupos formados pelo tipo de instituição de ensino superior. O teste não demonstrou distinções estatisticamente significativas; logo, de acordo com os dados da pesquisa, não há diferenças entre a percepção de justiça e o traço do Maquiavelismo de estudantes de instituições públicas, privadas e comunitárias.

Ao comparar a diferença nos constructos utilizando como base a área de conhecimento (Administração, Contabilidade e Economia), não foram encontradas diferenças significantes na Justiça Acadêmica e no traço maquiavélico. Apesar disso, a dimensão Descrença nos Outros apresentou diferença significativa. O destaque significativo entre as áreas ocorreu entre Contabilidade e Economia: os estudantes de Contabilidade apresentam maior grau de desconfiança em relação aos outros, característica típica do Maquiavelismo. Tal achado se destaca ao se considerar a Descrença nos Outros como um elemento de desconfiança por espelhamento em suas próprias atitudes (Dahling, Whitaker & Levy, 2009).

Outra característica testada por esta pesquisa, ao comparar elementos sociodemográficos, foi a localidade da instituição de ensino vinculada ao programa de pós-graduação. O teste revelou que há diferenças significativas vinculadas à percepção de justiça dos estudantes das diferentes regiões. Destacou-se que as principais diferenças se relacionaram a políticas, procedimentos e tratamento dos professores entre as regiões Sudeste e Nordeste e Sudeste e Centro-Oeste. De acordo com os dados apurados, os respondentes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste demonstraram menores percepções de justiça acadêmica, destacando-se as diferenças relacionadas à justiça interacional entre as regiões.

As diferenças encontradas se alinham com as observações apresentadas por Simil (2016) – em que, para analisar a justiça em sala de aula, devem também ser observadas características sociodemográficas, como a região em que o indivíduo está inserido, conforme diferenças elencadas acima.

5. Conclusões

Este estudo objetivou comparar as diferenças na percepção de Justiça Acadêmica e o traço do Maquiavelismo em estudantes do *stricto sensu* da área de Negócios, considerando suas características sociodemográficas. Após a aplicação do questionário aos estudantes de mestrado e doutorado, as 334 respostas válidas foram analisadas por meio de teste estatístico Kruskal-Wallis (KW).

Os resultados desta pesquisa indicaram que os pós-graduandos do *stricto sensu* da área de Negócios possuem significativas diferenças na percepção de justiça e no traço de Maquiavelismo, quando analisados em grupos específicos, de acordo com seus traços sociodemográficos.

A análise sobre o gênero dos respondentes demonstrou que as mulheres se sentem mais injustiçadas nos processos adotados pelos professores e nas interações que o corpo docente realiza com os estudantes. Já ao ser analisada a faixa etária, indicou-se que pessoas mais jovens possuem mais tendência ao traço de personalidade do Maquiavelismo do que pessoas mais velhas, excerto na dimensão Desejo de Controle, o que pode estar relacionado à estratégia e à visão futura da personalidade maquiavélica; logo, tendem a estar mais latente entre os jovens.

No que se refere aos programas de pós-graduação em que os alunos estão vinculados, notou-se uma menor diferença entre os diversos grupos formados, indicando que o tipo da instituição de ensino não altera a percepção de Justiça Acadêmica nem o traço do Maquiavelismo dos alunos.

Já a área do curso possui diferença significativa exclusivamente na Descrença dos estudantes em relação aos outros, demonstrando que os acadêmicos de Contabilidade são mais desconfiados que os de Administração e de Economia. A comparação entre as modalidades de pós-graduação demonstrou um maior Desejo de Controle e uma menor percepção de Justiça acadêmica interacional em estudantes de mestrado e doutorado acadêmico. Geograficamente, os estudantes das regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste se sentem mais injustiçados em suas relações acadêmicas, principalmente nos processos adotados e tratamentos interpessoais desenvolvidos pelos professores.

Estes resultados se alinham com outros achados acadêmicos, frisando a necessidade de analisar questões pessoais na atuação de docentes e nas políticas desenvolvidas por instituições de ensino. É importante ter em mente a necessidade de um tratamento especializado para as mulheres que participam de programas de pós-graduação na área de Negócios, levando em consideração as particularidades de cada região do Brasil, como Nordeste, Norte e Centro-Oeste.

Além disso, considerando as tendências de um viés de personalidade na percepção de Justiça Acadêmica, esta pesquisa salienta questões de personalidade de estudantes mais jovens, considerando seu perfil mais maquiavélico que os mais velhos, além da finalidade benéfica individual, que pode ser refletida na percepção de Justiça desses alunos. Especificamente ao *stricto sensu* de Contabilidade, é demonstrada uma tendência de desconfiança nas atitudes dos outros, como professores e colegas; logo, esta pesquisa apresenta elemento de destaque sobre esse curso.

Apesar dos resultados obtidos e das considerações realizadas, esta pesquisa possui limitações relacionadas à sua abordagem, sobretudo considerando a inviabilidade de maior aprofundamento da pesquisa quantitativa, além do ambiente de pandemia vivido durante a aplicação do questionário.

Como possibilidades para novas pesquisas, há um crescente espaço para entendimentos de diferentes fatores que podem alterar a justiça no ambiente acadêmico, além de comportamentos que podem ser gerados em estudantes com maior traço de Maquiavelismo, em atitudes em sala de aula ou no desenvolvimento estratégico em sua atuação na área de Negócios.

Referências

- Allport, G. W. (1961). *Pattern and growth in personality*. Oxford, England: Holt.
- Alves, R. S., Puppim, L., Nascimento, E. M., & Da Cunha, J. V. A. (2019). Maquiavelismo e sua relação com atividades contraproducentes nos estudantes de Ciências Contábeis. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 13(1), <https://doi.org/10.17524/repec.v13i1.2135>
- Berti, C., Molinari, L., & Speltini, G. (2010). Classroom justice and psychological engagement: Students' and teachers' representations. *Social Psychology Of Education*, 13(4), 541-556. doi:10.1007/s11218-010-9128-9
- Bies, R. J., & Moag, J. S. (1986). Interactional justice: Communication criteria of fairness. In R. J. Lewicki, B. H. Sheppard, & M. H. Bazerman (Eds.), *Research on negotiation in organizations* (Vol. 1, pp. 43-55). Greenwich, CT: JAI Press.
- Caglar, C. (2013). The Relationship between the Perceptions of the Fairness of the Learning Environment and the Level of Alienation. *Eurasian Journal of Educational Research*, 50, 185-206.
- Christie, R., & Geis, F. L. (1970). *Studies in machiavellianism*. New York: Academic Press. Academic Press.
- Chory-Assad, R. M. (2002). Classroom justice: Perceptions of fairness as a predictor of student motivation, learning, and aggression. *Communication Quarterly*, 50(1), 58-77.
- Chory-Assad, R. M., & Paulsel, M. L. (2004a). Classroom justice: Student aggression and resistance as reactions to perceived unfairness. *Communication Education*, 53(3), 253-273.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2016). *Métodos de Pesquisa em Administração-12ª edição*. McGraw Hill Brasil.
- Collison K. L., South S., Vize C. E., Joshua D. Miller & Donald R. Lynam (2021) Exploring Gender Differences in Machiavellianism Using a Measurement Invariance Approach, *Journal of Personality Assessment*, 103:2, 258-266, DOI: 10.1080/00223891.2020.1729773
- Cropanzano, R., & Greenberg, J. (1997). Progress in organizational justice: Tunneling through the maze. *International review of industrial and organizational psychology*, 12, 317-372.
- Dahling, J. J., Whitaker, B. G., & Levy, P. E. (2009). The development and validation of a new Machiavellianism scale. *Journal of management*, 35(2), 219-257.
- Darnell J.A., Darnell, J.M. (2019) The Importance of Considering Socio-Demographic Factors in University Postgraduate Policies. *Journal of Higher Education Policy and Management*.
- D'Souza, M. F. (2016). *Manobras financeiras e o dark triad: o despertar do lado sombrio na gestão* (Tese de Doutorado). São Paulo: Universidade de São Paulo.
- D'Souza, M. F., & Jones, D. N. (2017). Taxonomia da rede científica do Dark Triad: revelações no meio empresarial e contábil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 11(3), p. 296-313.
- D'Souza, M. F., & de Lima, G. A. S. F. (2018). Escolha de carreira: o Dark Triad revela interesses de estudantes de Contabilidade. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 12.
- D'Souza, M. F. & Lima, G. A. S. F. (2019). Um olhar sobre os traços do Dark Triad e os valores culturais dos estudantes de contabilidade. *Advances in Scientific & Applied Accounting*, 12(1).
- D'Souza, M. F. (2020). RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA MODERA A RELAÇÃO ENTRE O TRAÇO MAQUIAVÉLICO E O GERENCIAMENTO DE RESULTADOS?. *Revista De Educação E Pesquisa Em Contabilidade (REPeC)*, 14(4). <https://doi.org/10.17524/repec.v14i4.2661>
- Deutsch, M. (1975). Equity, equality, and need: What determines which value will be used as the basis of distributive justice? *Journal of Social issues*, 31(3), 137-149.

- Fávero, L. P., & Belfiore, P. (2017). Manual de análise de dados: estatística e modelagem multivariada com Excel®, SPSS® e Stata®. Elsevier Brasil.
- Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The Dark Triad of personality: A 10 year review. *Social and personality psychology compass*, 7(3), 199-216.
- Greenberg, J. (2001). Setting the justice agenda: Seven unanswered questions about “what, why, and how”. *Journal of Vocational Behavior*, 58(2), 210-219.
- Grohmann, M. Z., & Battistella, L. F. (2012). A Escala de Personalidade Maquiavélica (MPS): Tradução e validação no contexto brasileiro. *Psicologia Argumento*, 30(70).
- Hambrick, D. C., & Mason, P. A. (1984). Upper echelons: The organization as a reflection of its top managers. *Academy of management review*, 9(2), 193-206.
- Homans, G. C. (1961). The humanities and the social sciences. *American Behavioral Scientist*, 4(8), 3-6.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2009). Machiavellianism. In M. R. Leary & R. H. Hoyle (Eds.), *Handbook of individual differences in social behavior* (pp. 93-108). The Guilford Press.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2011). Differentiating the dark triad within the interpersonal circumplex. In L. M. Horowitz, & S. Strack. *Handbook of interpersonal psychology* (pp. 249-269). New York: Wiley & Sons.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the Short Dark Triad (SD3): A Brief Measure of Dark Personality Traits. *Assessment*, 21(1), 28-41.
- Leventhal, G. S. (1976). The distribution of rewards and resources in groups and organizations. In L. Berkowitz E. Walster (Eds.), *Advances in experimental social psychology* (Vol. 9). New York: Academic Press.
- Major, B., & Deaux, K. (1982). Individual differences in justice behavior. In *Equity and justice in social behavior* (pp. 43-76). Academic Press.
- Rasooli, A., Zandi, H., & DeLuca, C. (2019). Conceptualising fairness in classroom assessment: exploring the value of organisational justice theory. *Assessment in Education: Principles, Policy & Practice*, 26(5), 584-611.
- Resh, N., & Sabbagh, C. (2016). Justice and education. In C. Sabbagh & M. Schmitt (Eds.), *Handbook of social justice theory and research* (pp. 349-368). Berlin: Springer.
- Sampieri, R. H., Collado, C. F., & Lucio, M. del P. B. (2013). *Metodologia de pesquisa* (5o). Porto Alegre: Penso.
- Sanches, A. C. P. (2016). Experiências de (in) justiça com os professores e comportamentos de desvio na adolescência. Tese de Programa Operacional Ciência e Inovação – Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Santos, D., Avelino, B. C., da Cunha, J. V. A., & Colauto, R. D. (2020). Justiça e desonestidade acadêmica: um estudo com estudantes do curso de ciências contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(44), 71-86.
- Shi, J., Lin, H., Wang, L., & Wang, M. (2009). Linking the big five personality constructs to organizational justice. *Social Behavior and Personality: an international journal*, 37(2), 209-222.
- Simil, A. S. (2016). A confiança como fator de influência da percepção de justiça no ambiente de aprendizagem. Dissertação. Centro de Pós-Graduação e Pesquisas em Contabilidade e Controladoria. Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil.

- Törnroos, M., Elovainio, M., Hintsala, T., Hintsanen, M., Pulkki-Råback, L., Jokela, M., & Keltikangas-Järvinen, L. (2019). Personality traits and perceptions of organisational justice. *International journal of psychology*, 54(3), 414-422.
- Tyler, T. R., Boeckmann, R. J., Smith, H. & Huo, A.Y. J. (1997). *Social justice in a diverse society*. Colorado: Westview Press.
- Wang, Q., Hackett, R. D., Zhang, Y., & Cui, X. (2019). Personal characteristics and applicants' perceptions of procedural fairness in a selection context: The mediating role of procedural fairness expectations. *Management Decision*.
- Wubbels, T., & Brekelmans, M. (2005). Two decades of research on teacher–student relationships in class. *International journal of educational research*, 43(1-2), 6-24.
- Yilmaz, S. A. (2015). A new momentum: Gender justice in the women's movement. *Turkish Policy Quarterly*, 13(4), 107-115.
- Zettler, I., & Solga, M. (2013). Not enough of a 'dark' trait? Linking Machiavellianism to job performance. *European Journal of Personality*, 27(6), 545-554.

Impacto da IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes – nas Notas Explicativas de Empresas Abertas no Brasil

Laissa Gama Vieira

<https://orcid.org/0000-0002-7531-8123>

Bruno Meirelles Salotti

<https://orcid.org/0000-0002-2735-7048>

Raquel Wille Sarquis

<https://orcid.org/0000-0002-9267-9588>

Resumo

Objetivo: Este trabalho tem como objetivo analisar a qualidade das notas explicativas de transição para a IFRS 15 no Brasil, ao comparar os efeitos estimados em 2017 com os efetivamente reportados em 2018, além de criar um Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) e descrever os principais impactos observados.

Método: Foram analisadas 429 empresas do mercado brasileiro, comparando as notas explicativas relacionadas ao efeito da IFRS 15. Houve uma classificação desses efeitos quanto aos impactos registrados em notas explicativas, ou falta deles, no ano de 2017 e comparativamente, em 2018, se esses foram maiores ou menores que os estimados ou ainda se não foram relatados. Também foi desenvolvido o Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE), para mensurá-las.

Resultados: Verificou-se que mais da metade das empresas apenas reclassificaram contas contábeis para melhor apresentação, aumentaram a divulgação de notas explicativas, ou não tiveram impacto em decorrência na entrada em vigor da IFRS 15. Constatou-se que, apesar de no geral a nova norma não ter gerado impactos significativos para a maioria das empresas, alguns setores foram bastante afetados, como os de utilidade pública, comunicação, consumo não cíclico, bens industriais e construção civil. Por fim, verificou-se que as empresas apresentaram uma boa qualidade das informações divulgadas na nota de transição, dado que 45% da amostra obteve nota máxima no IQNE.

Contribuições: Ao documentar os efeitos da transição para a IFRS 15 no Brasil, a pesquisa é relevante para a discussão sobre como as empresas lidam com a adoção de uma nova norma no que tange à sua preparação prévia e à análise dos efeitos efetivamente ocorridos. Sendo assim, contribui não apenas para a academia, mas principalmente para os usuários das informações contábeis. Também pode ser relevante para o Iasb, durante o *Post-Implementation Review* (PIR) da IFRS 15.

Palavras-chave: IFRS 15; Notas Explicativas; Receitas; Informação contábil; Qualidade.

Editado em Português e Inglês. Versão original em Português.

Rodada 1: Recebido em 20/3/2023. Pedido de revisão em 5/3/2023. Rodada 2: Resubmetido em 3/4/2023. Aceito em 10/4/2023 por Vinícius Gomes Martins, Doutor (Editor assistente) e por Gerlando Augusto Sampaio Franco de Lima, Doutor (Editor). Publicado em 30/6/2023. Organização responsável pelo periódico: Abracicon.

1. Introdução

A existência da informação contábil tem um propósito fundamental: ser útil para a tomada de decisões. E, para ser útil, ela precisa ser relevante, ou seja, ser capaz de fazer diferença nas decisões a serem tomadas pelos usuários (CPC – 00 (R2), 2020; Hendriksen & Breda, 1999; Iudícibus, 2015).

Porém, com o desenvolvimento econômico e a evolução dos mercados e da própria Contabilidade, as demonstrações financeiras se tornaram cada vez mais complexas e volumosas (Cheung & Lau, 2016; Morunga & Bradbury, 2012; Richards & Staden, 2015), o que pode afetar sua utilidade e compreensibilidade por parte dos usuários das informações contábeis (Boubaker, Gounopoulos, & Rjiba, 2019). As notas explicativas estão no centro dessa discussão, pois representam o maior volume de informações contidas na publicação das demonstrações financeiras e trazem informações necessárias para a compreensão adequada das demonstrações financeiras (Lourenço, 2014).

Em 2014, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis emitiu a OCPC 07, uma orientação para tentar fazer com que os preparadores dedicassem maior atenção à preparação das notas explicativas, tentando reduzir a publicação do volume absurdo de notas explicativas irrelevantes (Flores, Santos, & Carvalho, 2015). O Iasb também está desenvolvendo um projeto para discutir melhorias na divulgação (*Disclosure Initiative*), além de outros organismos internacionais, como o Grupo Consultivo Europeu de Relatórios Financeiros (EFRAG, da sigla em inglês).

Glaum et al. (2013), em uma pesquisa a respeito do efeito da adoção das IFRS na acurácia das projeções dos analistas, detectou, dentre outros achados, que a qualidade das notas explicativas parece ser relevante aos analistas, confirmando a sua importância. Além disso, o tema das notas explicativas tem sido objeto de diversas pesquisas teóricas e empíricas, tanto em cenário local quanto global, indicando a sua relevância (Healy & Papelu, 2001; Verrecchia, 2001; Salotti & Yamamoto, 2005; Murcia & Santos, 2009; Merkley, 2014; Moreno & Casasola, 2016).

Nesse contexto, uma das principais normas contábeis emitidas pelo Iasb na última década foi a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes. Além de impactar os valores reportados pelas empresas na principal linha da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), a IFRS 15 também tem o potencial de aumentar o volume de informações divulgadas em nota explicativa; portanto, trata-se de uma norma pertinente de ser estudada neste contexto.

A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2018, com o intuito de consolidar e substituir regulamentos e interpretações anteriores (IAS 11, IAS 18, IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC-31). Especificamente, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas (IFRS, 2014). No Brasil, sua norma correlacionada surgiu em 14 de novembro de 2016, por meio do Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes.

A maior parte das pesquisas relacionadas com a adoção da IFRS 15 estão concentradas em avaliar o efeito nos valores reportados pelas empresas (Napier & Stadler, 2020; Silva et al., 2021), no nível de *compliance* com as exigências de divulgação (Boujelben & Kobbi-Fakhfakh, 2020; Moraes da Silva & Gonzales, 2022; Silva & Pierri Junior, 2021), na relevância da informação contábil (Braga, Nascimento, & Santos, 2022; Dani, Santos, Panucci Filho, & Klann, 2017; Onie et al., 2022) e no nível de gerenciamento de resultados (Baldissera et al., 2018; Morawska, 2021; Piosik, 2021; Souza, Gonçalves, & Tibúrcio, 2022).

A presente pesquisa também pretende explorar o efeito da adoção da IFRS 15 na divulgação de informações contábeis em nota explicativa; porém, utilizando uma perspectiva diferente da literatura anterior, que é a nota explicativa de transição para a nova norma. Essa discussão é pertinente, considerando que a emissão da IFRS 15 ocorreu quase quatro anos antes do início de sua vigência em 2018. Em razão disso, o IAS 8 (e, no Brasil, da mesma forma, o CPC 23) exige que a entidade divulgue quando não aplicar uma nova norma que já foi publicada, mas que ainda não entrou em vigor e, ainda, evidencie, em notas explicativas, as informações relevantes para avaliar o possível impacto nas demonstrações financeiras decorrente da implementação. Nesse sentido, as empresas que conseguiram fazer essa estimativa, ao elaborarem seus balanços nos anos anteriores à vigência, divulgaram (ou era esperado delas que divulgassem), em notas explicativas, o impacto estimado a partir da aplicação da norma em janeiro de 2018.

Logo, a partir da análise dos impactos nos números das demonstrações financeiras e informações divulgadas antes e após a adoção da IFRS 15, pretende-se comparar as estimativas feitas com os efeitos reais, a fim de responder à seguinte questão de pesquisa: **qual a qualidade das notas explicativas de transição para a IFRS 15?**

Para tanto, foram estabelecidos três objetivos principais: 1) avaliar se os efeitos estimados divulgados pelas empresas na demonstração contábil publicada antes da adoção da IFRS 15 (2017) foram efetivamente observados na primeira demonstração contábil publicada após a vigência da norma (2018); 2) mensurar a qualidade das informações contábeis divulgadas na nota explicativa de transição da IFRS 15, por meio do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE); e 3) descrever os principais impactos observados quando da adoção da IFRS 15 pelas empresas. Ao atingir os três objetivos, espera-se fornecer evidências que permitam avaliar a qualidade das informações divulgadas pelas empresas quando da adoção de uma nova norma (neste caso, a IFRS 15), tanto antes quanto após a transição efetiva.

Os resultados encontrados nesta pesquisa podem contribuir não apenas para a academia, mas também para os usuários das informações contábeis e os órgãos reguladores. Especificamente, esta pesquisa contribui para a literatura anterior sobre a adoção da IFRS 15, ao explorar um aspecto que, até então, não havia sido analisado: a qualidade da divulgação de informações na nota explicativa de transição para a IFRS 15. Os resultados desta pesquisa também podem ser úteis para os usuários da informação contábil, pois indicam se as informações originalmente divulgadas pela empresa, em estimativas sobre os impactos das novas normas contábeis, realmente são verificadas quando de sua adoção efetiva. Tais apontamentos contribuem para as avaliações e projeções futuras dos usuários e, portanto, para o seu processo de tomada de decisão. Por fim, a presente pesquisa também pode contribuir com os órgãos reguladores, como o Iasb, ao fornecer informações sobre os efeitos da adoção de uma nova norma, que podem ser úteis durante o processo do *Post-Implementation Review* (PIR) da IFRS 15.

2. Referencial teórico

A presente seção está segregada em três tópicos principais. O tópico 2.1 trata da importância da divulgação de informações contábeis e do processo de elaboração de notas explicativas. O tópico 2.2 apresenta o histórico e as principais mudanças trazidas pela IFRS 15. Por fim, o tópico 2.3 descreve as principais pesquisas que já foram publicadas sobre a temática, bem como evidencia qual é o *gap* da literatura que este trabalho busca suprir.

2.1 Informação Contábil e Notas Explicativas

Em contabilidade, a informação é utilizada por pessoas e entidades como uma fonte para tomada de decisões; por isso, sua qualidade se faz essencial. Pretende-se atender a diferentes usuários que estão interessados, principalmente, no desempenho econômico, na rentabilidade, no potencial de geração de caixa e na continuidade das atividades da empresa (Nascimento & Reginato, 2008). A partir do processo contábil de reconhecimento, mensuração e evidenciação, a contabilidade produz informações para seus usuários (Lopes & Martins, 2005).

Para tanto, é necessário que as demonstrações contábeis contenham informações relevantes e que sejam representadas fidedignamente, a fim de também serem úteis aos usuários externos à empresa (CPC 00 R2). Consequentemente ao processo de conciliação das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais (IFRS), as Leis n.º 11.638, de 28 de dezembro de 2007, e n.º 11.941, de 27 de maio de 2009, introduziram alterações na Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para modificar o conjunto de demonstrações contábeis a ser elaborado pelas empresas. Conforme o Pronunciamento CPC 26 (R1), tal conjunto de demonstrações contábeis inclui as notas explicativas (NE), compreendendo as políticas contábeis significativas, informações comparativas com o período anterior e outros elementos explanatórios.

As notas explicativas são de suma importância para melhorias na qualidade da informação contábil, já que trazem informações que complementam as demonstrações contábeis. Estas, por sua vez, podem estar expressas na forma descritiva, em quadros analíticos, ou até mesmo englobar outras demonstrações contábeis que sejam necessárias para elucidar a real situação econômico-financeira da entidade (Diniz et al., 2018).

Com a adoção de novas práticas contábeis, atualmente há um maior número de informações exigidas em notas explicativas, elevando o nível de conteúdo informacional deste relatório. Isso ocorreu pois a contabilidade brasileira passou a ser baseada em princípios, deixando de ficar atrelada unicamente às regras fiscais. Com isso, há uma maior responsabilidade, por parte dos contadores, em explicar aos usuários das informações contábeis, de forma clara, quais foram as diversas circunstâncias relevantes que afetaram cada conta das demonstrações contábeis, e as notas explicativas constituem o espaço mais adequado para tal (Antunes et al, 2012; Diniz et al., 2018).

Há evidências empíricas de que a divulgação de informações contábeis reduz a assimetria informacional entre os gestores e investidores e, por consequência, permite o aumento da liquidez das ações e uma redução da volatilidade e custo do capital (Healy & Palepu, 2001; Shroff, Sun, White, & Zang, 2013; Zhou, 2007). No entanto, é importante que os benefícios obtidos mediante a divulgação dessas informações superem seus custos, diretos e indiretos (Lourenço, 2014).

Ao fazer parte do conjunto de demonstrações financeiras atualmente exigidas pelo CPC 26 (R1), as notas explicativas devem incluir as informações requeridas pelas IFRSs (ou CPCs, no Brasil), desde que estas sejam aplicáveis e a respectiva informação seja relevante. Dessa maneira, apenas algumas informações exigidas pelas normas devem ser divulgadas. No entanto, muitas empresas, por receio de serem confrontadas ou sofrerem ações judiciais, são induzidas a divulgar uma quantidade excessiva de informações neste relatório, reduzindo a relevância e utilidade das mesmas (Lourenço, 2014).

Em conformidade a isso, Flores et al. (2015) afirmam que, de maneira geral, as empresas cumprem as obrigações exigidas pelas IAS/IFRS, porém não levam em conta quão agregadoras serão essas informações para seus usuários.

Por outro lado, há também empresas que omitem informações intencionalmente, com o intuito de esconder elementos que possam influenciar negativamente os usuários externos; assim, guardam informações estratégicas, que podem se traduzir em uma desvantagem competitiva ou ainda, fazer com que terceiros contestem o valor da empresa e a sua relação contratual com ela. À vista disso, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu, em setembro de 2014, a Orientação Técnica OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral, com o intuito de contribuir para solução dessas questões (Lourenço, 2014; Martins, 2014).

Ao analisar as normas vigentes sobre evidenciação das informações, principalmente em notas explicativas, o CPC concluiu que já existiam diretrizes suficientes para sua elaboração; logo, seu principal intuito foi esclarecer e reforçar que, nos relatórios financeiros, deveriam ser divulgadas apenas informações relevantes, que de fato contribuam para os usuários em suas análises e decisões (Martins, 2014).

2.2 Aspectos gerais da IFRS 15 – Receita de Contrato com Clientes

Dentre as normas emitidas pelo Iasb na última década, a IFRS 15 é uma das principais. Essa relevância da IFRS 15 é explicada pelo fato de que qualquer alteração proposta nessa norma afeta a principal linha da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) de todas as empresas. Além disso, a IFRS 15 trouxe não apenas impactos nos valores reportados, mas também uma mudança nos modelos de negócio e nos controles internos das empresas.

Em relação ao histórico, a IFRS 15 foi emitida em 2014, em resposta a reclamações, desejos e anseios dos usuários das informações contábeis. Totalmente baseada em princípios, a norma traz um modelo de cinco passos didáticos para reconhecimento e mensuração de receitas (Gelbcke, Santos, Iudícibus, & Martins, 2018). No Brasil, a IFRS 15 foi aprovada em 14 de novembro de 2016, com a emissão da norma contábil brasileira correspondente, o Pronunciamento Técnico CPC 47, passando a vigorar apenas em 1º de janeiro de 2018.

A norma possui o intuito de criar um modelo único para contabilização de receitas de contratos com cliente, independentemente do ramo de atividade ou da natureza da transação. Convém refletir que, apesar de a IFRS 15 e, conseqüentemente, o CPC 47 causarem diversas controvérsias e debates com relação à sua aplicação, os princípios trazidos em seu escopo já estavam previamente expressos nas normas contábeis que foram substituídas por esse pronunciamento técnico. Por isso, é possível afirmar que a nova norma tem o mérito de trazer mais detalhes quanto ao reconhecimento, à mensuração e ao registro das receitas, sem, contudo, alterar os pressupostos essenciais (Pinto et al., 2020).

Especificamente, a IFRS 15 traz um modelo de cinco passos a serem seguidos para a identificação, o reconhecimento e a mensuração das receitas de operações mercantis: (1) Identificação do contrato com um cliente; (2) Identificação das obrigações de desempenho; (3) Determinação do preço da transação; (4) Alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; e (5) Reconhecimento de receita quando (ou na medida em que) a obrigação é satisfeita. Esses passos, por sua vez, não necessariamente são sequenciais, podendo até mesmo ocorrer simultaneamente. A definição trazida pela norma possui o único intuito de ser mais abrangente, clara e didática, permitindo que as informações contábeis produzidas sejam mais coerentes e uniformes, e atendendo às características qualitativas de informações financeiras úteis estabelecidas na Estrutura Conceitual R2 (Gelbcke et.al, 2018; Pinto et al., 2020).

Em relação aos impactos, a IFRS 15 afetou todas as empresas, mas de forma diferente: para algumas o efeito seria menor, enquanto para outras as mudanças seriam mais significativas. A adoção da IFRS 15, portanto, representou um grande avanço para a contabilidade, por ser uma norma que abrange o processo de reconhecimento de receita de todos os segmentos. Por esse motivo, é uma mudança extremamente relevante, já que, além de afetar diretamente o componente mais importante do resultado das empresas, também evidencia um cunho interpretativo da norma e da operação propriamente dita, em que, segundo Kreston Partnership (2016), a complexidade de sua adoção varia em função dos segmentos de indústria e da estrutura de controles internos das organizações.

Segundo Gelbcke et al. (2018), a IFRS 15 estabelece, como princípio básico, que a entidade deve reconhecer receitas de modo a refletir a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes, no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera receber em troca desses bens ou serviços. Nesse sentido, o reconhecimento de receitas está altamente ligado ao cumprimento de uma obrigação de performance (ou desempenho).

Esse novo conceito introduzido pela IFRS 15 evidencia que a entidade vendedora desempenha a sua obrigação de repassar o controle do bem ou serviço à entidade compradora por meio de um contrato. Nas normas anteriores à IFRS 15, o que hoje é entendido por obrigação de desempenho seria cumprido com a transferência de riscos e benefícios, momento em que a receita seria reconhecida contabilmente. Após a implantação da nova norma, esse processo ocorre quando se dá a transferência de controle do vendedor para o comprador. Por ser mais abrangente, esse conceito deve ter um efeito temporal no reconhecimento de receita contábil de alguns segmentos (EY, 2014).

Em relação ao modelo de transição, devido às diversas mudanças conceituais e alterações de ordens práticas trazidas pela nova norma em todos os seus passos, as empresas puderam escolher entre a adoção retrospectiva integral e a adoção retrospectiva modificada.

De acordo com o CPC 23, a aplicação retrospectiva integral consiste no ajuste, a ser feito pela entidade, do saldo de abertura de cada componente do patrimônio líquido afetado para o período anterior mais antigo apresentado e outros valores comparativos divulgados para cada período anterior apresentado, como se a nova política contábil tivesse sempre sido aplicada, possibilitando, assim, a comparação entre demonstrações financeiras da entidade.

No caso da opção pela aplicação do método da retrospectiva modificada, a entidade deverá reconhecer o efeito cumulativo da aplicação inicial da norma, como um ajuste ao saldo de abertura de lucros acumulados (ou outro componente do patrimônio líquido, conforme apropriado) do período de relatório anual que inclui a data de aplicação inicial. Ao considerar esse método, a entidade pode optar por apenas aplicar a nova norma a contratos que não estavam concluídos na data da aplicação inicial da norma.

2.3 Evidências Empíricas sobre a Adoção da IFRS 15

Quando uma nova norma contábil é emitida, a academia e os pesquisadores exercem um papel importante na busca de evidências empíricas sobre os efeitos e as consequências das alterações propostas, de forma a contribuir com os órgãos reguladores. Sendo assim, nos últimos anos, diversos pesquisadores têm se dedicado ao estudo dos impactos decorrentes da adoção da IFRS 15.

Parte desses estudos buscou avaliar o efeito da adoção da IFRS 15 nos valores reportados pelas empresas (Napier & Stadler, 2020; Silva et al., 2021) e documentaram que os efeitos foram materiais apenas para alguns setores. Napier & Stadler (2020), por exemplo, pesquisaram 48 empresas do mercado europeu, e os resultados demonstraram que o impacto da norma nos números contábeis foi mínimo para a maioria das companhias, exceto em alguns setores, como o de telecomunicações.

Um dos principais efeitos esperados com a adoção da IFRS 15 foi o aumento no volume e na qualidade das informações divulgadas em notas explicativas relacionadas com o processo de reconhecimento e mensuração de receitas. Nesse sentido, Boujelben & Kobbi-Fakhfakh (2020) avaliaram o grau de conformidade de uma amostra de empresas da União Europeia, nos setores de construção e de telecomunicações, com as divulgações obrigatórias da IFRS 15. Os resultados mostraram não haver conformidade total com as divulgações obrigatórias, sendo o grau de conformidade diferente entre os dois setores investigados. Resultados semelhantes foram encontrados no Brasil por Moraes da Silva & Gonzales (2022). Silva & Pierrri Junior (2021), entretanto, analisaram o nível de aderência dos requisitos do CPC 47 em 5 empresas brasileiras do setor de telecomunicações e identificaram diversidade no grau de aderência aos itens de divulgação, bem como impactos, em 4 das 5 empresas, decorrentes da adoção da nova norma.

Na perspectiva dos efeitos para o mercado de capitais, Onie et al. (2022) avaliaram o impacto da IFRS 15 no *value relevance* dos relatórios financeiros de companhias abertas do mercado australiano. Na maioria das empresas, o impacto da transição foi imaterial; no entanto, algumas empresas experimentaram uma redução significativa na relevância dos lucros. Após a adoção, há pouca evidência de que a nova norma tenha aumentado a relevância dos lucros. No Brasil, entretanto, foram encontradas evidências de que a adoção da IFRS 15 aumentou a relevância das informações contábeis para as empresas dos setores de construção civil e pesada (Braga, Nascimento, & Santos, 2022).

Ainda na perspectiva da relevância da informação contábil, Dani, Santos, Panucci Filho e Klann (2017) avaliaram a adoção antecipada voluntária da IFRS 15 no Brasil, utilizando uma amostra de 15 empresas de construção civil listadas na B3, e concluíram que tal adoção antecipada voluntária gerou impacto no preço das ações e, portanto, teve relevância para o mercado de capitais.

Por ser uma norma contábil bastante principiológica, a IFRS 15 aumentou o poder discricionário dos gestores, demandando maior julgamento profissional. Portanto, uma linha de pesquisa bastante frutífera buscou avaliar o efeito da adoção da IFRS 15 no gerenciamento de resultados (Baldissera et al., 2018; Morawska, 2021; Piosik, 2021; Souza, Gonçalves, & Tibúrcio, 2022). No mercado brasileiro, especificamente, Souza et al. (2022) encontraram evidências de que a adoção da IFRS 15 reduziu a qualidade dos *accruals* e aumentou o gerenciamento de resultados, principalmente em alguns setores específicos. Conclusão semelhante foi obtida por Baldissera et al. (2018).

Em resumo, a maior parte das pesquisas buscou analisar os efeitos nos valores reportados, no *compliance* com as exigências de divulgação, no *value relevance* e no gerenciamento de resultados. Observa-se, portanto, ausência de pesquisas que busquem avaliar a qualidade da nota explicativa de transição para a IFRS 15, comparando os efeitos estimados nas demonstrações contábeis antes da adoção com os efeitos reais reportados na primeira demonstração contábil após a vigência da IFRS 15. A presente pesquisa busca suprir esse *gap* na literatura.

3. Metodologia

3.1 Classificação Metodológica

Este estudo propõe uma reflexão sobre a qualidade da informação contábil, especialmente no que tange às notas explicativas acerca da implementação da nova norma contábil IFRS 15. Nessa perspectiva, com intuito de atender aos objetivos propostos e investigá-los com maior profundidade, foi empregada uma abordagem quali-quantitativa.

Quanto aos procedimentos, utilizou-se de pesquisa documental, em que a fonte primária de coleta de dados deu-se a partir de relatórios financeiros empresariais (Marconi & Lakatos, 2003).

3.2 Caracterização da Amostra

A amostra utilizada é composta por todas as companhias de capital aberto listadas na B3 no ano de 2017 e que permaneceram com ativos no mercado em 2018, totalizando 429 companhias.

Na Tabela 1 apresentada a seguir, constam os setores de atuação das empresas da amostra.

Tabela 1

Setor de Atuação das Empresas da Amostra

Setor de atuação	Total de empresas
Bens Industriais	70
Comunicações	6
Consumo Cíclico	79
Consumo Não Cíclico	27
Financeiro	87
Materiais Básicos	32
Petróleo, Gás e Biocombustíveis	11
Saúde	19
Tecnologia da Informação	6
Utilidade Pública	67
Outros	25
Total	429

Fonte: elaborado pelos autores.

Importante destacar que, dado o objetivo de analisar a qualidade das notas explicativas relacionadas especificamente à adoção da IFRS 15 no Brasil, a ampliação do período de análise não seria relevante, pois, como a IFRS 15 no Brasil foi emitida por meio do CPC 47 apenas no fim de 2016, analisar anos anteriores a 2016 não faria sentido, assim como a análise do próprio ano de 2016, dada a recente aprovação da norma, ao fim deste ano. Por outro lado, anos posteriores a 2018 igualmente não seriam relevantes, pois, a partir do ano em que a norma já tenha sido adotada, qual seja, 2018, os anos posteriores mantêm a política contábil estabelecida e as notas explicativas; portanto, não trazem, de forma específica, a comparação da adoção da nova norma em relação à norma antiga.

3.3 Procedimentos de Coleta dos Dados

As 429 empresas foram estudadas por meio, principalmente, da comparação das notas explicativas referentes à adoção inicial da IFRS 15, que havia sido emitida, mas que ainda não vigorava. Para tanto, foram coletadas manualmente, nos sítios dessas companhias, as respectivas demonstrações financeiras anuais, incluindo as notas explicativas, e foram selecionadas as notas explicativas presentes nos relatórios financeiros anteriores (do ano de 2017) e posteriores (do ano de 2018) à vigência da norma, que faziam menção à sua implementação, com o intuito de compreender a relevância e utilidade das informações prestadas.

3.4 Procedimentos de Análise dos Resultados

A escolha do método comparativo visa permitir o estudo das semelhanças e divergências entre as amostras dos períodos em análise. Assim, a fim de viabilizar tal análise, os impactos estimados previamente (2017) e registrados posteriormente após a vigência da norma (2018), para cada uma das empresas analisadas em notas explicativas, foram inicialmente classificados nas seguintes categorias:

Tabela 2

Critérios iniciais de classificação dos impactos

Classificação*	Critérios da classificação
Não Relatado	Atribuído às empresas que não mencionaram, nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2017, os possíveis efeitos que seriam causados pela adoção da IFRS 15 a partir de 1º de janeiro de 2018. Atribuído também às empresas que não mencionaram, nas notas explicativas ou nas outras demonstrações financeiras de 2018, se a adoção da norma trouxe algum impacto relevante ou se sua adoção não implicou efeitos significantes.
Incerto	Atribuído às empresas que, em 2017, estavam avaliando os efeitos que a IFRS 15 teria em suas demonstrações contábeis e divulgações. Atribuído também às empresas que, apesar de já terem adotado a norma a partir de 1º de janeiro de 2018, ainda estavam avaliando os impactos que ela traria.
Nenhum	Atribuído às empresas que, em 2017, não esperavam impactos relevantes originados pela IFRS 15 em suas demonstrações contábeis. Atribuído também às empresas que, em 2018, após adotarem a norma, não identificaram impactos relevantes no reconhecimento de suas receitas e respectivas demonstrações contábeis, mas que, em 2017, não haviam relatado, estavam estudando ou esperavam que houvesse algum efeito.
Algum	Atribuído às empresas que, em 2017, estudaram a nova norma contábil e identificaram que ela provocaria algum impacto nas demonstrações financeiras da entidade a partir de sua vigência. Atribuído também às empresas que, em 2018, apesar de ainda estarem estudando os efeitos que seriam causados pela norma, registraram impactos ao adotarem a norma a partir de 1º de janeiro de 2018.
Esperado	Atribuído às empresas que estimaram corretamente em 2017 os efeitos, ou a falta deles, causados pela adoção da IFRS 15. Empresas que não estimavam impacto e, de fato, não incorreram em 2018 também receberam essa classificação. Vale ressaltar que não foi considerada a correspondência exata dos montantes estimados, mas, sim, as contas e os contratos afetados e de que maneira isso impactou as demonstrações financeiras da entidade.
Maior	Atribuído às empresas que, em 2018, registraram impacto maior que o esperado, de acordo com as estimativas feitas em 2017; ou seja, o impacto esperado ocorreu, mas houve mais contas e/ou contratos afetados quando da efetiva adoção da IFRS 15.
Menor	Atribuído às empresas que, em 2018, registraram impacto menor que o esperado de acordo com as estimativas feitas em 2017, ou seja, o impacto esperado ocorreu, mas houve menos contas e/ou contratos afetados quando da efetiva adoção da IFRS 15.

* As classificações “não relatado”, “incerto”, “nenhum” e “algum” foram utilizadas para ambos os períodos de análise, ou seja, foram utilizadas para classificar os impactos de 2017 e 2018; já as classificações “esperado”, “menor” e “maior” foram empregadas apenas para classificar os impactos relatados em 2018, pois referem-se aos impactos relatados de 2017 como base para a comparação realizada.

Fonte: elaborado pelos autores.

Tais critérios foram definidos e revisados pelos autores deste artigo, com base na análise do objeto a ser estudado (impactos da adoção da IFRS 15). Obviamente, isso traz limitações à pesquisa, pois os resultados dependem do julgamento dos autores, conforme ressaltado na seção 5 deste artigo.

A fim de comparar de forma quantitativa os impactos estimados com os efetivamente ocorridos, o Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) foi desenvolvido pelos autores baseando-se na lógica utilizada por Gabriel (2011)¹ e adaptando as questões selecionadas para o objeto pesquisado neste artigo, qual seja, os impactos da adoção da IFRS 15. Assim, para a construção do IQNE, foram elaboradas quatro perguntas objetivas que buscaram capturar, de forma comparativa entre os relatórios financeiros dos anos de 2017 e 2018, a relevância e confiabilidade das informações fornecidas. As duas primeiras perguntas referem-se à divulgação prévia da norma que, apesar de aprovada, ainda não era vigente, enquanto as duas perguntas subsequentes referem-se aos impactos trazidos pela norma e qualidade das informações previamente prestadas.

1 A lógica utilizada por Gabriel (2011) consistiu em escolher doze perguntas relacionadas ao seu objeto de pesquisa – Qualidade da Informação Contábil – e estabelecer critérios de pontuação para cada pergunta. Com base nisso, ao somar a pontuação absoluta de cada empresa, o autor obteve uma proxy para a qualidade da informação contábil.

Cada resposta positiva, obtida a partir do conjunto das demonstrações contábeis disponibilizado ao público, adiciona de 0,5 a 2 pontos, dependendo da questão, ao índice. Dessa forma, as empresas apresentam um IQNE de 0 a 5, ou seja, quanto maior o índice, maior a qualidade da informação contábil prestada. A Tabela 3 apresenta as perguntas objetivas utilizadas para a construção do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE).

Tabela 3

Perguntas para Construção do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE)

Pergunta	Justificativa	Pontuação
1) Nas demonstrações financeiras de 2017, a empresa fez menção à IFRS 15 como uma nova política a ser adotada a partir de 2018?	IAS 8 (e no Brasil, da mesma forma, o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro) estabelecem que, quando a entidade não adotar antecipadamente uma nova IFRS que já tenha sido emitida, mas que ainda não possui aplicação obrigatória, deve divulgar em notas explicativas este fato e informações acerca dos impactos decorrentes de sua aplicação.	1 - A empresa mencionou a IFRS 15 como uma nova norma a ser adotada a partir de 2018. 0 - A empresa não mencionou a IFRS 15 como uma nova norma a ser adotada a partir de 2018.
2) Nas demonstrações financeiras de 2017, a empresa relatou a estimativa dos possíveis efeitos da adoção da IFRS 15?	De acordo com a IAS 8, um dos tópicos que devem ser abordados é a avaliação do impacto esperado pela aplicação inicial da IFRS nas demonstrações contábeis da entidade ou, ainda, no caso de esse impacto não ser conhecido ou razoavelmente estimável, explicar o motivo de tal impossibilidade.	1 - A empresa relatou a estimativa dos possíveis efeitos da adoção da IFRS 15. 0,5 - A empresa estava avaliando os possíveis efeitos da adoção da IFRS 15. 0 - A empresa não relatou a estimativa dos possíveis efeitos da adoção da IFRS 15.
3) Após a adoção da norma, a empresa relatou, nas demonstrações financeiras de 2018, os impactos trazidos por ela?	Quando ocorre a efetiva adoção da norma, o IAS 8 define que a entidade deve determinar, se existentes, os efeitos no período corrente, divulgando o título da norma, a natureza da mudança na política contábil, as disposições transitórias adotadas, os valores de ajuste para o período corrente e anteriores e, ainda, caso a aplicação retrospectiva exigida for impraticável para um período, explicar as condições que levaram a isso.	1 - A empresa relatou os efeitos advindos da adoção da IFRS 15. 0,5 - A empresa estava avaliando os efeitos advindos da adoção da IFRS 15. 0 - A empresa não relatou os efeitos advindos da adoção da IFRS 15 ou apenas descreveu a norma.
4) Os impactos relatados em 2018 correspondiam aos impactos esperados em 2017?	<p>O principal objetivo da contabilidade financeira é proporcionar aos seus usuários, principalmente aos externos, informação útil que os permita avaliar a situação econômico-financeira presente e futura da empresa fornecedora (CPC 00 R2). É necessário que as demonstrações contábeis contenham informações relevantes e que sejam representadas fidedignamente, a fim de também serem úteis aos usuários externos à empresa (CPC 00 R2).</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relevância: Informações financeiras relevantes são capazes de fazer diferença nas decisões tomadas pelos usuários. • Representação Fidedigna: Para ser fidedigna, a informação deve ser completa, neutra e isenta de erros. <p>Nesse sentido, devido ao caráter qualitativo desta pergunta, atribuiu-se um peso maior às suas respostas.</p>	2 - Os impactos relatados pela empresa correspondem aos estimados em 2017. 1 - Os impactos relatados pela empresa correspondem parcialmente aos estimados em 2017. 0 - Os impactos relatados pela empresa não correspondem aos estimados em 2017 ou não foram relatados.

Fonte: elaborado pelos autores.

A fim de atestar a validação do IQNE, calculou-se o alfa de Cronbach (Gabriel, 2011), que varia de 0 a 1, e, quanto mais próximo de 1, maior a confiabilidade da escala. O resultado obtido foi de 0,73, considerado satisfatório em pesquisas na área de Ciências Sociais.

Adicionalmente, conforme relatado no subitem 4.3.4, foi realizada uma validação empírica do IQNE, comparando os resultados do IQNE da amostra completa com aqueles observados pelas empresas da amostra que foram vencedoras do Troféu Transparência Anefac-Fipecafi-Serasa Experian. Os resultados confirmam a consistência do racional do IQNE.

Além da comparação entre os efeitos estimados e ocorridos, foram observados os números e impactos indicados pelas empresas com a adoção da nova norma contábil para reconhecimento de receitas de contrato com clientes, a fim de avaliar quais foram os impactos reais da adoção da IFRS 15 no Brasil e quais setores foram os mais afetados por esta adoção.

4. Análise dos resultados

Esta seção apresenta o processo de análise dos resultados e as limitações da metodologia empregada para avaliar, por meio de evidências empíricas, se os impactos inicialmente esperados, que foram elucidados nas notas explicativas das demonstrações de 2017, ocorreram de forma parcial, integral, ou não foram constatados quando da efetiva adoção da norma a partir de 1º de janeiro de 2018. Mediante esta análise, pretende-se examinar a utilidade, a relevância e a confiabilidade das notas explicativas divulgadas pela empresa acerca dos impactos decorrentes da adoção da IFRS 15.

4.1 Classificação inicial dos impactos esperados (em 2017) e ocorridos (em 2018)

A Tabela 4, apresentada a seguir, resume, de forma comparativa, os impactos estimados previamente (2017) e registrados após a vigência da IFRS 15 (2018) pelas empresas analisadas.

Tabela 4

Matriz comparativa entre os impactos previamente estimados (2017) e efetivamente ocorridos (2018) quando da adoção da IFRS 15/CPC 47

2017 \ 2018	Não Relatado	Incerto	Nenhum	Algum	Esperado	Menor	Maior	Total
Não Relatado	45	1	23	-	-	-	-	69
Incerto	10	5	36	10	-	-	-	61
Nenhum	29	2	-	-	152	-	44	227
Algum	2	-	5	-	41	4	20	72
Total	86	8	64	10	193	4	64	429

Fonte: elaborado pelos autores.

Das 69 empresas que não mencionaram, nas notas explicativas das demonstrações financeiras de 2017, os possíveis efeitos que seriam causados pela adoção da IFRS 15, 45 permaneceram não relatando em 2018 se a adoção da norma trouxe, ou não, algum impacto; 23 não identificaram impactos relevantes e apenas 1 ainda estava avaliando os impactos. Portanto, conclui-se que, para esse subconjunto de empresas que não relataram, em 2017, informações sobre a adoção da IFRS 15, é provável que a não divulgação estivesse associada à não existência de quaisquer impactos decorrentes da adoção da nova norma.

Já o subconjunto das 61 empresas que, em 2017, estavam avaliando os efeitos que o CPC 47/IFRS 15 teria em suas demonstrações contábeis, 36 empresas, após adotarem a norma a partir de 1º de janeiro de 2018, não identificaram impactos relevantes; 10 empresas, apesar de inicialmente não terem previsto, registraram impactos ao adotarem a norma; 10 empresas não relataram se a adoção da norma trouxe algum impacto; e as 5 empresas restantes permaneceram avaliando os impactos. Ou seja, para a maioria das empresas dessa categoria, a incerteza presente em 2017 quanto aos impactos da adoção da IFRS 15 configurou-se efetivamente em ausência de impactos.

Por outro lado, das 227 empresas que em 2017 não esperavam impactos relevantes, 152 empresas, após adotarem a norma em 2018, de fato não identificaram impactos relevantes; 44 empresas registraram impactos; 29 empresas não relataram se a adoção da norma trouxe, ou não, impactos relevantes; e apenas 2 empresas, apesar de inicialmente relatarem que não esperavam impactos, em 2018 apontaram que estavam avaliando os impactos que a norma traria. Nota-se, portanto, nesse subconjunto, formado por mais da metade das companhias analisadas, que já havia, em 2017, uma clareza quanto à não existência de impactos decorrentes da adoção da IFRS 15, e isso se confirmou em aproximadamente 2/3 dos casos (152 de um total de 227).

Finalmente, das 72 empresas que em 2017 identificaram que a IFRS 15 provocaria algum impacto nas suas demonstrações financeiras, 41 empresas estimaram corretamente em 2017 os efeitos causados pela adoção da IFRS 15; 20 empresas registraram impacto maior que o esperado de acordo com as estimativas feitas em 2017; 5 empresas, após adotarem a norma em 2018, não identificaram impactos relevantes; 4 empresas registraram impacto menor que o esperado de acordo com as estimativas feitas; e apenas 2 empresas não mencionaram se a adoção da norma trouxe algum impacto relevante. Conclui-se, para esse subgrupo, que houve um grau de previsão correto em mais da metade dos casos, em 2017, do que poderia de fato ocorrer em 2018.

Analisando o nível de erro da previsão de 2017 em relação aos impactos reais observados em 2018, verifica-se que os erros identificados estão nas colunas “algum”, “menor” e “maior”, totalizando 78 empresas, o que representa aproximadamente 18,2% do total de casos. Logo, em aproximadamente 1/5 das empresas analisadas, a nota de 2017 inferiu incorretamente os impactos observados em 2018. Apesar de baixo, é um percentual que pode indicar um nível inadequado de preparação dessas empresas para a efetiva adoção da IFRS 15.

4.2 Construção do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE)

De acordo com a Tabela 5, o Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE) médio foi de 3,359; podendo ser considerado razoável. O desvio-padrão de 1,746; por sua vez, sugere que a distribuição é dispersa em torno da média, conforme apresentado no Gráfico 1.

Tabela 5

Estadísticas descritivas do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE)

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mediana	Amostra (empresas)
IQNE	3,359	1,746	3,048	429

Fonte: elaborado pelos autores.

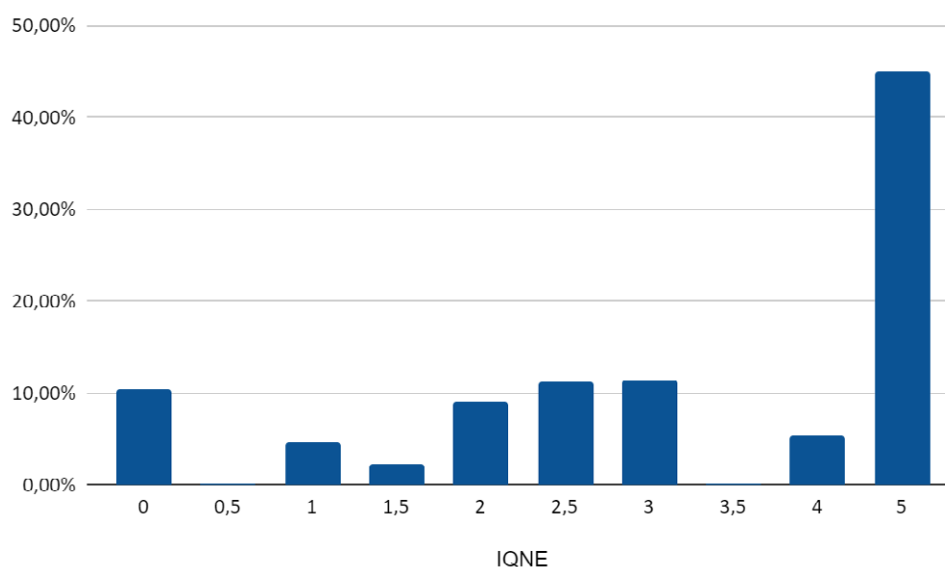


Gráfico 1. Histograma do Índice de Qualidade das Notas Explicativas (IQNE)

Fonte: elaborado pelos autores.

O Gráfico 1 indica que 45% das empresas obtiveram nota máxima para o IQNE, ou seja, essas empresas mencionaram, nas demonstrações financeiras de 2017, a IFRS 15 como uma nova norma a ser adotada a partir de 1º de janeiro de 2018 e os possíveis efeitos advindos de sua adoção. Relataram também, nas demonstrações contábeis de 2018, os impactos efetivamente incorridos e que coincidiram com os impactos estimados em 2017. Por outro lado, 10,72% das empresas da amostra, no entanto, não realizaram as ações anteriores.

Também é possível perceber que a distribuição do IQNE das empresas é assimetricamente positiva. Não por acaso, cerca de 70% das empresas obtiveram pontuação entre 2,5 e 5.

Uma possível explicação para esses resultados é o fato de a IFRS 15 ter sido emitida com uma antecedência razoável – cerca de 4 anos, ou seja, tempo suficiente para que as empresas pudessem avaliar os possíveis impactos, mensurá-los e realizar uma divulgação adequada de tais impactos nas notas explicativas. Outra possível explicação está relacionada ao fato de que, conforme documentado pela literatura analisada na seção 2.3 deste artigo, não se esperavam impactos significativos decorrentes da adoção da IFRS 15, exceto para alguns setores específicos. Logo, a adoção da IFRS 15 e a divulgação dos seus impactos não representaram um grande desafio para as empresas. Por outro lado, cerca de 30% das empresas obtiveram pontuação do IQNE inferior a 2,5, indicando que uma quantidade não desprezível da amostra analisada demonstrou baixa qualidade das informações relativas à adoção da IFRS 15.

Adicionalmente, os resultados obtidos estão consistentes com os achados obtidos por Boujelben & Kobbi-Fakhfakh (2020), Moraes da Silva & Gonzales (2022) e Silva & Pierrri Junior (2021). De forma geral, essas pesquisas, com amostras e recortes diferentes entre si, evidenciam um alto nível de aderência aos requisitos de divulgação da IFRS 15, o que foi confirmado pelas evidências empíricas aqui obtidas.

4.3 Análise dos Impactos da Adoção da IFRS 15

Além da comparação entre os efeitos estimados e ocorridos com a adoção da IFRS 15, esta seção pretende observar os números e impactos indicados pelas empresas como resultado da adoção da nova norma contábil, a fim de avaliar os efeitos reais da adoção da IFRS 15 no Brasil e quais setores foram os mais afetados por esta mudança.

4.3.1 Classificação setorial

As empresas da amostra foram categorizadas de acordo com a classificação setorial definida pela B3 e os seus respectivos subsetores, e os resultados estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6

Classificação dos impactos da IFRS 15/CPC 47 por setor de atuação

	Não Relatado	Incerto	Nenhum	Algum	Esperado	Menor	Maior	TOTAL
Bens Industriais	14	1	9	2	33	3	8	70
Comunicações	-	-	-	-	5	-	1	6
Consumo Cíclico	12	4	24	5	27	1	6	79
Consumo não cíclico	4	-	2	-	16	-	5	27
Financeiro	32	1	16	1	33	-	4	87
Materiais Básicos	6	-	1	-	23	-	2	32
Petróleo, Gás e Biocombust.	3	1	-	-	6	-	1	11
Saúde	2	-	2	-	13	-	2	19
Tecnologia da Informação	-	1	-	-	5	-	-	6
Utilidade Pública	3	-	4	2	23	-	35	67
Outros	10	-	6	-	9	-	-	25
Total	86	8	64	10	193	4	64	429

Fonte: elaborado pelos autores.

Analisando a Tabela 6, identificou-se que os setores mais afetados pela mudança da prática contábil foram:

- a. **Utilidade Pública** – foi o mais impactado pela adoção da IFRS 15, de modo que, das 67 empresas analisadas, 67% sofreram algum impacto com a adoção da norma e, dessas, 78% sofreram um impacto maior que o esperado;
- b. **Comunicação** – das 6 empresas do setor de comunicação, 67% sofreram algum impacto, sendo que, dessas, em 17% o impacto foi maior que o esperado;
- c. **Consumo não cíclico** – 30% das empresas sofreram algum impacto, sendo que, dessa parcela, 63% das entidades sofreram um impacto maior que o esperado; e
- d. **Bens industriais** - 26% das empresas sofreram algum impacto, sendo que, dessa parcela, 44% das entidades sofreram um impacto maior que o esperado.

Esses resultados estão alinhados às evidências obtidas por Napier & Stadler (2020), Silva & Pierri Junior (2021) e Moraes da Silva & Gonzales (2022), que identificaram impactos específicos em setores mais afetados pela adoção da IFRS 15, como o de telecomunicações.

4.3.2 Sumarização dos impactos observados

Ao analisar a amostra de 429 empresas de capital aberto no mercado brasileiro em 2018 no que tange aos impactos advindos da adoção da nova norma para reconhecimento de contrato com clientes, os seguintes impactos foram mais recorrentes entre as empresas analisadas.

4.3.2.1 Reclassificação de ativos: reconhecimento de ativos de contrato

Diversas empresas do setor de energia elétrica realizaram em 2018 uma reclassificação de seus ativos de concessão para rubrica de ativos contratuais. Esses ativos consistiam em contratos de concessão de infraestrutura e/ou transmissão de energia elétrica, que, por sua vez, são categorizados como direito da entidade à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente quando esse direito está condicionado a algo além da passagem do tempo (por exemplo, desempenho futuro da entidade).

Conforme determinado pelo CPC 47 / IFRS 15, os bens vinculados à concessão em andamento registrados sob o escopo do ICPC 01 (R1) / IFRIC 12 – Contratos da Concessão devem ser classificados como Ativo de Contrato durante o período de construção ou transmissão e transferidos para o Ativo Intangível somente após a conclusão das obras ou fornecimento.

Isso acontece pois, de acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida quando um cliente obtém o controle dos bens ou serviços e, por isso, seu reconhecimento fica condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho previamente identificadas e não mais somente pela passagem do tempo.

Portanto, este montante, que anteriormente era reconhecido como parte do Ativo Intangível, foi reclassificado no balanço patrimonial para a rubrica Ativo de Contrato, não impactando a demonstração do resultado.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Ampla Energia e Serviços S.A.; Cia Energética Do Ceara – Coelce, CPFL Energia S.A., Cia Piratininga De Forca E Luz, Alupar Investimento S/A, Cemig Geração e Transmissão S.A., Cia Paranaense De Energia – Copel (Concessão De Transmissão De Energia), Eletropaulo Metrop. Elet. São Paulo S.A., Equatorial Energia S.A., Cia Paulista de Forca e Luz, Rede Energia Participações S.A., Cia Saneamento Básico Est São Paulo, Empresa Conc Rodov Do Norte S.A., Econorte, Energisa S.A., Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobras, EDP Espirito Santo Distribuição De Energia S.A., Light Serviços De Eletricidade S.A., Neoenergia S.A.

Outras empresas, por sua vez, também sofreram com a reclassificação dos saldos contábeis representativos dos bens vinculados à concessão, durante o período de construção ou melhoria, da rubrica de ativo financeiro da concessão para ativo contratual. Mais uma vez, à luz da IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços está condicionado ao cumprimento de outra obrigação de desempenho. Assim, o ativo da concessão em contas a receber de implementação da infraestrutura e outras remunerações, até então classificado como ativo financeiro, passa a ser classificado como ativo contratual. Dessa maneira, tais receitas serão reconhecidas conforme contratos firmados, cuja obrigação de desempenho é atendida ao longo do tempo, e o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber quando os serviços são efetivamente transferidos ao cliente.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Cachoeira Paulista Transmissora Energia S.A, Cia Estadual De Distrib Ener Elet-CEEE-D, Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-Ceee-Gt, Neoenergia S.A., Transmissora Aliança De Energia Elétrica S.A., Cteep - Cia Transmissão Energia Elétrica Paulista, Cia Energética De Minas Gerais - Cemig, Cemig Distribuição S.A, Alupar Investimento S/A.

4.3.2.2 Deixar de reconhecer receita pelo longo histórico de inadimplência

De acordo com a IFRS 15, as entidades devem reconhecer as receitas no montante referente à contraprestação que elas esperam ter direito pela transferência dos bens ou serviços prometidos no contrato. Para avaliar a probabilidade de recebimento, a entidade deve considerar apenas a capacidade e intenção do cliente de pagar o valor devido no seu vencimento. Nesse sentido, muitas empresas deixaram de reconhecer receitas referentes à contraprestação que não esperam receber, como contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que, por diversos motivos, ainda não estavam com o fornecimento do serviço suspenso. O mesmo aconteceu para as receitas referentes à parcela dos produtos que se espera que sejam devolvidos.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Cia Energética do Rio Gde Norte - Cosern, Camil Alimentos S.A., Cia Eletricidade Est. da Bahia - Coelba, Elektro Redes S.A., Somos Educação S.A., Eletrobrás Participações S.A. - Eletropar, Technos S.A., Battistella Adm Participacoes S.A.

4.3.2.3 Mudança no momento de reconhecimento da receita

A entidade reconhecerá receitas quando as obrigações de desempenho forem satisfeitas, ou seja, quando ocorrer a transferência do produto ou serviço prometido a um cliente. E essa transferência, por sua vez, ocorre quando o cliente obtiver o controle desse ativo.

Segundo o parágrafo 35 da IFRS 15, um bem ou serviço somente deve ser reconhecido ao longo do tempo se atender a alguma das seguintes características:

- a. o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- b. o desempenho por parte da entidade cria ou melhora um ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- c. o desempenho por parte da entidade não cria para ela um ativo com uso alternativo ou, ainda, a entidade possui um direito executável ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Nesse sentido, algumas empresas identificaram que deveria ocorrer uma mudança no momento de reconhecimento da receita e, ainda, seu reconhecimento ao longo do tempo conforme as obrigações de desempenho sejam satisfeitas (reconhecimento proporcional ao estágio de conclusão das transações contratadas).

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Notre Dame Intermédica Participações SA, Cia Estadual Ger.Trans.Ener.Elet-Ceee-Gt, Wilson Sons Ltd., Conc Sist Anhang-Bandeirant S.A. Autoban; Ccr S.A; Conc Rod.Oeste Sp Viaoeste S.A., BK Brasil Operação e Assessoria a Restaurantes S.A., Fertilizantes Heringer S.A., Azul S.A.

4.3.2.4 Separação em mais de uma obrigação de performance

Obrigações de desempenho são as promessas de transferência de bens ou serviços definidas no contrato com o cliente. A entidade deve avaliar, no início do contrato, os produtos ou serviços prometidos aos clientes e identificar como obrigação de desempenho cada promessa de transferir ao cliente (IFRS, 2014):

- um produto ou serviço que seja distinto; ou
- uma série de produtos ou serviços distintos que sejam praticamente os mesmos e que tenham o mesmo padrão de transferência para o cliente.

Cada bem ou serviço distinto que a entidade promete transferir ao seu cliente será uma obrigação de desempenho, ou seja, cada um terá uma parte do preço total do contrato alocado para si, bem como suas respectivas receitas serão reconhecidas separadamente e à medida que cada promessa contratual for cumprida.

Nesse sentido, muitas empresas não esperavam que a nova norma traria mudanças em suas demonstrações contábeis, no entanto, depararam-se com o reconhecimento de mais de uma obrigação de desempenho em operações anteriormente reconhecidas de maneira única. Assim, apesar de não verificar em todos os casos efeitos no reconhecimento e na mensuração de receitas, com relação à divulgação, existem alterações quanto a desagregação, saldo, obrigação de desempenho, e preço de transação alocado das receitas de contratos de clientes.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Embraer S.A., Statkraft Energias Renováveis S.A., Braskem S.A.

4.3.2.5 Contraprestação variável

De acordo com a IFRS 15, a entidade deve considerar os termos do contrato e as suas práticas de negócios usuais para determinar o preço da transação. Ainda, a contraprestação prometida em um contrato pode incluir valores fixos, variáveis ou ambos. Na maior parte dos casos, o preço da transação pode ser determinado imediatamente; no entanto, em transações em que há o componente variável, a entidade deve considerar:

- contraprestações variáveis;
- restrição de estimativa de contraprestações variáveis;
- existência de componente de financiamento significativo no contrato;
- contraprestações não monetárias;
- contraprestações a pagar ao cliente.

O valor da contraprestação em um contrato pode variar em função da existência de descontos, abatimentos, restituições, créditos, concessões de preços, incentivos, bônus de desempenho, penalidades ou outros itens similares, cuja receita deve ser reconhecida de forma líquida desses montantes. Além disso, a dependência com relação a eventos futuros que podem ocorrer, ou não, também é um fator de variação para o preço da transação. Tais variações podem estar expressas nos termos contratuais, serem práticas corriqueiras de negócios da entidade ou mesmo indicações de que a entidade aceitará receber um valor menor que o definido no contrato com o cliente.

Nesse sentido, empresas como a CVC e Magazine Luiza S.A. passaram a estimar a contraprestação variável relacionada às devoluções de mercadorias.

Também são exemplos de empresas que sofreram esse impacto: CVC Brasil Operadora e Agência de Viagens S.A., Braskem S.A., Energisa S.A., EDP Espírito Santo Distribuição de Energia S.A., J. Macedo S.A.

(i) Redutores da receita de vendas

O reconhecimento de descontos, abatimentos e estimativa de devolução de vendas como redutores da receita venda gerou impactos negativos nos lucros/prejuízos acumulados, reduzindo o patrimônio líquido das entidades

Em outros casos, ocorreu uma reclassificação de despesas com vendas para deduções da receita de vendas, já que algumas transações com clientes não contempladas no contrato principal de fornecimento de produtos, tais como ações comerciais de pontos extras, inauguração de lojas, entre outras, até então reconhecidas como despesas comerciais, passaram a ser classificadas como itens redutores das receitas.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: M.Dias Branco S.A., Ind Com de Alimentos Ultrapar Participações S.A., Whirlpool S.A., Bombril S.A., Vulcabras/Azaleia S.A., Diagnósticos da América S.A., Duratex S.A.

No que tange às empresas do setor de utilidade pública, há o reconhecimento de uma contraprestação variável referente às penalidades pagas quando ocorre o descumprimento de níveis adequados no fornecimento de energia elétrica. Entendeu-se que, para esses casos, a receita deveria ser reconhecida de forma líquida de contraprestação variável. Assim, para o grupo de receitas relacionadas ao uso do sistema de distribuição, as entidades reclassificaram as penalidades do grupo de contas “Despesas Operacionais” para “Receita Operacional” como redutores dessa receita bruta.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: CPFL Energia S.A., Energisa Mato Grosso-Distribuidora De Energia S/A, Energisa Mato Grosso Do Sul - Dist De Energia S.A., Cia Energética de Brasília, EDP Espírito Santo Distribuição De Energia S.A., Cia Paranaense De Energia - Copel, Eletropaulo Metrop. Elet. Sao Paulo S.A., Equatorial Energia S.A., Cia Energética Do Rio Gde Norte - Cosern, Centrais Elet De Santa Catarina S.A., Cia Eletricidade Est. Da Bahia - Coelba, Elektro Redes S.A., Centrais Elet Bras S.A. - Eletrobras, Eneva S.A, Light Serviços De Eletricidade S.A., Neoenergia S.A., Cia Paulista De Forca E Luz, Rede Energia Participações S.A.

(ii) Contraprestação a pagar ao cliente

A IFRS 15 traz, em seu escopo, orientações para o tratamento de contraprestações a pagar para o cliente. Se for essa obrigação de pagamento referente à transferência dos bens ou produtos, a contabilização deve ser feita como uma redução do preço da transação e conseqüentemente da receita. Se for referente à transação distinta, a entidade deve registrar normalmente como outras compras realizadas com fornecedores.

Nesse sentido, algumas empresas, que antes reconheciam contraprestações a pagar ao cliente como despesa de venda, passaram a registrar esses montantes como redutores do preço da transação e, portanto, das receitas de venda. A título de exemplo, a CVC, ao vender pacotes turísticos, reconhece apenas a receita correspondente à diferença entre o valor pago pelo cliente e o repasse feito a terceiros (prestadores de serviços turísticos).

Outras empresas que sofreram esse impacto foram a Cosan S.A. e a Cosan Limited.

(iii) Programa de fidelização e descontos previsto

Algumas entidades têm por prática programa de fidelização e concessão de descontos junto a clientes, cujo objetivo principal é impulsionar as vendas e fidelizar o cliente. De acordo com a IFRS 15/ CPC 47, os custos desempenhados nessa modalidade devem ser reconhecidos como redutores da receita de venda, sendo considerados como contraprestação variável.

São exemplos de empresas que sofreram esse impacto: Movida Participações S.A., Natura Cosméticos S.A., Profarma Distrib Prod Farmacêuticos S.A.

4.3.3. Transição e Divulgação

Neste artigo, buscou-se analisar os impactos causados pela IFRS 15 e a preparação prévia das entidades com relação a eles, sem se ater aos efeitos monetários, já que a norma buscou principalmente consolidar diversas normas que antes existiam para o reconhecimento de receitas em uma única norma que fosse mais uniforme quanto à sua aplicação. Nesse sentido, para muitas empresas, os efeitos se deram unicamente quanto a maiores exigências de divulgação e mudanças na apresentação das informações presentes nos relatórios financeiros.

Em outras palavras, diversas empresas, como a Braskem S.A. e a Cosan S.A, não relataram impactos significativos com a adoção da norma; apenas verificaram uma necessidade de maior detalhamento nas divulgações relacionadas aos contratos com clientes.

Outras empresas que sofreram esse impacto foram as seguintes: Wilson Sons LTD., Cosan Limited, Linx S.A., Ferreira Gomes Energia S.A.; Banco Inter S.A., Omega Geração S.A., Conc Rod.Oeste Sp Viaoeste S.A, Fleury S.A., Ferreira Gomes Energia S.A.

Em relação ao método de transição, a Tabela 7 apresenta o método escolhido pelas empresas.

Tabela 7

Método de adoção da IFRS 15 escolhido pelas empresas da amostra

Método de Adoção	Nº de Empresas	Proporção
Comparativo	24	6%
Alternativo	109	25%
Incerto	39	9%
Nenhum	257	60%

Fonte: elaborado pelos autores.

Verifica-se que 60% das empresas não relataram qualquer impacto com a norma e, portanto, não utilizaram método de transição. Apenas 6% das empresas utilizaram o método retrospectivo integral e 25% optaram pelo retrospectivo modificado. Por fim, em 9% das empresas, não foi possível identificar o método utilizado.

Os resultados obtidos mostram-se consistentes com as análises anteriores. Em outras palavras, o fato de a adoção da IFRS 15 não trazer impactos significativos para a maioria das empresas pesquisadas explica o índice de 60% para a não utilização de métodos de transição.

4.3.4. Teste adicional: validação do racional do IQNE

Com o objetivo de testar o racional do IQNE e avaliar se ele captura a qualidade das notas explicativas, avaliamos se as empresas com IQNE alto de fato possuem maior qualidade nas informações apresentadas em suas demonstrações financeiras, a partir da análise das empresas vencedoras do Troféu Transparência – Prêmio Transparência Anefac–Fipecafi–Serasa Experian. Para isso, foram analisadas 18 das 25 empresas que conquistaram o prêmio no ano de 2018 (as 7 empresas vencedoras não analisadas não possuíam IQNE).

O Troféu Transparência não leva em conta os resultados e a situação econômico-financeira das empresas, os quais não interferem no processo de seleção. O objetivo é analisar a transparência e a clareza das informações prestadas pelas companhias ao mercado, que geram valor agregado ao negócio. Desse modo, o Troféu não avalia a gestão das companhias, mas, sim, a qualidade das demonstrações financeiras apresentadas. Portanto, concluiu-se que os objetivos do Troféu Transparência estão altamente alinhados aos objetivos pretendidos neste trabalho e, por esse motivo, considerou-se pertinente uma comparação entre as estatísticas descritivas deste grupo com a amostra total de empresas analisadas, apresentada na Tabela 8.

Tabela 8

Estatísticas descritivas comparativas do IQNE de todas as empresas da amostra em relação àquelas que venceram o Troféu Transparência 2018

Variável	Média	Desvio-Padrão	Mediana	Amostra (empresas)
IQNE geral	3,359	1,746	3,048	429
IQNE das empresas vencedoras do Troféu Transparência	4,194	1,016	5	18
Teste t de Diferença de Médias				
Estatística t	3,2088	Valor P (uni-caudal)	0,002	
Graus de Liberdade	21			

Fonte: elaborado pelos autores.

A partir da análise da Tabela 8, verifica-se que a média do IQNE das empresas vencedoras do Prêmio Transparência em 2018 é superior à amostra total das empresas de capital aberto analisadas, com desvio-padrão em relação a essa média inferior e mediana 5. O teste estatístico t de diferenças de médias confirma essa conclusão, uma vez que o valor-P é de 0,002, rejeitando-se a hipótese de que as médias são iguais (a um nível de significância de 10%, 5% e 1%). Com isso, concluímos pela validação do racional do IQNE, já que as empresas com IQNE alto de fato possuem maior qualidade nas informações apresentadas em suas demonstrações financeiras, dado que atenderam aos critérios considerados na seleção das empresas vencedoras do Troféu Transparência. Logo, conclui-se que o IQNE está, de fato, conseguindo avaliar uma medida de qualidade das informações contábeis.

5. Considerações finais

As notas explicativas exercem um papel muito importante no processo de divulgação das informações contábeis (Healy & Papelu, 2001; Verrecchia, 2001; Salotti & Yamamoto, 2005; Murcia & Santos, 2009; Merkley, 2014; Moreno & Casasola, 2016) e, portanto, é necessário avaliarmos a qualidade das informações que estão sendo divulgadas nas notas explicativas. Uma das principais críticas que as notas explicativas têm recebido é que elas estão se tornando cada vez mais complexas e volumosas, sendo que, muitas vezes, apresentam apenas informações que não são úteis ou relevantes (Cheung & Lau, 2016; Morunga & Bradbury, 2012; Richards & Staden, 2015, Lourenço, 2014, Flores, Santos, & Carvalho, 2015).

Diante desse contexto, esta pesquisa teve como objetivo avaliar a qualidade das notas explicativas de transição para a IFRS 15 – Receita de Contratos com Clientes, comparando as informações que foram divulgadas como estimativa antes da adoção (2017) com os efeitos que foram efetivamente relatados após o primeiro ano de implementação da norma (2018).

Por meio de uma amostra de 429 empresas brasileiras de capital aberto, observou-se que mais de metade das empresas em 2017 não esperavam qualquer impacto advindo da adoção da IFRS 15 e, em 2018, essa proporção se manteve muito semelhante no que tange às empresas que de fato não verificaram impactos advindos da norma. Dentre as empresas que verificaram efeitos em 2018, a maior parte apenas reclassificou contas para melhor apresentação ou aumentou as informações divulgadas em notas explicativas. Ainda, dentre as empresas que em 2017 não divulgaram os efeitos esperados com a adoção da IFRS 15, verificou-se que elas continuaram não relatando tal efeito na demonstração de 2018, possivelmente por conta da irrelevância ou imaterialidade dos valores.

Apesar de, no geral, a nova norma não ter produzido efeitos materiais para a maior parte das empresas, ela trouxe mudanças significativas para algumas empresas e setores. Especificamente, os setores de utilidade pública, comunicação, consumo não cíclico, bens industriais e construção civil foram os mais afetados com reclassificação de ativos, passivos, receitas e despesas; mudança no momento de reconhecimento da receita e na quantidade de obrigações de desempenho em cada transação e identificação de contraprestações variáveis.

Em relação ao Índice de Qualidade da Nota Explicativa (IQNE), verificou-se que, na média, as empresas apresentaram uma boa qualidade das informações divulgadas na nota explicativa de transição para a IFRS 15, dado que a média do índice foi de 3,359 e 45% das empresas obtiveram nota máxima (5).

Compreendeu-se que este trabalho foi relevante para discutir como as empresas lidam com a adoção de uma nova norma contábil, no que tange, principalmente, à sua preparação prévia e à análise dos efeitos efetivamente ocorridos por conta da mudança. Por ser tratar de uma norma que abrange o processo de reconhecimento de receita de todos os segmentos, entende-se que a adoção da IFRS 15 potencialmente impactou muitas empresas, em maior ou menor grau, por envolver mudanças no componente mais importante do resultado advindo de suas respectivas atividades operacionais.

Nesse sentido, era de vital importância que as informações prestadas pelas empresas acerca da implementação da IFRS 15 fossem o mais próximas da realidade possível. Dessa forma, este trabalho se fez relevante à literatura acadêmica ao analisar a qualidade das informações contábeis divulgadas com intuito de compreender o compromisso tido pelas empresas com terceiros necessários à sua existência e continuidade.

Além de contribuir para a academia e para os usuários das informações contábeis de forma geral, espera-se que os resultados encontrados possam ser úteis para os órgãos reguladores, como o Iasb, ao fornecer evidências importantes sobre a adoção da IFRS 15, que podem ser relevantes durante o processo de *Post-Implementation Review* (PIR).

Ao realizar a análise, compreendeu-se que o estudo apresenta limitações em relação à avaliação executada na comparação entre as informações divulgadas pelas empresas em 2017 e 2018, bem como nas classificações e categorizações desenvolvidas para a elaboração do IQNE, que dependeram em parte do julgamento dos autores. No entanto, entendemos que tais limitações não invalidam os resultados obtidos; desse modo, o artigo contribui com a discussão sobre a Qualidade das Notas Explicativas, usando como base uma norma importante e que potencialmente impacta muitos segmentos e companhias.

Referências

- Antunes, M. T. P., Grecco, M. C. P., Formigoni, H., & Mendonça, O. (2012). A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 10(20), 5-19.
- Baldissera, J. F., Gomes, A. R. V., Zanchet, A., & Fiirst, C. (2019). Gerenciamento de resultados em companhias do setor de construção civil: Influência da adoção do CPC 17. *Revista Universo Contábil*, 14(2), 100-117, <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.2018213>.
- Braga, E.C., Nascimento, J. F., & Santos, M.I.C. (2022). Value Relevance: análise dos efeitos da adoção da IFRS 15 – Receitas de Contrato com Clientes. *Revista Gestão e Conhecimento*, 16(1), 90-114, <https://doi.org/10.55908/RGCV16N1-007>.
- Brasil. (2020). *Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976*. Dispõe sobre as sociedades por ações. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm. Acesso em 17 mai. 2020.
- Boubaker, S., Gounopoulos, D., & Rjiba, H. (2019). Annual report readability and stock liquidity. *Financial Markets, Institutions & Instruments*, 28(2), 159-186. <https://doi.org/10.1111/fmii.12110>.
- Boujelben, S., & Kobbi-Fakhfakh, S. (2020). Compliance with IFRS 15 mandatory disclosures: an exploratory study in telecom and construction sectors. *Journal of Financial Reporting and Accounting*, 18(4), 707-728, <https://doi.org/10.1108/JFRA-10-2019-0137>.
- Cheung, E., & Lau, J. (2016). Readability of notes to the financial statements and the adoption of IFRS. *Australian Accounting Review*, 26(2), 162-176, <https://doi.org/10.1111/auar.12087>.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2020). *CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro*. Disponível em: [http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00\(R2\).pdf](http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/573_CPC00(R2).pdf). Acesso em: 16 de dez. 2020.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2020). *CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro*. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/296_CPC_23_rev%2014.pdf. Acesso em: 16 de mai. 2020.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2020). *CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis*. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/312_CPC_26_R1_rev%2014.pdf. Acesso em: 11 de dez. 2020.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2020). *CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes*. Disponível em: http://static.cpc.aatb.com.br/Documentos/527_CPC_47_Rev%2014.pdf. Acesso em: 16 de mai. 2020.
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). (2020). *OCPC 07 – Evidenciação na Divulgação dos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral*. Disponível em: http://www.cpc.org.br/Arquivos/Documentos/488_OCPC_07_Orienta%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 16 de mai. 2020.
- Dani, A. C., dos Santos, C. A., Panucci Filho, L., & Klann, R. C. (2017). Efeito da adoção antecipada da IFRS 15 na Qualidade da Informação Contábil. *Enfoque: Reflexão Contábil*, 36(2), 131-146.

- Diniz, J.A., Martins, E., Miranda, G. J. (2018). *Análise didática das demonstrações contábeis*. 2ª edição – São Paulo: Atlas.
- EY. (2014). *Aplicando as normas IFRS. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes. Uma análise detalhada da nova norma para reconhecimento de receitas*. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.ey.com.br>>. Acesso em: 16 mai. 2020.
- Flores, E., Santos, A., Carvalho, L. (2015). Notas explicativas no atual sistema contábil: importância, alcance e características. *Controvérsias Jurídico-Contábeis (Aproximações e Distanciamentos)*.
- Gabriel, F. (2011). *Impacto da adesão às práticas recomendadas de governança corporativa no índice de qualidade da informação contábil* (Doctoral dissertation, Universidade de São Paulo).
- Gelbcke, E. R., Santos, A., Iudícibus, S., Martins, E. (2018). *Manual de Contabilidade Societária: Aplicável a todas as Sociedades de acordo com as Normas Internacional e do CPC*. 3ª edição. São Paulo: Atlas.
- Glaum, M., Baetge, J., Grothe, A., & Oberdörster, T. (2013). Introduction of international accounting standards, disclosure quality, and accuracy of analysts' earnings forecasts. *European Accounting Review*, 22(1), 79-116, <https://doi.org/10.1080/09638180.2011.558301>.
- Healy, P. M., & Palepu, K. G. (2001). Information asymmetry, corporate disclosure, and the capital markets: A review of the empirical disclosure literature. *Journal of Accounting and Economics*, 31(1-3), 405-440, [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00018-0](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00018-0).
- Hendriksen, E. S., & Breda, M. E. (1999). *Teoria da Contabilidade*. 5.ed. São Paulo: Atlas.
- International Accounting Standards Board (Iasb). (2014). *International Financial Reporting Standard 15: Revenue from Contracts with Customers*. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- International Accounting Standards Board (Iasb). (2003). *IAS 8: Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*. Disponível em: <<http://www.ifrs.org>>. Acesso em: 15 mai. 2020.
- Iudícibus, S. (2015). *Teoria da Contabilidade*. 11. ed. São Paulo: Atlas.
- Lopes, A. B., & Martins, E. (2005). *Teoria da Contabilidade: uma nova abordagem*. São Paulo: Atlas.
- Lourenço, I. C. (2014). Notas Explicativas: Uma visão internacional. *Revista FIPECAFI*, 1(1), 10-15.
- Marconi, M. A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de metodologia científica*. 5ª edição. São Paulo: Atlas.
- Martins, E. A. (2014). Menor Volume e Maior Relevância para as Notas Explicativas. *Revista FIPECAFI*, 2, 50-59.
- Merkley, K. J. (2014). Narrative disclosure and earnings performance: evidence from R&D disclosures. *The Accounting Review*, 89(2), 725-757, <https://doi.org/10.2308/accr-50649>.
- Moraes da Silva, T., & Gonzales, A. (2022). CPC 47: Novos Direcionamento ou uma Nova Interpretação? *Revista Eletrônica Do Departamento de Ciências Contábeis & Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos (REDECA)*, 9, 2-24, <https://doi.org/10.23925/2446-9513.2022v9id58504>.
- Morawska, I. (2021). The impact of the IFRS 15 implementation on the revenue based earnings management in Poland. *Journal of Economics & Management*, 43, 387-403.
- Moreno, A., & Casasola, A. (2016). A readability evolution of narratives in annual reports: A longitudinal study of two Spanish companies. *Journal of Business and Technical Communication*, 30(2), 202-235, <https://doi.org/10.1177/1050651915620233>.
- Morunga, M., & Bradbury, M. E. (2012). The impact of IFRS on annual report length. *Australasian Accounting, Business and Finance Journal*, 6(5), 47-62, <http://dx.doi.org/10.14453/aabfj.v6i5.4>.
- Murcia, F. D. R., & Santos, A. (2009). Fatores determinantes do nível de disclosure voluntário das companhias abertas no Brasil. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade (REPeC)*, 3(2), 72-95, <https://doi.org/10.17524/repec.v3i2.68>.

- Napier, C. J., & Stadler, C. (2020). The real effects of a new accounting standard: the case of IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. *Accounting and Business Research*, 50(5), 474–503, <https://doi.org/10.1080/00014788.2020.1770933>.
- Nascimento, A. M.; Reginato, L. (2008). Divulgação da informação contábil, governança corporativa e controle organizacional: uma relação necessária. *Revista Universo Contábil*, 4 (3), <http://dx.doi.org/10.4270/ruc.20084>.
- Onie, S., Ma, L., Spiropoulos, H., & Wells, P. (2022). An evaluation of the impacts of the adoption of IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers. *Accounting & Finance*. 00, 1-21, <https://doi.org/10.1111/acfi.12978>.
- Kreston Partnership. (2016). *Receitas de contratos com clientes e as mudanças no reconhecimento de receita*. Disponível em: <<https://krestonpartnership.com.br/english/receitas-de-contratos-com-clientes-e-as-mudancas-no-reconhecimento-de-receita/>>. Acesso em: 17 mai. 2020.
- Pinto, A. E., Silva, F. P., Murcia, F. D., & Vettori, G. G. (2020). *Controvérsia jurídico-contábeis*. São Paulo: Atlas.
- Piosik, A. (2021). Revenue recognition in achieving consensus on analysts' forecasts for revenue, operating income and net earnings: The role of implementing IFRS 15. *Evidence from Poland. Procedia Computer Science*, 192, 1560-1572, <https://doi.org/10.1016/j.procs.2021.08.160>.
- Richards, G., & Van Staden, C. (2015). The readability impact of international financial reporting standards. *Pacific Accounting Review*. 27 (3), 282-303, <https://doi.org/10.1108/PAR-08-2013-0086>.
- Salotti, B. M., & Yamamoto, M. M. (2005). Ensaio sobre a teoria da divulgação. *Brazilian Business Review (BBR)*, 2(1), 53-70.
- Shroff, N., Sun, A. X., White, H. D., & Zhang, W. (2013). Voluntary disclosure and information asymmetry: Evidence from the 2005 securities offering reform. *Journal of Accounting Research*, 51(5), 1299-1345, <https://doi.org/10.1111/1475-679X.12022>.
- Silva, D. I. da, & Pierri Junior, M. A. (2021). Adoção do CPC 47 (IFRS 15) nas Empresas do Setor de Telecomunicações Listadas na B3. *Revista Contabilidade e Controladoria*, 12(2), <https://doi.org/10.5380/rcc.v12i2.75691>.
- Silva, L. F. S., Prado, T. A. dos R., & Araujo, J. A. O. (2021). IFRS 15 e CPC 47: Impactos Evidenciados pelas Companhias Brasileiras Relativos à Adoção da Norma. *Liceu On-Line*, 11(1), 148–165.
- Souza, P. V. S. D., Gonçalves, R. D. S., & Silva, C. A. T. (2022). Impact of IFRS 15 on the Quality of Accruals and Earnings Management of Brazilian Publicly Held Companies. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 24, 675-691, <https://doi.org/10.7819/rbgn.v24i4.4197>.
- Verrecchia, R. E. (2001). Essays on disclosure. *Journal of Accounting and Economics*, 32(1-3), 97-180, [https://doi.org/10.1016/S0165-4101\(01\)00025-8](https://doi.org/10.1016/S0165-4101(01)00025-8).
- Zhou, H. (2007). Auditing standards, increased accounting disclosure, and information asymmetry: Evidence from an emerging market. *Journal of Accounting and public policy*, 26(5), 584-620, <https://doi.org/10.1016/j.jaccpubpol.2007.08.004>.

Diretrizes aos Autores

1. Regras para submissão de artigos

Para submissão de artigos à Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade - REPEC, os autores devem seguir as normas e critérios definidos pela REPEC. A partir de Janeiro de 2013 são seguidas as normas da *American Psychological Association* (APA) no que se refere às citações e referências bibliográficas. Serão rejeitadas as submissões que não estiverem de acordo com as normas.

Os artigos submetidos à Revista devem ser inéditos, ou seja, não terem sido publicados ou enviados a outro periódico.

Os artigos podem ser redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências. São permitidos, no máximo, 5 (cinco) autores por artigo. Todos os artigos aprovados serão traduzidos e publicados nas duas línguas: português e inglês.

Os artigos que contiverem Tabelas ou Figuras, estas devem estar em formato que permitam ser editadas. Caso algumas dessas Tabelas ou Figuras tenham sido importadas de outros programas, como Excel, Power Point etc., deve ser enviado também o arquivo de origem como Arquivo Complementar.

Não usar expressões como id., ibid., op. cit., loc. cit. e assemelhadas, ou notas de referência e de rodapé. São admitidas notas no final do texto, no entanto, devem ser evitadas.

A submissão dos artigos deve ser de forma eletrônica pelo site www.repec.org.br. Ao final da submissão será enviada mensagem eletrônica por e-mail com a confirmação do recebimento do artigo.

2. Conteúdo e formatação dos artigos

Para submissão, os artigos devem conter:

- o **título** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) sem identificação do(s) autor(es);
- um **resumo** no idioma de origem do artigo (português ou inglês) em no mínimo 150 e máximo de 200 palavras, espaço simples entre linhas, composto pelos seguintes elementos, conforme Quadro abaixo: **Objetivo, Método, Resultados e Contribuições**. Ao final do resumo devem ser inseridas de **três a cinco palavras-chave**;

Objetivo: este estudo teve o objetivo de investigar a relevância da educação e da pesquisa em contabilidade para o crescimento da economia brasileira durante a primeira década do século XXI.

Método: na coleta de dados para a sua realização, este estudo contou com um questionário estruturado elaborado a partir da literatura pertinente, o qual foi testado e aplicado a uma amostra de contadores e empresários brasileiros durante o ano de 2017. Na análise desses dados foi realizada uma análise de conteúdo e utilizados testes estatísticos para o estabelecimento de relações entre as respostas obtidas.

Resultados: os principais achados deste estudo indicam que a ampliação da educação e da pesquisa em contabilidade no Brasil foi essencial para o crescimento da economia, de acordo com a percepção dos respondentes, embora ainda haja a impressão de que é necessário que contadores e empresários façam melhor uso das informações contábeis.

Contribuições: do ponto de vista acadêmico, as evidências desta pesquisa contribuem com o preenchimento de uma importante lacuna existente na literatura nacional. No que se refere ao mercado, contribuem ao fornecer evidências de que, apesar de haver percepção de relevância, ainda é preciso que seus usuários façam melhor uso das informações da contabilidade.

Palavras-chave: Educação; Pesquisa; Contabilidade.

- o artigo propriamente dito redigidos em português ou inglês, com no mínimo 5.000 e máximo 9.000 palavras, incluindo tabelas, figuras, notas e referências.
- as páginas dos artigos devem estar devidamente numeradas no canto superior direito, digitadas em editor de texto Word for Windows, nas seguintes condições:
 - papel formato A4 (210 x 297 mm);
 - fonte Times New Roman, tamanho 12;
 - espaço entre linhas: simples;
 - entrada de parágrafo: 1,25;
 - margens: superior 3cm, inferior 2cm, esquerda 3cm, direita 2cm;
 - tabelas e figuras em fonte Times New Roman, tamanho 10;
 - as citações e referências devem obedecer as normas atuais da APA (*American Psychological Association*).

3. Tabelas e Figuras¹

As tabelas e figuras devem ser usadas nos artigos sempre que suas informações tornarem a compreensão do texto mais eficiente, sem que haja repetição das informações já descritas no texto.

3.1 Tabelas

A tabela normalmente deve mostrar valores numéricos ou informação textual organizados em uma exposição ordenada de colunas e linhas. **Qualquer outra demonstração textual deve ser caracterizada como figura.**

A tabela deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

¹ Grande parte dessas orientações foi adaptada do Manual de Submissão da Revista de Administração Contemporânea – RAC, disponível em www.anpad.org.br.

Editor de tabelas	Word for Windows 97 ou posterior. Caso os autores tenham elaborado suas tabelas no programa Excel ou similares, por favor refaçam as tabelas utilizando o recurso em Word
Fonte	Times New Roman, tamanho 10
Espaçamento entre linhas	Simple
Espaçamento antes e depois	3 pt
Cores em tabelas	Utilizar apenas as cores preto e branco (escala de cinza)
Título	O título de tabela precisa ser claro e explicativo. Ele deve ser colocado acima da tabela, no canto superior esquerdo, e na linha seguinte, logo abaixo da palavra Tabela (com a inicial maiúscula), acompanhada do número que a designa. As tabelas são apresentadas com números arábicos de forma sequencial e dentro do texto como um todo. Ex.: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc
Citação de tabelas	Ao citar tabelas no corpo do texto escrever apenas o número referente à tabela, por exemplo: Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3 etc. (a palavra 'Tabela' deverá ser apresentada com a primeira letra maiúscula). Nunca escreva 'tabela abaixo', 'tabela acima' ou ainda, 'tabela da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode alterar-se durante sua formatação
Notas de tabelas	A fonte utilizada nas notas da tabela deve ser Times New Roman, tamanho 10, espaçamento simples. As notas devem ser descritas no rodapé da tabela e servem para indicar a Fonte das informações da tabela, além de outras informações importantes para o entendimento da tabela.

3.2 Figuras

A figura deve evidenciar um fluxograma, um gráfico, uma fotografia, um desenho ou qualquer outra ilustração ou representação textual.

A figura deve ser apresentada com suas informações de forma visível e suficientes para sua compreensão e deve ser formatada da seguinte forma:

Fonte	Times New Roman, tamanho 10
Cores em figuras	Utilizar apenas as cores preta e branca (escala de cinza)
Formato	Encaminhar as figuras em formato editável
Título	Explica a Figura de maneira clara e objetiva. O título deve ser colocado sob a figura e numerado com números arábicos de forma sequencial, precedido pela palavra Figura (com a inicial maiúscula). Ex.: Figura 1, Figura 2, Figura 3, etc. Depois do título, quaisquer outras informações necessárias para esclarecimentos da figura ou fonte devem ser acrescidas como Nota
Legenda	A legenda é a explicação dos símbolos utilizados na figura e deve ser colocado dentro dos limites da figura
Tamanho e proporção	As figuras devem ajustar-se às dimensões do periódico. Portanto uma figura deve ser elaborada ou inserida no artigo de modo a poder ser reproduzida na largura de uma coluna ou página do periódico em que ele será submetido
Citação no corpo do texto	Ao citar uma figura no corpo do texto escreva apenas o número referente a figura, por exemplo: Figura 1, Figura 2, Figura 3 etc. (a palavra 'Figura' deverá ser apresentada com a primeira letra em maiúsculo). Nunca escreva 'figura abaixo', 'figura acima', ou ainda, 'figura da página XX', pois a numeração das páginas do artigo pode-se alterar durante sua formatação

4. Citações e Referências

Para a versão completa das normas de citações e referências de acordo com a APA (American Psychological Association), acesse <http://www.repec.org.br/index.php/repec/article/view/1607/1237>.